

23 e 24 de julho de 2026

ANAIS DO

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ



EDITORA
FUNESPAR

II Seminário de Gestão em Segurança Pública do Paraná

Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Gestão da Segurança Pública - RESTEC-GESP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Seminário de Gestão em Segurança Pública do Paraná. [Recurso eletrônico]. (2. 2026, Curitiba.)
Anais [do] II Seminário de Gestão em Segurança Pública do Paraná - Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão da Segurança Pública - RESTEC-GESP / Organizado por Danyelle Stringari, Camila Matos, Fabiane Fortes, Gisele Maria Ratiguieri, Daniele Solana Minozzo – Curitiba: FUNESPR, 2026.
343 p.

23 e 24 de julho de 2026

Vários autores

Disponível em: <https://funespar.org>

ISBN: 978-65-88181-16-4

1. Segurança Pública. 2. Gestão Pública. 3. Boas Práticas 4. Educação à Distância.
5. Estado do Paraná. I. Stringari, Danyelle. II. Matos, Camila. III. Fortes, Fabiane. IV.
Ratiguieri, Gisele Maria. V. Minozzo, Daniele Solana. VI. Universidade Estadual do
Paraná – Unespar. VII. Título.

Catalogação na publicação elaborada por Mauro Cândido dos Santos – CRB 1416-9^a.

GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

Carlos Massa Ratinho Junior

VICE-GOVERNADOR DO PARANÁ

Darci Piana

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Hudson Leôncio Teixeira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Aldo Nelson Bona

DIRETOR DE ENSINO SUPERIOR

Maria Aparecida Crissi Knuppel

COORDENADORA GERAL DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA TÉCNICA

Fátima Aparecida da Cruz Padoan

REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Salete Paulina Machado Sirino

COORDENADORA GERAL PEDAGÓGICA RESTEC-GESP

Danyelle Stringari

COORDENADORA ADMINISTRATIVA RESTEC-GESP

Gisele Maria Ratiguieri

COORDENADORA DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR RESTEC-GESP

Fabiane Fortes

COORDENADORA DE RESIDENTES E SUPERVISORES RESTEC-GESP

Camila Matos

COMISSÃO ORGANIZADORA

André Weizmann
Camila Koftun
Camila Matos
Danyelle Stringari
Fabiane Fortes
Geovanna Crespi
Gisele Maria Ratiguieri
Luiza Urban
Raphaela Lazaro
Regina Nair Dala José

EDITORAÇÃO DOS ANAIS

Luiza Urban

REVISÃO

Daniele Solana Minozzo

EQUIPE TÉCNICA

André Weizmann
Camila Koftun
Geovanna Crespi
Luiza Urban
Raphaela Lazaro
Regina Nair Dala José

PROFESSORES/DISCIPLINAS

Alexandre Gori de Castilho

Tecnologia da Informação Aplicada
a Segurança Pública/*Professor auxiliar*

Ana Maria Nieves

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC/
Professora titular

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Metodologia da Pesquisa Científica/*Professor titular*

Danilo Santana Barbosa

Planejamento Estratégico/*Professor auxiliar*

Eduardo Gomes Pinheiro

Ética e Direitos Humanos na Segurança Pública
Modelo Brasileiro de Segurança Pública/
Professor titular

Franck Cione Coelho dos Santos

Planejamento Estratégico/*Professor titular*

Gerson Gross

Gestão de Processos/*Professor titular*

Giovanni Raphael Ferreira

Ética e Direitos Humanos na Segurança Pública/
Professor auxiliar

Guilherme Alda Biscola

Estatística/*Professor auxiliar*

Jéssica dos Santos Pini

Trabalho, Saúde, Ambiente e Segurança Pública/
Professora titular

Lucas Henrique Alves da Rosa Gross

Gestão de Processos/*Professor auxiliar*

Luiz Rodrigo Grochocki

Tecnologia da Informação Aplicada
a Segurança Pública/*Professor titular*

Mônica Herek

Gestão Financeira e Orçamentária/*Professora titular*

Pedro Paulo Porto de Sampaio

Gestão Pública Contemporânea/*Professor titular*

Rafael Cordasco Penkal

Gestão de Pessoal/*Professor titular*
Gestão de Projetos/*Professor titular*

Salete Cordeiro

Gestão de Projetos/*Professora auxiliar*
Gestão de Pessoal/*Professora auxiliar*

Simone Maria Klok

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC/
Professora titular

Suelen Cristina de Araujo Vila Branca

Gestão Financeira e Orçamentária/
Professora auxiliar

Suelen Cristina Zandonadi Bernal

Metodologia da Pesquisa Científica/
Professora auxiliar

Webiner Marcelo Depetris

Modelo Brasileiro de Segurança Pública/
Professor auxiliar

Willian Augusto de Melo

Estatística/*Professor titular*

Wladimir Denkowski

Compliance/*Professor titular*

BANCA AVALIADORA

Adirley Wittkowski
Adrianny Zimmermann Moreira Formanquevski
Aguinaldo Ferreira dos Santos
Alexandre Gori de Castilho
Alexia Caroline Gonçalves de Assis
Alison Sczepanski
Aline do Rocio Neves
Ana Carolina Fontana de Mattos
Ana Cristina Mattana Alves
Ana Maria Maximiliano
Ana Paula Francisca dos Santos
André Ricardo do Rosário Contani
Andrelize Guaita Di Lascio Parchen
Beatriz Carolina Gertz Merege
Bruna Cristina Cordova
Bruna Mayara Bonatto
Bruno Elias de Farias
Bruno Henrique Rueda Strogenski
Camilin Marcie de Poli
Carlos Alberto dos Santos
Carlos Eduardo Jorge Zech
Carolina Pauleto Ferraz Zancan
Caroline Bail Rodrigues
Caroline Pegoraro de Souza
Caroline Schweigert Costa
Claudia Ferreira da Silva Cesconetto
Cleber Ribeiro Milani
Cleison Ribeiro Ayres
Cristiano Israel Caetano
Daniele Sato Mara
Danuza Aguiar Affonso Correia
Danyelle Moroz
Debora Cristina Utzig
Diana Galone Somer
Diego Armando Del Corsi de Lima
Diego da Silva Gutierrez
Diogo Alexandre Ziliotto
Edgor Diego Almeida Brandão
Eduardo Francisco Lewandowski
Eduardo Gomes Pinheiro
Eduardo Henrique Knesebeck
Eduardo Miguel Felicio Fagundes
Elizângela Cristina de Lima
Eliéser Antonio Durante Filho
Emanuel Oliveira dos Santos
Emanuelly Vitoria da Silva Almeida
Felipe de Souza de Lima
Felipe Fontana
Flávia Lopes de Moraes
Florival de Almeida Barros Neto
Francini Augustin Costa
Gabriel Girardi
Gabriel Grani
Gabriela Fontana dos Santos
Gabriela Rocha Nunes Goulart
Gabriele Ingrid de Moraes Gonçalves
Geison David da Silva
Gilberto de Oliveira Mariano
Gustavo de souza matias
Gustavo Parreira Rojas
Henrique Pilz Tschoeke
Iara Schuinka Bazilio
Íncare Correa de Jesus
Isabel Cortes Da Silva Ferreira
Iuri Fernandes da Veiga Cavalli
Jair Caetano de Oliveira

Jéssica Simeão Freiburger
João Eduardo Costa Vaz
Joelson Pereira Alves
Julia de Mello Bottini
Juliane Kelm Ramos
Karla Beatriz do Carmo Batista
Karlo Messa Vettorazzi
Karine Inez Cavasini
Kelvin Nogueira Gomes
Kleber Piovezan
Layliene Kawane de Souza Dias
Letícia Koproski
Libia Patricia Peralta Agudelo
Lilian da Silva Dias
Lucas Nascimento
Luciano Bordignon Piccinelli
Luiz Carlos Wandratsch II
Luiz Felipe Bianchi
Luiz Fernando Bittencourt Silva
Luiza Simonelli
Marcelo Henrique Hoiser
Marcel Elias dos Santos
Marcio Lopes Takayasu
Marcos Aurelio de Souza
Maria Aparecida Alves Rodrigues
Maria Carolina Vieira da Rocha
Maria Fernanda Carvalho de Deus
Marina Luiza Monteiro
Mauricio Nakao Yorinori
Maylon Eduardo de Paula Cocheck
Melina Seyfried
Michelle Cristine dos Santos Silva
Mirian Gotin
Miriam dos Santos Quirino de Castro
Miriam Nehama Kessel
Mário Henrique Anunciação Lemos
Mário Sérgio Nicolau Filho
Matheus Henrique de Oliveira Lomba
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
Rafael Augusto Andrade
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
Rafael Cordasco Penkal
Renato Alberto da Silva Duarte
Renato Tadeu Pereira
Ronize Stein Piacini
Samantha Ribas Teixeira Madalena
Sandra Marcia Duarte
Sarah Francine Schreiner
Sebastião Pontes Maciel Junior
Sheila Cristina Mocellin
Stephanie Abrão Gorte
Suelen Cristina de Araújo Vila Branca
Suzana Tiemi Matsubara
Tamires Tolomeotti Pereira
Tatiane Caroline Ferrari
Tatyana Linhares Cordeiro
Tayná Ceccon Martins
Thiago Andrade dos Santos
Thiago França Nunes
Tiago Sofiati
Valdir Goedert Filho
Victor Rodrigo do Amaral
Vinicius Gamarra Contieri
Wagner de Araújo
Willian Vieira Costa Zonatto
William Timóteo

ORIENTADORES/DISCENTES

Adriana Accioly Gomes Massa

Aline de Andrade Inocencio
Lizandra Valéria Bueno
Mayara Cristina Colombo
Michelle Barbara dos Santos Gonçalves

Ademar Vieira Neto

Gabriel Vinicius da Silva

Adriana Tessaro Will

Patricia Adriano

Adriéli Mazurek Cieslak

Lilian Gissela Guillén Almeida

Alan José de Oliveira Teixeira

André Luís Seniski
Gabriele Rentz da Silva
Guilherme Neris Martins
Maria Luiza Tavares Moraes
Vericson Silva de Almeida

Alexandre Gori de Castilho

Adilson Leonardo Morgado Cabaça
Cesar Augusto Januario
Ledson José Vanini
Manoel Alves de Lima
Roberson Jacques
Rodrigo de Oliveira Bianchini

Alexandre Sanches Lorangeira

Bruna Ilona Queiroz de Faria

Ana Carolina Fontana de Mattos

Ana Gabriella Soares Dutra
Lucas José Caldas Rezende
Raissa Gonçalves de Souza

Ana Maria Nieves

Pollyanna Ribas de Britto

Ana Paula Francisca dos Santos

Gabrielli Olekiseo

Andréa Regina de Moraes Benedetti

Danna Kali Franke

Bruna Mayara Bonatto

Amanda de Castro Matheus

Camilin Marcie de Poli

Ariane Fernanda Neves dos Santos
Alisson Luiz Almeida
Andrea Ludmila Silva de Lima
Heitor Gabriel Furlan Bonano
Isadora Zanini Medeiros
Jasson Alexandre do Carmo
Jéssica Bruna Costa Zanardi
Julia dos Santos Pimentel de Oliveira

Camila Sopko

Jeniffer Leite Lima Duarte
Jussarah Rodrigues da Fonseca
Lislie Tainara de Oliveira Houanye
Maria Jaqueline de Lima Gevigier
Pedro Henrique Staben

Carolina Batista Ariza Tamarozzi

Hellen Barbosa dos Santos
Louise Assahida Leite

Caroline Ivanski Langer

Brenda Santana Gonçalves Mauad
Flávia Heloísa Bernardo de Brito
Natalia Tiepolo Kochinski

Carlos Aznar Blefari

Andressa Cassimiro Fenato
Débora Cristina Queiroz dos Santos
Jéssica Fernanda de Carvalho Andre Calais
Larissa Pereira Milani
Letícia Pereira Dutra

Carlos Picanço Wambier

Diogo Estevam Claudino da Silva
Sueli de Andrade

Cássio Aparecido Borges Fernandes

Leandro Degani
Paola Ohrem Brischiliari
Ricardo Pelosi Cardoso

Clarice Dias Britto do Amaral

Kathleen Caroline do Amaral Andrion

Claudia Marina Schellin Becker

Samara Medeiros Dias

Clayton Gomes de Medeiros

Gabriel Camargo Afornali

Cleison Ribeiro Ayres

Eliza Beatriz de Abreu
Kalliny Emanuelle Pereira de França
Luana Portela
Lucas Vinicius Fragona

Cliver Lucas Silveira Campos

Isabella Silvestri Szymczak

Cristiane Sander

Joyce Aparecida da Luz Colaço
Romina Romero Nuñez
Vitória de Lara

Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi

Ana Beatriz Macedo Magerski
Caetano Burgos Deflon
Thalita Ferrarezi

Daniela Alejandra Osorio Dominguez

Romualdo da Costa Agostinho

Dayse Fernanda de Souza

Gabriella Rocha Coutinho
Paula Maria Costa
Tamiris Coelho
Vanessa dos Anjos Ribeiro

Deiweson de Souza Monteiro

Caroline Moura Schmockel
Halycia Raposo da Silva Gomes
Helena Machado Carlos
Nemily Goerck

Denise Pineli Chaveiro

Aliccia Peller Beghe
Emanuela Pires
Taylon Brutus Barros Steffens

Diana Galone Somer

Angel Teresinha Soares Godoy
Dayana Hingridy Neves Diman
Jessica Aline Constantino Ferreira de Brito
Karina Bittarello
Maria Paula Gomes de Souza
Priscila Siqueira de Araujo

Douglas Alexandre Fernandes Brusadin

Etienne Oriana Rodrigues Pasini
Letícia Debiazi
Lucas Olher Ferrari
Oscar Antonio Frigotto da Silva

Emanoel Oliveira dos Santos

Karen Emanuely Lutkmeier dos Santos
Yasmin de Freitas Lopes

Fabia Tomie Tano

Amanda Lucio de Carvalho

Fabiane Fortes

Ana Vitória Vidal Baron

Felipe Fontana

Gabriel Jantsch da Silva Vieira
Julia Caroline Pereira
Larissa Fernandes de Soti
Maysa Pinheiro de Ramos Pantaleão
Odete Nowakowski Woiciechowski
Suelen Merighe da Costa

Flávia Lopes de Moraes

Josiane de Jesus Kerek
Neilane Balcota Pauluch

Flávio Adriano Balan

Bhranda Patricia dos Santos
Patrícia Naomi Nozawa

Gabriella Stacheski Ferreira

Laís Felix Bonfim
Manuela Bosco Azevedo
Emily Tonial Correia

Giovane Matheus Camargo

Alana Emanuely Maziero
Carolina Moreno Rosa

Gustavo Zanella

Jessica da Silva Fontana

Isabel Cortes da Silva Ferreira

Katiane dos Santos Dias
Lukas Rockenbach
Raquel Gonçalves Domingos
Rafaella Graziani Muller Fernandes
Wesley Oliveira dos Santos

Isabella Ferreira Melo

Douglas Assumpção Guibes

Jaqueline Andressa Machado Trentin Luz

Luana Rafaela Vieira

Jacqueline Mari Machado

Amanda Cristina Rochinski
Francieli Lourenço de Souza
Juliana Ortiz Kay
Maria Josiane Sousa de Oliveira
Jefferson dos Santos Vorpapel
Gabriel Pereira Andrade

Joice Malakoski

Rodrigo Jorge de Andrade

José Manuel Mussunda da Silva

Karine Barros de Melo
Manuel André Francisco Camenga
Wagner Camene Paulo Rocha

Juliane Carlotto

Brenda Georgetti Gasparetto
Thaís Michelle Dias Oliveira

Kamila Cristina da Silva Teixeira

Renan Guilherme Vieira dos Santos

Laura Cecília Fagundes dos Santos Braz

Jullyana Ventura de Oliveira

Layliene Kawane de Souza Dias

Cassiane Fernandes de Souza
Evelin Emanuele Cordeiro
Lauryn Alves Facciocchi
Thalita Carolina Amorim de Oliveira

Letícia Bravo Lopes Silva

Gleiciane Aparecida Teodoro Querino

Libia Patrícia Peralta Agudelo

Priscila Drieli Ferreira Branco
Thaís Fernandes Pereira

Luciellen d'Ávila Giacomel Kobachuk

Douglas Felipe Mendes Correia de Oliveira

Lucila Carla Cunha

Alan Guisardi
Amanda Caroline Inacio Santos
Nathalia Mazini

Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli

José Alberto Maczuga
Ketelin Karina Kazmierczak
Paola Karyellyn Carneiro
Thayná Lais Siqueira Grilo

Luiz Demétrio Janz Laibida

Daiane Cernelos Resende
Eduarda Marcon Toller
Nivers Sene
Sonia de Fatima Loures

Luiz Fernando Stachechen

Ana Paula Correa
Bruna Hainosz Ruchinski
Valdemir Mendes da Silva

Luiz Henrique da Silva Rotta

Daniele de Freitas Garcia

Luiz Rodrigo Grochocki

Isabel Macena Pagnoncelli

Marcos Vidal da Silva Júnior

Giulia Ranah Werley Neves Ferreira

Isabely Mariana Ramos da Silva

Marcelo Bordin

Bernardo Cavagnoli Nogueira

Celeste Laverde Severino da Silva

João Marcos Petry Leonardo

Margarida Neves Souza

Bruna Cristina de Almeida Spoladori

Irene Duck

Lucas de Carvalho Gouveia

Matheus Henrique Berno

Gabrielly Aparecida Lopes da Silva

Mariana Monteiro Caleffi

Matheus Justino Cândido

João Paulo Alves

Murilo Sinque de Paula

Bianca Vaismann Thives

Nathália Caroline Faria Tago

Bruno Henrique Costa

João Gabriel de Faria

Maira Kerolyn de Oliveira Cardoso

Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva

Ana Beatriz Nunes de Oliveira

Jessyca Mancebo Furtado

Natalia Wistuba

William Bach

Nayara Cristina Bueno

Ataislaine Nunes

Bianca Beltrão Vitiato

Larissa Gonçalves da Silva

Oliveira Orlandi Júnior

Constantino Biaguê

Patrícia Machado Pereira Giardini

Cintia Terezinha da Silva

Nathiely Beatriz Pereira do Nascimento

Taciane Silva Bueno Andrade

Paulo Francisco Nginga Gaspar

Leandro Zultanski Fontoura Alves Ferreira

Victal Baptista Mambo Biziami

Pedro Luciano Evangelista Ferreira

Aline Stephany Soares Lopes

Brenda de Oliveira

Emerson Witek

Flavio Renato Brambilla Costa

Jean Carlos Stipp Machado

Nathalia Ronchi

Poliana Barbosa da Riva

Carla Yonara de Carvalho

Tamires Maria Ferreira

Rafael Bruno Cassiano de Moraes

Andressa Bonete Bozza

Ariadne Rodrigues Paes

Bianca Thassiane de Lima

Edina Aparecida Charnei

Gabriel dos Santos Amaral

Kesly Dieny Miotto

Mariana Rozanez de Paula

Raphael Barbosa

Ana Gabriela Crevelaro

Júlia Guimarães Barbosa

Renata Nogueira

Emanuele Gomes dos Santos

Rodrigo de Jesus Camargo

Bilal Mohamed Rahal

Guilherme Francisco Rodrigues de Oliveira

Isadora Werneck de Carvalho

Rodrigo dos Santos Teixeira

Amanda Thomé de Lima Souza

Rodrigo Yukio Shiroma Dias

Mailon Diego da Silva Andriollo

Rogério da Silva Felipe

Caroline de Araujo Haluch

Ronaldo Silva

Daniele Duarte Miranda

Gustavo Pereira Lopes

Rosângela Teresinha da Silva da Rocha

Luan Mickael da Rocha

Roseli Odorizzi

Ana Maria de Faria

Maria Eduarda Solano Baptista

Rosevani Chiapetti

Luana de Barros Teixeira

Sandra Garcia Neves

Barbara Francisconi Liviero

Caren Eduarda Soares Bonfim

Fabio Maia de Assis

Jacqueline de Assis Ramos

Jonathan Emanuel da Silva Santos

Maria Eduarda Santos

Sandra Marcia Duarte

Clayton Agostinho Auwerter

Danusa Gabriela da Silva

Evalina Madalena Moura Larangeira

Inglidi Ferracini

Jacica Helena Lopes Fernandes

João Henrique Alves

Juliana Stinglin Marcondes

Juliana Vieira Lima

Nayara Machulak Palião

Ricardo Luiz Barboza

Terezinha do Rosário Cardoso

Sheila Cristina Mocellin

Fernanda Vieira

Simone Alves Emed

Adriele Camila da Silva
Ana Paula da Rocha
Daiane Couto Vieira Valim
Esperança Francisco André
Mariana Simões dos Santos de Oliveira
Tatiane Ribeiro Alves

Simone Maria Klok

Angélica Aparecida da Silva Colecha
Jônatas Bomfim Araújo
Renata Ribas de Brito Vieira

Sophia Wieczorek Lobo

Julia Rosario Andrade
Lucas Nicolas Assad
Marcos Aurélio Simplício
Natalia Carolina de Castro

Stephanie Abrão Gorte

André Luiz Moleta
Andrew Adelino Olimpio
Bruna Alcântara dos Santos
Franciele da Silva Rodrigues
Gabriele Zaiatz Araujo
Giovanna Kuri Sena Ferreira
Giovanna Pitton dos Santos
Gizele Borges de Oliveira
Josiane Pajeu
Lara Beatriz Mantovani da Costa
Maria Eduarda Rovani Cattusso
Mariana Monteiro Veiga
Mayssun Omari Osman
Melissa Arantes Pereira
Mylene Branco Zielinski
Nicole Isabelle Watanabe
Talita Silva Garcia
Thaís Andrade Brito

Tadeu Perpetuo Nunes Filho

Alison Renan Trindade Moura
Gabriely Woiciekowski Colares
Marcos Junior Oliveira

Tayná Ceccon Martins

Amanda Caroline Pering
Barbara Bruna Fernandes Bertoli
Jane Cláudia Guerrini Francisco
Jhony Minueza Tavares
Karen Daline Faquinete Pereira
Lauane Valdivieso
Lucimara da Silva Dutra
Pâmela dos Santos Wesolowski
Sônia Aparecida de Lima
Vinicius Chaves de Andrade
Viviane Rocha de Souza Schmitt

Thaís Aparecida Xavier

Vanessa Ketlenn Zavadzki Santos

Thais Cristina dos Santos

Evenyn Renata de Souza Franco
Julia Pascuini Gomes
Tainara Kessia Mainardes

Thaís Regina Ravazi de Souza

Emanuele Rodrigues de Oliveira
Gislaine Facco
Lucas Collodel

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Antonielle Cristina Pereira Jukowski Martins
Karen Claudino da Silva

Vinicius Gamarra Contieri

Bento Mateus Pedro
Miriam Barbosa do Nascimento
Sebastião Sacalui Paulo Alves

Weslei Trevizan Amâncio

Cibeli Mari da Silva Cruz
Lidia Rodrigues dos Santos

Willian Vieira Costa Zonatto

Caroline da Silva Garcia
Nicolly Felipe Rodrigues da Silveira
Wellington Atalipio Ibiapino Borges

William Timóteo

Jennifer Candido de Rezende
Mariza da Silva de Souza
Matheus Lucio Lizardo

Yasmin Soraia das Neves

Andressa dos Santos Viana

SUMÁRIO

38 **SOBRE O PROGRAMA**

39 **APRESENTAÇÃO**

CBM PR

41 **PATRONATO PENITENCIÁRIO: O TRABALHO E O ESTUDO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS E A REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

Alana Emanuely Maziero
Giovane Matheus Camargo

42 **MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SOFTWARE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Alison Renan Trindade Moura
Tadeu Perpetuo Nunes Filho

43 **REGULAMENTO DISCIPLINAR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ: NECESSIDADE DE UMA NORMA AUTÔNOMA**

Bianca Vaismann Thives
Murilo Sinque de Paula

44 **SISTEMA GEORREFERENCIADA DE DADOS E METADADOS PARA GESTÃO ESTRATÉGICA DAS INFRAESTRUTURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**

Constantino Biaguê
Oliveira Orlandi Júnior

45 **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DISCIPLINAR (TACD) NO CBMPR: UMA PROPOSTA DE EFICIÊNCIA NA GESTÃO DISCIPLINAR**

Daiane Carnelos Resende
Luiz Demétrio Janz Laibida

46 **DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE ADEÇÃO DA ESCALA 24/72 NO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARANÁ**

Emanuele Gomes dos Santos
Renata Nogueira

47 **QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS BOMBEIROS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Fábio Maia de Assis
Sandra Garcia Neves

48 **FERIMENTO EM SERVIÇO, DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA E SEGURANÇA JURÍDICA NA PROMOÇÃO DE PRAÇAS DO CBMPR**

Gabriel Camargo Aforali
Clayton Gomes de Medeiros

49 **NEUROARQUITETURA EM CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS: BEM-ESTAR E EFICIÊNCIA NO TRABALHO**

Gabrielli Olekiseo
Ana Paula Francisca dos Santos

50 **POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS: GOVERNANÇA DE TI NO CBMPR**

Gabriely Woiciekowsky Colares
Tadeu Perpétuo Nunes Filho

51 **SAÚDE MENTAL SOB VIGILÂNCIA: A POLÍTICA DO CORPO E DA MENTE NOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS MILITARES**

Giovanna Pitton dos Santos
Stephanie Abrão Gorte

- 52 ENTRE FOGO E SILÊNCIO: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O SOFRIMENTO NEGADO ENTRE BOMBEIROS MILITARES**
Gizele Borges de Oliveira
Stephanie Abrão Gorte
- 53 O DESENVOLVIMENTO DE UM BANCO DE CREDENCIAMENTO DE MARCAS COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NO 2º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR (2025)**
Guilherme Francisco Rodrigues de Oliveira
Rodrigo de Jesus Camargo
- 54 CONTRIBUIÇÕES DA IMPLANTAÇÃO BIM NO CBMPR À ANÁLISE AUTOMATIZADA DE PTPID: ESTUDO PILOTO COM A NPT 018 - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA**
Jessica da Silva Fontana
Gustavo Zanella
Lucas Frates Simiano
- 55 ENTRE O FOGO E A RAZÃO: DESAFIOS DA TOMADA DE DECISÃO EM SITUAÇÕES CRÍTICAS NO SERVIÇO DE BOMBEIROS**
Jonathan Emanuel da Silva Santos
Sandra Garcia Neves
- 56 A EMANCIPAÇÃO INSTITUCIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ: DESAFIOS DA GESTÃO DE INATIVOS E A SEGURANÇA JURÍDICA NA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA**
Katiane dos Santos Dias
Isabel Cortes da Silva Ferreira
- 57 LACUNAS NORMATIVAS NO DIREITO MILITAR E SEUS IMPACTOS NA EQUIDADE DE GÊNERO NO CBMPR**
Laís Felix Bonfim
Gabriella Stacheski Ferreira
- 58 DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO COMPLIANCE**
Manuela Bosco Azevedo
Gabriella Stacheski Ferreira
- 59 SOFTWARES DE CÓDIGO ABERTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ**
Marcos Junior Oliveira
Tadeu Perpetuo Nunes Filho

CEPED/PR

- 61 GESTÃO DE RISCOS: AVALIAÇÃO ESPACIAL E ESTATÍSTICA, INTEGRANDO DADOS GEOLÓGICOS, MORFOLÓGICOS, PEDOLÓGICOS E CLIMÁTICOS NO PARANÁ**
Caroline de Araujo Haluch
Rogerio da Silva Felipe
- 62 O USO DO MOTION DESIGN EM VÍDEOS DE CURTA DURAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PREVENTIVA NO ESTADO DO PARANÁ**
Giulia Ranah Werley Neves Ferreira
Marcos Vidal da Silva Júnior
- 63 PROJETO DE APLICAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING PÚBLICO PARA AMPLIAÇÃO DOS CADASTROS NO SISTEMA DE ALERTAS DA DEFESA CIVIL DO PARANÁ**
Isabely Mariana Ramos da Silva
Marcos Vidal da Silva Júnior
- 64 A GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS NA DEFESA CIVIL DO PARANÁ: ESTRATÉGIAS E CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS PARA OTIMIZAÇÃO DA RESPOSTA A DESASTRES NATURAIS**
Wagner Camene Paulo Rocha
José Manuel Mussunda da Silva

DEPPEN

- 66** **POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO SOCIAL DE PARANAVAI/PR**
Adriele Camila da Silva
Simone Alves Emed
- 67** **REFLEXOS DO CÁRCERE: O ADOECIMENTO MENTAL ANTE O TRABALHO DO POLICIAL PENAL**
Alan Guisardi
Lucila Carla Cunha
- 68** **O USO DE TECNOLOGIAS DE RECONHECIMENTO FACIAL PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
Aliccia Peller Beghe
Denise Pineli Chaveiro
- 69** **ARTESANATO AMIGURUMI SOLIDÁRIO: REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM UMA UNIDADE DE PROGRESSÃO DE FOZ DO IGUAÇU**
Aline de Andrade Inocencio
Adriana Accioly Gomes Massa
- 70** **A CIDADE QUE PROTEGE OU EXPÕE? O DESENHO URBANO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE**
Aline Stephany Soares Lopes
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 71** **ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL ONLINE E A ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES EM UM CENÁRIO DIGITAL EM EXPANSÃO**
Alisson Luiz Almeida
Camilin Marcie de Poli
- 72** **DEPENDÊNCIA QUÍMICA E O COMETIMENTO DE CRIMES PATRIMONIAIS: ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA**
Amanda Caroline Inacio Santos
Lucila Carla Cunha
- 73** **ALTERNATIVAS PENAIS E SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA CRIMINAL E DOS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO ENCARCERAMENTO**
Ana Beatriz Macedo Magerski
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi
- 74** **VIOÊNCIA DOMÉSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**
Ana Gabriela Crevelaro
Raphael Barbosa
- 75** **A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MONITORADOS: UMA PESQUISA SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO**
Ana Gabriella Soares Dutra
Ana Carolina Fontana de Mattos
- 76** **EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO ESTRATÉGIAS DE REINserÇÃO SOCIAL: DESAFIOS PARA JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL E REEDUCANDOS**
Ana Maria de Faria
Roseli Odorizzi
- 77** **A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA: LIMITES DO MODELO PUNITIVISTA E POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS**
Ana Paula da Rocha
Simone Alves Emed
- 78** **SEGURANÇA PÚBLICA E HUMANIZAÇÃO DA PENA: A FILOSOFIA DO MÉTODO APAC**
Andrea Ludmila Silva de Lima
Camilin Marcie de Poli

- 79 GÊNERO, VULNERABILIDADE E ENCARCERAMENTO: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS**
Andressa Bonete Bozza
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 80 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DISCURSOS MISÓGINOS: A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS REDPILL E INCELS NAS REDES SOCIAIS**
Andressa Cassimiro Fenato
Carlos Aznar Blefari
- 81 ATRAVESSAMENTOS DA SUBJETIVIDADE PELO CÁRCERE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO COMPLEXO SOCIAL**
Andrew Adelino Olimpio
Stephanie Abrão Gorte
- 82 PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO E TRABALHO**
Angel Teresinha Soares Godoy
Diana Galone Somer
- 83 GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL**
Angélica Aparecida da Silva Colecha
Simone Maria Klok
- 84 O PAPEL DO PEDAGOGO NO COMPLEXO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO PARANÁ**
Antonielle Cristina Pereira Jukowski Martins
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
- 85 TRABALHO, SISTEMA PRISIONAL E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINserÇÃO SOCIAL**
Ariadne Rodrigues Paes
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 86 A ATUAÇÃO ESTATAL E O ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SELETIVIDADE PENAL (2019 - 2025)**
Ataíslaine Nunes
Nayara Cristina Bueno
- 87 GRUPOS REFLEXIVOS SOB A PERCEPÇÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
Barbara Francisoni Liviero
Sandra Garcia Neves
Lilian Chanquini Fernandes
- 88 O PAPEL DO DELEGADO DE POLÍCIA COMO PRIMEIRO FILTRO DA JUSTIÇA: DIREITOS FUNDAMENTAIS E LIMITES DA ATUAÇÃO POLICIAL**
Bernardo Cavagnoli Nogueira
Marcelo Bordin
- 89 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SISTEMA PRISIONAL: A PERSISTÊNCIA DAS BARREIRAS SOCIAIS**
Bianca Beltrão Vitiato
Nayara Cristina Bueno
- 90 A PROGRESSÃO DE REGIME E AS ENTREVISTAS COM OS PRÉ-EGRESSOS E O PAPEL DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS**
Brenda de Oliveira
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 91 'QUIETO': O ATRAVESSAMENTO JURÍDICO NA SAÚDE MENTAL**
Bruna Alcântara dos Santos
Stephanie Abrão Gorte
- 92 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS: ENTRE A LÓGICA PUNITIVA E A PERSPECTIVA DO CUIDADO**
Caren Eduarda Soares Bonfim
Sandra Garcia Neves

- 93 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (PSC) POR MEIO DE GRUPOS DE LEITURA. PROJETO LITERATURA E LIBERDADE - MARINGÁ -PR**
Carla Yonara de Carvalho
Poliana Barbosa da Riva
- 94 O COMBATE AO NARCOTRÁFICO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E DA FIGURA DO *HOMO SACER*: UM MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL PERVERSO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTATAL**
Carolina Moreno Rosa
Giovane Matheus Camargo
- 95 A PROGRESSÃO DE REGIME NA EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE DE SUA EFETIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO**
Caroline da Silva Garcia
Willian Vieira Costa Zonatto
- 96 SUPERVISÃO DIRETA DE ASSISTENTES SOCIAIS E A RESIDÊNCIA TÉCNICA: DEBATES ACERCA DA CONTINUAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO E A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS RESIDENTES NOS CAMPOS DE ATUAÇÃO**
Cassiane Fernandes de Souza
Layliene Kawane de Souza Dias
- 97 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA JUSTIÇA PENAL NO CONTEXTO DA GESTÃO PÚBLICA: A PERSPECTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA UNIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO COMPLEXO SOCIAL**
Cibeli Mari da Silva Cruz
Weslei Trevizan Amâncio
- 98 FORMAÇÃO CONTINUADA DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE OS DESAFIOS DO COTIDIANO E AS EXIGÊNCIAS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**
Daniele Duarte Miranda
Ronaldo Silva
- 99 POLÍTICAS PENAIIS: DIREITO À MORADIA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)**
Danna Kali Franke
Andréa Regina de Moraes Benedetti
Eduardo Nunes Jacondino
- 100 DESAFIOS E ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NAS CADEIAS DA 7ª REGIONAL DO SISTEMA PENAL DO PARANÁ**
Danusa Gabriela da Silva
Sandra Marcia Duarte
- 101 POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL**
Dayana Hingridy Neves Diman
Diana Galone Somer
- 102 O IMPACTO DO TRAUMA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA TERAPIA DO ESQUEMA**
Debora Cristina Queiroz dos Santos
Carlos Aznar Blefari
- 103 LEGALIDADE DA BALA: A ADPF 635 E A GERÊNCIA DA MISÉRIA MEDIANTE A REPRESSÃO**
Diogo Estevam Claudino da Silva
Carlos Picanço Wambier
- 104 TRABALHO EXTERNO: O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO SOCIAL DE GUARAPUAVA-PR**
Edina Aparecida Charnei
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 105 MULHERES ESQUECIDAS: O ABANDONO FAMILIAR DE MULHERES EM UNIDADES PRISIONAIS**
Eduarda Marcon Toller
Luiz Demétrio Janz Laibida

- 106 VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ENTRE AS ESTRUTURAS PATRIARCAIS E OS LIMITES DO ENFRENTAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL**
Emanuela Pires
Denise Pineli Chaveiro
- 107 A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO ALTERNATIVA PENAL: ENTRE RESSOCIALIZAÇÃO E CONTROLE**
Emerson Witek
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 108 TUTELA JURÍDICA DE ADOLESCENTES AUTISTAS FRENTE AOS DISCURSO DE ÓDIO DIGITAL NO BRASIL**
Emily Tonial Correia
Gabriella Stacheski Ferreira
- 109 A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL: O PAPEL FISCALIZADOR DA GESTÃO PÚBLICA**
Etiene Oriana Rodrigues Pasini
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin
- 110 A PRESENÇA INDÍGENA NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ: PRÁTICAS DE ACOlhIMENTO E RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL**
Evalina Madalena Moura Lorangeira
Sandra Marcia Duarte
Bárbara Ratusznei
- 111 MULHERES GESTANTES PRIVADAS DE LIBERDADE: VÍNCULOS FAMILIARES, DIREITOS SOCIAIS E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**
Evenyn Renata de Souza Franco
Thais Cristina dos Santos
- 112 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO: CAMINHOS PARA READAPTAÇÃO E REDUÇÃO DA REINcidÊNCIA**
Flavia Heloisa Bernardo de Brito
Caroline Ivanski Langer
- 113 O COMPROMISSO DO ESTADO BRASILEIRO COM A LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E DESAFIOS NA EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**
Flávio Renato Brambilla Costa
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 114 A ESCUTA PSICOLÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS**
Franciele da Silva Rodrigues
Stephanie Abrão Gorte
- 115 PARA ALÉM DA PENA: LIBERDADE SEM PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL? ATUAÇÃO, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REINserÇÃO DE EGRESSOS DO REGIME SEMIABERTO**
Gabriel Jantsch da Silva Vieira
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 116 A POSSE DE ARMA DE FOGO: OS REFLEXOS DO DECRETO N.º 9.847/2019**
Gabriele Rentz da Silva
Alan José de Oliveira Teixeira
- 117 A REINserÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PENAL SOB UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA**
Giovanna Kuri Sena Ferreira
Stephanie Abrão Gorte
- 118 MÍDIA E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: O DIREITO PENAL DO INIMIGO**
Guilherme Neris Martins
Alan José de Oliveira Teixeira

- 119 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EXECUÇÃO PENAL: AUTOMAÇÃO DE FLUXOS ADMINISTRATIVOS E MITIGAÇÃO DE ERROS NA GESTÃO DO COMPLEXO SOCIAL DO PARANÁ**
Gustavo Pereira Lopes
Ronaldo Silva
- 120 CARTÃO VERDE PARA A LIBERDADE: O ESPORTE COMO PONTE PARA A RESSOCIALIZAÇÃO**
Heitor Gabriel Furlan Bonano
Camilin Marcie de Poli
- 121 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA: ANÁLISE DO PROJETO ELLAS**
Hellen Barbosa dos Santos
Carolina Batista Ariza Tamarozzi
- 122 PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO EM PRISÕES: UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS E TRANSFORMAÇÕES PEDAGÓGICA, DISCIPLINA E FORMAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL**
Inglidi Ferracini
Sandra Márcia Duarte
- 123 A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**
Isabella Silvestri Szymczak
Cliver Lucas Silveira Campos
- 124 A ESTIGMATIZAÇÃO COMO PROLONGAMENTO DA SANÇÃO PENAL**
Isadora Zanini Medeiros
Camilin Marcie de Poli
- 125 EDUCAR PARA LIBERTAR: A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DOS EGRESSOS E MONITORADOS NO COMPLEXO SOCIAL DE CURITIBA**
Jacica Helena Lopes Fernandes
Sandra Marcia Duarte
- 126 REINSERÇÃO SOCIAL: NOVAS OPORTUNIDADES PARA INDIVÍDUOS EM RISCO PELO USO DE ÁLCOOL E DROGAS**
Jane Cláudia Guerrini Francisco
Tayná Ceccon Martins
- 127 A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA PROGRESSIVO**
Jean Carlos Stipp Machado
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 128 CONSTRUINDO PONTES PARA UM ECOSISTEMA PRISIONAL: ANÁLISE DO PLANO PENA JUSTA**
Jennifer Candido de Rezende
William Timóteo
- 129 O ESCRITÓRIO SOCIAL NA TRANSIÇÃO CÁRCERE-SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA AUTONOMIA E REINSERÇÃO DE PRÉ-EGRESSOS**
Jessica Aline Constantino Ferreira de Brito
Diana Galone Somer
- 130 A INFLUÊNCIA DO TRAUMA PSICOLÓGICO NO NÚCLEO FAMILIAR E O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE**
Jéssica Fernanda de Carvalho Andre Calais
Carlos Aznar Blefari
- 131 INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA CRIMINAL, SISTEMA PENITENCIÁRIO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO BRASIL (2020–2026): UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DA SEGURANÇA PÚBLICA**
João Gabriel de Faria
Nathália Caroline Faria Tago
- 132 TRATAMENTO PENAL PELA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA: FOCO NA SEGURANÇA PÚBLICA, CAPACITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL**
João Henrique Alves
Sandra Marcia Duarte

- 133 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS**
Jônatas Bomfim Araújo
Simone Maria Klok
- 134 COMPLIANCE PÚBLICO NA EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DEDUTIVA DE RISCOS E INTEGRIDADE NOS CÂTEIROS DE TRABALHO DO DEPPEN/PR**
José Alberto Maczuga
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli
- 135 ANÁLISE DAS GARANTIAS LEGAIS À MATERNIDADE E AO DIREITO DA CRIANÇA NO SISTEMA PRISIONAL**
Josiane de Jesus Kerek
Flávia Lopes de Moraes
- 136 CONTROLE E LAÇO SOCIAL: PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA PERMANÊNCIA LABORAL DE PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA**
Josiane Pajeu
Stephanie Abrão Gorte
- 137 ENTRE A LÓGICA PUNITIVISTA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAP+: A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL E SUAS MEDIAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS E TÉCNICO-OPERATIVAS A PARTIR DO PROJETO “CASANDO DIREITOS” NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR**
Julia Caroline Pereira
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 138 ENTRE GRADES E SILÊNCIOS: A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL**
Julia dos Santos Pimentel de Oliveira
Camilin Marcie de Poli
- 139 CORRESPONSABILIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA**
Júlia Guimarães Barbosa
Raphael Barbosa
- 140 O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: O EXAME CRIMINOLÓGICO E OS DESAFIOS DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL**
Julia Pascuini Gomes
Thais Cristina dos Santos
- 141 COMPLEXO SOCIAL DE LONDRINA: DIREITO À EDUCAÇÃO, MEDIDA EDUCATIVA E REMIÇÃO DE PENA À LUZ DE PAULO FREIRE**
Juliana Stinglin Marcondes
Sandra Marcia Duarte
- 142 A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL: POSSIBILIDADES E LIMITES NO PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL**
Juliana Vieira Lima
Sandra Márcia Duarte
- 143 UMA PUNIÇÃO EXTRA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO CONJUGAL EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE**
Kalliny Emanuelle Pereira de França
Cleison Ribeiro Ayres
- 144 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO HÍBRIDO NO DEPPEN/PR EM FOZ DO IGUAÇU (2024-2025)**
Karen Emanuely Lutkmeier dos Santos
Emanoel Oliveira dos Santos
- 145 IMPACTO DAS RESTRIÇÕES LEGAIS NA ELABORAÇÃO DO LUTO NO CÁRCERE BRASILEIRO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
Karina Bittarello
Diana Galone Somer

- 146 “O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: NECROPOLÍTICA E CHACINAS EM ANGOLA E NO BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARADA**
Karine Barros de Melo
José Manuel Mussunda da Silva
- 147 A COLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE**
Kesly Dieny Miotto
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 148 O USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER**
Ketelin Karina Kazmierczak
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli
- 149 A REMIÇÃO DE PENA POR ESTUDO E A FORMAÇÃO CIDADÃ SUJEITOS EM EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE VIDA**
Larissa Fernandes de Soti
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 150 SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM GRUPOS: REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
Larissa Gonçalves da Silva
Nayara Cristina Bueno
- 151 TERAPIA COMPORTAMENTAL DIALÉTICA NO MANEJO DA REGULAÇÃO EMOCIONAL E COMPORTAMENTOS IMPULSIVOS EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA**
Larissa Pereira Milani
Carlos Aznar Blefari
- 152 GÊNERO PUNIÇÃO E VULNERABILIDADE: UM OLHAR SOBRE VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE**
Lauane Valdivieso
Tayná Ceccon Martins
- 153 RESSOCIALIZAÇÃO E TRABALHO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**
Lauryn Alves Facciochi
Layliene Kawane de Souza Dias
- 154 ENTRE A INFRAÇÃO E A REPARAÇÃO: A VISÃO DO PRESTADOR DA PSC**
Leticia Debiazi
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin
- 155 VIVÊNCIAS TRAUMÁTICAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL**
Leticia Pereira Dutra
Carlos Aznar Blefari
- 156 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: QUESTÕES INSTITUCIONAIS E SOBRE A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL**
Lídia Rodrigues dos Santos
Weslei Trevizan Amâncio
- 157 O SERVIÇO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ**
Lislie Tainara de Oliveira Houanye
Camila Sopko
- 158 A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COMO EIXO ESTRATÉGICO PREVENTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA**
Lizandra Valéria Bueno
Adriana Accioly Gomes Massa

- 159 A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA SEGURANÇA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ADMINISTRATIVA**
Lucas Olher Ferrari
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin
- 160 COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NO ESTADO DO PARANÁ**
Lucas Vinicius Fragona
Cleison Ribeiro Ayres
- 161 SAÚDE MENTAL DE EGRESSOS PRISIONAIS: DESAFIOS NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL**
Lucimara da Silva Dutra
Tayná Ceccon Martins
- 162 O IMPACTO DA INACESSIBILIDADE À ATENÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA PENAL**
Lukas Rockenbach
Isabel Cortes da Silva Ferreira
- 163 EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ: ANÁLISE DE INDICADORES EDUCACIONAIS E DO PLANO ESTADUAL 2025-2028**
Maria Eduarda Santos
Sandra Garcia Neves
- 164 TRABALHO FORMAL, EGRESSOS PRISIONAIS E REINCIDÊNCIA: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL**
Maria Eduarda Solano Baptista
Roseli Odorizzi
- 165 A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO ALTERNATIVA À PRISÃO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS COMPLEXOS SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ PARA A EFETIVAÇÃO DA MEDIDA**
Maria Luiza Tavares Moraes
Alan José de Oliveira Teixeira
- 166 MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO A DIREITOS**
Maria Paula Gomes de Souza
Diana Galone Somer
- 167 EXCESSO DE EXECUÇÃO DA PENA POR INÉRCIA NA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**
Mariana Rozanez de Paula
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 168 CRIMINALIDADE DE SOBREVIVÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA ANOMIA**
Mariana Simões dos Santos de Oliveira
Simone Alves Emed
- 169 ENTRE O CÁRCERE E A SOCIEDADE: A CARÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS**
Mariza da Silva de Souza
William Timóteo
- 170 SERVIÇOS SOCIAIS E INSERÇÃO LABORAL DE MONITORADOS NAS ALTERNATIVAS PENAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO CANTEIRO DE TRABALHO EM PONTA GROSSA/PR**
Maysa Pinheiro de Ramos Pantaleão
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 171 ENTRE CUIDADO E ABANDONO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROLONGAMENTO INDEVIDO DA MEDIDA DE SEGURANÇA**
Melissa Arantes Pereira
Stephanie Abrão Gorte

- 172 SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PENAL E A RESOLUÇÃO Nº 487/2023 DO CNJ**
Michelle Barbara dos Santos Gonçalves
Adriana Accioly Gomes Massa
- 173 MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E EXPANSÃO DO CONTROLE PENAL NO BRASIL: ENTRE ALTERNATIVA AO CÁRCERE E AMPLIAÇÃO DA REDE PUNITIVA**
Nathalia Mazini
Lucila Carla Cunha
- 174 O TRATAMENTO PENAL DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR CRIMES SEXUAIS NO ESTADO DO PARANÁ**
Nathália Ronchi
Pedro Luciano Evangelista Ferreira
- 175 A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO E TRABALHO NO PARANÁ**
Nathiely Beatriz Pereira do Nascimento
Patrícia Machado Pereira Giardini
- 176 LITERATURA E LIBERDADE: A LEITURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL**
Nayara Machulak Palião
Sandra Marcia Duarte
- 177 A PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE**
Neilane Balcota Pauluch
Flávia Lopes de Moraes
- 178 MULHERES PERDIDAS: O ABANDONO DAS MULHERES NO CÁRCERE E O USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA**
Nicole Isabelle Watanabe
Stephanie Abrão Gorte
- 179 MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO EXTERNO EM REGIME FECHADO**
Nicolly Felipe Rodrigues da Silveira
Willian Vieira Costa Zonatto
- 180 A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS SUBMETIDAS À MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO BRASIL**
Nivers Sene
Luiz Demétrio Janz Laibida
- 181 ENVELHECIMENTO E JUSTIÇA PENAL: PROPOSTAS HUMANIZADAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUNITÁRIO PARA PESSOAS IDOSAS – O PROJETO “TEMPO JUSTO”**
Odete Nowakowski Woiciechowski
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 182 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E REINCIDÊNCIA CRIMINAL: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DO COMPLEXO SOCIAL DE CASCAVEL**
Oscar Antonio Frigotto da Silva
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin
- 183 MORTE SOB CUSTÓDIA: OMISSÃO ESTATAL E O DIREITO À INDENIZAÇÃO**
Pâmela dos Santos Wesolowski
Tayná Ceccon Martins
- 184 O USO DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: DESAFIOS JURÍDICOS E EFETIVIDADE COMO ALTERNATIVA AO ENCARCERAMENTO**
Paola Karyellyn Carneiro
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli

- 185 TRIPLA JORNADA DE TRABALHO: A QUESTÃO DE GÊNERO NAS PENAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE**
Pedro Henrique Staben
Camila Sopko
- 186 A (IN)VISIBILIDADE DOS SERVIÇOS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO NUPEM, NA POLÍCIA PENAL DO PARANÁ**
Priscila Siqueira de Araujo
Diana Galone Somer
- 187 MONITORAMENTO ELETRÔNICO E ESTIGMATIZAÇÃO: DESAFIOS À REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO**
Raissa Gonçalves de Souza
Ana Carolina Fontana de Mattos
- 188 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES**
Renan Guilherme Vieira dos Santos
Kamila Cristina da Silva Teixeira
- 189 GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES DE VIOLÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
Sônia Aparecida de Lima
Tayná Ceccon Martins
- 190 O ENFOQUE RESTAURATIVO NAS ALTERNATIVAS PENAIS: UM ESTUDO NO COMPLEXO SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**
Sonia de Fatima Loures
Luiz Demétrio Janz Laibida
- 191 O IMPACTO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NA RESSOCIALIZAÇÃO E NA REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL: ANÁLISE CRÍTICA DA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**
Suelen Merighe da Costa
Felipe Fontana
Karoline Dutra Szul
- 192 ENTRE AS GRADES E O SILÊNCIO: O ABANDONO AFETIVO E A EXCLUSÃO SOCIAL DA MULHER ENCARCERADA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**
Sueli de Andrade
Carlos Picanço Wambier
- 193 A ATUAÇÃO INTERSETORIAL NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E NO ENFRENTAMENTO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL**
Taciane Silva Bueno Andrade
Patrícia Machado Pereira Giardini
- 194 DO CONTROLE À LIBERDADE: REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA COMO INSTRUMENTO DE (RE)INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO NUPEM**
Terezinha do Rosário Cardoso
Sandra Marcia Duarte
- 195 O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA MEDIAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO AO MERCADO DE TRABALHO**
Thalita Carolina Amorim de Oliveira
Layliene Kawane de Souza Dias
- 196 ENTRE O AMOR E A VIOLÊNCIA: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DA PERMANÊNCIA FEMININA EM RELAÇÕES ABUSIVAS**
Thalita Ferrarezi
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi
- 197 A EFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE SOBRE A REINserÇÃO SOCIAL E A DESCOMPRESSÃO DO SISTEMA PRISIONAL**
Thayná Lais Siqueira Grilo
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli

- 198 O PAPEL DA FAMÍLIA E DAS REDES DE APOIO NA REINTEGRAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO**
Vitória de Lara
Cristiane Sander
- 199 EXPECTATIVA E DESAFIOS DA INSERÇÃO DA PESSOA EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO MERCADO DE TRABALHO**
Viviane Rocha de Souza Schmitt
Tayná Ceccon Martins
- 200 ENTRE DISPOSITIVOS DE CONTROLE E GARANTIA DE DIREITOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A PRODUÇÃO DE AUTONOMIA DE PESSOAS EM REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO**
Wesley Oliveira dos Santos
Isabel Cortes Da Silva Ferreira

PCP/PR

- 202 BANCO BIOMÉTRICO DE VOZ DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ: ESTUDO DA APLICABILIDADE DE TECNOLOGIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM EXAMES DE ÁUDIO**
Amanda de Castro Matheus
Bruna Mayara Bonatto
Denise de Oliveira Carneiro Berejuk
- 203 QUANTIFICAÇÃO DE ETANOL EM BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ESPECTROSCOPIA DE INFRAVERMELHO POR TRANSFORMADA DE FOURIER (FTIR)**
Amanda Lucio de Carvalho
Fabia Tomie Tano
Hellen Cristine Pimentel
- 204 PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NA COLETA E PRESERVAÇÃO DE VESTÍGIOS EM VIOLÊNCIA SEXUAL: FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO NA REGIÃO DE CURITIBA**
Bento Mateus Pedro
Vinícius Gamarra Contieri
- 205 ACURÁCIA DO PSA COMO INDICADOR DE CONTATO SEXUAL MASCULINO EM VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**
Brenda Georgetti Gasparetto
Juliane Carlotto
- 206 A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CRIMINAIS COMO PRÁTICA EDUCATIVA: ESTUDO SOBRE O MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES**
Brenda Santana Gonçalves Mauad
Caroline Ivanski Langer
- 207 ANÁLISE DA EVOLUÇÃO TEMPORAL DE RESÍDUOS DE INCÊNDIO EM DIFERENTES MATRIZES POR CROMATOGRAFIA GASOSA, UMA ANÁLISE QUALITATIVA**
Bruna Cristina de Almeida Spoladori
Margarida Neves Souza
Ronald Silva Szafirski
- 208 ENTRE O SILÊNCIO E A PERÍCIA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E IMPLICAÇÕES FORENSES DA SUSPEITA DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM LONDRINA – PR**
Bruna Ilona Queiroz de Faria
Alexandre Sanches Larangeira
- 209 A INVISIBILIDADE DA MULHER NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA**
Cíntia Terezinha da Silva
Patrícia Machado Pereira Giardini
- 210 DETERIORAÇÃO DE VESTÍGIOS BALÍSTICOS PELA PRESENÇA DE RESÍDUOS DE SANGUE AO LONGO DO TEMPO**
Daniele de Freitas Garcia
Luiz Henrique da Silva Rotta
Simone Vasconcelos Santana Rotta

- 211 DESENVOLVIMENTO DE UMA BIBLIOTECA DE PADRÕES ESPECTRAIS UV/VIS, FTIR E DE CONDUTIVIDADE PARA APOIO À TRIAGEM ANALÍTICA E FORENSE**
Douglas Assumpção Guibes
Isabella Ferreira Melo
- 212 ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS PENAS ENTRE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE COM COLETA DE DNA NO PARANÁ: UM ESTUDO RETROSPECTIVO (2021–2024)**
Douglas Felipe Mendes Correia de Oliveira
Luciellen d'Avila Giacomel Kobachuk
- 213 A IMPORTÂNCIA DAS ANÁLISES TOXICOLÓGICAS FORENSES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA: ARSÊNIO, ALDICARBE E O ACESSO VIRTUAL**
Emanuele Rodrigues de Oliveira
Thais Regina Ravazi de Souza
- 214 INFORMATIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LABORAIS NA PATOLOGIA FORENSE: PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RASTREABILIDADE NA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Fernanda Vieira
Sheila Cristina Mocellin
- 215 AUTOMAÇÃO DE ENSAIO DE FORÇA DE PUXADA DE GATILHO: APLICAÇÃO DE MICROCONTROLADOR E MOTOR DE PASSO**
Gabriel Pereira Andrade
Jefferson dos Santos Vorpapel
- 216 DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO EM LC-MS/MS PARA A DETECÇÃO DE DROGAS FACILITADORAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL**
Gabriella Rocha Coutinho
Dayse Fernanda de Souza
- 217 ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA LIMPEZA EM DIFERENTES SETORES PERICIAIS**
Gleiciane Aparecida Teodoro Querino
Letícia Bravo Lopes Silva
- 218 A IMPORTÂNCIA DE UM BANCO DE DADOS DE REGISTRO ODONTOLÓGICO NA ROTINA DA POLÍCIA CIENTÍFICA**
Halycia Raposo da Silva Gomes
Deiweson de Souza Monteiro
- 219 APLICAÇÃO DE GC-MS E UV-VIS NA AVALIAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE PRODUTOS DE PERFUMARIA COMERCIAIS**
Irene Duck
Margarida Neves Souza
- 220 BANCO NACIONAL DE PERFIS BALÍSTICOS: UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA COMPARADA COM MODELOS INTERNACIONAIS**
Isadora Werneck de Carvalho
Rodrigo de Jesus Camargo
- 221 POLÍCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALÍSTICA NO COMBATE À CRIMINALIDADE**
Jasson Alexandre do Carmo
Camilin Marcie de Poli
- 222 IMPLANTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS E DNA NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE FOZ DO IGUAÇU**
Jessyca Mancebo Furtado
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva
- 223 APLICAÇÃO DA FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X PORTÁTIL E TÉCNICAS QUIMIOMÉTRICAS NA IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES EM FARELO DE SOJA**
Julia Rosario Andrade
Sophia Wieczorek Lobo
Amanda Cristina de Jesus Cunha

- 224 DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE MÉTODO ANALÍTICO POR LC-MS/MS PARA QUANTIFICAÇÃO DE 3,4METILÊNODIOXIANFETAMINA (MDA) EM COMPRIMIDOS DE ECSTASY**
Kathleen Caroline do Amaral Andrion
Clarice Dias Britto do Amaral
Marina Gomes Sobral Stroski
- 225 PROGRAMA DE NECESSIDADES PARA OS ACESSOS ÀS UNIDADES DE EXECUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Leandro Zultanski Fontoura Alves Ferreira
Paulo Francisco Nginga Gaspar
- 226 ANÁLISE DO PERFIL QUÍMICO DE AMOSTRAS DE CRACK: APREENDIDO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ**
Lilian Gissela Guillén Almeida
Adriéli Mazurek Cieslak
Vanessa Appel da Rocha
Renilson Sérvulo da Silva Júnior
Talita Odriane Custodio Leite
- 227 DESENVOLVIMENTO DE MODELO TÉCNICO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS EM ENTORPECENTES DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Louise Assahida Leite
Carolina Batista Ariza Tamarozzi
- 228 IMPLEMENTAÇÃO DA AUTOMATIZAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA LIMS COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA CADEIA DE CUSTÓDIA NA SEÇÃO DE GENÉTICA MOLECULAR FORENSE DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Luana Rafaela Vieira
Jaqueline Andressa Machado Trentin Luz
Pedro Henrique Canezin
- 229 CIGARRO ELETRÔNICO: O QUE REALMENTE ESTÁ EM SUA COMPOSIÇÃO**
Lucas de Carvalho Gouveia
Margarida Neves Souza
- 230 INTELIGÊNCIA PERICIAL NA ABORDAGEM DE *GHOST GUNS*: OLHAR PROSPECTIVO DE AMEAÇAS À SEGURANÇA PÚBLICA**
Lucas Nicolas Assad
Sophia Wieczorek Lobo
Rodrigo Londe Moura
- 231 COCAÍNA “PRETA” (*BLACK COCAINE*): ESTRATÉGIAS DE OCULTAÇÃO E DESAFIOS ANALÍTICOS NA QUÍMICA FORENSE**
Mailon Diego da Silva Andriollo
Rodrigo Yukio Shiroma Dias
- 232 OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SEÇÃO DE ENFERMAGEM FORENSE EM UMA INSTITUIÇÃO PERICIAL**
Miriam Barbosa do Nascimento
Vinicius Gamarra Contieri
- 233 GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA ANÁLISE FORENSE DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS APREENDIDAS PELO PODER PÚBLICO**
Natalia Carolina de Castro
Sophia Wieczorek Lobo
- 234 VALORAÇÃO ECONÔMICA DE DANOS AMBIENTAIS EM PERÍCIAS CRIMINAIS: PROPOSTAS PARA O ESTADO DO PARANÁ**
Natalia Wistuba
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva
- 235 A RELEVÂNCIA DA PERÍCIA DIGITAL NA ELUCIDAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 218-C DO CÓDIGO PENAL**
Renata Ribas de Brito Vieira
Simone Maria Klok

- 236 SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA APLICADO À POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Rodrigo de Oliveira Bianchini
Alexandre Gori de Castilho
- 237 AUSÊNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA E INSTITUCIONAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA**
Rodrigo Jorge de Andrade
Joice Malakoski
- 238 MATRIZ DE RISCO NA GESTÃO DA QUALIDADE EM LABORATÓRIO DE GENÉTICA FORENSE DO PARANÁ**
Samara Medeiros Dias
Claudia Marina Schellin Becker
Marcelo Malaghini
- 239 ESQUIZOFRENIA E COMPORTAMENTO CRIMINAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA**
Sebastião Sacalui Paulo Alves
Vinicius Gamarra Contieri
Fábio Brasil
- 240 A UTILIZAÇÃO DA CIÊNCIA FORENSE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO PERÍCIA MIRIM**
Tamires Maria Ferreira
Poliana Barbosa da Riva
- 241 LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DE DADOS DE REQUISIÇÕES RECEBIDAS PELA SEÇÃO DE TOXICOLOGIA FORENSE (PCI-PR): PERÍODO DE 24 MESES**
Tamiris Coelho
Dayse Fernanda de Souza
- 242 ANÁLISE GENÉTICA EM AMOSTRAS *POST MORTEM* POSITIVAS PARA SÊMEN DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**
Thaís Michelle Dias Oliveira
Juliane Carlotto
- 243 DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO EM LC-MS/MS PARA DETECÇÃO DE NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)**
Vanessa dos Anjos Ribeiro
Dayse Fernanda de Souza
- 244 LESÕES PATOLÓGICAS COMO IMPORTANTES INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PERFIL ESTIMADO EM ANTROPOLOGIA FORENSE: RELATO DE CASO**
Vanessa Ketlenn Zavadzki Santos
Thaís Xavier

PCPR

- 246 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: O LIMAR ENTRE O DANO EMOCIONAL E A CRIMINALIZAÇÃO**
Amanda Caroline Pering
Tayná Ceccon Martins
- 247 VIOLÊNCIA VICÁRIA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS FILHOS: IMPACTOS NO VÍNCULO AFETIVO E NA SAÚDE MENTAL DA MULHER**
Amanda Cristina Rochinski
Jacqueline Mari Machado
- 248 DA REVELAÇÃO À PROVA: OS DIFERENTES MOMENTOS DA FALA DA CRIANÇA EM CONTEXTO DE SUSPEITA DE VIOLÊNCIA**
Ana Paula Correa
Luiz Fernando Stachechen

- 249 A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO HUMANIZADO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DA MULHER**
Barbara Bruna Fernandes Bertoli
Tayná Ceccon Martins
- 250 PARA ALÉM DA INVESTIGAÇÃO: O PAPEL EDUCATIVO DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES (NUCRIA/PCPR) NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PARANAGUÁ-PR**
Bhranda Patricia dos Santos
Flavio Adriano Balan
- 251 A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA ESCUTA ESPECIALIZADA EM CONTEXTOS POLICIAIS**
Bruna Hainosz Ruchinski
Luiz Fernando Stachechen
- 252 A OUTRA FACE DA RESIDÊNCIA TÉCNICA NO PARANÁ: PRECARIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS RECÉM-FORMADOS**
Evelin Emanuele Cordeiro
Layliene Kawane de Souza Dias
- 253 A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO MANIFESTAÇÃO NECROPOLÍTICA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL**
Gabriele Zaiatz Araujo
Stephanie Abrão Gorte
- 254 A NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA UM OLHAR SOBRE OS MECANISMOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS**
Jacqueline de Assis Ramos
Sandra Garcia Neves
- 255 SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS CIVIS: A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA**
Jeniffer Leite Lima Duarte
Camila Sopko
- 256 INSTITUIÇÃO DE APOIO A MULHER: NORMAS CULTURAIS E A INFLUÊNCIA NA ASSISTÊNCIA OFERECIDA**
Jhony Minueza Tavares
Tayna Ceccon Martins
Rafael Yukio Nozima
- 257 PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP) COMO FERRAMENTA DE SEGURANÇA ORGÂNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NUCRIA-FOZ DO IGUAÇU**
Joyce Aparecida da Luz Colaço
Cristiane Sander
Viviani Schemmer Tolpho
- 258 ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS DA ATUAÇÃO DE CÃES NAS OPERAÇÕES POLÍCIAIS**
Jullyana Ventura de Oliveira
Laura Cecília Fagundes dos Santos Braz
- 259 VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DOS REGISTROS DE ESCUTA ESPECIALIZADA NO NUCRIA DE LONDRINA (2023–2025)**
Jussarah Rodrigues da Fonseca
Camila Sopko
Cristina Fukumori Watarai
- 260 A RETIRADA DA MEDIDA PROTETIVA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**
Luana Portela
Cleison Ribeiro Ayres
Kelvin Nogueira Gomes

- 261 VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA: ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (2020-2026)**
Maira Kerolyn de Oliveira Cardoso
Nathália Caroline Faria Tago
- 262 DISTOPIA E PODER: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM THE HANDMAID'S TALE E SEUS PARALELOS NA CONTEMPORANEIDADE**
Maria Jaqueline de Lima Gevigier
Camila Sopko
- 263 A FALTA DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
Maria Josiane Sousa de Oliveira
Jacqueline Mari Machado
- 264 DOS LIMITES DO RELATO À LEITURA DO SOFRIMENTO: A ESCUTA ESPECIALIZADA DE BEBÊS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**
Mariana Monteiro Veiga
Stephanie Abrão Gorte
- 265 A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM CONTEXTOS TRANSFRONTEIRIÇOS: UMA ANÁLISE DO ACORDO DO MERCOSUL**
Mayara Cristina Colombo
Adriana Accioly Gomes Massa
- 266 AS REPETIÇÕES NOS RELACIONAMENTOS E SUAS INFLUÊNCIAS NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO**
Patrícia Naomi Nozawa
Flávio Adriano Balan
- 267 DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO POR LC-MS/MS PARA A DETECÇÃO DE DROGAS RELACIONADAS A ACIDENTES DE TRÂNSITO**
Paula Maria Costa
Dayse Fernanda de Souza
- 268 AVALIAÇÃO DE RISCO E PROTEÇÃO DE MULHERES: ANÁLISE DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO FOMAR**
Raquel Gonçalves Domingos
Isabel Cortes da Silva Ferreira
- 269 DO SILÊNCIO À DENÚNCIA: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FOZ DO IGUAÇU**
Romina Romero Nuñez
Cristiane Sander
- 270 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: IMPORTÂNCIA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL**
Tainara Kessia Mainardes
Thais Cristina dos Santos
- 271 UMA ANÁLISE JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO PAPEL DO PSICÓLOGO NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS**
Talita Silva Garcia
Stephanie Abrão Gorte
- 272 PERFIL DE AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA LITERATURA PSICOLÓGICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
Valdemir Mendes da Silva
Luiz Fernando Stachechen
- 273 ACOLHIMENTO COMO PRÁTICA POTENCIALIZADORA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**
Vinicius Chaves de Andrade
Tayná Ceccon Martins

- 274 A TEORIA DO ELO NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOCIAL E DA ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS MAUS-TRATOS ANIMAIS NO PARANÁ**
Yasmin de Freitas Lopes
Emanoel Oliveira dos Santos

PMPR

- 276 ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM UM HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA**
Juliana Ortiz Kay
Jacqueline Mari Machado
- 277 A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR**
Amanda Thomé de Lima Souza
Rodrigo dos Santos Teixeira
- 278 SAÚDE MENTAL NA FORMAÇÃO INICIAL DE POLICIAIS MILITARES: IMPACTOS DO ESTRESSE OCUPACIONAL**
Ana Beatriz Nunes de Oliveira
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva
- 279 O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ESTUDO APLICADO À CONSTRUÇÃO DA SEDE DA 2ª COMPANHIA DO 16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR EM PINHÃO/PR**
Andressa dos Santos Viana
Yasmin Soraia das Neves
- 280 A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2026 E A COMPETÊNCIA INVESTIGATIVA EM CONFRONTOS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE OU LESÃO NO PARANÁ**
Bilal Mohamed Rahal
Rodrigo de Jesus Camargo
- 281 A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA GESTÃO DE EQUIPES E PROPOSTAS DE PROGRAMAS DE APOIO PSICOLÓGICO ENTRE 2020 E 2026**
Bruno Henrique Costa
Nathália Caroline Faria Tago
- 282 A CONTRIBUIÇÃO DO CIRURGIÃO – DENTISTA NA DETECÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**
Caroline Moura Schmockel
Deiweson de Souza Monteiro
- 283 IMPACTO E ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PROGRAMA MULHER SEGURA NA REGIÃO DO 30º BPM**
Celeste Laverde Severino da Silva
Marcelo Bordin
- 284 ENTRE A DISCIPLINA E A AUTONOMIA: PERCEPÇÕES DOCENTE SOBRE A GESTÃO MILITARIZADA NO 5º COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU/PR**
Daiane Couto Vieira Valim
Simone Alves Emed
- 285 COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE SEÇÕES DO CPE/PMPR: DESAFIOS E IMPACTOS OPERACIONAIS**
Esperança Francisco André
Simone Alves Emed
- 286 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ÉTICA E LEGAL NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR**
Gabriel dos Santos Amaral
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 287 SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES: IMPACTOS DA JORNADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**
Gabriel Vinicius da Silva
Ademar Vieira Neto

- 288 ESTEREOTIPIAS COMPORTAMENTAIS EM EQUINOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**
Gabrielly Aparecida Lopes da Silva
Matheus Henrique Berno
- 289 A RELEVÂNCIA DA PREVENÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA ODONTOLÓGICA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA CIENTÍFICA**
Gislaine Facco
Thais Regina Ravazi de Souza
- 290 TRANSTORNOS TEMPOROMANDIBULARES EM POLICIAIS SOB ESTRESSE CRÔNICO**
Helena Machado Carlos
Deiweson de Souza Monteiro
- 291 A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS: O PAPEL DO PEDAGOGO NA FORMAÇÃO CIDADÃ E NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**
Karen Claudino da Silva
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
- 292 A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO COLÉGIO MILITAR**
Karen Daline Faquinete Pereira
Tayná Ceccon Martins
- 293 PSICOLOGIA DAS MASSAS E SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO PSICANALÍTICO**
Lara Beatriz Mantovani da Costa
Stephanie Abrão Gorte
- 294 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DO USO DE TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA**
Luan Mickael da Rocha
Rosangela Teresinha da Silva da Rocha
- 295 LESÕES CERVICAIS NÃO CARIOSAS: IMPACTOS DO ESTRESSE, BRUXISMO E ANSIEDADE OCUPACIONAL**
Lucas Collodel
Thais Regina Ravazi de Souza
- 296 ENTRE FARDA E SUJEITO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SOFRIMENTO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ**
Maria Eduarda Rovani Cattusso
Stephanie Abrão Gorte
- 297 PREVENÇÃO DE LESÕES CUTÂNEAS EM EQUINOS UTILIZADOS NO POLICIAMENTO MONTADO**
Mariana Monteiro Caleffi
Matheus Henrique Berno
- 298 A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA PMPR SOB A LENTE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS**
Matheus Lucio Lizardo
William Timóteo
- 299 A PATRULHA MARIA DA PENHA DO PARANÁ COMO ATOR DA REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**
Natalia Tiepolo Kochinski
Caroline Ivanski Langer
- 300 INDICADORES ODONTOLÓGICOS NO DIAGNÓSTICO DO ABUSO INFANTIL**
Nemily Goerck
Deiweson de Souza Monteiro
- 301 A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR: CONHECIMENTO, DISCIPLINA E VALORES**
Patricia Adriano
Adriana Tessaro Will

- 302 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM ESCOLAS MILITARIZADAS: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR, DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS E DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL**
Tatiane Ribeiro Alves
Simone Alves Emed
- 303 CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO EM UM ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ APÓS A LEI Nº 14.133/2021**
Taylon Brutus Barros Steffens
Denise Pineli Chaveiro
- 304 PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL**
Thaís Andrade Brito
Stephanie Abrão Gorte
- 305 O TRABALHO NO REGIME SEMIABERTO COMO FONTE DE RESSOCIALIZAÇÃO**
Wellington Atalpio Ibiapino Borges
Willian Vieira Costa Zonatto
- 306 CLIMA ORGANIZACIONAL E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO COMO MEIO DE EVITAR UMA CRISE DE LEGITIMIDADE**
William Bach
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva

SESP

- 308 RECONHECIMENTO FACIAL EM PROVAS PERICIAIS: ESTUDO COMPARATIVO NA SESP/PR E POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ**
Adilson Leonardo Morgado Cabaça
Alexandre Gori de Castilho
- 309 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: IMPLICAÇÕES DA DEFINIÇÃO LEGAL NA PRÁTICA AVALIATIVA PERICIAL NO CONTEXTO POLICIAL DO ESTADO DO PARANÁ**
Ana Vitória Vidal Baron
Fabiane Fortes
- 310 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DE FALSAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PROTEÇÃO DA VÍTIMA E A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**
André Luís Seniski
Alan José De Oliveira Teixeira
- 311 MILITARISMO E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**
André Luiz Moleta
Stephanie Abrão Gorte
- 312 MONITORAMENTO ELETRÔNICO SIMULTÂNEO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DO PROJETO-PILOTO MES NO ÂMBITO DO PROGRAMA MULHER SEGURA NO ESTADO DO PARANÁ**
Ariane Fernanda Neves dos Santos
Camilin Marcie de Poli
- 313 CONSEGs E A SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ: UMA ABORDAGEM DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**
Bianca Thassiane de Lima
Rafael Bruno Cassiano de Moraes
- 314 POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: AS DROGAS COMO OBJETO DE ESTUDO E AÇÃO**
Caetano Burgos Deflon
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi

- 315 APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA RFID NO CONTROLE DE VESTÍGIOS ARMAZENADOS EM ACERVOS DA POLÍCIA CIENTÍFICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA UM ESTUDO DE CASO**
Cesar Augusto Januario
Alexandre Gori de Castilho
- 316 POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, SISTEMA PENAL E GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.216/2001 E DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 487/2023 À LUZ DO PARADIGMA DA SEGURANÇA HUMANA**
Clayton Agostinho Auwerter
Sandra Marcia Duarte
- 317 A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS EM CONTEXTO PRISIONAL NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL**
Eliza Beatriz de Abreu
Cleison Ribeiro Ayres
- 318 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ORIENTAÇÃO PARA PARENTALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROGRAMA PRUMOS**
Francieli Lourenço de Souza
Jacqueline Mari Machado
Isaac Guidão Toscano
- 319 O DOMÍNIO DA FORÇA: TECNOLOGIAS MENOS LETAIS COMO ALTERNATIVA NO GERENCIAMENTO DE CRISES PRISIONAIS**
Higor Henrique Lima Louzada
Pedro Paulo Porto de Sampaio
- 320 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS, TECNOLOGIAS NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO**
Isabel Macena Pagnoncelli
Luiz Rodrigo Grochocki
- 321 O DANO PÓS-CRIME E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO CASO MARIANA FERRER: A MÁ GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A NECESSIDADE DE UMA RESPOSTA RESTAURATIVA**
Jéssica Bruna Costa Zanardi
Camilin Marcie de Poli
- 322 SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNIDADES INDÍGENAS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DIAMANTE D'OESTE, TERRA ROXA E GUAÍRA**
João Marcos Petry Leonardo
Marcelo Bordin
- 323 SISTEMA AUTOMATIZADO PARA CONFERÊNCIA DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS NA SEGURANÇA PÚBLICA**
João Paulo Alves
Matheus Justino Cândido
- 324 LEVANTAMENTO E PADRONIZAÇÃO DE BAIRROS OFICIAIS PARA QUALIFICAÇÃO DE BASES TERRITORIAIS APLICADAS À SEGURANÇA**
Leandro Degani
Cássio Aparecido Borges Fernandes
- 325 AUTOMAÇÃO ASSISTIDA NA ANÁLISE DE CONTRATOS PÚBLICOS: PROVA DE CONCEITO NO CENTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SESP/PR**
Ledson José Vanini
Alexandre Gori de Castilho
- 326 QUALIDADE DO SONO E REPERCUSSÕES PARA A SAÚDE DE POLICIAIS MILITARES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA**
Luana de Barros Teixeira
Rosevani Chiapetti
- 327 LICITAÇÕES E SUAS TECNOLOGIAS**
Lucas José Caldas Rezende
Ana Carolina Fontana de Mattos

- 328 A UTILIZAÇÃO DA BIOIMPEDÂNCIA NO MONITORAMENTO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL EM PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO**
Manoel Alves de Lima
Alexandre Gori de Castilho
- 329 TRANSPARÊNCIA ATIVA CIDADÃ NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE À LUZ DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**
Manuel André Francisco Camenga
José Manuel Mussunda da Silva
- 330 CENTRO INTEGRADO DE TREINAMENTO DE CÃES DE BUSCA DE PESSOAS: ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA DE CRIAÇÃO E OPERAÇÃO**
Marcos Aurélio Simplicio
Sophia Wieczorek Lobo
- 331 “EU SOU POLICIAL”: TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL**
Mayssun Omari Osman
Stephanie Abrão Gorte
- 332 ENTRE A QUEIXA E A IDENTIFICAÇÃO: O RESENTIMENTO NA IDENTIDADE PROFISSIONAL MILITAR**
Mylena Branco Zielinski
Stephanie Abrão Gorte
- 333 O SERVIÇO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: REFLEXÕES A PARTIR DA RESIDÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA DO PARANÁ NO PROGRAMA PRUMOS**
Paola Ohrem Brischiliari
Cássio Aparecido Borges Fernandes
- 334 DIREITOS POLÍTICOS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ALISTAMENTO ELEITORAL E O LIMITE CONSTITUCIONAL DA LEI 15.358/2026**
Pollyanna Ribas de Britto
Ana Maria Nieves
- 335 DESIGN URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA: COMO O CPTED NO PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PODE AJUDAR NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE**
Priscila Drieli Ferreira Branco
Libia Patrícia Peralta Agudelo
- 336 A INSERÇÃO FEMININA NA SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS LABORAIS E REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL**
Rafaella Graziani Müller Fernandes
Isabel Cortes da Silva Ferreira
- 337 A VIRTUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS NO SISTEMA PRISIONAL: EFICIÊNCIA, DADOS SENSÍVEIS E CONTROLE ALGORÍTMICO**
Ricardo Luiz Barboza
Sandra Marcia Duarte
- 338 A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES NO CONTEXTO DO PROGRAMA PRUMOS**
Ricardo Pelosi Cardoso
Cassio Aparecido Borges Fernandes
- 339 PRÁTICAS DE GOVERNANÇA DE TIC: RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO PDTIC DA SESP/PR (2024–2026)**
Roberson Jacques
Alexandre Gori de Castilho
- 340 PROGRAMA MULHER SEGURA (PR) E MOVIMENTO SP POR TODAS (SP): ARQUITETURAS INSTITUCIONAIS E IMPLEMENTAÇÃO**
Romualdo da Costa Agostinho
Daniela Alejandra Osorio Dominguez

- 341 AVALIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS NA SEGURANÇA PÚBLICA COM BASE NA CERTIFICAÇÃO AQUA-HQE**
Thais Fernandes Pereira
Libia Patricia Peralta Agudelo
- 342 AGENTES AUTÔNOMOS NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ**
Vericson Silva de Almeida
Alan José de Oliveira Teixeira
- 343 INTEGRAÇÃO DA METODOLOGIA BIM NO DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE POLICIAL EM GUARAPUAVA/PR**
Victal Baptista Mambo Biziami
Paulo Francisco Nginga Gaspar

SOBRE O PROGRAMA

O Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão da Segurança Pública - RESTEC-GESP, ofertado pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR em parceria com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e com a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná - SESP/PR tem como propósito fomentar o aprimoramento de profissionais recém-formados em Cursos de Graduação de diversas áreas do conhecimento. O programa RESTEC-GESP oportuniza a atuação de profissionais selecionados em atividades práticas realizadas em um órgão da administração direta ou autárquica do Estado do

Paraná, de acordo com a área de atuação pretendida pelo aluno residente. O programa tem por finalidade proporcionar aos alunos residentes aprofundamento teórico relacionado às diferentes áreas de atuação as quais o programa se destina, de forma a contribuir para o desenvolvimento profissional e pessoal dos residentes e, para tanto, o programa incorpora um Curso de Pós-Graduação em Gestão da Segurança Pública RESTEC-GESP ofertado na modalidade de educação à distância - EAD, vinculado à Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR.

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresentamos os **Anais do II Seminário de Gestão em Segurança Pública do Paraná**, realizado nos dias **23 e 24 de julho de 2026**, na **Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campus de Curitiba I, Auditório Mario Schoemberger**, em Curitiba. Este evento, promovido para compartilhar e discutir os avanços e desafios na área de segurança pública, marca um importante passo na integração e aplicação do conhecimento acadêmico em práticas reais.

Durante o seminário, foram apresentados os trabalhos de conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão da Segurança Pública, elaborados pelos Residentes. Esses profissionais desempenharam funções em diversas forças do Estado ao longo dos últimos dois anos e seus projetos refletem a experiência empírica aliada ao rigor acadêmico. Cada trabalho abordou aspectos cruciais para a melhoria da segurança pública, propondo

soluções inovadoras e estratégias eficazes para os desafios enfrentados pelas forças de segurança.

Os trabalhos compilados nestes Anais são fruto de um esforço coletivo para aprimorar a gestão em segurança pública no Paraná. Eles representam o comprometimento dos residentes, orientadores e supervisores com a busca por excelência e inovação em suas áreas de atuação.

Agradecemos a todos os que contribuíram para a realização deste seminário, em especial aos autores dos trabalhos e aos profissionais que acompanharam o desenvolvimento dos projetos. Temos certeza de que as ideias e soluções aqui apresentadas servirão de inspiração e orientação para futuros projetos e iniciativas no campo da segurança pública. Desejamos a todos uma leitura enriquecedora e inspiradora.

Coordenação da RESTEC-GESP

CBM PR

Corpo de Bombeiros Militar do Paraná

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PATRONATO PENITENCIÁRIO: O TRABALHO E O ESTUDO PARA A RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS E A REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Alana Emanuely Maziero¹
Giovane Matheus Camargo²

Resumo: O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios estruturais que dificultam a concretização da finalidade ressocializadora da pena, dentre os quais se destacam a superlotação carcerária, as condições inadequadas de encarceramento e as limitações no acesso a direitos fundamentais. Nesse contexto, o Patronato Penitenciário, órgão da execução penal previsto na Lei nº 7.210/1984, desempenha papel relevante no acompanhamento de apenados e egressos do sistema prisional, desenvolvendo ações voltadas à reintegração social por meio do trabalho e da educação. O presente estudo tem como objetivo analisar a contribuição dessas políticas públicas para a ressocialização e para a prevenção da reincidência criminal, bem como identificar os principais desafios relacionados à sua efetivação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizada por meio de consulta bibliográfica e documental. Foram analisados livros, artigos científicos, legislações, relatórios institucionais e documentos normativos relacionados à execução penal, à ressocialização e às políticas públicas destinadas à população prisional e egressa. A análise dos dados ocorreu de forma interpretativa, à luz do referencial teórico adotado. Os resultados indicam que o acesso ao trabalho e à educação constitui importante instrumento de promoção da autonomia, da cidadania e da reintegração social dos egressos, contribuindo para a redução de fatores associados à reincidência criminal. Conclui-se que o fortalecimento das ações desenvolvidas pelo Patronato Penitenciário representa relevante mecanismo de efetivação da dignidade da pessoa humana e de aproximação da execução penal aos seus objetivos legais e constitucionais.

Palavras-chave: Execução Penal; Patronato Penitenciário; Políticas Públicas; Reincidência Criminal; Ressocialização; Reincidência Criminal.

1 Residente - Pós-graduanda e Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharela em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito e Processo Penal pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Direito Público pela Legale Educacional. E-mail: mazieroae99@gmail.com

2 Orientador(a) - Giovane Matheus Camargo. Bacharel em Direito pelo Instituto Superior do Litoral do Paraná (ISULPAR). Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor do curso de pós-graduação em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: giovanemcamargo@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS DE SOFTWARE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Alison Renan Trindade Moura¹
Tadeu Perpetuo Nunes Filho²

Resumo: A descentralização tecnológica no desenvolvimento de software em instituições públicas frequentemente resulta em redundância de informações, inconsistência de dados críticos e vulnerabilidades na governança de TI. O presente artigo diagnosticou o cenário atual de sistemas do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) e estruturou um modelo conceitual de integração para solucionar o isolamento informacional. A pesquisa, de natureza aplicada e caráter exploratório-descritivo, utilizou análise documental da topologia de TI da corporação para mapear os pontos de duplicidade. Identificou-se que o compartilhamento direto de banco de dados e o uso de rotinas automatizadas de transferência de arquivos em lote (CRON) atuam apenas como paliativos que camuflam a defasagem de dados, gerando forte acoplamento estrutural, retrabalho administrativo, prejuízos operacionais e riscos de desconformidade com a legislação vigente de proteção de dados. A proposta baseia-se no estilo arquitetural REST e no estabelecimento de um sistema central atuando como Fonte Única da Verdade (Single Source of Truth), complementada por uma tática de sincronização local (polling) para garantir a alta disponibilidade de sistemas de missão crítica, como o despacho de ocorrências. Conclui-se que a transição progressiva para este modelo arquitetural reduz a redundância, simplifica a manutenção, mitiga o risco de exposição de dados sensíveis e marca o avanço do CBMPR para uma gestão tecnológica coesa e alinhada às melhores práticas da engenharia de software corporativa.

Palavras-chave: Integração de Sistemas; Arquitetura de Software; Governança de TI; REST; Bombeiro Militar; Administração Pública.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Ciência da Computação. E-mail: alison.moura@cbm.pr.gov.br

² Orientador(a) - Capitão (QOBM) do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Bacharelado em Segurança Pública - Bombeiro Militar e Sistemas de Informação, Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica de Projetos, Desenvolvimento e Métodos Ágeis, Inteligência Artificial. E-mail: tadeu.nunes@cbm.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

REGULAMENTO DISCIPLINAR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ: NECESSIDADE DE UMA NORMA AUTÔNOMA

Bianca Vaismann Thives¹

Murilo Sinque de Paula²

Resumo: O regulamento disciplinar é um conjunto de normas que define as transgressões disciplinares e as punições aplicáveis aos militares, além de estabelecer diretrizes sobre comportamento, recursos e recompensas. O presente estudo analisa a necessidade de um regulamento disciplinar autônomo para o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR), que atualmente é regido pelo Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). Essa dependência normativa desconsidera as idiosincrasias operacionais da corporação, comprometendo sua eficiência. Diante disso, esta pesquisa busca demonstrar, através de um estudo qualitativo e comparativo de caráter interdisciplinar (gestão e direito), fundamentado em análise bibliográfica e legislativa, a inadequação da aplicação irrestrita do regulamento disciplinar de uma instituição de segurança pública com missão constitucional distinta. A pesquisa examina a evolução jurídica do regime disciplinar militar e realiza um estudo comparado entre os regulamentos de outros Corpos de Bombeiros brasileiros, identificando condutas específicas que exigem tipificação distinta das normas militares tradicionais. Conclui-se que a autonomia normativa é essencial para garantir a taxatividade jurídica, o alinhamento aos princípios administrativos e o fortalecimento da identidade institucional pós-emancipação da PMPR.

Palavras-chave: Transgressões Disciplinares; Autonomia Normativa; Missão Constitucional; Identidade Institucional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito. E-mail: biancavaismann44@gmail.com

2 Orientador(a) - Major do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, Bacharel em Segurança Pública e Direito. E-mail: murilosinque@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SISTEMA GEORREFERENCIADA DE DADOS E METADADOS PARA GESTÃO ESTRATÉGICA DAS INFRAESTRUTURAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

Constantino Biaguê¹
Oliveira Orlandi Júnior²

Resumo: O estudo fundamenta-se na necessidade de superar a fragmentação, a dispersão e a ausência de padronização das informações patrimoniais, documentais e espaciais, fatores que comprometem o planejamento institucional e a tomada de decisão. A metodologia adotada compreendeu pesquisa aplicada, exploratória e descritiva, baseada em análise documental, levantamento de dados institucionais, georreferenciamento das unidades e estruturação de uma base integrada contendo registros administrativos, operacionais, geográficos e demográficos. Como resultado, foi desenvolvido um banco de dados com mais de 300 registros, um sistema de identificação hierárquica das unidades e um painel de monitoramento processual (RADAR), possibilitando maior rastreabilidade, padronização e controle das informações. Conclui-se que a solução proposta apresenta potencial para aprimorar a gestão patrimonial, subsidiar obras e serviços de engenharia, otimizar a alocação de recursos e fortalecer a governança da infraestrutura institucional do CBMPR.

Palavras-chave: Imóveis; Gestão de Infraestrutura Pública; Desvinculação Institucional; Corpo de Bombeiros; Padronização de Processos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Engenheiro de Energias. E-mail: biague46@aluno.unilab.edu.br e biague@alunos.utfpr.edu.br

2 Orientador(a) - Professor Me. da Escola Superior de Bombeiros Militar do Paraná Eng. Civil e Mecânico. E-mail: oliveiraorlandijunior@gmail.com

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DISCIPLINAR (TACD) NO CBMPR: UMA PROPOSTA DE EFICIÊNCIA NA GESTÃO DISCIPLINAR

Daiane Carnelos Resende¹
Luiz Demétrio Janz Laibida²

Resumo: Este artigo, de natureza teórico-propositiva, apresenta uma proposta de implementação do Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar (TACD) no âmbito do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) como instrumento jurídico-normativo para a gestão de transgressões disciplinares de natureza leve. O estudo justifica-se pela necessidade de otimizar recursos, conferir celeridade e eficiência ao rito disciplinar, alinhando-se aos princípios constitucionais da Administração Pública. A metodologia qualitativa e teórico-bibliográfica baseia-se na análise da legislação correlata, na doutrina administrativista e em modelos já existentes em outros órgãos. Como resultados, propõe-se a criação de uma norma interna específica, a definição de requisitos objetivos para adesão, um fluxo processual simplificado e uma “calculadora” conceitual para auxiliar na dosimetria. Conclui-se que o TACD é uma ferramenta viável e vantajosa para o CBMPR, promovendo a resolução célere de conflitos, o caráter pedagógico da punição e a racionalização do emprego de recursos públicos, sem descuidar dos princípios da hierarquia e disciplina.

Palavras-chave: Termo de Ajustamento de Conduta Disciplinar. Eficiência. Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Processo Disciplinar. Consensualidade.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito e Sociologia. Doutora em Sociologia pela UFPR. E-mail: daianecarnelos@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2016), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2007), Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2003), Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005) e Especialização em Gestão e Inovação em EaD pela FESP-PR (2014). E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

DESAFIOS E POTENCIALIDADES DE ADEÇÃO DA ESCALA 24/72 NO CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO PARANÁ

Emanuele Gomes dos Santos¹

Renata Nogueira²

Resumo: O presente artigo versa sobre a jornada de trabalho de servidores militares, tendo como objeto de pesquisa, o 11º Batalhão de Bombeiro Militar de Apucarana. Tem por objetivo expor os desafios e as potencialidades de adesão da escala 24/72 no Corpo de Bombeiro Militar do Paraná, sob a perspectiva da saúde mental e qualidade de vida. Foi utilizada pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, realizada por meio de levantamento bibliográfico e análise documental, somado ao componente empírico da experiência da residência técnica no referido batalhão. Para tanto, a hipótese é de que a adoção da referida escala seja capaz de promover maior equilíbrio entre demandas institucionais e preservação da saúde biopsicossocial, melhora do clima organizacional, satisfação profissional e eficiência operacional, caracterizando-se como uma estratégia de gestão pública orientada à valorização do servidor e sustentabilidade do serviço na segurança pública.

Palavras-chave: Bombeiro Militar; Escala Militar; Saúde Ocupacional; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela UNESPAR. Especialista em Gestão Pública pela UEPG. Graduada em Serviço Social pela UNESPAR. E-mail: emanuele.gome@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Especialista em Gestão Pública com ênfase em Assistência Social pela UEPG. Graduada em Serviço Social pela UEPG. E-mail: social.renatanog@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS BOMBEIROS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Fábio Maia de Assis¹

Sandra Garcia Neves²

Resumo: A crescente complexidade das atividades exercidas pelos profissionais da segurança pública, especialmente pelos bombeiros militares, evidencia a necessidade urgente de integrar a saúde mental às políticas públicas. Diante da exposição constante a situações de risco, sofrimento humano e pressões operacionais, esses profissionais estão suscetíveis a transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade e estresse pós-traumático. Compreender os impactos dessa realidade e investir em ações preventivas torna-se essencial para garantir a integridade dos agentes e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Este trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a capacitação e a valorização impactam os profissionais de segurança pública no âmbito do Corpo de Bombeiros, identificando contribuições e desafios associados à saúde mental e ao desempenho desses agentes. A metodologia adotada será uma revisão bibliográfica, que visa analisar e identificar as evidências disponíveis sobre o trabalho do bombeiro militar e a qualificação profissional. Espera-se que os resultados contribuam para a formulação de políticas públicas mais eficazes voltadas à saúde mental e valorização dos bombeiros militares, fortalecendo a atuação desses profissionais e promovendo uma segurança pública mais ética, humanizada e eficiente.

Palavras-chave: Sociedade; Carreira; Capacitação; Corpo de Bombeiros; Saúde Mental.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: f.p21102016@gmail.com

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

FERIMENTO EM SERVIÇO, DISCRICIONARIEDADE TÉCNICA E SEGURANÇA JURÍDICA NA PROMOÇÃO DE PRAÇAS DO CBMPR

Gabriel Camargo Afornali¹
Clayton Gomes de Medeiros²

Resumo: O presente artigo analisa as ambiguidades e lacunas normativas do conceito jurídico indeterminado “ferimento em serviço”, previsto no art. 36, IX, da Lei Estadual n.º 5.940/1969 (Lei de Promoção de Praças – LPP), que disciplina o sistema de promoções de praças do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR). O objetivo é reconstruir, com fundamento teórico e empírico, os critérios jurídicos que distinguem o “acidente em serviço”, de caráter predominantemente assistencial, do “ferimento em serviço” meritório para fins de pontuação promocional, e demonstrar a exigibilidade da edição de Portaria regulamentadora pelo Comando-Geral do CBMPR. A metodologia combina análise empírica de 67 protocolos de pedidos de pontuação apreciados pela Comissão de Promoção de Praças (CPP) nos anos de 2024 e 2025 com fundamentação dogmática em três planos convergentes: hermenêutico, com recurso à teoria dos conceitos indeterminados e aos elementos tradicionais de interpretação; administrativo, a partir da discricionariedade técnica e do bloco de juridicidade; e constitucional, com ênfase nos princípios dos arts. 5.º e 37 da Constituição Federal. Os resultados evidenciam padrões decisórios consolidados e zonas de oscilação interpretativa em hipóteses limítrofes, revelando déficit de densidade normativa que compromete a isonomia, a segurança jurídica e o dever de motivação. Conclui-se que a edição de Portaria densificadora constitui dever jurídico derivado dos princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e das garantias do devido processo legal e da segurança jurídica, e não mera faculdade administrativa.

Palavras-chave: Ferimento em Serviço; Conceitos Jurídicos Indeterminados; Densificação Normativa; Promoção de Praças; Segurança Jurídica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formado em Direito pela Universidade Positivo. E-mail: gabriel.afornali@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Doutor e Mestre em Direitos Fundamentais e Democracia. Especialista em Direito Público. Graduado em Direito pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul-USCS/SP. Membro do Instituto Paranaense de Direito Administrativo - IPDA. Foi professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Professor substituto junto ao setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Membro do Grupo de Pesquisa LEPEC - CNPq do PPGCont UFPR. Professor do curso de direito da Unise - Campo Largo/PR. Membro das Comissões de Inteligência Artificial e de ensino Jurídico da OAB/PR. Associado fundador e presidente do Instituto IDEAL.

NEUROARQUITETURA EM CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS: BEM-ESTAR E EFICIÊNCIA NO TRABALHO

Gabrielli Olekiseo¹
Ana Paula Francisca dos Santos²

Resumo: A neuroarquitetura investiga a influência do ambiente construído sobre o comportamento humano e emerge como estratégia para contrapor rotinas de alta exigência física e mental. Este estudo apresenta uma proposta de intervenção arquitetônica para um quartel do Corpo de Bombeiros com o objetivo de demonstrar como a renovação de espaços de permanência prolongada, historicamente projetados sob uma perspectiva puramente operacional e militar, pode reduzir o estresse ocupacional e otimizar a tomada de decisão e o desempenho da corporação. Metodologicamente, a pesquisa é aplicada, qualitativa, exploratório-descritiva e estruturada como um estudo de caso. A delimitação do objeto focou no diagnóstico físico e sensorial de três ambientes críticos, que são o alojamento, a sala administrativa e a sala de descompressão, sem a realização de interação com os profissionais. A partir da observação direta de variáveis como iluminação, fluxos, cores, texturas e conforto térmico, foram elaboradas diretrizes projetuais fundamentadas na Teoria da Recuperação do Estresse de Ulrich e nos conceitos de Eberhard. Os resultados do diagnóstico indicam que as instalações atuais negligenciam o planejamento sensorial e apresentam severas limitações que potencializam o desgaste psicofísico. Conclui-se que a aplicação da neuroarquitetura em quartéis converte áreas técnicas em indutoras de saúde, o que acelera a recomposição dos bombeiros e promove a eficiência operacional de uma profissão marcada pelo risco contínuo.

Palavras-chave: Ambientes Militares; Conforto Ambiental; Corpo de Bombeiro; Estresse Ocupacional; Neuroarquitetura.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: gabrielliolek@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações e Especialista em Neuropsicopedagogia. E-mail: apf.fran2017@gmail.com

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS: GOVERNANÇA DE TI NO CBMPR

Gabriely Woiciekowski Colares¹
Tadeu Perpétuo Nunes Filho²

Resumo: A ausência de uma Política que regule o desenvolvimento tecnológico no CBMPR deixa a corporação exposta a riscos significativos como de governança e segurança. O presente artigo diagnosticou o cenário atual, analisou referenciais teóricos e estruturou uma Política de Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas alinhada às necessidades organizacionais e leis brasileiras. A pesquisa tem natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, utilizou análise documental para identificar 5 categorias de riscos relacionadas entre si, são elas: governança, segurança de dados, sustentabilidade técnica, sobreposição de soluções e sistemas legados. A proposta estrutura-se em oito capítulos complementados por seis anexos de aplicação prática, que correspondem aos riscos diagnosticados através de mecanismos de rastreabilidade, fluxo de propositura com checkpoints, requisitos de segurança alinhados à LGPD e ao modelo PSI, padrões de metodologia e sustentação, disposições de revisão periódica anual e efetividade operacional de médio a longo prazo após implementação. A formalização pelo Comando-Geral marca a transição do CBMPR para um modelo integrado de gestão de tecnologia, mais seguro e em conformidade com as leis brasileiras.

Palavras-chave: Governança de TI; Desenvolvimento de Software; LGPD; Bombeiro Militar; Política Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Gestão da Informação pela Universidade Federal do Paraná (2023). E-mail: gabrielywoiciekowski@gmail.com

2 Orientador(a) - Capitão (QOBM) do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Bacharelado em Segurança Pública - Bombeiro Militar e Sistemas de Informação, Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica de Projetos, Desenvolvimento e Métodos Ágeis, Inteligência Artificial. E-mail: tadeu.nunes@cbm.pr.gov.br

SAÚDE MENTAL SOB VIGILÂNCIA: A POLÍTICA DO CORPO E DA MENTE NOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS MILITARES

Giovanna Pitton dos Santos¹

Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo compreender criticamente os possíveis impactos na saúde física e mental dos bombeiros militares, a partir da perspectiva do processo de “aquartelamento”, disciplina militar, hierarquia e das expectativas sociais na construção da imagem do “herói”, elementos que atravessam a constituição subjetiva desses profissionais. A metodologia fundamentou-se na pesquisa etnográfica, de caráter exploratório e descritivo, por meio da análise dos regimentos dos Bombeiros Militares do Paraná, observação e registro das atividades rotineiras no quartel, das interações, das práticas de vigilância e das dinâmicas coletivas nesse contexto, em diário de campo, durante a atuação em um Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública. Buscou-se elucidar de que maneira as políticas institucionais e as demandas da sociedade civil regulam simbolicamente estes procedimentos. Os conceitos de instituições totais de Goffman, saúde mental do trabalhador e a teoria freudiana de grupos embasaram a análise. Conclui-se que a subjetividade dos bombeiros militares é fortemente influenciada pela lógica militar e pelo imaginário social, que dificultam o reconhecimento do sofrimento psíquico e a busca por cuidado pelos sujeitos aquartelados. Apesar dos avanços nas políticas de saúde mental, verificou-se a persistência de estigmas, falhas institucionais e insuficiência de suporte adequado. Evidencia-se a necessidade de estratégias preventivas, de redução de danos e de espaços qualificados de acolhimento voltados à promoção da saúde mental para os profissionais.

Palavras-chave: Bombeiros Militares; Instituições Totais; Psicanálise; Saúde Mental.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública (UNESPAR). Psicóloga (UNIFIL), Especialista em Gestão Pública, Avaliação Psicológica e Psicodiagnóstico (UEPG). E-mail: giovanna.pitton@hotmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

ENTRE FOGO E SILÊNCIO: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O SOFRIMENTO NEGADO ENTRE BOMBEIROS MILITARES

Gizele Borges de Oliveira¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar criticamente o discurso de bombeiros militares acerca do sofrimento psíquico, a partir de um relato de experiência fundamentado na orientação clínico-teórica psicanalítica. A pesquisa, de abordagem qualitativa, articula revisão bibliográfica recente sobre saúde mental na segurança pública com registros sistemáticos em diário de campo produzidos durante a atuação em um Programa de Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública. Observou-se uma discrepância entre os dados da literatura, que indicam elevada prevalência de adoecimento psíquico, e os discursos dos profissionais, que tendem a negar ou deslocar esse sofrimento para aspectos concretos das condições de trabalho. A análise, sustentada em conceitos freudianos como recalque, compulsão à repetição e ideal do eu, além das contribuições de Anna Freud sobre mecanismos de defesa e de Joel Birman acerca do narcisismo contemporâneo, evidenciou a influência do ideal heroico e da cultura militar na supressão da vulnerabilidade. Identificou-se que a formação institucional favorece a internalização de padrões de invulnerabilidade e, com isso, pode intensificar mecanismos de defesa como negação e repressão. Ademais, a exposição contínua a situações traumáticas, aliada à ausência de espaços de escuta, contribui para a persistência de manifestações sintomáticas e para a dificuldade de elaboração psíquica. Conclui-se que o sofrimento psíquico, embora frequentemente negado, manifesta-se de forma indireta nessa população e exige a criação de dispositivos institucionais, que possibilitem sua simbolização e reduzam o estigma associado à saúde mental em tal contexto.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico; Mecanismos de defesa; Ideal heroico; Psicanálise freudiana; Saúde mental.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação graduação em psicologia e pós-graduanda da especialização em gestão da segurança pública. E-mail: psi.gizeleborges@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O DESENVOLVIMENTO DE UM BANCO DE CREDENCIAMENTO DE MARCAS COMO INSTRUMENTO DE EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO ESTADO DO PARANÁ: UM ESTUDO DE CASO NO 2º COMANDO REGIONAL DE BOMBEIRO MILITAR (2025)

Guilherme Francisco Rodrigues de Oliveira¹
Rodrigo de Jesus Camargo²

Resumo: O presente estudo analisa a viabilidade jurídica e administrativa da implementação de um sistema de pré-qualificação de marcas de gêneros alimentícios no âmbito do 2º Comando Regional de Bombeiro Militar (2º CRBM), em Londrina e região, delimitando-se ao período de 2025, e com fundamento na Lei nº 14.133/2021. A pesquisa parte da problemática observada no Setor de Licitações da unidade, onde verificou-se que a ausência de um filtro prévio de marcas resulta em insegurança técnica na aferição das propostas, morosidade processual devido a diligências excessivas e riscos à segurança alimentar da tropa. O objetivo geral é propor um banco de marcas credenciadas como estratégia para otimizar a eficiência e a padronização das contratações públicas estaduais. Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, utilizando revisão bibliográfica e análise documental de editais e atas de pregões. A análise fundamenta-se nos institutos da pré-qualificação, padronização e indicação de marcas previstos na Nova Lei de Licitações e no Decreto Estadual nº 10.086/2022. Como resultados esperados, destaca-se a redução do tempo na fase de julgamento das propostas, o aumento da segurança jurídica para o agente de contratação e a garantia de que os produtos adquiridos atendam rigorosamente aos padrões nutricionais exigidos. Conclui-se que o deslocamento da análise técnica para um procedimento administrativo permanente, possivelmente centralizado em órgãos como o Tecpar, apresenta potencial para constituir solução eficaz para mitigar a aquisição de produtos de baixa qualidade e modernizar a gestão logística pública.

Palavras-chave: Licitação; Lei 14.133/2021; Pré-qualificação; Gêneros Alimentícios; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: guilhermefr.deoliveira@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL). E-mail: camargorodrigoadv@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

CONTRIBUIÇÕES DA IMPLANTAÇÃO BIM NO CBMPR À ANÁLISE AUTOMATIZADA DE PTPID: ESTUDO PILOTO COM A NPT 018 - ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Jessica da Silva Fontana¹

Gustavo Zanella²

Lucas Frates Simiano³

Resumo: O presente estudo trata das contribuições da implantação BIM no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) para análise automatizada de Projetos Técnicos de Prevenção a Incêndio e Desastres (PTPID), por meio de uma norma piloto, de iluminação de emergência, por apresentar requisitos geométricos e maior potencial inicial de automatização. Para tanto, foram analisadas fichas técnicas e as propriedades disponibilizadas pela Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEIL), bem como definidos e estruturados requisitos em linguagem IFC e regras no software Solibri, para checagem automatizada de projetos. Realizou-se, então, uma pesquisa caracterizada como aplicada, de abordagem qualitativa, com objetivos exploratório e descritivo, utilizando procedimentos de pesquisa documental e estudo de caso. Os resultados indicam que a tradução integral da norma em linguagem automatizável não é possível, uma vez que parte dos requisitos depende de interpretação técnica do analista. Também foram identificadas limitações relacionadas à interoperabilidade entre computadores e softwares, à disponibilidade de licenças e à capacitação da equipe, além da dependência institucional da SEIL e da qualidade das informações fornecidas pelos projetistas. Ainda, foi desenvolvido e testado um IDS vinculado à ficha técnica de luminárias de emergência, utilizado como filtro inicial para verificação do preenchimento das propriedades obrigatórias. Como principal contribuição, destaca-se a elaboração do Plano de Implantação do BIM na instituição e um documento orientador replicável, capaz de subsidiar a automatização de outras normas do CBMPR.

Palavras-chave: BIM; CBMPR; IDS; IFC; Solibri.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Engenharia Civil de Infraestrutura. jessyfontanal@gmail.com

2 Orientador(a) - Capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Especialista. E-mail: gustavo.zanella@cbm.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Tenente Coronel do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Arquitetura e Urbanismo. E-mail: lucas.simianol@cbm.pr.gov.br

ENTRE O FOGO E A RAZÃO: DESAFIOS DA TOMADA DE DECISÃO EM SITUAÇÕES CRÍTICAS NO SERVIÇO DE BOMBEIROS

Jonathan Emanuel da Silva Santos¹

Sandra Garcia Neves²

Resumo: O trabalho dos bombeiros militares caracteriza-se por intervenções em cenários críticos que exigem respostas rápidas, precisão técnica e decisões tomadas sob intensa pressão emocional e física. Nessas condições, o estresse ocupacional emerge como um fator relevante, podendo comprometer funções cognitivas e emocionais essenciais ao julgamento e à ação segura em situações de emergência. O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da tomada de decisão sob pressão no serviço de bombeiros militares, considerando a influência do estresse ocupacional e das condições materiais e organizacionais do trabalho. Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, fundamentada em revisão de literatura nacional e internacional sobre estresse ocupacional, saúde mental na segurança pública e processos decisórios em contextos de alto risco, além de análise de documentos normativos relacionados à atividade bombeiro militar. Como referencial metodológico, adota-se o método materialista histórico-dialético, que possibilita compreender a decisão operacional como fenômeno socialmente determinado, vinculado às condições históricas, institucionais e econômicas do trabalho. Os resultados indicam que a organização hierárquica, as jornadas extensas, a exposição contínua a eventos potencialmente traumáticos e a elevada responsabilidade social intensificam o estresse ocupacional, podendo afetar a atenção, a memória, o raciocínio e a capacidade de julgamento. Conclui-se que a tomada de decisão no serviço de bombeiros não pode ser analisada apenas como habilidade individual, devendo ser compreendida à luz das condições concretas de trabalho e da necessidade de políticas institucionais voltadas à prevenção do adoecimento e ao fortalecimento da saúde mental desses profissionais.

Palavras-chave: Estresse Ocupacional; Bombeiro Militar; Tomada de Decisão.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Assis Gurgacz. E-mail: jessantos@minha.fag.edu.br

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - campus de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

A EMANCIPAÇÃO INSTITUCIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ: DESAFIOS DA GESTÃO DE INATIVOS E A SEGURANÇA JURÍDICA NA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Katiane dos Santos Dias¹
Isabel Cortes da Silva Ferreira²

Resumo: A desvinculação do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), ratificada pela Emenda Constitucional nº 53/2022 e regulamentada pela Lei nº 22.206/2024, estabelece um marco de modernização na administração pública. O presente artigo analisa os desafios gerenciais desse processo, com foco na definição da autoridade competente sobre os militares inativos oriundos do CBMPR. Utilizando metodologia qualitativa e documental, o estudo examina a evolução histórica da corporação, desde suas raízes históricas e a criação oficial em 1912, a reintegração à PMPR em 1948 até sua emancipação em 2022 e a experiência comparada de estados como Espírito Santo (1997), Minas Gerais (1999) e Rio Grande do Sul (2014). Identificou-se que a permanência dos veteranos sob gestão da PMPR gera insegurança jurídica, sobrecarga administrativa e enfraquecimento da identidade institucional, contrariando os princípios da eficiência e da especialização. Como solução, analisa-se o Anteprojeto de Lei da seção BM/1 – Legislação e Pessoal/Estado Maior, que propõe alterações na Lei nº 1.943/1954 (Código da PMPR) e na Lei nº 16.544/2010, instituindo o Direito de Opção para inativos (art. 4º) e a competência plena do Comandante-Geral do CBMPR para apurações disciplinares (art. 3º-A). Essa medida de transição voluntária, respeitando o direito adquirido e evitando nulidades processuais, alinha o Paraná às melhores práticas nacionais. Conclui-se que o sucesso da emancipação depende da unificação do comando sobre todos os quadros, fortalecendo a governança pública, a transparência e a especialidade técnica.

Palavras-chave: Gestão Pública; CBMPR; Desvinculação Institucional; Inativos; Segurança Jurídica.

1 Residente - Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: katiamedias1512@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutoranda em Direito no Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cortesiaferreira@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

LACUNAS NORMATIVAS NO DIREITO MILITAR E SEUS IMPACTOS NA EQUIDADE DE GÊNERO NO CBMPR

Laís Felix Bonfim¹
Gabriella Stacheski Ferreira²

Resumo: O presente estudo analisa as lacunas normativas decorrentes do ingresso tardio das mulheres no Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR) e seus impactos na efetivação da equidade de gênero no âmbito institucional. Parte-se da hipótese de que a inclusão feminina, embora formalmente consolidada a partir de 2005, não foi acompanhada da necessária atualização do arcabouço jurídico-militar, especialmente no que se refere ao Código Penal Militar e às normas disciplinares aplicáveis. A pesquisa adota abordagem jurídico-dogmática, complementada por análise documental e bibliográfica da legislação federal e estadual pertinente, bem como do Projeto de Lei nº 582/2015, utilizado como parâmetro de evolução normativa. Os resultados indicam a existência de lacunas relevantes, notadamente na ausência de tipificação específica de condutas de assédio, na insuficiência de mecanismos de apuração e na inexistência de medidas protetivas e diretrizes preventivas adequadas ao contexto das relações hierárquicas militares. Tais insuficiências repercutem diretamente na dignidade, na saúde mental e na permanência das mulheres na carreira militar. Conclui-se que a efetivação da equidade de gênero no CBMPR demanda não apenas a atualização da legislação federal, mas também a adoção de normas estaduais específicas e de políticas institucionais preventivas, capazes de promover um ambiente organizacional compatível com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade material.

Palavras-chave: Equidade de Gênero; Lacunas Normativas; CBMPR.

1 Residente - Laís Felix Bonfim - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Direito. E-mail: lais.felixbf@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: adv.gabriellastac@gmail.com

DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD EM ÓRGÃOS DA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO COMPLIANCE

Manuela Bosco Azevedo¹
Gabriella Stacheski Ferreira²

Resumo: O presente artigo analisa os desafios relacionados à implementação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no âmbito dos órgãos de segurança pública, sob a perspectiva do compliance e da governança institucional. Parte-se da investigação do regime jurídico aplicável ao tratamento de dados pessoais nessas instituições, considerando as especificidades previstas no art. 4º, III, da LGPD, bem como a ausência de legislação específica plenamente estruturada para disciplinar a matéria. O estudo identifica obstáculos de natureza estrutural, cultural e normativa que dificultam a conformidade, destacando a insuficiência tecnológica, a carência de capacitação dos agentes públicos e as tensões entre proteção de dados e atividades finalísticas de persecução penal. Para tanto, adotou-se metodologia de pesquisa qualitativa, com abordagem dedutiva, baseada em análise documental da legislação aplicável, da jurisprudência constitucional e da produção doutrinária especializada. Conclui-se que os mecanismos de compliance assumem papel estratégico na consolidação de uma cultura institucional voltada à proteção de dados, funcionando não apenas como instrumento de controle, mas como ferramenta de legitimação democrática e fortalecimento da governança pública.

Palavras-chave: LGPD; *Compliance*; Segurança pública; Proteção de dados.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito pela FAE. E-mail: manuelaboscozevedo@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: adv.gabriellastac@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SOFTWARES DE CÓDIGO ABERTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ

Marcos Junior Oliveira¹
Tadeu Perpetuo Nunes Filho²

Resumo: Este estudo analisa a implementação de softwares de código aberto na Administração Pública, buscando determinar os benefícios estratégicos e as dificuldades operacionais de consolidar esse ecossistema em instituições governamentais. A pesquisa justifica-se pela necessidade de otimização de recursos públicos e busca por soberania tecnológica. A metodologia adotada consistiu em um levantamento quantitativo do parque tecnológico da instituição, utilizando a ferramenta de inventário e gestão remota OCS Inventory, que permite mapear e comparar a prevalência de softwares livres em relação às soluções proprietárias (pagas) instaladas. Os resultados permitiram verificar a existência de vantagens significativas em termos de uso, transparência e redução de custos com licenciamento, enquanto identificouse que ainda existem dificuldades, principalmente quanto à falta de iniciativas promovidas a nível estratégico.

Palavras-chave: Softwares de Código Aberto; Administração Pública; Soberania Digital.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E-mail: marcosjoliveiradev@gmail.com

2 Orientador(a) - Capitão (QOBM) do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná. Bacharelado em Segurança Pública - Bombeiro Militar e Sistemas de Informação, Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica de Projetos, Desenvolvimento e Métodos Ágeis, Inteligência Artificial. E-mail: tadeu.nunes@cbm.pr.gov.br

CEPED/PR

Centro Universitário de Estudos
e Pesquisas sobre Desastres

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

GESTÃO DE RISCOS: AVALIAÇÃO ESPACIAL E ESTATÍSTICA, INTEGRANDO DADOS GEOLÓGICOS, MORFOLÓGICOS, PEDOLÓGICOS E CLIMÁTICOS NO PARANÁ

Caroline de Araujo Haluch¹

Rogério da Silva Felipe²

Resumo: Este trabalho aborda a suscetibilidade geoambiental a desastres naturais no Paraná, fundamentando-se na compreensão de quais são os fatores naturais que controlam os sistemas, e que ao entrarem em estado de desequilíbrio, possam vir a gerar riscos e desastres ao longo do estado. Tem como objetivo avaliar espacial e estatisticamente esta suscetibilidade geoambiental, analisando a interação entre fatores geológicos, geomorfológicos, pedológicos e climáticos. A metodologia consistiu no uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), especificamente o software QGIS, aplicando a análise hierárquica de processos (AHP) e álgebra de mapas via média ponderada, conforme as metodologias de Ross (1994) e Mineropar (2007). Para isto foram integrados dados de declividade (em porcentagem), solo (tipologia, textura e uso), litologia e de precipitação (milímetros ao ano), que foram reclassificados em graus de suscetibilidade baixa, média e alta, e depois normalizados para a etapa de soma dos dados e produção de mapas. Os resultados incluem a geração de mapas na escala 1:600.000 que identificam zonas críticas no estado, e a compreensão de como estes fatores controladores influem nos diferentes sistemas naturais, fornecendo uma base técnica para subsidiar questões como planejamento urbano, atualizações dos planos de contingência municipais, fortalecimento de políticas públicas preventivas e a tomada de decisão na gestão de riscos e desastres no Paraná.

Palavras-chave: Gestão de Risco; Análise Hierárquica de Processos; Álgebra de Mapas; Suscetibilidade Geoambiental; Desastres Naturais.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Geologia. E-mail: carolinearaujo@defesacivil.pr.gov.br

² Orientador(a) - Geólogo na Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Paraná. Esp. Gestão Tec. do Meio Urbano (PUC-PR e UTC). E-mail: rsfelipe@defesacivil.pr.gov.br

O USO DO MOTION DESIGN EM VÍDEOS DE CURTA DURAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO PREVENTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Giulia Ranah Werley Neves Ferreira¹

Marcos Vidal da Silva Júnior²

Resumo: O estado do Paraná possui uma quantidade considerável de registros ligados a fenômenos naturais que ocasionam desastres. Desta forma, para atender uma demanda estratégica e eficaz na comunicação entre a defesa civil estadual e a população, se faz necessário o fortalecimento de meios que auxiliem a construção da cultura de prevenção na população paranaense diante cenários de risco. O presente trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de uma série de três animações com duração de 15 segundos, abordando temas sobre vendavais, tornados e granizo por meio do uso de Motion Design e publicação no perfil oficial da defesa civil estadual no instagram. A pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, adotou uma metodologia de produção de animação digital 2D adaptada de Winder e Dowlatabadi (2011), dividida nas etapas de pré-produção, produção, pós-produção e avaliação. Os resultados revelam que, apesar de a plataforma impor grandes desafios de retenção contínua da atenção, a estratégia alcançou ampla visibilidade e gerou um engajamento qualitativo comprovado pelo alto índice de compartilhamentos, que atesta a eficácia da linguagem visual dinâmica adotada.

Palavras-chave: Motion Design; Redução de Riscos de Desastres; Comunicação Preventiva; Defesa Civil.

1 Residente - Giulia Ranah Werley Neves Ferreira - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Design. E-mail: giuliawferreira@gmail.com

2 Orientador(a) - Marcos Vidal da Silva Júnior - Assessor de Comunicação da Coordenação de Defesa Civil do Estado do Paraná. Formação Letras (Francês). E-mail: marcosvidaljr@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PROJETO DE APLICAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MARKETING PÚBLICO PARA AMPLIAÇÃO DOS CADASTROS NO SISTEMA DE ALERTAS DA DEFESA CIVIL DO PARANÁ

Isabely Mariana Ramos da Silva¹

Marcos Vidal da Silva Júnior²

Resumo: O aumento da ocorrência de desastres e eventos climáticos extremos reforça a importância dos sistemas de alerta precoce como instrumento de redução de riscos e proteção da população. No Estado do Paraná, apesar da disponibilidade de diferentes modalidades de recebimento de alertas, a adesão da população ainda é limitada. Diante desse contexto, este trabalho teve como objetivo desenvolver, implementar e analisar uma campanha de comunicação fundamentada na comunicação pública estratégica e no marketing público, visando ampliar os cadastros nos sistemas de alerta da Defesa Civil do Paraná e aumentar o engajamento nos canais institucionais. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e descritiva, com abordagem quantitativa, utilizando estudo de caso e pesquisa-ação. A campanha foi executada durante dois meses e utilizou redes sociais, mídia tradicional e parcerias institucionais para divulgação da ferramenta. Os resultados indicaram aumento da visibilidade institucional, crescimento das interações nas redes sociais e acréscimo de 11.367 novos cadastros via SMS no período analisado. Observou-se que conteúdos em vídeo, especialmente no formato Reels, e ações colaborativas com municípios e instituições parceiras contribuíram para ampliar o alcance das mensagens. Entretanto, os dados também demonstraram que o interesse da população permanece fortemente associado à ocorrência de eventos extremos, evidenciando a necessidade de ações contínuas de conscientização para fortalecer a cultura de prevenção e ampliar a adesão aos sistemas de alerta.

Palavras-chave: Defesa Civil; Marketing Público; Alertas; Paraná; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Jornalista. E-mail: isabely.mariana@uel.br

2 Orientador(a) - Capitão Bombeiro Militar Marcos Vidal da Silva Júnior. Formação de Letras Francês Bacharelado. Mestre em Letras E-mail: marcosvidal@defes

A GESTÃO DE RECURSOS LOGÍSTICOS NA DEFESA CIVIL DO PARANÁ: ESTRATÉGIAS E CONDICIONANTES INSTITUCIONAIS PARA OTIMIZAÇÃO DA RESPOSTA A DESASTRES NATURAIS

Wagner Camene Paulo Rocha¹
José Manuel Mussunda da Silva²

Resumo: A gestão de desastres naturais exige da administração pública respostas logísticas rápidas e coordenadas. Este artigo analisa como as regras da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e a estrutura da Defesa Civil do Paraná (CEPDEC/PR) afetaram a velocidade e a justiça na entrega de socorro às populações mais vulneráveis. Adotou-se uma abordagem qualitativa baseada em análise documental, focada no período de 2021 a 2025. Para garantir o rigor científico, utilizamos a triangulação de dados, cruzando as leis de compras (Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 10.086/22), as estatísticas oficiais de desastres do estado e a literatura crítica sobre o tema. Os resultados revelam profundas desigualdades regionais no tempo de resposta e na capacidade de atendimento. Na gestão estadual, o registro de preços funcionou como um estoque virtual eficiente, reduzindo a burocracia. Diante de bloqueios frequentes nas rodovias BR-277 e BR-376, a descentralização por meio de bases regionais (CORPDECs) mostrou-se indispensável. Contudo, a entrega final aos desabrigados falhou devido à falta de estrutura crônica das defesas civis dos pequenos municípios (COMPDECs). Para superar esse gargalo, o artigo propõe ações práticas de prevenção com base no fenômeno El Niño, divididas entre as obrigações do Estado e a organização direta das comunidades. Conclui-se que as normas atuais garantem eficiência burocrática no topo do sistema, mas não corrigem o abandono e as desigualdades na ponta, exigindo critérios sociais na distribuição de insumos.

Palavras-chave: Defesa Civil; Logística Humanitária; Lei nº 14.133/2021; Recorte 2021–2025; El Niño; Paraná.

1 Residente - Graduado em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Pós-graduando em Gestão de Segurança Pública (Unespar). Pós-graduando em Gestão por Processos (UENP). E-mail: wagnermenny27@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS). Possui Licenciatura Plena em Sociologia e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: mussundmiranda@gmail.com

DEPPEN

Departamento de Polícia Penal
do Estado do Paraná

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL: A ATUAÇÃO DO ESCRITÓRIO SOCIAL DE PARANAVAI/PR

Adriele Camila da Silva¹
Simone Alves Emed²

Resumo: Este estudo analisa a relevância das políticas públicas no processo de reintegração social dos assistidos pelo Escritório Social de Paranavaí/PR, adotando uma abordagem dedutiva. A pesquisa busca compreender a evolução histórica das políticas públicas, suas definições e características, destacando que essas políticas emergem das necessidades sociais e são implementadas pelo Estado com o objetivo de promover o bem-estar coletivo. O Escritório Social, enquanto equipamento público relativamente recente, tem como função a aplicação dessas políticas, com foco na reintegração de pré-egressos, egressos e pessoas em cumprimento de medidas alternativas. A investigação, de caráter bibliográfico e documental, procura demonstrar de que forma a atuação da instituição contribui para a efetivação de direitos e para a reintegração cidadã dos usuários, especialmente diante das violações de direitos ocorridas durante e após o cumprimento de pena. Embora o Escritório Social tenha demonstrado impactos sociais positivos no atendimento à população, ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo relacionados à limitação de recursos financeiros e estruturais necessários à plena implementação das políticas sociais. Conclui-se que a consolidação e o aprimoramento contínuo das políticas sociais são fundamentais para garantir processos de reintegração social mais efetivos, dignos e humanizados, promovendo a inclusão social e a cidadania plena dos indivíduos atendidos.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Reintegração Social; Escritório Social; Cidadania.

1 Residente - Adriele Camila da Silva - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: camilaadriele20@gmail.com

2 Orientador(a) - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

REFLEXOS DO CÁRCERE: O ADOECIMENTO MENTAL ANTE O TRABALHO DO POLICIAL PENAL

Alan Guisardi¹
Lucila Carla Cunha²

Resumo: O presente estudo tem como propósito uma análise crítica, visando compreender os riscos que os profissionais de que atuam na área da segurança prisional estão expostos. Os policiais penais enfrentam condições de trabalho adversas como superlotação das unidades, exposição constante e violência, impactando imprescindivelmente sua saúde mental. A grande jornada de trabalho, juntamente com a pressão social e a falta de suporte institucional, corroboram para o desenvolvimento de transtornos como depressão, ansiedade, burnout e estresse ocupacional. Trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica e literária que analisou os fatores que influenciam o desenvolvimento de transtornos mentais aos profissionais, tendo em vista a rotina de enfrentar desafios e lidar com a imprevisibilidade do ambiente carcerário. Os resultados indicaram que questões de infraestrutura, organização do trabalho, exposição constante a fatores estressores e características das relações interpessoais estão relacionados ao sofrimento psíquico. O artigo evidenciou a urgência de implementar políticas públicas e estratégias eficazes de apoio psicológico para reduzir e evitar o adoecimento mental promovendo o bem-estar dos policiais penais.

Palavras-chave: Saúde Mental; Policiais Penais; Adoecimento; Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Pós-Graduado em Direito e Processo Penal pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: aguisardi@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito. E-mail: lucilacunha@policiapenal.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O USO DE TECNOLOGIAS DE RECONHECIMENTO FACIAL PELAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E OS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Aliccia Peller Beghe¹
Denise Pineli Chaveiro²

Resumo: O presente artigo analisa a utilização de tecnologias de reconhecimento facial no âmbito da segurança pública, à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e dos direitos fundamentais. O estudo tem como objetivo investigar a compatibilidade entre a adoção de sistemas de vigilância com inteligência artificial e a proteção dos direitos fundamentais. A metodologia adotada foi hipotético-dedutiva consiste em pesquisa bibliográfica e documental, com base em legislação, artigos científicos, manuais e coleta de dados em sites institucionais. Os resultados evidenciam a existência de lacuna normativa no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao tratamento de dados pessoais sensíveis, em específico a biometria facial para fins de segurança pública, bem como riscos de discriminação algorítmica da vigilância em massa. Conclui-se que, embora tais ferramentas possam contribuir para a eficiência estatal, sua implementação sem regulamentação específica viola garantias fundamentais, o que exige a construção de um marco jurídico adequado.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Inteligência Artificial; Dados Sensíveis; Vigilância em Massa; Biometria Facial.

1 Residente - Aliccia Peller Beghe, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba - Unicuritiba. Especialista em Direito Civil pela Universidade Tuiuti do Paraná. Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Advogada inscrita na OAB/PR nº 124.128. E-mail: aliccia.beghe@gmail.com

2 Orientador(a) - Denise Pineli Chaveiro - Mestra em Direito Constitucional Econômico pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Especialista em Direito Processual e Docência Universitária. Formada em Direito. Professora nos cursos de graduação e pós de graduação na área jurídica. Assessora no TJGO. E-mail: denisepineli@gmail.com

ARTESANATO AMIGURUMI SOLIDÁRIO: REINTEGRAÇÃO SOCIAL EM UMA UNIDADE DE PROGRESSÃO DE FOZ DO IGUAÇU

Aline de Andrade Inocencio¹
Adriana Accioly Gomes Massa²

Resumo: O processo de reintegração social constitui um dos principais objetivos do sistema penal brasileiro, especialmente para indivíduos que cumprem pena em regime fechado. Nesse contexto, o trabalho desempenha papel essencial ao promover o desenvolvimento de habilidades profissionais, a valorização da dignidade humana e a preparação para o retorno à sociedade. Este artigo aborda a prática do artesanato na Unidade de Progressão III (UP) de Foz do Iguaçu, com enfoque no projeto *Amigurumi Solidário*, que utiliza a técnica de crochê como ferramenta terapêutica e de reintegração social. O objetivo da pesquisa é analisar como o trabalho artesanal pode contribuir para a superação de preconceitos sociais, recuperação da autoestima, desenvolvimento de habilidades laborais, geração de renda para familiares, remição de pena e reintegração social. A metodologia adotada é descritiva, com revisão bibliográfica, análise documental de legislações, portarias e normativas, além de relatos de experiência da autora, residente técnica na Unidade de Progressão III de Foz do Iguaçu. A base teórica fundamenta-se na reintegração social da pessoa privada de liberdade por meio do trabalho, conforme assegurado pela Lei de Execução Penal nº 7.210/1984. A pesquisa identificou desafios, como a restrição do mercado externo para comercialização das peças confeccionadas e as limitações do sistema penal na efetivação plena da reintegração social. Conclui-se que, apesar dos desafios, o trabalho artesanal desenvolvido na unidade possui grande potencial reintegrador, podendo ser ampliado com apoio da sociedade e de instituições públicas e privadas.

Palavras-chave: Trabalho; Reintegração Social; Artesanato; Remição da pena; Pessoa Privada de Liberdade.

1 Residente da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em Serviço Social (UNILA). E-mail: alineibnf@hotmail.com

2 Orientador(a) - Adriana Accioly Gomes Massa. Formação Graduada em Serviço Social e em Direito. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Doutoranda do Programa de Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adriaccioly@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A CIDADE QUE PROTEGE OU EXPÕE? O DESENHO URBANO COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Aline Stephany Soares Lopes¹
Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: O presente artigo analisa a relação entre desenho urbano e prevenção da criminalidade, partindo da compreensão de que o espaço urbano influencia dinâmicas sociais e oportunidades para a prática delitiva. Diante das limitações de abordagens centradas na repressão penal, discute-se o planejamento urbano como dimensão estratégica da segurança pública. O estudo tem como objetivo examinar de que modo características espaciais associadas à vitalidade urbana, à visibilidade e à integração territorial contribuem para reduzir condições favoráveis ao crime e fortalecer o controle social informal. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental, com base em produções das áreas de urbanismo, criminologia ambiental, sociologia urbana e direito urbanístico. A análise indica que o desenho urbano interfere nas fases da ocorrência criminal, influenciando a seleção do alvo, o acesso, a execução do delito e as possibilidades de fuga. Os resultados sugerem que espaços com maior presença de pessoas, visibilidade, integração territorial e uso cotidiano fortalecem a vigilância natural, enquanto a segregação socioespacial tende a ampliar vulnerabilidades urbanas e fragilizar práticas comunitárias de cuidado. Conclui-se que a forma como a cidade é planejada, ocupada e regulada constitui fator relevante na produção de segurança, razão pela qual o desenho urbano deve ser compreendido como componente estratégico das políticas públicas de prevenção.

Palavras-chave: Desenho Urbano; Prevenção da Criminalidade; Segurança Pública.

1 Residente da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE) e mestranda em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: alinestephany.torre@gmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NO COMBATE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL ONLINE E A ATUAÇÃO DAS AUTORIDADES EM UM CENÁRIO DIGITAL EM EXPANSÃO

Alisson Luiz Almeida¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: O presente trabalho analisa as estratégias e os desafios no combate ao abuso sexual infantil online, com enfoque na atuação das autoridades em um cenário digital em constante expansão. O estudo tem como objetivo examinar a eficácia da infiltração policial virtual como instrumento de investigação e proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes, considerando o crescimento dos crimes praticados no ambiente digital. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, baseada em revisão bibliográfica, análise legislativa e doutrinária, bem como na interpretação de dados institucionais relacionados à temática. A pesquisa aborda a evolução normativa da infiltração policial no Brasil, a vulnerabilidade dos adolescentes no meio virtual e a importância da atuação integrada dos órgãos de segurança pública. Verifica-se que a complexidade dos crimes digitais impõe desafios significativos às autoridades, especialmente diante da rápida evolução tecnológica, da limitação de recursos e da necessidade de capacitação contínua dos agentes públicos. Conclui-se que a infiltração policial virtual se mostra instrumento relevante no enfrentamento do abuso sexual infantil online, desde que utilizada em conformidade com os limites legais e constitucionais, aliada a políticas públicas preventivas e à cooperação institucional.

Palavras-chave: Infiltração Policial Virtual; Abuso Sexual Infantil Online; Segurança Pública; Dignidade Sexual; Crimes Digitais.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: alisson.almeida@edu.unipar.br

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

DEPENDÊNCIA QUÍMICA E O COMETIMENTO DE CRIMES PATRIMONIAIS: ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DA COMISSÃO MULTIDISCIPLINAR DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

Amanda Caroline Inacio Santos¹

Lucila Carla Cunha²

Resumo: A repressão ao tráfico de drogas envolve uma dimensão menos visível, porém igualmente relevante: o impacto da dependência química na trajetória dos usuários, frequentemente associada ao envolvimento em crimes patrimoniais. A dependência química configura-se como um transtorno decorrente do uso compulsivo de substâncias psicoativas, gerando prejuízos à saúde física e mental, além de comprometer vínculos sociais e familiares. Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada nos atendimentos realizados pela Comissão Multidisciplinar de Individualização da Pena, associada à análise de legislação e revisão bibliográfica. O objetivo é compreender criticamente a relação entre dependência química e criminalidade, evidenciando como o sistema penal, muitas vezes, responde de forma insuficiente a essa complexa intersecção. A análise busca contribuir para o aprimoramento de políticas públicas e práticas no âmbito da execução penal, propondo intervenções mais eficazes que considerem as especificidades dos indivíduos em situação de dependência no cárcere, especialmente no que se refere à orientação e à progressão de regime.

Palavras-chave: Dependência Química; Crimes Patrimoniais; Comissão Multidisciplinar de Individualização da Pena; Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito. E-mail: carolineamanda12345@gmail.com

2 Orientador(a) - Bacharela em Direito. E-mail: lucilacunha@policiapenal.pr.gov.br

ALTERNATIVAS PENAIS E SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DA POLÍTICA CRIMINAL E DOS IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO ENCARCERAMENTO

Ana Beatriz Macedo Magerski¹
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi²

Resumo: A expansão do encarceramento no Brasil nas últimas décadas consolidou o país entre aqueles com maior população prisional do mundo, evidenciando uma crise estrutural marcada pela superlotação, precariedade das condições carcerárias e seletividade penal. Nesse contexto, as alternativas penais emergem como instrumentos normativos destinados a racionalizar o uso da pena privativa de liberdade e reduzir os efeitos deletérios do encarceramento em massa. O presente estudo tem como objetivo analisar, sob perspectiva crítica, a relação entre medidas alternativas penais e superlotação carcerária, bem como examinar os impactos psicossociais associados ao modelo punitivo predominante no sistema penal brasileiro. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em produções acadêmicas nacionais e internacionais, dados oficiais do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em relatórios do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A análise evidencia que, embora as alternativas penais representem avanço normativo e institucional relevante, sua implementação enfrenta limites estruturais e culturais no âmbito do sistema de justiça criminal. Conclui-se que o enfrentamento da superlotação carcerária não depende exclusivamente da ampliação de vagas prisionais, mas da consolidação de uma política criminal orientada por critérios de proporcionalidade, racionalidade punitiva e promoção de estratégias desencarceradoras, capazes de mitigar os impactos psicossociais decorrentes do encarceramento.

Palavras-chave: Alternativas Penais; Superlotação Carcerária; Política Criminal; Encarceramento em Massa; Impactos Psicossociais.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: ana.2000beatriz@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Paranaense. Mestrado em promoção da saúde. E-mail: daianysgrinholi@gmail.com

VIOÊNCIA DOMÉSTICA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: DESAFIOS PARA UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Ana Gabriela Crevelaro¹

Raphael Barbosa²

Resumo: O presente trabalho, de caráter bibliográfico e características exploratórias, propõe-se a analisar as interfaces entre violência doméstica e segurança pública, analisando a presença ou a ausência de perspectiva de gênero no cenário nacional das políticas públicas. A violência doméstica tem origem nas relações historicamente assimétricas de poder entre homens e mulheres, sendo expressão das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Entretanto, a insuficiente compreensão dessa dimensão estrutural por parte das instituições de controle social e dos formuladores de políticas públicas contribui para a implementação de ações que não enfrentam as raízes do problema, resultando em políticas de segurança desprovidas de uma efetiva perspectiva de gênero. Diante desse cenário, a pesquisa ressalta a importância da transversalidade de gênero e da instrumentalidade interseccional na formulação de estratégias de segurança e proteção. Evidencia-se que o sistema de segurança pública opera, frequentemente, sob um entendimento reificante e burocrático do fenômeno da violência, priorizando a repressão imediata em detrimento das determinações socioculturais e dos impactos subjetivos do trauma. Além disso, constata-se um diálogo incipiente entre os órgãos de segurança e a rede de atenção psicossocial no que tange ao quadro de políticas públicas para mulheres no Brasil, processo acentuado pela recente desinstitucionalização de mecanismos protetivos. Por fim, pretende-se contribuir para a produção de conhecimento sobre a articulação entre gênero e segurança pública, fornecendo elementos analíticos que auxiliem no aperfeiçoamento de políticas e práticas institucionais voltadas à prevenção da violência e à garantia da proteção integral das mulheres.

Palavras-chave: Gênero; Violência Doméstica; Segurança Pública; Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: psicologia.anagcrevelaro@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Psicologia pela Universidade Paranaense - UNIPAR. E-mail: raphael.barbosa@prof.unipar.br

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS MONITORADOS: UMA PESQUISA SOB PERSPECTIVA DE GÊNERO

Ana Gabriella Soares Dutra¹
Ana Carolina Fontana de Mattos²

Resumo: O estudo a seguir analisa a execução penal brasileira, regida pela Lei de Execução Penal. Partindo-se da premissa de que a eficácia da pena ultrapassa o caráter meramente sancionatório, pelo que exige mecanismos que favoreçam a reintegração social do condenado, especialmente por meio da preservação dos vínculos familiares, com enfoque na monitoração eletrônica como medida alternativa ao cárcere e instrumento de ressocialização. Como objetivo geral, pretende-se examinar o papel da família na ressocialização de indivíduos submetidos à monitoração eletrônica, considerando as especificidades decorrentes das desigualdades de gênero. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória e explicativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com análise de diplomas normativos, especialmente da Lei de Execução Penal e do Decreto-Lei nº 12.258/2010, bem como de dados estatísticos oficiais divulgados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Utilizou-se o método dedutivo e a técnica de análise de conteúdo, com enfoque comparativo entre homens e mulheres monitorados. Conclui-se que a efetividade da monitoração eletrônica não depende meramente da fiscalização estatal, mas também do suporte familiar, sendo imprescindível incorporar a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas, a fim de promover uma execução penal mais justa, humana e eficaz.

Palavras-chave: Execução Penal; Monitoração Eletrônica; Ressocialização; Família; Perspectiva de Gênero.

1 Residente - Ana Gabriella Soares Dutra - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito. E-mail: gabidutra248@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutoranda e Mestre em Direito pela PUCPR. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela UERJ. Diretora da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/PR. Advogada e sócia do Fontana de Mattos Advogados. Professora de Direito da Uniguairacá-Guarapuava. E-mail: ana@fontanademattos.com.br

EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO ESTRATÉGIAS DE REINserÇÃO SOCIAL: DESAFIOS PARA JOVENS EGRESSOS DO SISTEMA PENAL E REEDUCANDOS

Ana Maria de Faria¹
Roseli Odorizzi²

Resumo: O trabalho trata da baixa escolaridade de egressos do sistema penal e reeducandos com medidas restritivas de direitos como um dos principais fatores que dificultam e comprometem a sua reinserção no mercado de trabalho e vulnerabilidade social. Tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por esses jovens para acessar o mercado formal de trabalho, bem como, refletir sobre a relação entre a exclusão educacional e as limitações impostas à construção de trajetórias profissionais lícitas. O interesse pela temática surgiu no decorrer da Residência Técnica no Complexo Social Patronato/DEPPEN de Toledo/PR, a partir da constatação de que grande parte dos jovens atendidos não haviam concluído o ensino fundamental, o que dificultava seu encaminhamento para atividades laborais e para o cumprimento das medidas judiciais. A metodologia da pesquisa compreende pesquisa de abordagem bibliográfica e documental, complementada pela análise de dados estatísticos secundários. Os resultados apontam que a baixa escolaridade, associada às desigualdades econômicas e às limitações das políticas de qualificação profissional restringem o acesso ao emprego formal e compromete a efetividade das ações de reinserção social previstas na legislação. Conclui-se que a ampliação do acesso à educação, à qualificação profissional e ao trabalho constitui elemento essencial para reduzir a reincidência criminal e fortalecer políticas públicas voltadas à inclusão social de egressos do sistema penal.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Reinserção Social; Sistema Penal; Egressos.

1 Residente na Pós-Graduação em Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná - UNIOESTE. E-mail: anafmaria@hotmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, Especialista em Fundamentos da Prática do Assistente Social, Professora Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Curso de Serviço Social. E-mail: roseliodorizzi2@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA: LIMITES DO MODELO PUNITIVISTA E POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS

Ana Paula da Rocha¹
Simone Alves Emed²

Resumo: O presente estudo analisa a educação como instrumento de reintegração social no âmbito da segurança pública, enfatizando os limites do modelo punitivista e as possibilidades emancipatórias decorrentes das práticas educativas desenvolvidas no sistema prisional brasileiro. A pesquisa parte da compreensão de que políticas fundamentadas exclusivamente no encarceramento e na repressão penal apresentam limitações significativas quanto à redução da reincidência criminal e à efetiva ressocialização de indivíduos privados de liberdade. Nesse contexto, a educação é compreendida como direito fundamental e mecanismo potencial de transformação social, capaz de promover autonomia, desenvolvimento crítico, reconstrução de vínculos sociais e elaboração de novos projetos de vida. O estudo possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentado em referenciais da criminologia crítica e da educação emancipatória, com destaque para autores como Paulo Freire (1996), Michel Foucault (1975), Alessandro Baratta (2002), Loïc Wacquant (2001) e Dermeval Saviani (2008). Além disso, realiza-se análise do Programa de Remição de Pena pela Leitura, regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça por meio da Recomendação n.º 391/2021, considerando seus fundamentos jurídicos, pedagógicos e sociais, bem como seus impactos no processo de ressocialização. Os resultados indicam que práticas educativas no ambiente prisional contribuem para o fortalecimento da cidadania, do pensamento crítico e da inclusão social, embora ainda enfrentem obstáculos relacionados à precariedade estrutural, à insuficiência de recursos pedagógicos e à permanência de uma lógica predominantemente punitivista no sistema penal brasileiro. Conclui-se que a educação representa importante estratégia de humanização da execução penal e de fortalecimento de políticas públicas voltadas à redução da reincidência criminal e à reintegração social.

Palavras-chave: Educação Prisional; Remição de Pena pela Leitura; Ressocialização; Segurança Pública; Reincidência Criminal.

1 Residente - Graduada em Pedagogia-Licenciatura plena, pós-graduanda em Segurança Pública, residente técnica no Complexo de Medidas Alternativas – , vinculada ao Programa de Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública (RESTEC GESP) E-mail: anapauladarocha@hotmail.com

2 Orientador(a) - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

SEGURANÇA PÚBLICA E HUMANIZAÇÃO DA PENA: A FILOSOFIA DO MÉTODO APAC

Andrea Ludmila Silva de Lima¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: Este artigo analisa a eficácia do modelo da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) como alternativa ao sistema prisional convencional no Brasil, com foco nos impactos da humanização da pena na recuperação dos internos e na viabilidade do modelo. Parte-se da constatação de que o sistema carcerário tradicional falha em sua função ressocializadora, apresentando elevados índices de reincidência e precariedade estrutural. No contexto da redemocratização e da promulgação da Constituição Federal de 1988, consolida-se a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, o que intensifica o questionamento acerca da efetividade do sistema penitenciário comum em cumprir sua finalidade corretiva. Diante disso, indaga-se se existem alternativas mais eficazes no tratamento dos apenados. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. O estudo toma como referência o método APAC, idealizado por Mário Ottoboni, que propõe um modelo inovador de execução penal baseado na valorização humana, corresponsabilidade do recuperando e participação da comunidade. Os resultados apontam que a metodologia APAC contribui significativamente para a redução da reincidência e para a promoção da reintegração social, ao oferecer condições dignas de cumprimento de pena. Conclui-se que o modelo representa uma alternativa viável e eficaz, ao alinhar punição e dignidade, evidenciando a necessidade de repensar o paradigma punitivo tradicional no Brasil.

Palavras-chave: APAC; Sistema Prisional; Ressocialização.

1 Residente - Andrea Ludmila Silva de Lima - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: andrealimaa@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

GÊNERO, VULNERABILIDADE E ENCARCERAMENTO: A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NO TRÁFICO DE DROGAS

Andressa Bonete Bozza¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: O presente artigo analisa o envolvimento do público feminino no tráfico de drogas no Brasil, considerando as intersecções entre gênero, vulnerabilidade socioeconômica e seletividade do sistema penal. Investiga os fatores que favorecem o ingresso de mulheres no tráfico de drogas e examina os papéis desempenhados por elas nas organizações criminosas, bem como os impactos sociais e penais decorrentes dessa inserção. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada em levantamento bibliográfico e na análise documental de dados secundários provenientes de relatórios oficiais do sistema prisional brasileiro. Projeta-se que os resultados evidenciam como essas mulheres ocupam, em sua maioria, posições periféricas no tráfico de drogas, com maior exposição a riscos e à repressão estatal. A pesquisa mapeia os impactos severos do encarceramento, como a ruptura de vínculos familiares, o estigma social e as dificuldades de reinserção social. Por fim, demonstra-se que a criminalização do gênero feminino nesse contexto é indissociável das desigualdades estruturais, ressaltando a necessidade de políticas públicas com recorte de gênero.

Palavras-chave: Violência; Tráfico de Drogas; Vulnerabilidades; Gênero; Sistema Prisional;

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Pós-Graduada em Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Campo Real. E-mail: bonette.andressaa@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Advogado. E-mail: advogadomoraibrafael@gmail.com

VIOÊNCIA DE GÊNERO E DISCURSOS MISÓGINOS: A EMERGÊNCIA DOS GRUPOS REDPILL E INCELS NAS REDES SOCIAIS

Andressa Cassimiro Fenato¹

Carlos Aznar Blefari²

Resumo: Este estudo analisa a violência de gênero como problema social e de saúde pública, com foco na permanência de desigualdades históricas entre homens e mulheres e na emergência de discursos misóginos em ambientes digitais, especialmente nas comunidades RedPill e Incel. Trata-se de uma revisão integrativa de abordagem qualitativa, realizada a partir de publicações em língua portuguesa localizadas no Google Acadêmico, abrangendo o período de 1990 a 2025. Foram adotados critérios de inclusão e exclusão previamente definidos, resultando na seleção final de 25 estudos para análise. Os achados indicam que a violência contra a mulher se sustenta em bases históricas patriarcais que ainda estruturam relações sociais, práticas institucionais e representações de gênero. O estudo também evidencia que o movimento feminista teve papel central na ampliação de direitos civis, políticos e sociais das mulheres, embora tais conquistas não tenham eliminado a persistência de violências e discriminações. No cenário contemporâneo, as redes sociais passaram a funcionar como espaços de circulação, reforço e legitimação de discursos misóginos, ampliando a visibilidade de comunidades que se opõem à igualdade de gênero e à emancipação feminina. Conclui-se que a violência de gênero assume novas configurações nos contextos digitais, articulando continuidades históricas e formas atuais de hostilidade contra as mulheres. A compreensão desse fenômeno pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias de prevenção, educação digital e enfrentamento da violência em suas dimensões sociais, simbólicas e institucionais.

Palavras-chave: Feminismo; Incel; Mulheres; RedPill; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia (CRP 08/46162). E-mail: psico.andressacfenato@gmail.com

2 Orientador(a) - Vinculado ao Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo (CRP 08/14182), Mestre em Psicologia Forense e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RS. Coordenador do Laboratório de Psicotraumatologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: psicoaznar@gmail.com

ATRAVESSAMENTOS DA SUBJETIVIDADE PELO CÁRCERE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO COMPLEXO SOCIAL

Andrew Adelino Olimpio¹

Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: A presente pesquisa buscou compreender, a partir do escopo da psicologia e da psicanálise, alguns dos atravessamentos subjetivos operados pela vivência do cárcere e sua influência na reinserção social. Partiu-se de um relato de experiência, que compreendeu a prática do psicólogo residente em um Complexo Social, unidade estabelecida há seis anos, no âmbito da Polícia Penal, no Estado do Paraná. A experiência incluiu atendimentos aos egressos e pré-egressos do sistema penal, nas modalidades de plantão e acolhimento psicológico. Os dados foram coletados por meio do registro de observações em diário de campo. Em momento posterior, realizou-se a análise de conteúdos e articulou-se os achados a temas pertinentes ao campo da Segurança Pública: leis relevantes para os objetivos da pesquisa, instituição da Polícia Penal e conceito de estigmatização. Dessa forma, foi possível perceber que o processo de reinserção social é complexo e perpassado por sofrimento psíquico e angústia, efeitos subjetivos que ultrapassam as possibilidades atuais das políticas públicas aplicadas ao campo da Segurança Pública.

Palavras-chave: Psicologia; Psicanálise; Segurança Pública; Subjetividade.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública (UNESPAR). Psicólogo pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: psi.andrewolimpio@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE DETENTOS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ACESSO À EDUCAÇÃO E TRABALHO

Angel Teresinha Soares Godoy¹

Diana Galone Somer²

Resumo: Este estudo analisa o papel do assistente social no processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade, com foco no acesso à educação, ao trabalho prisional e às políticas públicas que estruturam o retorno ao convívio social. A partir de revisão bibliográfica composta por livros, artigos científicos, legislações e documentos oficiais publicados entre 2000 e 2024, identificaram-se as principais contribuições das atividades laborais e educacionais como instrumentos centrais para a reconstrução de trajetórias e redução da reincidência. Os achados demonstram que ações de trabalho e estudo fortalecem autonomia, disciplina e habilidades profissionais, sobretudo quando associadas a práticas institucionais consolidadas. A experiência da Penitenciária Estadual de Ponta Grossa – Unidade de Progressão evidencia esse potencial, ao integrar rotinas de trabalho interno e externo, educação e parcerias com empresas locais, contribuindo para a progressão de pena e para a organização cotidiana dos detentos. O estudo também destaca a amplitude da atuação do assistente social no sistema prisional, abrangendo organização documental, orientações jurídicas e familiares, mediação de vínculos, encaminhamentos multidisciplinares, participação em processos relacionados a trabalho e educação, além de ações que asseguram direitos fundamentais. Conclui-se que a articulação entre programas de trabalho, oportunidades educacionais e intervenção qualificada do Serviço Social constitui um eixo estratégico para o fortalecimento das políticas de execução penal e para a promoção de processos reais de reintegração social.

Palavras-chave: Ressocialização; Sistema Prisional; Serviço Social; Trabalho Prisional; Educação.

1 Residente - Angel Teresinha Soares Godoy- Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação. E-mail: angelpavinho@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso da Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão da Segurança Pública, vinculada às atividades de Docência, Coordenação Geral Pedagógica e Coordenação Administrativa da UNESPAR. E-mail: dianassomer@gmail.com

GESTÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE NO BRASIL

Angélica Aparecida da Silva Colecha¹
Simone Maria Klok²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar a gestão do sofrimento psíquico em mulheres privadas de liberdade no Brasil, a partir da articulação entre dados públicos e referenciais teóricos críticos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentada na análise documental de informações disponibilizadas por órgãos oficiais, como o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), bem como de documentos institucionais relacionados ao sistema prisional brasileiro. Os resultados evidenciam que, embora a assistência em saúde mental esteja prevista nas políticas públicas voltadas à população privada de liberdade, sua efetivação ocorre de forma desigual e limitada, marcada pela escassez de profissionais especializados, precarização dos vínculos de trabalho, insuficiência de espaços voltados à escuta psicológica e as práticas de gerenciamento do sofrimento psíquico voltadas predominantemente à medicalização. A análise demonstra que o sofrimento psíquico dessas mulheres é atravessado por questões sociais, institucionais e de gênero, relacionadas a experiências de violência, ruptura de vínculos e vulnerabilidade social, intensificadas pelo contexto do encarceramento. Conclui-se que as práticas atuais de cuidado possuem limites significativos para sua efetivação, evidenciando a necessidade de fortalecimento das políticas públicas, ampliação das equipes multiprofissionais e construção de estratégias de cuidado que ultrapassem a lógica exclusivamente biológica.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mulheres Privadas de Liberdade; Sistema Prisional; Gênero; Sofrimento Psíquico.

1 Residente - Angélica Aparecida da Silva Colecha- Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: psi.angelicacolecha@gmail.com

2 Orientador(a) - Simone Maria Klok - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Química, Engenharia e Ciência dos Materiais. E-mail: simonemariaklok@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O PAPEL DO PEDAGOGO NO COMPLEXO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE A REINTEGRAÇÃO SOCIAL NO PARANÁ

Antonielle Cristina Pereira Jukowski Martins¹

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues²

Resumo: A presente investigação tem como objetivo compreender o papel do pedagogo no Complexo Social, com foco na reintegração social de pessoas que passaram pelo sistema penal no estado do Paraná. Ao longo do estudo, são apresentados os principais desafios enfrentados por essas pessoas após o cumprimento da pena, como a dificuldade de conseguir emprego, voltar a estudar, acessar direitos básicos e lidar com o preconceito incrustado na sociedade. Diante desse contexto, destaca-se o papel do pedagogo no acolhimento, na orientação e no apoio à construção de novos caminhos, contribuindo para o processo de reintegração social. Também se evidencia a importância do Complexo Social na garantia de direitos e na promoção da inclusão social. A atuação pedagógica contribui para a reconstrução de trajetórias e pode auxiliar na redução da reincidência. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, desenvolvida a partir da análise de estudos publicados na área.

Palavras-chave: Reintegração social; Pedagogia; Complexo Social; Sistema penal; Inclusão social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia e pós-Graduação em neuropsicopedagogia institucional. E-mail: toinhacpj@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro. Doutora em Educação. E-mail: vanessarodrigues@unicentro.br.

TRABALHO, SISTEMA PRISIONAL E COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINserÇÃO SOCIAL

Ariadne Rodrigues Paes¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: Este estudo analisa as relações entre trabalho prisional, competências socioemocionais e reinserção social, com ênfase na contribuição da Psicologia para o fortalecimento de políticas públicas no sistema penal. Parte-se da compreensão de que o trabalho no contexto prisional não produz efeitos intrinsecamente reintegradores, podendo assumir tanto funções de proteção quanto de controle, dependendo das condições institucionais em que é realizado. Do mesmo modo, a reinserção social é entendida como um processo multidimensional, atravessado por determinantes estruturais, subjetivos e sociais, que não pode ser reduzido à oferta de trabalho ou à responsabilização individual. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, de abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica narrativa-crítica e análise documental de legislações, relatórios e diretrizes institucionais, com base em produções científicas nacionais e internacionais e documentos do Conselho Nacional de Justiça e da Secretaria Nacional de Políticas Penais. Os resultados indicam que competências socioemocionais, como autocontrole emocional, comunicação e tomada de decisão, podem contribuir para a permanência no trabalho e para a adaptação ao ambiente prisional e laboral, desde que articuladas a condições materiais e institucionais adequadas. Conclui-se que tais competências não substituem políticas estruturais, mas podem potencializar estratégias de reinserção social quando integradas a ações intersetoriais. Destaca-se, por fim, o papel da Psicologia na superação de práticas restritas à avaliação, ampliando sua atuação para intervenções psicossociais e formulação de políticas públicas voltadas à garantia de direitos e à inclusão social efetiva.

Palavras-chave: Trabalho Prisional; Competências Socioemocionais; Reinserção Social; Psicologia.

1 Residente - Ariadne Rodrigues Paes - Residente Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga. E-mail: ariadne.rpaes@gmail.com

2 Orientador(a) - Rafael Bruno Cassiano de Moraes - Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Advogado. E-mail: advogadomoraistrafael@gmail.com

A ATUAÇÃO ESTATAL E O ENCARCERAMENTO EM MASSA NO BRASIL: IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SELETIVIDADE PENAL (2019 - 2025)

Ataislaine Nunes¹
Nayara Cristina Bueno²

Resumo: Este artigo analisa as implicações da atuação estatal no encarceramento em massa da juventude negra no Brasil entre 2019 e 2025. De natureza qualitativa e exploratória, fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e análise documental, com foco nas relações entre racismo estrutural, seletividade penal e direitos humanos. A comparação entre os governos Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) evidencia que, apesar de discursos distintos sobre criminalidade e sistema prisional, os indicadores de encarceramento revelam que a população prisional brasileira continuou superior a 900 mil pessoas, mantendo elevados índices de superlotação e déficit de vagas, demonstrando a persistência de estruturas racializadas para além da alternância política. Conclui-se que o racismo estrutural constitui o fundamento da seletividade penal do Estado, que marginaliza sistematicamente pessoas pobres, negras e periféricas, em violação contínua aos direitos humanos.

Palavras-chave: Estado Penal; Criminalização da Pobreza; Desigualdade Social; Racismo Estrutural.

1 Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). E-mail: ataislainenunes9@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: nbueno@unicentro.br

GRUPOS REFLEXIVOS SOB A PERCEPÇÃO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Barbara Francisconi Liviero¹
Sandra Garcia Neves²
Lilian Chanquini Fernandes³

Resumo: Este artigo analisa a eficácia dos grupos reflexivos como estratégia de enfrentamento à violência contra a mulher, diante da persistência de altos índices de feminicídio no Brasil. O objetivo do estudo é avaliar a perspectiva dos homens autores de violência doméstica sobre a experiência no grupo reflexivo do qual participaram. Baseado no paradigma qualitativo, na análise de conteúdos integrados à Psicologia Social, utilizando-se da revisão bibliográfica para a sistematização e a análise dos resultados. Nesse sentido, evidenciou que, apesar da resistência inicial e de discursos que culpabilizam a mulher e negam a violência, os grupos reflexivos mostraram-se eficazes, a partir da elaboração do processo reflexivo, para ampliar a compreensão sobre as diferentes formas de violência, estimular o reconhecimento de atitudes machistas e violentas, e promover mudanças comportamentais, como controle emocional e resolução não violenta de conflitos. Os participantes avaliaram positivamente o acolhimento e a troca de experiências, sugerindo que esses espaços contribuem para a desconstrução da masculinidade hegemônica e tóxica, embora alguns ainda mantenham narrativas de injustiça da Lei Maria da Penha. Conclui-se que os grupos reflexivos são ferramentas relevantes de prevenção e responsabilização, entretanto não suficientes isoladamente.

Palavras-chave: Grupos Reflexivos; Lei Maria da Penha; Narrativa Participante; Homens Autores.

1 Residente - Barbara Francisconi Liviero - Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: barbarafliviero@gmail.com

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

3 Coorientador(a) - Lilian Chanquini Fernandes - Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Psicóloga no Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN). E-mail: lilianfernandes@policiapenal.pr.gov.br

O PAPEL DO DELEGADO DE POLÍCIA COMO PRIMEIRO FILTRO DA JUSTIÇA: DIREITOS FUNDAMENTAIS E LIMITES DA ATUAÇÃO POLICIAL

Bernardo Cavagnoli Nogueira¹
Marcelo Bordin²

Resumo: O presente artigo analisa o papel do Delegado de Polícia como primeiro garantidor dos direitos fundamentais no processo penal brasileiro, considerando os limites constitucionais e processuais que regem sua atuação. Parte-se da premissa de que o delegado, ao conduzir a investigação criminal, não deve apenas cumprir funções administrativas, mas agir como operador jurídico capaz de filtrar ilegalidades, evitar abusos e assegurar a observância dos princípios do Estado Democrático de Direito. A metodologia empregada consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com base em doutrina especializada, legislação e artigos científicos que abordam a temática sob a ótica do garantismo penal e da criminologia crítica. A pesquisa destaca a importância dessa atuação, especialmente diante de arbitrariedades cometidas no âmbito da atividade policial ostensiva, sendo o Delegado o primeiro agente estatal com formação jurídica a avaliar a legalidade de prisões em flagrante. Conclui-se que o Delegado deve interpretar o conceito de crime de forma completa, abrangendo tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade, contribuindo assim para a prevenção de ações penais infundadas e para o fortalecimento de uma justiça penal mais justa e garantista, concretizando sua função de filtro inicial da justiça criminal conforme estudos da melhor doutrina.

Palavras-chave: Delegado de Polícia; Direitos Fundamentais; Garantismo Penal; Investigação Criminal.

1 Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito pelo Cesul - Centro de Ensino Superior. E-mail: badocnogueira@gmail.com

2 Orientador(a) - Marcelo Bordin - Professor Bolsista da UNESPAR. Geógrafo, Cientista Político, Mestre em Geografia e Doutor em Sociologia. E-mail: marcelobordin05@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O SISTEMA PRISIONAL: A PERSISTÊNCIA DAS BARREIRAS SOCIAIS

Bianca Beltrão Vitiato¹
Nayara Cristina Bueno²

Resumo: O presente trabalho analisa a situação das pessoas com deficiência no sistema prisional brasileiro, dando enfoque às barreiras sociais que permeiam o seu cotidiano no ambiente penal. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre tais barreiras, lembrando a luta das pessoas com deficiência por direitos e analisando as medidas alternativas de cumprimento de pena, como forma de garantir o que a Lei da Execução Penal e a Constituição Federal de 1988 estabelecem. A pesquisa possui abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica e análise documental como metodologia. Os resultados demonstram a existência de barreiras sociais e também estruturais, como superlotação, falta de acessibilidade nas unidades prisionais que dificultam o acesso aos direitos fundamentais à dignidade humana, bem como o acesso a oportunidades de reintegração social através da educação e do trabalho. Conclui-se que as barreiras sociais, a falta de inclusão e de políticas públicas voltadas ao combate às desigualdades sociais e ao capacitismo agravam o cenário de exclusão e desproteção social que incide na vida das pessoas com deficiência, ainda mais quando se trata de pessoas que estão no sistema prisional.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Modelo Social de Deficiência; Acessibilidade; Execução Penal; Barreiras Sociais.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: bibeltrao97@gmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro). Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: nbueno@unicentro.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A PROGRESSÃO DE REGIME E AS ENTREVISTAS COM OS PRÉ-EGRESSOS E O PAPEL DOS ESCRITÓRIOS SOCIAIS

Brenda de Oliveira¹
Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: Este documento apresenta a análise sobre os desafios da gestão penitenciária no Estado do Paraná, com enfoque na progressão de regime, nas entrevistas com pré-egressos e no papel dos Escritórios Sociais para a segurança pública. Reconhecendo o Estado de Coisas Inconstitucional no sistema prisional brasileiro (ADPF 347), o estudo objetiva investigar como a preparação para a liberdade e a atuação das Comissões de Classificação impactam a efetiva reintegração social. A metodologia baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica a partir das fontes fornecidas, analisando as normativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), relatórios do Instituto Igarapé e o recente Plano Pena Justa do Paraná (2025). Os resultados indicam que o Paraná enfrenta a superlotação, com mais de 40 mil pessoas privadas de liberdade, além de um déficit de equipes técnicas para realizar avaliações criminológicas e sociais adequadas nas entrevistas de progressão. Conclui-se que a consolidação dos Escritórios Sociais e a aplicação da Metodologia de Mobilização de Pré-Egressos são fundamentais para reduzir a reincidência criminal e promover a cidadania, transformando o tempo de pena em preparação efetiva para o retorno à sociedade.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Pré-egressos; Escritório Social; Segurança Pública; Paraná.

1 Residente - Pós-graduanda em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (UDC). E-mail: brendaliivera@gmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

‘QUIETO’: O ATRAVESSAMENTO JURÍDICO NA SAÚDE MENTAL

Bruna Alcântara dos Santos¹

Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo aborda dois casos de autores que apresentam algum acometimento psicológico e produziram obras textuais em período concomitante à prática de um crime. A análise das obras demonstra o atravessamento jurídico na saúde mental. No primeiro caso, ao qual se tem acesso através do texto coordenado por Michel Foucault, trata-se de “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”, o autor narrou, em primeira pessoa os dias que antecedem o crime. O caso envolveu médicos e juristas na avaliação de sua condição mental e no julgamento de seu processo, que culminou, sob inúmeras discordâncias, em uma condenação prisional. O segundo caso foi analisado a partir do livro próprio e narrado em primeira pessoa por Jorge Beltrão Negromonte da Silveira, condenado pelo homicídio de três mulheres. Com auxílio de duas companheiras, ele canibalizou a carne das vítimas e comercializou alimentos preparados com carne humana na região de Garanhuns, Pernambuco. Em ambos os casos analisados, os réus foram acusados de simulação para evitar a prisão, sob argumento de que suas obras sustentariam um álibi através do transtorno psicológico e contestariam, com isso, a perícia. Abordou-se brevemente o conceito de imputabilidade e as condenações ao modelo manicomial asilar. Concluiu-se que as pessoas privadas de liberdade (PPL), que são pacientes de saúde mental, não tem um local adequado para o cumprimento da pena, tampouco para falar de si.

Palavras-chave: Saúde Mental; Subjetividade; Imputabilidade.

1 Residente – Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Psicologia. E-mail: resitec2023@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS: ENTRE A LÓGICA PUNITIVA E A PERSPECTIVA DO CUIDADO

Caren Eduarda Soares Bonfim¹
Sandra Garcia Neves²

Resumo: O presente trabalho tem como tema a atuação do psicólogo no contexto das medidas alternativas, analisando sua inserção profissional entre a lógica punitiva do sistema penal e a perspectiva do cuidado inerente à prática psicológica. O estudo objetiva compreender as contradições que atravessam a atuação do psicólogo nas políticas de alternativas penais, considerando as tensões existentes entre responsabilização, controle institucional e promoção de direitos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada no método materialista histórico-dialético, o qual possibilita analisar a realidade social a partir de suas determinações históricas, sociais e contraditórias. A escolha desse referencial teórico-metodológico permite compreender a atuação profissional do psicólogo como prática inserida em uma totalidade social e institucional marcada por disputas entre cuidado e punição. Como considerações, observa-se que a inserção da Psicologia no âmbito das medidas alternativas se desenvolve em um campo permeado por tensionamentos éticopolíticos, no qual o profissional é convocado a atuar entre demandas de controle social e a defesa de uma prática comprometida com os direitos humanos, o cuidado e a emancipação dos sujeitos atendidos.

Palavras-chave: Psicologia; Medidas Alternativas; Sistema Penal; Materialismo Histórico Dialético; Segurança Pública.

1 Residente - Caren Eduarda Soares Bonfim- Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicóloga. E-mail: caren16eduarda@gmail.com

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE (PSC) POR MEIO DE GRUPOS DE LEITURA: PROJETO LITERATURA E LIBERDADE - MARINGÁ - PR

Carla Yonara de Carvalho¹
Poliana Barbosa da Riva²

Resumo: O presente artigo teve como objetivo conceituar a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), destacando a leitura e o debate como instrumentos de reinserção social. Parte-se do pressuposto de que a interação, mediada por práticas pedagógicas críticas e participativas, contribui para o fortalecimento de vínculos sociais, o estímulo à reflexão e a promoção do respeito à diversidade. O estudo contemplou aspectos históricos, referenciais teóricos e pesquisa bibliográfica, buscando delimitar a PSC de forma objetiva. Nesse sentido, a literatura é apresentada como uma possibilidade de cumprimento da medida, na medida em que favorece processos de conscientização, diálogo e construção de sentidos. Destaca-se o grupo Literatura e Liberdade, no município de Maringá-PR, como uma experiência que articula leitura e discussão coletiva, junto ao Centro Integrado de Alternativas Penais (CIAP), localizado no Complexo Social de Maringá-PR, bem como para o fortalecimento do trabalho desenvolvido pelas equipes técnicas. Os encontros promovidos incentivam a expressão de ideias, a reflexão crítica e o fortalecimento da cidadania, ao vincularem a literatura ao cumprimento da pena. Dessa forma, observa-se a superação de uma perspectiva estritamente punitiva, passando-se a conferir à medida uma dimensão formativa, dialógica e potencialmente transformadora.

Palavras-chave: Alternativas Penais; Leitura; Reinserção.

1 Residente - Carla Yonara de Carvalho - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Pedagoga. E-mail: carla.yonara.carvalho00@gmail.com

2 Orientadora - Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM/UEM). Graduação em Ciências Biológicas. Docente da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: poliana.riva87@gmail.com

O COMBATE AO NARCOTRÁFICO SOB A PERSPECTIVA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO E DA FIGURA DO *HOMO SACER*: UM MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL PERVERSO E REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA ESTATAL

Carolina Moreno Rosa¹
Giovane Matheus Camargo²

Resumo: O presente artigo apresenta e analisa a política de combate ao narcotráfico, ao questionar sua incidência como mecanismo de controle social perverso e como uma ferramenta para a reprodução da violência estatal e da desigualdade social. Para isso, propõe-se demonstrar se as forças de segurança pública, bem como o Poder Judiciário e o Ministério Público, cumprem os princípios e objetivos constitucionais do Estado Democrático de Direito por meio da política criminal de combate às drogas. Dessa forma, o presente trabalho questiona se a política criminal sobre drogas e as operações das forças de segurança pública e a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público são utilizadas como subterfúgio para o controle social da população às margens da sociedade, transformando esses indivíduos em inimigos sociais. Com isso, busca elucidar uma relação factual entre o conceito de inimigo, cunhado pelo jurista alemão Günther Jakobs, e o conceito de *homo sacer* descrito na obra do filósofo italiano Giorgio Agamben. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi escolhida a pesquisa bibliográfica e documental, com a reunião de autores e obras que abordam o tema em estudo. O resultado aguardado é demonstrar que as ações policiais e a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público, concernentes ao combate ao tráfico de drogas, são utilizadas como mecanismo de apaziguamento social e político, bem como aprofundam a condição de vulnerabilidade das populações residentes em territórios periféricos, além de justificar a violência estatal cometida, evidenciando o uso simbólico do direito penal para marginalizar certos grupos, bem como corrobora para o fortalecimento das organizações criminosas.

Palavras-chave: Tráfico de Drogas; Violência Estatal; Controle Social Perverso; Direito Penal do Inimigo; *Homo Sacer*.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito pela Faculdade Maringá. E-mail: carolinamorenrosa.cr@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Doutor e mestre em sociologia (UFPR), com pós-doutorado em sociologia política (UVV). Especialista em direito penal e criminologia (ICPC). Bacharel em Direito (ISULPAR). E-mail: giovanemcamargo@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A PROGRESSÃO DE REGIME NA EXECUÇÃO PENAL: ANÁLISE DE SUA EFETIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO

Caroline da Silva Garcia¹
Willian Vieira Costa Zonatto²

Resumo: O presente estudo tem por objetivo geral analisar a efetividade da progressão de regime no âmbito da execução penal como instrumento de ressocialização. Diante da atual crise penitenciária e superlotação carcerária, a pesquisa adota metodologia de natureza bibliográfica e exploratória para atender a três objetivos específicos: identificar o amparo legal das medidas de progressão; analisar os limites destas medidas frente ao princípio da dignidade da pessoa humana; e verificar a viabilidade econômica e administrativa de sua aplicação no sistema atual. Parte-se da compreensão de que a progressão de regime constitui instrumento jurídico fundamental para a reintegração gradual da pessoa privada de liberdade à sociedade, em obediência ao princípio da individualização da pena. Conclui-se que, mesmo diante das severas dificuldades institucionais e orçamentárias, a progressão de regime mantém sua relevância como instrumento de política penal humanizada, favorecendo a reinserção social do reeducando e concretizando os fundamentos constitucionais que orientam a execução da sanção.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Ressocialização; Progressão de Regime.

1 Residente - Caroline da Silva Garcia. Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Pós-Graduada. E-mail: carol.garcia.office@gmail.com

2 Orientador(a) - Willian Vieira Costa Zonatto - Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste, 2020). Bacharel em Direito. Professor na Descomplica UniAmérica Centro Universitário. E-mail: willian.zonatto@descomplica.com.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SUPERVISÃO DIRETA DE ASSISTENTES SOCIAIS E A RESIDÊNCIA TÉCNICA: DEBATES ACERCA DA CONTINUAÇÃO DO PROCESSO FORMATIVO E A PRÁTICA PROFISSIONAL DOS RESIDENTES NOS CAMPOS DE ATUAÇÃO

Cassiane Fernandes de Souza¹
Layliene Kawane de Souza Dias²

Resumo: Este estudo analisa a centralidade da supervisão direta realizada por assistentes sociais no processo formativo de residentes técnicos, compreendendo-a como uma estratégia de educação permanente na gestão pública paranaense. Tem como objetivo analisar a importância da supervisão direta realizada por assistentes sociais no processo formativo de residentes técnicos da área do Serviço Social, considerando também o papel dos órgãos normativos na regulamentação e disciplinamento dessa supervisão. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada em levantamento bibliográfico e análise documental, com enfoque nas resoluções do conjunto CFESS/CRESS e na legislação do Estado do Paraná. Os resultados indicam que, embora a Lei nº 8.662/1993 estabeleça a supervisão como atribuição privativa do assistente social, sua efetivação na Residência Técnica enfrenta obstáculos como a precarização dos vínculos e a sobrecarga de trabalho. Conclui-se que a ausência de uma regulamentação nacional específica para esta modalidade fragiliza o acompanhamento profissional, sendo fundamental fortalecer a supervisão direta para assegurar uma formação ética alinhada ao projeto ético-político do Serviço Social.

Palavras-chave: Assistentes Sociais; Especialização; Trabalho e Formação Profissional; Residência Técnica; Serviço Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: cassianefdesouza2509@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: laylienedms@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA JUSTIÇA PENAL NO CONTEXTO DA GESTÃO PÚBLICA: A PERSPECTIVA DO ASSISTENTE SOCIAL EM UMA UNIDADE DE RESSOCIALIZAÇÃO COMPLEXO SOCIAL

Cibeli Mari da Silva Cruz¹
Weslei Trevizan Amâncio²

Resumo: No presente artigo analisamos a relação entre justiça social, sistema penal e Serviço Social, destacando as expressões da questão social presentes no contexto prisional brasileiro e a atuação do assistente social no Complexo Social de Maringá - Paraná. A metodologia utilizada consistiu em pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, fundamentada em autores como Iamamoto, Netto, Foucault, Wacquant e Baratta, além da análise de legislações e documentos relacionados à execução penal. Os resultados evidenciam que a população privada de liberdade é composta majoritariamente por sujeitos marcados pela pobreza, exclusão social e negação de direitos. Nesse contexto, o sistema penal atua também como mecanismo de controle social. Conclui-se que o assistente social desempenha papel fundamental na garantia de direitos, no acesso às políticas públicas e na construção de estratégias voltadas à reinserção social, contribuindo para a promoção da cidadania, da justiça social e da dignidade humana.

Palavras-chave: Assistente Social; Sistema Penal; Justiça Social; Questão Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Serviço Social. E-mail: cibelicruz5@gmail.com

2 Orientador(a) - Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais pela Unioeste - Toledo. Doutorando no Programa de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: wesleitamancio@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

FORMAÇÃO CONTINUADA DE ASSISTENTES SOCIAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA: ENTRE OS DESAFIOS DO COTIDIANO E AS EXIGÊNCIAS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Daniele Duarte Miranda¹

Ronaldo Silva²

Resumo: A formação continuada de assistentes sociais constitui condição essencial para o exercício profissional qualificado em campos marcados por alta complexidade e tensão institucional, como a segurança pública. Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar sua contribuição para o enfrentamento dos desafios impostos ao exercício profissional nessa área. A pesquisa adota abordagem exploratória e descritiva, orientada pelo método histórico-dialético, com revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise de conteúdo. A hipótese sustenta que a insuficiência da formação inicial, combinada à ausência de processos sistemáticos de educação permanente, fragiliza o exercício profissional crítico e compromete a materialização do projeto ético-político do Serviço Social em espaços marcados por lógicas punitivas e conservadoras. Os resultados confirmam essa hipótese: o Brasil conta com apenas 1.623 assistentes sociais para 942.307 pessoas em cumprimento de pena, relação que no Paraná chega a 1 para 1.916, com 35,7% dos profissionais atuando sob vínculos precários. Conclui-se que enfrentar os desafios do cotidiano profissional na segurança pública exige uma formação continuada sistemática, crítica e orientada pelo projeto ético-político da profissão.

Palavras-chave: Formação Continuada; Serviço Social; Segurança Pública; Sistema Prisional; Projeto Ético-Político.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: danielleduarte.doc@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

POLÍTICAS PENAIS: DIREITO À MORADIA DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO (PR)

Danna Kali Franke¹
Andréa Regina de Moraes Benedetti²
Eduardo Nunes Jacondino³

Resumo: A presente pesquisa corresponde a estudo técnico jurídico voltado a compreender como garantir o direito à moradia de egressos sem condições de autossustento, advindos do sistema prisional no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, tomando o contexto local da gestão pública de políticas penais correspondente aos anos de 2025 e 2026. Para tanto, parte-se do reconhecimento das diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional Pena Justa, para examinar os desafios do processo de desinstitucionalização e reintegração social. A pesquisa, de natureza exploratória, descritiva e explicativa, utilizou revisão bibliográfica, normativa e documental, além de pesquisa participante, realizadas no contexto da participação no Programa de Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão da Segurança Pública (RESTEC-GESP), ofertado pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Identificou-se que, embora a assistência ao egresso esteja prevista no artigo 25 da Lei de Execuções Penais (LEP), sua implementação é fragmentada, havendo lacunas quanto à operacionalização da articulação entre o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a gestão pública municipal. Concluiu-se pela aplicabilidade jurídica de implantação de Serviço de Acolhimento Institucional de natureza socioassistencial, de gestão municipal com possível articulação com o estado, direcionada ao público egresso do sistema prisional, contudo, prejudicada pela sobrecarga dos serviços assistenciais de âmbito municipal.

Palavras-chave: Segurança Pública; Política Pública; Assistência; Ressocialização; Desinstitucionalização.

1 Residente - Pós-graduanda no Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão da Segurança Pública - RESTEC-GESP. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação (PPGEFB), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Bacharela em Direito. E-mail: danna.kali7@gmail.com

2 Orientador(a) - Docente no Curso de Graduação em Direito, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: andrea.benedetti@unioeste.br

3 Coorientador(a) - Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação (PPGEFB), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2011). E-mail: eduardojacondino@hotmail.com

DESAFIOS E ENTRAVES NA IMPLEMENTAÇÃO DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NAS CADEIAS DA 7ª REGIONAL DO SISTEMA PENAL DO PARANÁ

Danusa Gabriela da Silva¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O estado do Paraná é pioneiro na regulamentação da remição de pena pela leitura, a qual tem se consolidado como uma importante ferramenta de incentivo à educação no sistema penitenciário brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e para o incentivo ao processo de ressocialização das pessoas privadas de liberdade. A iniciativa permite a redução da pena por meio da leitura de obras literárias e elaboração de resenhas avaliadas por comissão responsável. No estado do Paraná, programas dessa natureza têm sido considerados pelo Departamento de Polícia Penal do Paraná, em consonância com os princípios estabelecidos na Lei de Execução Penal do Brasil. Entretanto, a implementação desse programa nas cadeias pertencentes à 7ª Regional da Polícia Penal do Paraná enfrenta desafios estruturais, administrativos e pedagógicos. O presente estudo tem como objetivo analisar os principais obstáculos encontrados na implementação da remição de pena pela leitura nessas unidades prisionais.

Palavras-chave: Remição de Pena; Leitura; Sistema Penitenciário; DEPPEN/PR.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: danuusags@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL

Dayana Hingridy Neves Diman¹
Diana Galone Somer²

Resumo: O presente artigo analisa a relação entre segurança pública, violência institucional e população em situação de rua no Brasil, a partir da perspectiva do Serviço Social. Trata-se de um grupo social historicamente marcado por profundas desigualdades, que enfrenta cotidianamente a fome, a violência, o preconceito e diversas formas de violação de direitos. Além da privação material, essa população é frequentemente alvo de estigmatização social e práticas repressivas por parte do Estado, especialmente no âmbito da segurança pública. O objetivo do estudo consiste em investigar, com base na literatura, como a perspectiva do Serviço Social contribui para as políticas e práticas de segurança pública destinadas à população em situação de rua no Brasil. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em livros, artigos científicos, documentos institucionais e legislações. Os resultados evidenciam que a população em situação de rua é produto de processos históricos de desigualdade social, agravados por fatores estruturais como desemprego, racismo e ausência de políticas públicas eficazes. Conclui-se que o Serviço Social possui papel fundamental na defesa dos direitos humanos, na denúncia da violência institucional e na construção de estratégias voltadas à garantia de direitos e à inclusão social.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Serviço Social; Segurança Pública; Violência Institucional; Direitos Sociais.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Assistente Social. E-mail: dayanadiman@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão da Segurança Pública, vinculada às atividades de Docência, Coordenação Geral Pedagógica e Coordenação Administrativa da UNESPAR. E-mail: dianassomer@gmail.com

O IMPACTO DO TRAUMA NO DESENVOLVIMENTO DO COMPORTAMENTO ANTISSIONAL: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA TERAPIA DO ESQUEMA

Debora Cristina Queiroz dos Santos¹

Carlos Aznar Blefari²

Resumo: O comportamento antissocial é um fenômeno complexo cujas raízes frequentemente remetem a experiências traumáticas vivenciadas no anos iniciais. Este estudo investiga o impacto do trauma no desenvolvimento de condutas antissociais através da Terapia do Esquema (TE). O objetivo geral é analisar a produção científica de como o trauma infantil influencia a formação de esquemas desadaptativos. Este estudo trata-se de uma revisão narrativa nas bases Scielo, Google Scholar, PubMed priorizando publicações dos últimos cinco anos e obras fundamentais de Jeffrey Young. Os resultados indicam que o trauma atua no desenvolvimento de Esquemas Iniciais Desadaptativos (EIDs), principalmente nos domínios de “Desconexão e Rejeição” e “Limites Prejudicados”. Conclui-se que o comportamento antissocial pode ser compreendido como uma tentativa desadaptativa de lidar com necessidades emocionais não atendidas. A compreensão desses mecanismos se mostra importante para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas mais eficazes no sistema prisional, focando na regulação emocional para a redução da reincidência.

Palavras-chave: Esquemas Desadaptativos; Personalidade; Violência; Trauma Psicológico.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga (CRP 08/36700), Especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental (PUC-PR) e Gestão Pública (UEPG). E-mail: debora.cqs@gmail.com

2 Orientador(a) - Vinculado ao Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo (CRP 08/14182), Mestre em Psicologia Forense e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RS. Coordenador do Laboratório de Psicotraumatologia Forense (Universidade Tuiutu do Paraná). E-mail: psicoaznar@gmail.com

LEGALIDADE DA BALA: A ADPF 635 E A GERÊNCIA DA MISÉRIA MEDIANTE A REPRESSÃO

Diogo Estevam Claudino da Silva¹

Carlos Picanço Wambier²

Resumo: Este artigo submete à crítica marxista-althusseriana a interpretação dominante da ADPF 635 como um avanço civilizatório no controle da violência policial em favelas. Com base na análise do acórdão do STF e nos dados do 19º Anuário de Segurança Pública (2025), sustenta-se que os parâmetros jurídicos da decisão, ao invés de proteger populações periféricas, operam como mecanismo ideológico de recalibragem dos Aparelhos Repressivos de Estado. Mobilizando os conceitos de causa ausente, repetição e deslocamento do significante, demonstra-se que a decisão juridiciza a gestão diferencial da vida e da morte, constitutiva do capitalismo periférico, reconfigurando a violência sob uma gramática procedimental que a torna mais eficiente, legítima e incontestável. Os dados empíricos evidenciam o deslocamento da letalidade do Rio para São Paulo (aumento de 60,9% na taxa de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial – MDIP) e a permanência do perfil racial das vítimas (82% negras). Conclui-se que a ADPF 635 é sintoma, não solução: a superação do extermínio exige a abolição das condições materiais que tornam a favela território de exceção permanente.

Palavras-chave: Althusser; APDF 635; Violência Policial; Capitalismo Periférico; Racismo Estrutural.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Especialista em Direito Imobiliário (UNIFIL), Gestão Pública (UEPG). Graduado em Direito, Serviço Social e graduando em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: diogoeestevamc@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito pela UEPG. Especialista em Sociologia Política pela Faculdade Sagrada Família (FASF). E-mail: carlospw95@gmail.com

TRABALHO EXTERNO: O TRABALHO COMO INSTRUMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL NO COMPLEXO SOCIAL DE GUARAPUAVA-PR

Edina Aparecida Charnei¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: O presente artigo aborda a reinserção social da Pessoa Privada de Liberdade, tema de grande relevância na sociedade contemporânea, especialmente no que concerne às atribuições da Polícia Penal. Nesse contexto, o trabalho externo surge como uma alternativa viável para promover a reintegração social, oferecendo oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Diante disso, o objetivo deste estudo é analisar a importância do trabalho externo como medida de ressocialização, investigando suas implicações, benefícios e desafios. A pesquisa é de natureza qualitativa, respaldada em referencial bibliográfico e coleta de dados. Como resultado, destaca-se o Projeto Trabalho Externo com monitoramento eletrônico, exclusivamente desenvolvido pelo Complexo Social de Guarapuava, que busca efetivamente reintegrar indivíduos encarcerados.

Palavras-chave: Trabalho Externo; Reinserção Social; Complexo Social de Guarapuava.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bacharel em Direito. E-mail: edinacharnei@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador. Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. E-mail: advogadoemoraistrafael@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MULHERES ESQUECIDAS: O ABANDONO FAMILIAR DE MULHERES EM UNIDADES PRISIONAIS

Eduarda Marcon Toller¹
Luiz Demétrio Janz Laibida²

Resumo: Este estudo aborda o fenômeno do abandono familiar enfrentado por mulheres em unidades prisionais no estado do Paraná. O objetivo principal é comparar o número de visitantes cadastrados e a frequência de visitas efetivadas entre homens e mulheres no período de 2023 a 2025, buscando identificar disparidades de gênero na manutenção de vínculos sociais. A metodologia aplicada possui abordagem quantitativa e natureza descritiva, fundamentando-se na coleta documental e na análise de dados secundários extraídos do Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN). Os resultados indicam um crescimento acelerado da população carcerária feminina em comparação à masculina no recorte temporal analisado. Observou-se um contraste significativo entre o suporte social formal e o amparo real, visto que mesmo em períodos com altas taxas de visitantes cadastrados para o público feminino não se traduziram em visitas presenciais efetivas, mantendo médias inferiores às registradas para o público masculino. Sugere-se a existência de uma dupla condenação para a mulher encarcerada, que sofre a sanção penal do Estado e o estigma social do abandono familiar. Conclui-se que o sistema prisional reflete as desigualdades de gênero da sociedade, onde o machismo e o rompimento de expectativas culturais dificultam a ressocialização feminina devido à fragilização dos laços afetivos.

Palavras-chave: Prisão; Gênero; Vínculo Familiar; Suporte Social.

1 Residente - Residente do Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário de Pato Branco (UNIDEP). Especialista em Psicologia Organizacional pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera (UNOPAR). E-mail: psieduardatoller@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2016), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2007), Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2003), Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005) e Especialização em Gestão e Inovação em EaD pela FESP-PR (2014). E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: ENTRE AS ESTRUTURAS PATRIARCAIS E OS LIMITES DO ENFRENTAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL

Emanuela Pires¹
Denise Pineli Chaveiro²

Resumo: A violência contra a mulher no Brasil constitui um persistente problema de saúde pública e um complexo desafio humanitário, que remete à formação sociohistórica do país, o patriarcado e o colonialismo. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a violência de gênero como um fenômeno estrutural, identificando os principais entraves históricos e institucionais para a sua superação no cenário nacional. A pesquisa adota o método hipotético-dedutivo com abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistemática de produções científicas, doutrinárias e normativas. O estudo examina a evolução normativa brasileira, contrastando a herança patriarcal que estabelecia a “capacidade relativa” da mulher casada, com rupturas civilizatórias fundamentais, como a proibição da tese da “legítima defesa da honra” pelo Supremo Tribunal Federal, o advento da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e a recente tipificação do vicaricídio pela Lei nº 15.384/2026. Constata-se que, apesar da contínua expansão do arcabouço jurídico de proteção, a efetividade material das normas enfrenta severas barreiras estruturais, tais como a fragmentação das redes intersetoriais, a assimetria orçamentária e o risco de revitimização institucional. Conclui-se que o enfrentamento eficaz da violência de gênero é um processo incremental que exige transcender a mera inovação legislativa. Para que o aparato legal se converta em amparo tangível, torna-se indispensável associar o caráter punitivo da lei ao financiamento permanente das redes de apoio, ao acolhimento psicológico qualificado e, primordialmente, a uma profunda transformação cultural capaz de desconstruir a desigualdade sistêmica na sociedade e nas instituições de justiça.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher; Patriarcado; Lei Maria da Penha.

1 Residente - Emanuela Pires. Graduada em Direito, pós-graduada em Gestão Pública pela UEPG e pós-graduanda em Gestão de Segurança Pública pela UNESPAR. E-mail: piresmanu16@gmail.com

2 Orientador(a) - Denise Pineli Chaveiro - Mestra em Direito Constitucional Econômico pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Especialista em Direito Processual e Docência Universitária. Formada em Direito. Professora nos cursos de graduação e pós de graduação na área jurídica. Assessora no TJGO. E-mail: denisepineli@gmail.com

A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO ALTERNATIVA PENAL: ENTRE RESSOCIALIZAÇÃO E CONTROLE

Emerson Witek¹

Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: O presente artigo analisa a monitoração eletrônica como alternativa penal no âmbito da execução penal brasileira, com ênfase em sua relação com a ressocialização do apenado, com os limites do controle estatal e com aspectos de gestão da segurança pública. Parte-se da constatação de que a crise do sistema prisional e a busca por respostas menos gravosas ao encarceramento tradicional ampliaram o espaço dessa medida. O estudo busca compreender em que medida a monitoração eletrônica pode reduzir os efeitos nocivos do cárcere sem se converter em mecanismo de intensificação da vigilância penal. A pesquisa possui abordagem qualitativa e desenvolveu-se por meio de revisão bibliográfica e documental, com base em legislação, doutrina, artigos científicos, relatórios técnicos e documentos institucionais, especialmente no contexto brasileiro e paranaense. Os resultados indicam que a monitoração eletrônica pode constituir instrumento útil de contenção de danos, ao possibilitar o cumprimento da pena ou de restrições judiciais fora do ambiente prisional e preservar vínculos familiares, laborais e comunitários. Contudo, também se verificou que seu uso não garante, por si só, a ressocialização, podendo produzir estigmatização, ampliar o controle sobre a vida cotidiana do monitorado e reforçar novas formas de punição extramuros. No caso paranaense, observou-se que a política demanda estrutura administrativa, capacidade de gestão e articulação institucional próprias. Conclui-se que a monitoração eletrônica pode funcionar como alternativa penal menos gravosa, mas não se mostra suficiente, isoladamente, para reduzir o encarceramento, dependendo de aplicação subsidiária e da articulação com políticas efetivas de acompanhamento e reintegração social.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; Execução Penal; Ressocialização.

1 Residente - Advogado, graduado em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL), especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Metropolitana e residente técnico em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). E-mail: emersonwitekadv@gmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

TUTELA JURÍDICA DE ADOLESCENTES AUTISTAS FRENTE AOS DISCURSO DE ÓDIO DIGITAL NO BRASIL

Emily Tonial Correia¹
Gabriella Stacheski Ferreira²

Resumo: A presente pesquisa analisa a suficiência do marco jurídico brasileiro na proteção de adolescentes com Transtorno do Espectro Autista - TEA frente ao discurso de ódio no ambiente digital. A crescente inserção de crianças e adolescentes em espaços digitais de interação social, somada à intensificação de práticas ofensivas, discriminatórias e violadoras de direitos, evidencia a relevância do tema, especialmente diante da condição de fragilidade acrescida de adolescentes autistas no meio virtual. O objetivo do estudo consiste em analisar a adequação do ordenamento jurídico nacional para assegurar tutela efetiva a esse público, considerando as especificidades comunicacionais, cognitivas e sociais associadas ao Espectro Autista. Para tanto, adotou-se metodologia de abordagem qualitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental a partir do uso da doutrina específica sobre o tema, legislação e relatórios institucionais pertinentes à proteção integral de crianças, adolescentes e pessoas com deficiência no espaço digital. Foram examinados, especialmente, a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei nº 12.764/2012, a Lei Brasileira de Inclusão, o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados. Como resultados da análise, demonstrou-se que, embora o sistema jurídico brasileiro disponha de instrumentos normativos relevantes, ainda persistem lacunas quanto à efetividade e à previsão de medidas específicas voltadas à garantia material dos direitos de adolescentes autistas diante do discurso de ódio nas redes digitais, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento legislativo e institucional.

Palavras-chave: Adolescente com TEA; Discurso de Ódio; Ambiente Digital; Proteção Jurídica; Vulnerabilidade.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito pela PUC/PR – *Campus Toledo*. E-mail: emily.cor.tonial@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicada pela UEPG/PR. E-mail: adv.gabriellastac@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE COMO INSTRUMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL: O PAPEL FISCALIZADOR DA GESTÃO PÚBLICA

Etiene Oriana Rodrigues Pasini¹
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin²

Resumo: A prestação de serviços à comunidade (PSC) caracteriza-se como uma importante medida alternativa à pena privativa de liberdade no Direito Penal, especialmente aplicada a autores de infrações de menor e médio potencial ofensivo. Como pena restritiva de direitos, vai além do caráter punitivo, assumindo função pedagógica e social ao promover a reinserção do indivíduo no convívio comunitário. Nesse sentido, a PSC destaca-se como instrumento relevante no enfrentamento da crise do sistema prisional, alinhando-se a políticas de desencarceramento e valorização da dignidade humana. Contudo, sua efetividade depende diretamente da atuação, fiscalização e acompanhamento da gestão pública, que exerce um papel essencial nesse processo, por meio de ações como entrevistas iniciais, monitoramento da frequência e comportamento dos apenados, garantindo que a medida não se reduza a uma mera formalidade. Apesar de seu potencial ressocializador, a PSC enfrenta diversos desafios como a demora no trâmite processual, falhas de comunicação entre os órgãos responsáveis e a limitação de instituições aptas e dispostas a receber os apenados. Assim, torna-se fundamental analisar essa medida alternativa e identificar seus desafios e limitações, a fim de consolidar a PSC como política penal eficaz na ressocialização, redução da reincidência e promoção da dignidade humana.

Palavras-chave: Prestação de Serviços à Comunidade; PSC; Fiscalização; Ressocialização; Reinserção; Medida Diversa à Pena Privativa de Liberdade; Pena Restritiva de Direitos; Medidas Alternativas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: etiene.orianana@gmail.com

2 Orientador - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. Agente de Apoio e Supervisor da Residência Técnica do Complexo Social de Cascavel. E-mail: douglasbrusadin@policiapenal.pr.gov.br

A PRESENÇA INDÍGENA NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ: PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO E RESPEITO À DIVERSIDADE CULTURAL

Evalina Madalena Moura Larangeira¹
Sandra Marcia Duarte²
Bárbara Ratusznei³

Resumo: Este trabalho analisa a presença indígena no sistema prisional, no estado do Paraná, dando ênfase nas práticas de acolhimento e no respeito à diversidade cultural. O objetivo foi levar a compreensão em como o sistema prisional reconhece e atende às especificidades culturais e jurídicas dessa população. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com base em legislações, produções acadêmicas e dados institucionais, especialmente da Secretaria Nacional de Políticas Penais. Os resultados evidenciam fragilidades na produção de dados étnico- raciais, com elevada taxa de ausência de informação, além da sub-representação da população indígena nos registros oficiais. Observou-se que, apesar da existência de dispositivos legais que asseguram direitos, sua efetivação no cotidiano prisional ainda é limitada, sobretudo pela ausência de práticas institucionais sensíveis à diversidade cultural. Aspectos como língua, cultura e formas próprias de organização social são pouco considerados, o que impacta diretamente no acesso a direitos, como a educação e a remição de pena pela leitura. Conclui-se que a presença indígena no cárcere está associada a um cenário de invisibilidade e desproteção institucional, demandando o fortalecimento de políticas públicas interculturais e a qualificação das práticas de acolhimento. O estudo contribui para o debate sobre direitos humanos e diversidade no sistema prisional, apontando a necessidade de maior articulação entre normativas e práticas institucionais.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Sistema Prisional; Interculturalidade; Direitos Humanos; Acolhimento Institucional.

1 Residente - Pós Graduanda e Residente Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Centro Oeste - Unicentro. E-mail: evalinalarang@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

3 Coorientador(a) - Bárbara Ratusznei, Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Campo Real, Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO, Mestranda em Educação, UNICENTRO - Guarapuava PR, Bolsista pela Capes. Membro de pesquisa MovEcampo (Campo, Movimentos Sociais e Educação do Campo. E-mail: ratuszneibarbara21@gmail.com

MULHERES GESTANTES PRIVADAS DE LIBERDADE: VÍNCULOS FAMILIARES, DIREITOS SOCIAIS E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL

Evenyn Renata de Souza Franco¹
Thais Cristina dos Santos²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo geral analisar as fragilidades dos vínculos familiares enfrentados pelas mulheres gestantes encarceradas. Como objetivos específicos pretende-se discutir sobre a interseccionalidade da mulher encarcerada bem como sobre o papel do serviço social na garantia dos direitos destas mulheres. Enquanto procedimentos metodológicos, destaca-se que esta pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, realizada a partir de levantamento em bases de dados acadêmicas, utilizando critérios de inclusão relacionados à temática, idioma e disponibilidade dos estudos. Os resultados evidenciam que o encarceramento feminino está associado a contextos de vulnerabilidade social, desigualdade de gênero e fragilidade de políticas públicas, afetando não apenas as mulheres, mas também suas redes familiares, especialmente os filhos. Observa-se a insuficiência de ações governamentais voltadas às especificidades desse público, contribuindo para a manutenção de ciclos de exclusão social e violação de direitos. Conclui-se que é fundamental o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais e da atuação profissional, especialmente do Serviço Social, visando à garantia de direitos, à preservação dos vínculos familiares e à promoção da reinserção social dessas mulheres.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino; Mulheres Privadas de Liberdade; Políticas Públicas; Impactos Sociais; Serviço social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Residente técnico de Serviço Social. E-mail: evenynfranco85@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor(a) da Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Serviço Social (UEPG); Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG); Doutora em Ensino de Ciência e tecnologia (UTFPR). E-mail: thais.pluskota@gmail.com

EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO: CAMINHOS PARA READAPTAÇÃO E REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA

Flavia Heloisa Bernardo de Brito¹

Caroline Ivanski Langer²

Resumo: A educação no contexto prisional brasileiro tem sido reconhecida como um importante instrumento de ressocialização, contribuindo para a reintegração social de indivíduos privados de liberdade e para a redução da reincidência criminal. O presente estudo tem como objetivo analisar o papel da prática educativa como ferramenta de transformação social no ambiente carcerário, destacando os caminhos que favorecem a readaptação dos indivíduos após o cumprimento da pena. A metodologia adotada consiste em uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise de políticas públicas voltadas à educação prisional. A pesquisa examina práticas educacionais formais e não formais desenvolvidas em unidades prisionais, buscando identificar fatores que influenciam positivamente a mudança de comportamento dos reeducandos. Os resultados indicam que o acesso ao conhecimento contribui significativamente para a construção de novos valores, ampliação de oportunidades e diminuição da reincidência criminal. Conclui-se que a ampliação e o fortalecimento de programas educacionais no sistema penitenciário são essenciais para a promoção da dignidade humana e para a efetivação da função ressocializadora da pena.

Palavras-chave: Educação; Ressocialização; Reincidência; Sistema Prisional.

1 Residente - Flavia Heloisa Bernardo de Brito - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Ensino Superior Completo em Pedagogia. E-mail: flaviabelobrito@gmail.com

2 Orientador(a) - Caroline Ivanski Langer - Mestra em História (UFPR). Especialista em Pedagogia: Gestão e Docência (PUCPR). Licenciada em História (PUCPR). Bacharela em Biblioteconomia (Uniassevi). E-mail: simonemariaklok@gmail.com

O COMPROMISSO DO ESTADO BRASILEIRO COM A LEI MARIA DA PENHA: AVANÇOS LEGISLATIVOS E DESAFIOS NA EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Flávio Renato Brambilla Costa¹
Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa marco legislativo no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, ao instituir mecanismos protetivos, medidas de urgência e juizados especializados, em cumprimento ao art. 226, § 8º, da Constituição Federal e a obrigações internacionais, como a Convenção de Belém do Pará e a CEDAW. Este artigo analisa o compromisso estatal com sua implementação, partindo da persistência de altos índices de violência de gênero, apesar dos avanços normativos. A pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e teórica, com abordagem predominantemente dedutiva, examinou legislação, doutrina especializada (Maria Berenice Dias, Alice Bianchini, Carmen Hein de Campos), jurisprudência do STF (ADC 19 e ADI 4424) e relatórios oficiais. Os resultados revelam que, embora a lei tenha ampliado a visibilidade do problema, fortalecido a ação penal pública incondicionada em casos de lesão corporal e impulsionado a concessão de medidas protetivas, a efetividade permanece limitada por omissões estruturais, como insuficiente articulação de políticas públicas integradas, subnotificação, descumprimento de medidas protetivas e deficiências na prevenção e fiscalização. Dados recentes indicam recordes de feminicídios em 2024/2025 (cerca de 1.470-1.568 casos anuais), com concentração em municípios menores e maior vitimização de mulheres negras. Conclui-se que o Estado brasileiro não cumpre integralmente seu compromisso, havendo necessidade de maior investimento em implementação, capacitação institucional e integração entre poderes para consolidar a proteção efetiva e reduzir a impunidade.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Violência doméstica; Responsabilidade estatal; Efetividade; Direitos humanos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formado em Direito. E-mail: flavio_brambrilla12@hotmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A ESCUTA PSICOLÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS

Franciele da Silva Rodrigues¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar as contribuições da escuta psicológica no processo de reintegração social de egressos do sistema prisional, bem como identificar os principais desafios enfrentados por psicólogos que atuam nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em artigos científicos, livros e documentos institucionais publicados nos últimos anos. Os resultados apontam que a escuta psicológica se configura como uma ferramenta fundamental no acolhimento das demandas subjetivas dos indivíduos privados de liberdade e egressos, pois favorece a elaboração de suas vivências e fortalece autonomia. No entanto, a atuação profissional é marcada por limitações estruturais, institucionais e éticas que dificultam a efetivação de práticas mais humanizadas. Conclui-se que, embora a escuta psicológica desempenhe papel relevante na reintegração social, sua efetividade depende da articulação com políticas públicas mais amplas e do fortalecimento das condições de trabalho dos profissionais.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social; Políticas Públicas; Psicologia Jurídica; Exclusão Social; Direitos Humanos.

1 Residente - Residente Técnica - Pós-graduanda em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Bacharel em Psicologia. E-mail: francielle68rodrigues@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PARA ALÉM DA PENA: LIBERDADE SEM PROTEÇÃO SOCIOASSISTENCIAL? ATUAÇÃO, MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REINserÇÃO DE EGRESSOS DO REGIME SEMIABERTO

Gabriel Jantsch da Silva Vieira¹

Felipe Fontana²

Karoline Dutra Szul³

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso aborda a reinserção social de indivíduos egressos do regime semiaberto no estado do Paraná, problematizando as condições estruturais que atravessam o período pós-penal e os limites das políticas públicas voltadas a esse público. O estudo tem como objetivo analisar a contribuição da atuação do Serviço Social, em articulação com a rede socioassistencial, para a efetivação de processos de inclusão social e garantia de direitos. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e descritiva, fundamentada em referenciais do Serviço Social, da criminologia crítica e das políticas públicas, com análise orientada pelo método dialético, permitindo apreender as contradições entre o sistema penal e a proteção social. Os resultados evidenciam que os egressos enfrentam múltiplas expressões da questão social, como estigmatização, precariedade socioeconômica, fragilidade de vínculos e dificuldades de acesso a direitos básicos, fatores que comprometem sua reintegração social. Identifica-se que a atuação do assistente social, quando orientada por seu projeto ético-político e articulada de forma intersetorial, constitui elemento estratégico na mediação do acesso às políticas públicas e na construção de alternativas de inclusão. Contudo, também se destacam entraves institucionais, como a fragmentação das políticas, a insuficiência de recursos e a sobrecarga burocrática que limita a atuação profissional. A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer o debate acadêmico e profissional sobre a interface entre sistema penal e políticas sociais. Conclui-se que a intersetorialidade e a qualificação da intervenção do Serviço Social são fundamentais para a ampliação e consolidação de políticas públicas integradas que promovam a cidadania e contribuam para a redução da reincidência criminal.

Palavras-chave: Pós-pena; Inclusão Social; Vulnerabilidade Social; Sistema de Justiça Criminal; Proteção Social; Intervenção Profissional.

1 Residente - Pós-graduando em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Assistente Social, Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Internacional Uninter (UNINTER), especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: gabriel.jsvl@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Assistente Social (UNICESUMAR, 2023). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178. E-mail: felipefontana@unicentro.br

3 Coorientador(a) - Professora Orientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Assistente Social (UNICESUMAR, 2023). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178. E-mail: kdszul@uem.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A POSSE DE ARMA DE FOGO: OS REFLEXOS DO DECRETO N.º 9.847/2019

Gabriele Rentz da Silva¹
Alan José de Oliveira Teixeira²

Resumo: Atualmente no Brasil existe uma comoção social relacionada a revogação/flexibilização do Estatuto do Desarmamento. A Lei n.º 10.826 popularmente denominada de Estatuto do Desarmamento entrou em vigor em 22 de dezembro de 2003, e dispunha sobre o registro, posse, e comercialização de armas de fogo e munição no território nacional, comparando com as alterações trazidas pelo Decreto 9.847 de 2019. Para atingir o objetivo, o presente trabalho será dividido em três capítulos, o primeiro trazendo à baila o conceito de arma fogo, bem como a sua evolução histórica. O segundo capítulo visa demonstrar os conceitos trazidos pelo Estatuto do Desarmamento e como ficou o entendimento acerca da permissão para o porte e a posse de armas de fogo no nosso ordenamento jurídico pátrio, demonstrando quais são os critérios necessários para que ambos sejam permitidos, e por derradeiro demonstrando através de uma breve análise quais foram as mudanças trazidas pelo Decreto 9.847 de 2019 no que concerne a flexibilização de armas para civis. Por fim pode se concluir que é necessário que haja cautela com a flexibilização visto que, ao mesmo tempo que esta pode trazer benefícios no que concerne à segurança individual, alguns outros parâmetros podem ser afetados de forma negativa. Este documento apresenta o modelo de formatação a ser utilizado no 2º Seminário de Gestão Pública do Paraná.

Palavras-chave: Posse de Arma; Estatuto do Desarmamento; Flexibilização; Civis.

1 Residente - Graduada em Direito e pós graduada em Direito Civil e Direito Processual Civil. Conciliadora Judicial - TJPR. Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. E-mail: gabirentz12@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da graduação em Direito da Faneesp/Araucária e professor orientador na Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Mestre em Direito pelo PPGD/Uninter e doutorando em Direito do Estado pela UFPR. Advogado. Assessor técnico e Compliance Officer na Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. E-mail: alanjose2011@live.com

A REINserÇÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PENAL SOB UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Giovanna Kuri Sena Ferreira¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de reinserção social de egressos do sistema penal a partir de uma perspectiva psicanalítica, enfatizando os aspectos de culpa, identidade e subjetividade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da psicanálise e da psicologia social. Parte-se da compreensão de que a reintegração social não se limita a fatores externos, como acesso ao trabalho e políticas públicas, mas envolve também processos internos, que influenciam diretamente o comportamento e a forma como o sujeito se posiciona no mundo. Nesse sentido, discute-se o papel da culpa inconsciente, da compulsão à repetição e da internalização do estigma na manutenção de padrões de exclusão e, em alguns casos, na reincidência criminal. Analisa-se ainda a construção da identidade do egresso, frequentemente marcada por experiências de marginalização e fragilidade de vínculos sociais. Os resultados indicam que a subjetividade exerce papel central no processo de reinserção, o que evidencia a necessidade de intervenções que considerem a singularidade do sujeito. Conclui-se que a Psicologia, especialmente a partir da abordagem psicanalítica, contribui de forma significativa para a elaboração de conflitos internos, reconstrução da identidade e promoção de uma reintegração social mais efetiva e humanizada.

Palavras-chave: Reinserção Social; Psicanálise; Culpa; Subjetividade; Identidade

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga pela Universidade Estácio de Sá do Amazonas. E-mail: giokurisena@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MÍDIA E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO: O DIREITO PENAL DO INIMIGO

Guilherme Neris Martins¹
Alan José de Oliveira Teixeira²

Resumo: O presente estudo possui como finalidade examinar a influência que a mídia vem exercendo, ao longo dos anos, no campo das decisões nas diversas esferas de poder. Destacam-se a distorção das informações e a orientação do pensamento promovidas pela mídia sobre a sociedade, especialmente a brasileira, o que ultrapassa os limites éticos aceitáveis, bem como provoca o conflito de direitos e princípios fundamentais, além de comprometer a autodeterminação coletiva. Este cenário resulta em uma sociedade ideológica e politicamente polarizada, desacredita o processo informativo e afeta a legitimidade das instituições democráticas, além de fragilizá-las. Torna-se necessário questionar os limites que a mídia deve adotar, sobretudo diante de suas novas formas de atuação, como as redes sociais, a fim de que a sociedade disponha de plenas condições de se informar de maneira imparcial e, principalmente, definir, por meio de suas escolhas, o direcionamento de suas instituições.

Palavras-chave: Mídia; Influência; Quarto-Poder; Autodeterminação; Polarização; Democracia.

1 Residente - Pós-graduando e residente técnico em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Direito pela Universidade Paranaense (UNIPAR).

2 Orientador(a) - Professor da graduação em Direito da Faneesp/Araucária e professor orientador na Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Mestre em Direito pelo PPGD/Uninter e doutorando em Direito do Estado pela UFPR. Advogado. Assessor técnico e Compliance Officer na Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EXECUÇÃO PENAL: AUTOMAÇÃO DE FLUXOS ADMINISTRATIVOS E MITIGAÇÃO DE ERROS NA GESTÃO DO COMPLEXO SOCIAL DO PARANÁ

Gustavo Pereira Lopes¹

Ronaldo Silva²

Resumo: O presente artigo analisa a aplicação da Inteligência Artificial (IA) na otimização de fluxos administrativos no Complexo Social do Estado do Paraná, estrutura da Polícia Penal do Paraná responsável pelo acompanhamento de mais de 18 mil assistidos em penas alternativas e regime semiaberto com monitoramento eletrônico. Com 255.386 atendimentos realizados em 2024 e crescimento contínuo, o volume de demandas ultrapassa a capacidade de gestão manual, gerando gargalos com consequências jurídicas graves, como o risco de prescrição da pretensão executória e excesso de execução. A metodologia usada é de natureza qualitativa exploratória, com levantamento bibliográfico, pesquisa documental e observação participante do autor como residente técnico na unidade. Os resultados identificam três gargalos estruturais, o controle fragmentado das frequências da Prestação de Serviços à Comunidade, a ausência de monitoramento de prazos prescricionais e o aproveitamento insuficiente dos dados de geolocalização, e propõem a implementação de Modelos de Linguagem de Grande Escala com Engenharia de Prompt, automação de frequências e sistema de gestão de prazos críticos, todas as frentes subordinadas à curadoria humana e ao amparo normativo da LGPD, das Resoluções CNJ n. 332/2020 e n. 615/2025 e da Portaria MJSP n. 961/2025. Conclui-se que a IA, quando concebida como suporte administrativo e não como substituto do julgamento humano, representa instrumento de eficácia das medidas penais e de garantia de direitos.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Execução Penal; Gestão Prisional; Automação Administrativa; Complexo Social; Prescrição da Pretensão Executória.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: gustavolopes48625@gmail.com

2 Orientador - Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: ronaldosilvars@hotmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

CARTÃO VERDE PARA A LIBERDADE: O ESPORTE COMO PONTE PARA A RESSOCIALIZAÇÃO

Heitor Gabriel Furlan Bonano¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: O presente trabalho analisa a função do esporte como instrumento de ressocialização e fundamento jurídico para a remição de pena no sistema penitenciário brasileiro. O objetivo central consiste em investigar a viabilidade das práticas desportivas como modalidades educativas capazes de reduzir o tempo de custódia, superando-se a visão do esporte como mero lazer para compreendê-lo como ferramenta de justiça criminal. A metodologia fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e documental de natureza qualitativa, com análise pormenorizada da Lei de Execução Penal, da Lei nº 9.615/1998 e da Resolução nº 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça. Adicionalmente, examina-se a Portaria nº 39/2022 da Comarca de Cruzeiro do Oeste/PR como paradigma de aplicação prática e segurança jurídica. Os resultados evidenciam que o desporto institucionalizado possui densidade pedagógica para o reconhecimento como prática social educativa, fomentando a disciplina, o autocontrole e o respeito às normas de convívio social. Conclui-se que o esporte atua como uma efetiva ponte para a liberdade, assegurando a dignidade da pessoa humana e conferindo objetividade ao processo de reintegração do apenado, servindo como um mecanismo estratégico para a redução da reincidência e a promoção da paz social.

Palavras-chave: Execução Penal; Remição de Pena; Esporte; Ressocialização; Segurança Jurídica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Direito. E-mail: heitorbonano@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO FERRAMENTA DE RESSOCIALIZAÇÃO FEMININA: ANÁLISE DO PROJETO ELLAS

Hellen Barbosa dos Santos¹
Carolina Batista Ariza Tamarozzi²

Resumo: A ressocialização de mulheres em cumprimento de pena é um desafio no sistema penal brasileiro, marcado por vulnerabilidades sociais e pela ausência de políticas públicas específicas. Nesse contexto, a educação profissional apresenta-se como alternativa para promover reintegração social, autonomia financeira e fortalecimento da autoestima. O presente estudo tem como objetivo analisar o projeto “ELLAS: Capacitação que Transforma, Empoderamento que Liberta” como proposta de intervenção voltada à ressocialização feminina. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, estruturada como estudo de caso, a partir da análise do projeto e de referenciais teóricos sobre educação e sistema penal. A investigação considerou a proposta metodológica do projeto, que envolve capacitação no ramo da beleza, incentivo ao empreendedorismo e fortalecimento de vínculos sociais. Os resultados apontam que iniciativas de qualificação profissional, aliadas ao desenvolvimento pessoal, possuem potencial para contribuir com a reintegração social e redução da reincidência criminal. Conclui-se que o projeto analisado apresenta relevância como estratégia de intervenção no sistema penal, especialmente no que se refere à ressocialização de mulheres e à construção de novas oportunidades de vida.

Palavras-chave: Ressocialização; Educação Profissional; Sistema Penal; Mulheres; Empoderamento.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Pedagogia pela Unopar. E-mail: hellenbarbosa@edu.unifil.br

2 Orientador(a) - Biomédica Formada pela Universidade Estadual de Londrina (2004), com Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em Biologia Molecular pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: carolina.ariza@unifil.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PEDAGOGIA SOCIAL E EDUCAÇÃO EM PRISÕES: UM OLHAR SOBRE PRÁTICAS E TRANSFORMAÇÕES PEDAGOGIA, DISCIPLINA E FORMAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Inglidi Ferracini¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a Pedagogia Social no sistema prisional, com ênfase nas práticas institucionais relacionadas à disciplina, à segurança e às formas de interação entre profissionais e pessoas privadas de liberdade. Parte-se do pressuposto de que a educação no cárcere não se limita aos espaços formais de ensino, estando também presente nas rotinas, nas normas e nas relações de poder que estruturam o cotidiano prisional. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Elias (1994), Weber (1999) e Faleiros (2008), aliada à reflexão crítica sobre práticas institucionais observadas no contexto prisional. Os resultados apontam que tais práticas possuem caráter educativo significativo, podendo contribuir tanto para processos de ressocialização quanto para a reprodução de padrões de exclusão, dependendo da forma como são conduzidas. Conclui-se que há necessidade de reconhecer o papel dos profissionais como agentes educativos, bem como investir em sua formação em Pedagogia Social, visando práticas mais humanizadas e alinhadas aos princípios da dignidade humana.

Palavras-chave: Pedagogia Social; Sistema Prisional; Disciplina; Ressocialização; Direitos Humanos.

1 Residente - Inglidi Ferracini - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia. E-mail: inglidiferracini@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

A INTELIGÊNCIA POLICIAL COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Isabella Silvestri Szymczak¹
Cliver Lucas Silveira Campos²

Resumo: O presente artigo analisa a Atividade de Inteligência Policial (AIP) como instrumento essencial e estratégico no enfrentamento às organizações criminosas no Brasil. Diante da transnacionalidade e da alta complexidade estrutural do crime organizado contemporâneo, os métodos tradicionais de investigação criminal mostram-se, por vezes, insuficientes. O estudo aborda a evolução normativa do conceito de crime organizado, com enfoque na Lei nº 12.850/2013, e diferencia a investigação criminal clássica da produção de conhecimento de inteligência. Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, exploram-se os desafios jurídicos — notadamente a tensão entre a segurança pública e as garantias fundamentais da intimidade e privacidade — e os desafios operacionais, como a necessidade de integração entre as agências do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Conclui-se que o aprimoramento tecnológico (uso de Big Data e IA) aliado ao respeito estrito aos ditames constitucionais são as principais perspectivas para a eficácia estatal contra a macrocriminalidade.

Palavras-chave: Inteligência Policial; Crime Organizado; Segurança Pública; Lei nº 12.850/2013; Direitos Fundamentais;

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: isasilvestri@outlook.com

2 Orientador(a) - Policial Penal do Paraná. Formação em Direito. E-mail: clivercampos@policiapenal.pr.gov.br

A ESTIGMATIZAÇÃO COMO PROLONGAMENTO DA SANÇÃO PENAL

Isadora Zanini Medeiros¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: Esta pesquisa investiga o impacto do estigma social como elemento da manutenção do ciclo punitivo e da estruturação da identidade do indivíduo em conflito com a lei. Por meio de uma abordagem teórica qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico e documental, examina-se como a construção social da imagem da pessoa privada de liberdade transcende os muros das instituições, moldando o julgamento coletivo e a percepção da opinião pública. A análise evidencia que a estigmatização impõe uma dificuldade na trajetória do egresso, transformando o crime em um rótulo indelével que exclui e reduz a pessoa ao ato delituoso, podendo, inclusive, ser causa de reincidência. Os resultados indicam que o estigma opera como uma extensão invisível da pena, que persiste mesmo após a extinção da punibilidade, desafiando o objetivo ressocializador da pena, indicando que a superação da marginalidade depende não apenas de reformas institucionais, mas de uma reestruturação na forma como a sociedade interpreta e acolhe o egresso do sistema prisional.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Estigma Social; Etiquetamento Social.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito (UNIOESTE). E-mail: isa-zanini@hotmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

EDUCAR PARA LIBERTAR: A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE TRANSFORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DOS EGRESSOS E MONITORADOS NO COMPLEXO SOCIAL DE CURITIBA

Jacica Helena Lopes Fernandes¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O presente estudo propõe-se a analisar a educação enquanto instrumento fundamental de transformação e inclusão social de indivíduos em regime aberto ou semiaberto (sob vigilância eletrônica) atendidos pelo Setor Pedagógico do Complexo Social de Curitiba. Nesse sentido, define-se como objetivo geral analisar o papel da educação como instrumento de transformação e inclusão social dos monitorados no Complexo Social de Curitiba, destacando suas contribuições para a reinserção social, desenvolvimento da autonomia e a redução das desigualdades. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, fundamentando-se em levantamento bibliográfico e análise documental, contemplando fontes como os *Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN)* e o Plano *Pena Justa*, entre outros documentos pertinentes à temática. Os resultados apontam que a educação não deve ser tratada como um caso isolado, mas sim como uma estratégia concreta de segurança pública e de inclusão social baseada nos preceitos de Paulo Freire.

Palavras-chave: Educação; Monitorados; Reintegração.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formada Bacharel em Humanidades, licenciada em Pedagogia pela Universidade Da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira.

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

REINSERÇÃO SOCIAL: NOVAS OPORTUNIDADES PARA INDIVÍDUOS EM RISCO PELO USO DE ÁLCOOL E DROGAS

Jane Cláudia Guerrini Francisco¹
Tayná Ceccon Martins²

Resumo: O presente estudo aborda a temática da reinserção social e das oportunidades de vida para indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente do uso de álcool e outras drogas, analisando os principais aspectos sociais, familiares e institucionais envolvidos nesse processo. A pesquisa caracteriza-se como uma revisão de literatura, de natureza qualitativa e abordagem descritiva, realizada a partir de produções científicas disponíveis em bases acadêmicas. O estudo discute a evolução das Políticas Públicas de saúde mental no Brasil, com ênfase na Reforma Psiquiátrica e na atuação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) como espaços de cuidado em liberdade e promoção da inclusão social. Além disso, analisa os impactos do uso de substâncias no contexto familiar e social, destacando o papel das representações sociais e do estigma como fatores que dificultam o acesso a direitos e oportunidades. Também são abordadas as relações entre o uso de drogas e o Sistema Prisional, evidenciando a necessidade de superação de práticas punitivas em favor de estratégias mais humanizadas. Por fim, o estudo enfatiza a importância de políticas intersetoriais e ações integradas que promovam autonomia, cidadania e novas perspectivas de vida, contribuindo para a construção de trajetórias mais inclusivas e sustentáveis.

Palavras-chave: Reinserção Social; Drogas; Políticas Públicas; Saúde Mental; Inclusão Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná, Assistente Social. jane.claudia.
E-mail: francisco1980@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail:
ceccontayna@gmail.com

A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO INSTRUMENTO DE VIABILIZAÇÃO DO SISTEMA PROGRESSIVO

Jean Carlos Stipp Machado¹
Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: A presente pesquisa analisa a monitoração eletrônica como instrumento de viabilização do sistema progressivo de cumprimento de pena no Brasil. Inicialmente, aborda-se o contexto histórico dos principais modelos penitenciários, com destaque para os sistemas pensilvânico, auburniano e progressivo, evidenciando a evolução para um modelo voltado à ressocialização. Em seguida, examina-se a aplicação do sistema progressivo no ordenamento jurídico brasileiro, com fundamento no Código Penal e na Lei de Execução Penal. O estudo tem como objetivo demonstrar a relevância da monitoração eletrônica na efetivação desse sistema, especialmente diante da crise estrutural do sistema penitenciário. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e documental, com base em doutrina, legislação e dados oficiais. Analisa-se, ainda, a ampliação das hipóteses de utilização da monitoração eletrônica e sua aplicação no regime semiaberto, sobretudo diante da ausência de estabelecimentos adequados. Ao final, conclui-se que a monitoração eletrônica constitui mecanismo eficaz para assegurar a progressão de regime, reduzir a superlotação carcerária e favorecer a ressocialização do apenado, sendo compatível com os princípios da dignidade da pessoa humana e da individualização da pena, ainda que implique limitações proporcionais ao direito à intimidade.

Palavras-chave: Execução Penal; Ressocialização; Superlotação Carcerária.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito pelo Centro de Ensino Superior (CESUL). E-mail: jeanstippmachado@gmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

CONSTRUINDO PONTES PARA UM ECOSSISTEMA PRISIONAL: ANÁLISE DO PLANO PENA JUSTA

Jennifer Candido de Rezende¹
William Timóteo²

Resumo: O presente estudo analisa a crise do sistema prisional brasileiro, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como Estado de Coisas Inconstitucional, em razão dos altos índices de violação de direitos fundamentais. O objetivo da pesquisa consiste em examinar o Plano Pena Justa como estratégia de segurança pública voltada à conciliação entre punibilidade e dignidade humana, com foco na redução da reincidência criminal e no enfrentamento da impunidade. Para tanto, adotou-se a metodologia qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e análise documental das diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e pelo próprio Plano Pena Justa. Os resultados evidenciam que a transformação do ambiente carcerário em espaço de reintegração social demanda a atuação de profissionais qualificados, bem como o fortalecimento de políticas voltadas ao incentivo ao trabalho, à educação e à justiça restaurativa. Conclui-se, com isso, que a implementação efetiva dessas medidas pode contribuir para a interrupção do ciclo de violência, para a diminuição da reincidência criminal e para a promoção da reintegração social das pessoas egressas do sistema prisional.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Plano Pena Justa; Direitos Fundamentais.

1 Residente - Especializanda e Residente Técnico em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), em Direito pela Universidade Paranaense (UNIPAR). E-mail: jenniferezend@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professor da Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP). Professor convidado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Pesquisador do Centro de Pesquisas Jurídicas e de Estratégias Públicas e Privadas Antidiscriminação - UFS/CNPq. Advogado. E-mail: williamtimoteo@hotmail.com

O ESCRITÓRIO SOCIAL NA TRANSIÇÃO CÁRCERE-SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES PSICOSSOCIAIS PARA AUTONOMIA E REINserÇÃO DE PRÉ-EGRESSOS

Jessica Aline Constantino Ferreira de Brito¹

Diana Galone Somer²

Resumo: Este estudo qualitativo, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica sistemática, analisa as contribuições das práticas psicossociais dos Escritórios Sociais para o fortalecimento da autonomia e da reinserção social de pré-egressos do sistema prisional brasileiro. Parte-se da compreensão de que a transição entre o cárcere e a sociedade constitui etapa crítica, marcada por estigmatização, fragilidade de vínculos, dificuldades de acesso a direitos, baixa escolaridade, inserção laboral precária e ausência de suporte institucional contínuo. A pesquisa foi realizada em bases acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, além de documentos institucionais e normativos, utilizando descritores relacionados a Escritório Social, egressos do sistema prisional, reinserção social, preparação para a liberdade e práticas psicossociais. A análise ocorreu por meio de leitura exploratória, seletiva e interpretativa, permitindo a organização dos achados em seis eixos temáticos: vulnerabilidades pós-prisionais, perfil da população carcerária, Escritório Social como política pública estratégica, práticas psicossociais e contribuições para políticas públicas. Os resultados indicam que o Escritório Social atua como dispositivo de gestão compartilhada entre justiça e políticas sociais, promovendo acolhimento, orientação profissional, construção de projetos de vida, oficinas de habilidades sociais, fortalecimento familiar e articulação intersetorial. Conclui-se que essas práticas contribuem para ampliar a autonomia, compreendida como capacidade concreta de decisão, acesso a direitos e participação social, oferecendo subsídios para processos de reinserção mais inclusivos, eficazes e comprometidos com a cidadania. O estudo também evidencia a necessidade de expansão dos serviços, formação continuada das equipes e integração permanente entre assistência social, saúde, educação, trabalho e justiça no contexto brasileiro atual.

Palavras-chave: Escritório Social; Reinserção Social; Pré-Egressos; Práticas Psicossociais; Autonomia.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: psic.jessicabrito@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão da Segurança Pública, vinculada às atividades de Docência, Coordenação Geral Pedagógica e Coordenação Administrativa da UNESPAR. E-mail: dianassomer@gmail.com

A INFLUÊNCIA DO TRAUMA PSICOLÓGICO NO NÚCLEO FAMILIAR E O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE

Jéssica Fernanda de Carvalho Andre Calais¹
Carlos Aznar Blefari²

Resumo: Este artigo científico busca compreender a influência do trauma psicológico no núcleo familiar e suas implicações no processo de ressocialização de pessoas privadas de liberdade. Para isso, foi realizado uma revisão narrativa da literatura, analisando produções científicas publicadas entre os anos de 1990 e 2026. A proposta parte da compreensão de que experiências traumáticas vivenciadas no ambiente familiar podem impactar diretamente a formação emocional e social do indivíduo, tornando-se fatores relevantes para o egresso no sistema prisional. Embora a família seja socialmente reconhecida como espaço de acolhimento, proteção e cuidado, em muitos contextos ela também pode representar um ambiente marcado por violência emocional, negligência, abandono e conflitos constantes. Essas vivências tendem a gerar traumas emocionais e mecanismos de defesa inadequados, capazes de influenciar comportamentos de risco e dificuldades nas relações sociais. Quando inserido no sistema prisional, o indivíduo frequentemente encontra um cenário que intensifica tais vulnerabilidades, agravado pelas condições precárias do cárcere e pela ausência de suporte psicológico efetivo. Além disso, o sistema prisional brasileiro enfrenta importantes limitações estruturais e sociais, como a insuficiência de políticas públicas voltadas à reintegração social e o forte estigma enfrentado pelos egressos após o cumprimento da pena. Nesse contexto, conclui-se que a ressocialização não depende apenas da punição, mas exige uma abordagem multidisciplinar que contemple apoio psicológico, fortalecimento dos vínculos familiares, suporte social e comunitário, favorecendo uma reinserção mais humanizada e efetiva na sociedade.

Palavras-chave: Trauma Psicológico; Vulnerabilidade; Ressocialização.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. psi.
E-mail: jessicacalais@gmail.com

2 Orientador(a) - Vinculado ao Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo (CRP 08/14182), Mestre em Psicologia Forense e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RS. Coordenador do Laboratório de Psicotraumatologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: psicoaznar@gmail.com

INTERFACES ENTRE PSICOLOGIA CRIMINAL, SISTEMA PENITENCIÁRIO E GARANTIAS FUNDAMENTAIS NO BRASIL (2020–2026): UMA ANÁLISE CRÍTICA NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO DA SEGURANÇA PÚBLICA

João Gabriel de Faria¹
Nathália Caroline Faria Tago²

Resumo: O presente estudo tem como tema as interfaces entre a Psicologia Criminal, o sistema penitenciário brasileiro e as garantias fundamentais, no recorte temporal de 2020 a 2026, no contexto da segurança pública contemporânea. Parte-se da compreensão de que a realidade prisional no Brasil, marcada por superlotação, precariedade estrutural e recorrentes violações de direitos humanos, demanda uma análise crítica e interdisciplinar que ultrapasse o modelo estritamente punitivo. Nesse cenário, a Psicologia Criminal assume papel relevante ao possibilitar a compreensão dos fatores biopsicossociais relacionados ao comportamento infracional, bem como ao contribuir para práticas institucionais mais humanizadas. O objetivo do estudo consiste em analisar de que forma a atuação da Psicologia Criminal pode ser articulada à efetivação das garantias fundamentais no sistema penitenciário brasileiro, com ênfase na promoção de práticas ressocializadoras e na humanização das políticas penais. Para tanto, será adotada uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica de literatura e análise documental, contemplando legislações, relatórios institucionais e produções científicas recentes sobre a temática. A pesquisa buscará identificar as principais contribuições, limitações e desafios da atuação psicológica no contexto prisional, destacando a importância da interdisciplinaridade entre psicologia, direito e políticas públicas. Espera-se, como resultado, ampliar o debate acadêmico e institucional acerca do papel do psicólogo criminal nas unidades prisionais, evidenciando sua relevância na promoção da dignidade da pessoa humana, na redução da reincidência criminal e no fortalecimento das garantias fundamentais. Ademais, pretende-se contribuir para a reflexão sobre estratégias que favoreçam a humanização do sistema penitenciário e a consolidação de práticas mais justas e eficazes no âmbito da segurança pública.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Garantias Fundamentais; Psicologia Criminal; Ressocialização; Sistema Penitenciário.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: jg.faria1995@gmail.com

2 Orientador(a) - Dra. Nathália Caroline Faria Tago - Economista com formação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2014), mestra em Economia Regional na Universidade Estadual de Londrina - UEL (2017), doutora em Economia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2021). E-mail: nathaliacarolinefaria@hotmail.com

TRATAMENTO PENAL PELA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA: FOCO NA SEGURANÇA PÚBLICA, CAPACITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

João Henrique Alves¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O sistema penitenciário, historicamente utilizado como instrumento de controle e correção de comportamentos considerados incompatíveis com a convivência social, passou por diversas transformações ao longo do tempo. Das antigas masmorras às unidades prisionais contemporâneas, os modelos de internamento evoluíram acompanhando mudanças culturais, sociais e tecnológicas. Nesse contexto, a monitoração eletrônica surge como uma alternativa penal capaz de ampliar o controle estatal fora do ambiente prisional, utilizando tecnologias como GPS e GPRS para acompanhar o cumprimento das condições impostas ao monitorado. Mais do que um mecanismo de vigilância, o monitoramento eletrônico pode se consolidar como ferramenta estratégica da gestão pública para promover processos de retorno ao convívio social. Este trabalho analisa como a monitoração eletrônica, aliada às ações de orientação e acompanhamento desenvolvidas pelos órgãos de segurança pública, pode auxiliar na contribuição para ao retorno destes indivíduos à sociedade, reduzindo a reincidência criminal e fortalecendo o interesse coletivo. A pesquisa adota abordagem qualitativa e exploratória, com revisão bibliográfica e análise de práticas institucionais, buscando identificar fatores que influenciam o êxito da reintegração social de monitorados. Os resultados apontam que a integração entre políticas públicas e acompanhamento individualizado constitui elemento fundamental para que a monitoração cumpra sua função de integração à sociedade, indo além da mera restrição de liberdade.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; Reintegração Social; Gestão Pública; Sistema Penitenciário; Segurança Pública.

1 Residente - João Henrique Alves - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Tecnólogo em Gestão Pública - UFPR. Pós Graduação *Lato Sensu* em Inteligência Policial e Penitenciária - Faculdade Unina. E-mail: joaohenrique@policiapenal.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

VIOÊNCIA DOMÉSTICA E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO ÀS VÍTIMAS

Jônatas Bomfim Araújo¹
Simone Maria Klok²

Resumo: A violência doméstica contra a mulher constitui um grave problema social e jurídico no Brasil, demandando a implementação de políticas públicas eficazes para sua prevenção e repressão. O presente estudo tem como objetivo analisar a eficácia das medidas protetivas previstas na Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) na redução da reincidência da violência doméstica. A pesquisa adota metodologia bibliográfica e documental, com análise de legislações, estudos acadêmicos e dados estatísticos recentes, especialmente do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023. Os resultados indicam que, embora as medidas protetivas representem importante avanço normativo, sua efetividade ainda é comprometida por fatores como morosidade judicial, falhas na fiscalização e insuficiência estrutural dos órgãos de segurança pública. Conclui-se que o aprimoramento das políticas públicas, aliado ao fortalecimento institucional e à ampliação da rede de proteção às vítimas, é essencial para a efetiva redução da violência doméstica.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Medidas Protetivas; Lei Maria da Penha; Políticas Públicas; Segurança Pública.

1 Residente - Jônatas Bomfim Araújo - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Ensino Superior Completo em Direito. E-mail: jonatasbomfimaraujo.adv@gmail.com

2 Orientador(a) - Simone Maria Klok - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Química, Engenharia e Ciência dos Materiais. E-mail: simonemariaklok@gmail.com

COMPLIANCE PÚBLICO NA EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DEDUTIVA DE RISCOS E INTEGRIDADE NOS CANTEIROS DE TRABALHO DO DEPPEN/PR

José Alberto Maczuga¹
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli²

Resumo: O presente artigo analisa a introdução dos programas de integridade e compliance público no âmbito da execução penal paranaense, avaliando a conformidade e os riscos operacionais nas parcerias com empresas privadas que se utilizam de mão de obra carcerária. O trabalho do apenado possui caráter educativo e produtivo, objetivando a reinserção social. A colocação do setor privado neste cenário traz o desafio de conciliar a função reeducativa da pena com os objetivos financeiros das instituições privadas. Adotando uma abordagem analítico-dedutiva baseada no Direito Administrativo, o estudo examina a Portaria nº 121/2023 DEPPEN/PR e a Minuta Padronizada de Termo de Cooperação para ocupação laborativa às pessoas privadas de liberdade no Sistema prisional dos Estado do Paraná desenvolvida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A análise permitiu deduzir possíveis riscos ao mapear as medidas contratuais positivadas pelo Estado. Os achados demonstram que a eficácia dessas ferramentas depende da atuação da Polícia Penal no território do cumprimento da pena. Na parte do monitoramento do cumprimento da pena, a função ainda recai sob o policial penal, antes denominado agente penitenciário. Originada pela Emenda Constitucional nº 104/2019, a carreira de Polícia Penal supera antigas atribuições dos antigos Agentes Penitenciários na guarda e contenção, para atuar entre outras novas atribuições, como fiscal de conformidade em tempo real nos canteiros de trabalho. Conclui-se que esse monitoramento presencial, permanentemente e outras medidas de controle interno consolidam um ciclo completo de integridade e asseguram a legitimidade e a eficiência da execução dos termos de cooperação.

Palavras-chave: *Compliance Público; Polícia Penal; Mão de obra carcerária; Gestão de Riscos; DEPPEN/PR.*

1 Residente - José Alberto Maczuga - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: josealbertomaczuga@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora orientadora da Universidade Estadual do Paraná. Advogada, doutoranda pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação Direito - PPGD/ UFPR, Mestre pela UTFPR no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE. E-mail: luizasimonelli@gmail.com

ANÁLISE DAS GARANTIAS LEGAIS À MATERNIDADE E AO DIREITO DA CRIANÇA NO SISTEMA PRISIONAL

Josiane de Jesus Kerek¹

Flávia Lopes de Moraes²

Resumo: O presente estudo aborda a proteção materno-infantil no sistema prisional feminino brasileiro, com enfoque nas garantias legais destinadas às mulheres gestantes e mães em situação de privação de liberdade e suas implicações para os direitos das crianças. O objetivo foi analisar as normas jurídicas voltadas à proteção da maternidade no cárcere, especialmente aquelas relacionadas à concessão da prisão domiciliar, à convivência familiar e à observância do princípio do melhor interesse da criança. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico, desenvolvida por meio de análise documental do arcabouço normativo brasileiro. Foram examinados dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal, o Código de Processo Penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Marco Legal da Primeira Infância, além de resoluções e políticas públicas voltadas à proteção materno-infantil no contexto prisional. Os resultados evidenciaram avanços normativos significativos na garantia de direitos às mulheres encarceradas, especialmente no que se refere à assistência à saúde, à preservação dos vínculos familiares e à possibilidade de substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar. Também se constatou o reconhecimento da importância da convivência materna para o desenvolvimento infantil e a ampliação das medidas de proteção previstas na legislação. Conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos relevantes para a tutela da maternidade no cárcere e dos direitos das crianças, embora a efetivação dessas garantias ainda dependa da adequada aplicação dos dispositivos legais e da consolidação de práticas institucionais compatíveis com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da proteção integral da criança e da convivência familiar.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Direito Materno-infantil; Maternidade; Direito da Criança.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação E-mail: josianekerek68@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social, doutoranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: flavialopes.social@gmail.com

CONTROLE E LAÇO SOCIAL: PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA PERMANÊNCIA LABORAL DE PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA

Josiane Pajeu¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo compreender a experiência de implementação de práticas restaurativas com pessoas em monitoração eletrônica, acompanhadas em uma unidade do DEPPEN/PR, inseridas em canteiros de trabalho. Considera-se os efeitos dessas práticas na permanência laboral e na dimensão subjetiva dos participantes. Parte-se do pressuposto de que o processo de transição do encarceramento para o meio aberto é atravessado por fragilidades nos vínculos sociais, dificuldades de adaptação e desafios no exercício da autonomia. Trata-se de um relato de experiência da pesquisadora, na qualidade de psicóloga residente do Programa de Residência em Gestão da Segurança Pública. Optou-se pela abordagem qualitativa, com dois tempos para a coleta de dados: a) composição de um diário de campo, a partir do registro das observações e intervenções realizadas em campo e b) o levantamento de referências bibliográficas e legislativas, que apresentam relevância quanto às categorias extraídas dos diários. A intervenção prática da residente consistiu na realização de círculos restaurativos com pessoas em monitoração eletrônica, com vistas a favorecer o diálogo, a responsabilização e a construção coletiva de sentidos. Portanto, foram utilizados registros próprios da prática profissional, assegurando-se o anonimato dos participantes. A interpretação dos dados foi realizada à luz da Justiça Restaurativa, em articulação com contribuições da Psicanálise, especialmente no que se refere à dimensão da subjetividade e do laço social. Como principal contribuição, o estudo evidenciou as potencialidades das práticas restaurativas na sustentação do vínculo laboral, no fortalecimento da responsabilização e na ampliação das possibilidades de reinserção social.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Monitoração Eletrônica; Laço Social; Trabalho; Subjetividade.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Psicologia - Faculdade Pitágoras. E-mail: josianpajeu4102@gmail.com

2 Orientador(a) – Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

ENTRE A LÓGICA PUNITIVISTA E A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS LGBTQIAP+: A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PRISIONAL E SUAS MEDIAÇÕES ÉTICO-POLÍTICAS E TÉCNICO-OPERATIVAS A PARTIR DO PROJETO “CASANDO DIREITOS” NA PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

Julia Caroline Pereira¹

Felipe Fontana²

Karoline Dutra Szul³

Resumo: A atuação do Serviço Social no sistema prisional tensiona-se entre a lógica punitivista e a efetivação de direitos, sobretudo no que se refere à população LGBTQIAP+, historicamente marcada por invisibilização, discriminação e negação de garantias no contexto de privação de liberdade. Nesse cenário, a distância entre a previsão legal e a concretização dos direitos civis configura um problema central, exigindo mediações profissionais qualificadas. Diante disso, esta pesquisa objetiva analisar a intervenção do Serviço Social na garantia de direitos civis no sistema prisional, tendo como objeto o projeto “Casando Direitos”, desenvolvido na Penitenciária Estadual de Francisco Beltrão/PR, com foco nas estratégias técnico-operativas, nos limites institucionais e no papel da mediação profissional. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, estruturada como estudo de caso com base no relato de experiência profissional, articulando pesquisa documental – a partir de registros do Tribunal de Justiça do Paraná, da Defensoria Pública e do Departamento de Polícia Penal – e a sistematização da prática interventiva na Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Com isso, amplia-se o debate sobre a atuação do Serviço Social no campo sociojurídico e na visibilidade da população LGBTQIAP+ no cárcere. Os resultados evidenciam que a atuação profissional, ancorada na busca ativa, na articulação intersetorial e na mediação institucional, foi decisiva para a efetivação do direito ao casamento para 23 casais, incluindo a primeira união LGBTQIAP+ da unidade, demonstrando que a intervenção do/da assistente social é central na conversão de direitos formais em garantias concretas.

Palavras-chave: Cidadania; Privação de Liberdade; Diversidade Sexual e de Gênero; Políticas Públicas e Sociais; Sociojurídico; Direitos Humanos.

1 Residente - Julia Caroline Pereira – Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UNIOESTE, 2023). Especialista em Relações de Gênero, Raça e Etnia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER, 2025). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7956062924221007>; ORCID: 00090004-2902-2630; E-mail: juliacarolinebp@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cientista Social (DCS-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBA-UNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPG-Pol/UFSCar, 2017); Pós-Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178; E-mail: felipefontana@unicentro.br; buthjaum@gmail.com

3 Coorientador(a) - Karoline Dutra Szul. Professora Coorientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UEPG), Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professora no Curso de Serviço Social da UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>. ORCID: 0000-0001-7546-7682. E-mail: kdszul@uem.br

ENTRE GRADES E SILÊNCIOS: A REALIDADE DO ENCARCERAMENTO FEMININO NO BRASIL

Julia dos Santos Pimentel de Oliveira¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: O presente estudo analisa os impactos do abandono afetivo, familiar e institucional na saúde mental das mulheres privadas de liberdade no Brasil, a partir de uma abordagem jurídico-crítica e interdisciplinar. O encarceramento feminino apresenta especificidades de gênero que intensificam processos de ruptura de vínculos afetivos, especialmente no que se refere à maternidade, às relações conjugais e à responsabilidade pelo cuidado familiar. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com base na análise de obras acadêmicas e legislações pertinentes. O método consistiu na sistematização e análise crítica das fontes, articulando referencial teórico, normativo e empírico sobre o sistema prisional brasileiro. Com base na Constituição Federal, na Lei de Execução Penal, nas Regras de Bangkok e em dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o trabalho evidencia a distância entre os direitos formalmente assegurados e sua efetiva concretização no contexto prisional feminino. Conclui-se que o cárcere opera como espaço de aprofundamento de vulnerabilidades e invisibilização institucional, demandando políticas públicas específicas voltadas à saúde mental, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à garantia da dignidade da mulher encarcerada.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino; Abandono Afetivo; Saúde Mental; Direitos Fundamentais; Dignidade.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bacharel em Direito. E-mail: spimenteljulia@gmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

CORRESPONSABILIZAÇÃO COMO CAMINHO PARA A JUSTIÇA RESTAURATIVA

Júlia Guimarães Barbosa¹

Raphael Barbosa²

Resumo: Este artigo analisa a corresponsabilização como caminho para a consolidação da Justiça Restaurativa no campo da gestão de segurança pública. Parte-se da compreensão de que conflitos e violências não se resolvem apenas pela atribuição formal de culpa, pois envolvem danos, necessidades, vínculos rompidos, responsabilidades institucionais e condições comunitárias. O objetivo é discutir de que modo a corresponsabilização fortalece práticas restaurativas capazes de articular vítima, autor do dano, comunidade e instituições públicas em respostas mais dialógicas, reparadoras e preventivas. A metodologia adotada é qualitativa, bibliográfica e documental, com análise temática de artigos científicos brasileiros publicados nos últimos dez anos sobre Justiça Restaurativa, política pública, sistema penal, vitimização, práticas circulares, justiça juvenil, violência doméstica e espaços institucionais de aplicação. Os resultados indicam que a corresponsabilização desloca a resposta estatal de uma lógica centrada apenas na punição para uma lógica de reconhecimento do dano, reparação possível, escuta qualificada e construção de compromissos concretos. Também se verifica que sua aplicação exige voluntariedade, formação técnica, espaços seguros, rede interinstitucional e mecanismos de acompanhamento. Conclui-se que a corresponsabilização pode qualificar políticas de segurança pública quando evita a banalização da Justiça Restaurativa e preserva seus princípios de participação, empoderamento, reparação e responsabilidade compartilhada.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Corresponsabilização; Segurança Pública; Reparação de Danos; Participação Comunitária.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Paranaense. E-mail: juliag.b1022@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Graduado em Psicologia pela Universidade Paranaense - UNIPAR. E-mail: raphael.barbosa@prof.unipar.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: O EXAME CRIMINOLÓGICO E OS DESAFIOS DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Julia Pascuini Gomes¹
Thais Cristina dos Santos²

Resumo: O referido artigo analisa a atuação do Assistente Social no sistema prisional brasileiro, focando no exame criminológico para a progressão ao regime de monitoração eletrônica. Diante do cenário de precarização do sistema prisional, discute-se o papel do parecer social como instrumento de garantia de direitos em confronto com a lógica punitivista. A metodologia pauta-se em pesquisa bibliográfica com base na revisão sistemática de literatura, fundamentada no método crítico dialético e no Projeto Ético-político do Serviço Social. Conclui-se que a monitoração eletrônica, embora apresentada como alternativa ao cárcere, exige uma intervenção técnica que articule políticas públicas e fortalecimento de vínculos, visando uma reintegração social efetiva e a superação do estigma criminal.

Palavras-chave: Parecer Social; Sistema Penitenciário; Vulnerabilidade Social; Direitos Humanos; Ressocialização.

1 Residente - Pós-graduanda em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Residente técnica do Departamento de Polícia Penal do Paraná - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública (UNESPAR) Assistente Social, bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: juliapascuini@gmail.com

2 Orientador(a) no Programa de Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professora Doutora em ensino de Ciência e Tecnologia. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas. Bacharel em Serviço Social. E-mail: thais.pluskota@gmail.com

COMPLEXO SOCIAL DE LONDRINA: DIREITO À EDUCAÇÃO, MEDIDA EDUCATIVA E REMIÇÃO DE PENA À LUZ DE PAULO FREIRE

Juliana Stinglin Marcondes¹

Sandra Marcia Duarte²

Resumo: A educação constitui um direito fundamental previsto na Constituição Federal de 1988 e representa importante instrumento de promoção da cidadania, da dignidade humana e da inclusão social. No contexto do sistema penal brasileiro, a garantia desse direito assume papel relevante, especialmente no que se refere às estratégias voltadas à reinserção social de indivíduos em cumprimento de pena. Nesse cenário, destacam-se as penas alternativas que incluem medidas educativas, voltadas à promoção de processos de aprendizagem, reflexão e construção de novas perspectivas de vida. O presente estudo tem como objetivo analisar o direito à educação no contexto da medida educativa aplicada a indivíduos em cumprimento de pena no regime aberto, considerando sua função pedagógica e sua contribuição para o desenvolvimento da autonomia e para a reinserção social. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise de dispositivos legais relacionados à execução penal e ao direito à educação no Brasil. Os resultados indicam que as atividades educativas, quando articuladas às políticas públicas de educação e trabalho, podem contribuir para a ampliação das oportunidades sociais e para a construção de novos projetos de vida. Além disso, práticas como a remição de pena pela leitura evidenciam o potencial transformador da educação no contexto da execução penal. Conclui-se que a educação deve ser compreendida não apenas como mecanismo de cumprimento da pena, mas como direito fundamental e instrumento de transformação social, sendo essencial para a promoção da dignidade humana e para o fortalecimento da reinserção social.

Palavras-chave: Educação; Execução Penal; Medidas Alternativas; Reinserção Social; Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: julianastinglinuel@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL: POSSIBILIDADES E LIMITES NO PROCESSO DE REINserÇÃO SOCIAL

Juliana Vieira Lima¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: A educação é reconhecida como instrumento fundamental no processo de reinserção social de pessoas privadas de liberdade (PPLs). Neste sentido, o pedagogo é essencial na elaboração de práticas que visam o desenvolvimento humano e social. Este artigo tem o objetivo de analisar a função do pedagogo neste contexto e as possibilidades e limites durante o processo. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de natureza bibliográfica e documental. Os estudos mostram que a educação amplia as perspectivas de um novo percurso de vida baseado na cidadania e no crescimento pessoal e profissional dos PPLs. Entretanto, foram identificados obstáculos como a ausência de infraestrutura adequada, materiais didáticos e formação acadêmica insuficiente dos profissionais de pedagogia. Portanto, o estudo enfatiza a importância da atuação pedagógica em conjunto com uma equipe multidisciplinar no processo de reinserção social, indicando a ampliação de políticas públicas e o aperfeiçoamento da formação dos pedagogos no sistema prisional.

Palavras-chave: Educação; Pedagogia; Sistema Prisional; Reinserção Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciada em Pedagogia. E-mail: juvieiralima31@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

UMA PUNIÇÃO EXTRA: IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABANDONO CONJUGAL EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Kalliny Emanuelle Pereira de França¹
Cleison Ribeiro Ayres²

Resumo: O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos psicológicos do abandono conjugal em mulheres privadas de liberdade, considerando as especificidades do encarceramento feminino. Parte-se da compreensão de que a experiência prisional é atravessada por marcadores sociais, especialmente o gênero, que influenciam a forma como as mulheres vivenciam o cárcere. Nesse contexto, os vínculos afetivos assumem papel relevante, mas também se tornam mais suscetíveis à ruptura. O abandono conjugal destaca-se como uma experiência recorrente, podendo configurar-se como uma forma de punição adicional à privação de liberdade. Para a realização do estudo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de produções científicas publicadas entre 2018 e 2024. Os resultados indicam que o abandono conjugal está relacionado às desigualdades de gênero presentes na sociedade e contribui para o agravamento do sofrimento psíquico das mulheres encarceradas, intensificando sentimentos de solidão, rejeição, desamparo e desesperança. Conclui-se que a preservação dos vínculos afetivos constitui importante fator de proteção para a saúde mental e para os processos de reinserção social dessa população.

Palavras-chave: Abandono Conjugal; Encarceramento Feminino; Impactos Psicológicos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: kallinyemmanuellesi@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: cleison_ayres@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO NA EXECUÇÃO PENAL: ESTUDO COMPARATIVO DO ATENDIMENTO HÍBRIDO NO DEPPEN/PR EM FOZ DO IGUAÇU (2024-2025)

Karen Emanuely Lutkmeier dos Santos¹
Emanoel Oliveira dos Santos²

Resumo: O presente trabalho propõe a análise do impacto da transformação digital na execução penal, tomando como estudo de caso os dados de atendimento do DEPPEN/PR no Complexo Social de Foz do Iguaçu (2024-2025). Fundamentada na perspectiva de Sally Burch sobre a transição para a “sociedade do conhecimento” e no princípio da ressocialização, a pesquisa investiga como ferramentas digitais reconfiguram o acesso aos serviços. A metodologia combina análise legal com dados empíricos, e os resultados demonstram que o total de atendimentos duplicou neste período, consolidando um modelo híbrido que expandiu os canais digitais sem substituir a demanda pelo presencial. Conclui-se que a transformação digital, quando encarada como suporte para o desenvolvimento humano e não como um fim em si mesma, potencializa o acesso à justiça e a efetividade da execução penal. Evidencia-se que o modelo híbrido é o ideal para assegurar a agilidade tecnológica sem prescindir do acolhimento humanizado, mitigando riscos de exclusão digital.

Palavras-chave: Execução Penal; Transformação Digital; Sociedade do Conhecimento; Atendimento Híbrido.

1 Residente - Pós-graduanda em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná, advogada, bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia, especialista em Direito Constitucional pela Faculdade Focus, pós-graduanda em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: k.meier.uni@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da UNICENTRO/UEPA/SEDUC-PA. Doutor em Genética/UFPR, Mestre em Biologia Celular/UFPA. E-mail: emanoelprof@gmail.com

IMPACTO DAS RESTRIÇÕES LEGAIS NA ELABORAÇÃO DO LUTO NO CÁRCERE BRASILEIRO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Karina Bittarello¹
Diana Galone Somer²

Resumo: O presente estudo analisou os impactos das restrições legais e institucionais na elaboração do luto de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional brasileiro. Trata-se de uma revisão bibliográfica da literatura, de natureza qualitativa e caráter exploratório, realizada nas bases de dados SciELO, BVS-Brasil e Google Acadêmico, a partir de descritores relacionados ao luto, cárcere e saúde mental. A amostra final foi composta por 14 produções científicas publicadas entre 2016 e 2026. Os resultados evidenciaram que, embora a Lei de Execução Penal assegure determinados direitos relacionados ao contato familiar, à assistência religiosa e à possibilidade de participação em rituais fúnebres, tais garantias encontram-se frequentemente atravessadas por protocolos de segurança e limitações institucionais que dificultam a elaboração saudável do luto. Observou-se que fatores como a impossibilidade de despedida, o distanciamento da rede de apoio, a restrição de vínculos afetivos e o silenciamento emocional no cárcere podem favorecer sofrimento psíquico, isolamento emocional e manifestações de luto não reconhecido. Além disso, identificou-se escassez de produções científicas voltadas à subjetividade do enlutado no contexto prisional brasileiro. Conclui-se que o luto no cárcere ultrapassa a dimensão individual da perda e envolve questões relacionadas à dignidade humana, saúde mental e reconhecimento subjetivo, evidenciando a necessidade de práticas institucionais mais humanizadas e de ampliação das discussões acadêmicas sobre o tema.

Palavras-chave: Luto; Sistema Prisional; Saúde Mental; Pessoa Privada de Liberdade; Dignidade Humana.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: karina.bittarello@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão da Segurança Pública, vinculada às atividades de Docência, Coordenação Geral Pedagógica e Coordenação Administrativa da UNESPAR. E-mail: dianassomer@gmail.com

“O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”¹: NECROPOLÍTICA E CHACINAS EM ANGOLA E NO BRASIL – UMA ANÁLISE COMPARADA

Karine Barros de Melo²
José Manuel Mussunda da Silva³

Resumo: Este estudo analisa como a colonialidade estruturam a violência de Estado no Brasil e em Angola por meio da lente da necropolítica. O objetivo principal da pesquisa é investigar as formas contemporâneas de exercício do poder soberano, comparando o perfil sociodemográfico das populações mais afetadas pela coerção estatal em ambos os países. Para isso, fundamentam-se os conceitos de Estado Contemporâneo de Guerra e Necropolítica, examinam-se dados demográficos oficiais e analisam-se comparativamente dois eventos de 2025: a Operação Contenção, no Rio de Janeiro, e a repressão à greve dos taxistas, em Luanda. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, crítica e decolonial, articulada à interseccionalidade. O estudo baseia-se em revisão bibliográfica e pesquisa documental com viés histórico-comparativo. Conclui-se que a violência estatal em ambas as nações não é um fenômeno circunstancial, mas uma racionalidade necropolítica contínua que define, com base em legados coloniais, quais vidas recebem proteção e quais são expostas à morte.

Palavras-chave: Necropolítica; Violência Estatal; Decolonialidade; Análise Comparada; Segurança Pública.

1 RACIONAIS MC'S. *Da ponte pra cá*. In: Nada como um dia após o outro dia (Ri depois). YouTube, 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbg>

2 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: karine.barros15@hotmail.com

3 Orientador(a) - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS). Possui Licenciatura Plena em Sociologia e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: mussundmiranda@gmail.com

A COLONIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA NA EDUCAÇÃO DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

Kesly Dieny Miotto¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: O sistema prisional reflete em suas estruturas, o descaso com as identidades sociais que o compõem e, nesse cenário, as minorias são atravessadas pelo apagamento de suas especificidades. Desta forma, o artigo se propõe a analisar como a educação ofertada na prisão desconsidera as violências de gênero sofridas pelas mulheres, mesmo sendo o único expoente de educação e informação no cárcere, contribuindo, assim, para uma colonização epistemológica que reforça o desconhecimento da violência de gênero e de raça. A metodologia será realizada através de revisão da literatura, bem como através do Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres), para ilustração estatística, a fim de investigar como esse processo contribui para a colonização epistemológica das mulheres em situação de cárcere, limitando seu poder de enunciação e perpetuando a invisibilidade de suas histórias de vida. O referencial teórico traz nomes tais como Michel Foucault, Judith Butler, Frantz Fanon, Angela Davis e Aníbal Quijano, que permitem problematizar o ‘saber-poder’ e a precariedade das vidas no cárcere. O estudo busca conferir densidade crítica à discussão, analisando o estado da arte e problematizando a falha do Estado em oferecer ferramentas emancipatórias que considerem a subjetividade de ser mulher em um sistema feito por e para homens.

Palavras-chave: Cárcere; Gênero; Educação; Colonização.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação - Licenciatura em Pedagogia pela Universidade União das Américas, *Lato Sensu* em Neuropsicopedagogia Clínica. Graduada em Psicologia E-mail: kesy.dieny@gmail.com

2 Orientador(a) - Rafael Bruno Cassiano de Moraes - Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Advogado. E-mail: advogadomoraibrafael@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O USO DA TORNOZELEIRA ELETRÔNICA EM CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER

Ketelin Karina Kazmierczak¹
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli²

Resumo: O uso da tornozeleira eletrônica em casos de violência doméstica configura-se como uma ferramenta tecnológica estratégica para garantir a eficácia das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha. Este projeto abordará a eficácia da implementação da tornozeleira e sua efetividade prática face às decisões judiciais, superando os limites da fiscalização convencional. A metodologia adotada neste trabalho será de natureza qualitativa e exploratória, pautada em pesquisa bibliográfica, documental e normativa. Espera-se demonstrar que a integração da tecnologia de monitoramento, amparada pela Lei nº 15.125/2025, confere uma eficácia inédita às medidas protetivas.

Palavras-chave: Tornozeleira Eletrônica; Violência Contra a Mulher; Medida Protetiva; Eficácia.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: ketylinkk@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora orientadora da Universidade Estadual do Paraná. Advogada, doutoranda pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação Direito - PPGD/ UFPR, Mestre pela UTFPR no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE. E-mail: luizasimonelli@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A REMIÇÃO DE PENA POR ESTUDO E A FORMAÇÃO CIDADÃ SUJEITOS EM EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS DE VIDA

Larissa Fernandes de Soti¹

Felipe Fontana²

Karoline Dutra Szul³

Resumo: A remição de pena por estudo, no âmbito da execução penal brasileira, constitui mecanismo jurídico que articula educação e sistema prisional, sendo atravessado por tensões entre a lógica punitiva tradicional e a perspectiva ressocializadora orientada pela garantia de direitos fundamentais. Nesse contexto, a educação assume centralidade como instrumento de formação cidadã e de reintegração social de pessoas em situação de privação de liberdade. A investigação objetiva compreender o papel da educação no processo de formação cidadã de indivíduos em execução penal, analisando a remição de pena por estudo como instrumento de reinserção social e de construção de novas perspectivas de vida, bem como examinando sua evolução normativa, fundamentos teóricos e limites de efetivação prática. Metodologicamente, adotou-se abordagem qualitativa-bibliográfica, fundamentada na análise de livros, artigos científicos, legislações e documentos institucionais, com sistematização temática e interpretação crítica à luz da Educação, do Direito e das Ciências Sociais. A relevância do estudo reside na problematização do descompasso entre a previsão legal do direito à educação no sistema prisional e sua efetivação concreta. Os resultados indicam que a remição de pena por estudo representa avanço normativo relevante e possui potencial para promover autonomia, consciência crítica e reintegração social, embora sua implementação ainda encontre barreiras estruturais, institucionais e socioeconômicas. Conclui-se que a educação, quando efetivamente integrada ao sistema de execução penal, ultrapassa sua dimensão instrumental de redução da pena e se consolida como elemento estruturante na formação cidadã, contribuindo para a ampliação de direitos e para a construção de alternativas sociais mais inclusivas no campo da justiça penal.

Palavras-chave: Ressocialização; Políticas Públicas; Direitos Sociais; Inclusão Social; Educação Prisional.

1 Residente - Larissa Fernandes de Soti- Residente Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciada em Pedagogia (UNOPAR/2023) E-mail: larissa.desoti@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cientista Social (DSC-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBA-UNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPG-Pol/UFSCar, 2017); Pós Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178; E-mail: felipefontana@unicentro.br/buthjaum@gmail.com

3 Coorientador(a) - Professora Coorientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UEPG), Mestre e Doutora Em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professora no Curso de Serviço Social da UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>. ORCID: 0000-0001-75467682. E-mail: kdszul@uem.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM GRUPOS: REFLEXÕES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Larissa Gonçalves da Silva¹
Nayara Cristina Bueno²

Resumo: A violência contra as mulheres no Brasil é um problema de saúde pública e se configura como uma expressão da “questão social” enraizada na sociedade; portanto, de caráter estrutural, o que exige estratégias de prevenção e enfrentamento no âmbito das políticas públicas. Desta forma, o presente estudo tem por objetivo analisar a atuação do Serviço Social nos grupos socioeducativos com autores de violência contra as mulheres, refletindo sobre os desafios e as potencialidades dessa prática profissional. Para tanto realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica e documental, que contou com a utilização de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. As discussões enfocam a dimensão educativa do Serviço Social e a utilização dos grupos reflexivos como instrumento de desconstrução da cultura patriarcal e prevenção da reincidência da violência contra as mulheres. Conclui-se que a intervenção junto aos autores de violência é estratégica para proteção das mulheres, embora demande constante aprimoramento teórico e técnico dos profissionais.

Palavras-chave: Violência Contra as Mulheres; Dimensão Educativa; Serviço Social.

1 Residente - Residente no Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste e pós-graduada em Serviço Social e Políticas Públicas pela Faculdade Intervale. E-mail: larissag.silva99@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: nbueno@unicentro.br

TERAPIA COMPORTAMENTAL DIALÉTICA NO MANEJO DA REGULAÇÃO EMOCIONAL E COMPORTAMENTOS IMPULSIVOS EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Larissa Pereira Milani¹

Carlos Aznar Blefari²

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão narrativa da literatura, as contribuições da Terapia Comportamental Dialética (DBT) no manejo da regulação emocional e dos comportamentos impulsivos em mulheres privadas de liberdade. A metodologia consistiu em pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, com busca em bases como PubMed, SciELO e PsycInfo, utilizando descritores relacionados à DBT, sistema prisional, regulação emocional, impulsividade, autolesão e comportamento suicida. Foram considerados estudos nacionais e internacionais disponíveis na íntegra e diretamente relacionados ao tema. Os resultados indicaram que intervenções baseadas em DBT, especialmente o Treinamento de Habilidades, apresentam potencial para reduzir impulsividade, agressividade, comportamentos autolesivos e suicidas, além de favorecer tolerância ao mal-estar, regulação emocional e efetividade interpessoal. Na discussão, observou-se que os módulos de mindfulness, tolerância ao mal-estar, regulação emocional e efetividade interpessoal são compatíveis com demandas frequentes no contexto prisional feminino. Contudo, as evidências devem ser interpretadas com cautela devido a limitações metodológicas, como amostras reduzidas, ausência de grupos controle e alta desistência. Conclui-se que a DBT é promissora, mas exige maior investigação no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Terapia Comportamental Dialética; Regulação Emocional; Impulsividade; Comportamento Autolesivo; Mulheres Privadas de Liberdade.

1 Residente - Larissa Pereira Milani - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Psicologia. E-mail: larissamilani.psi@gmail.com

2 Orientador(a) - Vinculado ao Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo (CRP 08/14182), Mestre em Psicologia Forense e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RS. Coordenador do Laboratório de Psicotraumatologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: psicoaznar@gmail.com

GÊNERO PUNIÇÃO E VULNERABILIDADE: UM OLHAR SOBRE VIOLÊNCIAS VIVENCIADAS POR MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Lauane Valdivieso¹
Tayná Ceccon Martins²

Resumo: Este artigo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso como atividade obrigatória na especialização em Gestão de Segurança Pública da Universidade Estadual Paranaense, elaborado em consonância com as práticas realizadas na Residência Técnica. A partir da articulação entre a prática acadêmica e profissional, aliada aos referenciais técnico-científicos, metodológicos e interventivos, este estudo tem como objetivo analisar as múltiplas violências vivenciadas por mulheres privadas de liberdade, a partir de uma perspectiva psicológica articulada às categorias de gênero, punição e vulnerabilidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica nas áreas da psicologia social, criminologia crítica e estudos de gênero. O trabalho busca promover uma reflexão crítica acerca dos processos subjetivos constituídos em contextos marcados por desigualdades sociais, históricas e de gênero, tanto antes quanto durante o encarceramento, bem como dos efeitos emocionais, sociais e simbólicos dessas vivências. Conclui-se que é fundamental a construção de práticas psicológicas e políticas públicas sensíveis às especificidades do encarceramento feminino, que considerem os processos subjetivos e promovam cuidado, escuta qualificada e garantia de direitos.

Palavras-chave: Encarceramento Feminino; Vulnerabilidade Social; Violência de Gênero; Saúde Mental.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga. E-mail: valdiviesolauane@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

RESSOCIALIZAÇÃO E TRABALHO: DESAFIOS E CAMINHOS PARA A REINserÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Lauryn Alves Facciochi¹
Layliene Kawane de Souza Dias²

Resumo: A ressocialização de egressos do sistema prisional é um dos grandes desafios das políticas públicas de reintegração social. O estigma associado às pessoas privadas de liberdade, a ausência de qualificação profissional e a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho são causas que dificultam sua ressocialização, aumentando os índices de reincidência criminal. Este projeto busca analisar os principais obstáculos enfrentados por egressos do sistema prisional na busca por ingresso ao mercado de trabalho e identificar caminhos para uma reinserção concreta. Para isso, serão estudadas as políticas públicas a nível nacional, estadual e municipal, bem como, o processo de ressocialização desenvolvido no Complexo Social de Francisco Beltrão - PR. A pesquisa terá abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise de programas que promovem a empregabilidade dos egressos. O objetivo é incentivar o debate sobre a importância do trabalho no processo de ressocialização e apresentar estratégias viáveis para reduzir a exclusão social e o ciclo de criminalidade.

Palavras-chave: Ressocialização; Trabalho; Sistema Prisional; Políticas Públicas; Criminalidade.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: lauryn.facciochi@gmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Federal do Paraná. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela UFJF. E-mail: laylienedms@gmail.com

ENTRE A INFRAÇÃO E A REPARAÇÃO: A VISÃO DO PRESTADOR DA PSC

Leticia Debiazi¹

Douglas Alexandre Fernandes Brusadin²

Resumo: A Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) constitui uma das alternativas penais previstas no ordenamento jurídico brasileiro, com o objetivo de mitigar os efeitos do encarceramento em massa e promover respostas de caráter educativo e restaurativo. Nesse contexto, a medida busca favorecer a reflexão do autor da infração acerca do ato cometido e de suas consequências sociais. Para avaliar se esse propósito é efetivamente alcançado, torna-se fundamental compreender como os próprios cumpridores percebem a infração e o cumprimento da sanção. Diante disso, este estudo teve como objetivo investigar a percepção dos prestadores de serviços à comunidade acerca do delito cometido e do significado atribuído à PSC. A pesquisa foi realizada no Complexo Social de Cascavel (CSC), utilizando uma abordagem qualitativa por meio de questionários autoaplicáveis com perguntas estruturadas. A amostra final foi composta por dez participantes, cujos relatos escritos foram tratados por meio da Análise de Conteúdo. Buscou-se, com isso, compreender de que maneira a medida contribuiu para a reflexão sobre os atos praticados, sua gravidade, consequências e os sentidos de responsabilização e reparação construídos pelos sujeitos.

Palavras-chave: Prestação de Serviços à Comunidade; Alternativas Penais; Percepção do Delito.

1 Residente - Leticia Debiazi - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em psicologia. E-mail: psicoleticidebiazi@gmail.com ou res.leticidebiazi@policiapenal.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. Agente de Apoio e Supervisor da Residência Técnica do Complexo Social de Cascavel. E-mail: douglasbrusadin@policiapenal.pr.gov.br

VIVÊNCIAS TRAUMÁTICAS E SOFRIMENTO PSÍQUICO EM HOMENS PRIVADOS DE LIBERDADE: CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Leticia Pereira Dutra¹

Carlos Aznar Blefari²

Resumo: O sistema prisional configura-se como um ambiente marcado por privação de liberdade, disciplina institucional e condições estruturais que impactam diretamente a saúde mental dos indivíduos. Nesse contexto, homens privados de liberdade encontram-se frequentemente expostos a vivências traumáticas e situações de vulnerabilidade psíquica, o que pode favorecer o desenvolvimento de sofrimento psicológico e transtornos mentais. O presente estudo tem como objetivo analisar as vivências traumáticas e o sofrimento psíquico em homens privados de liberdade, bem como discutir as contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental como possibilidade de intervenção nesse contexto. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo revisão narrativa, realizada por meio de buscas no Google Acadêmico, SciELO e PePSIC, com recorte temporal entre 2021 e 2025, além da utilização de obras clássicas da área. Os resultados indicam que a população prisional apresenta elevados índices de sofrimento psíquico, associados tanto a fatores anteriores ao encarceramento quanto às condições institucionais do sistema prisional. Evidencia-se ainda que a terapia cognitivo-comportamental apresenta respaldo científico no tratamento de sintomas relacionados ao trauma, configurando-se como uma abordagem com potencial de aplicação nesse contexto. Conclui-se que há uma importante lacuna na literatura científica referente aos homens privados de liberdade, reforçando a necessidade de ampliação de estudos e intervenções psicológicas voltadas a essa população.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Sofrimento Psíquico; Trauma Psicológico; Terapia Cognitivo-Comportamental.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: leticia.dut@edu.unipar.br

2 Orientador(a) - Vinculado ao Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo (CRP 08/14182), Mestre em Psicologia Forense e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-RS. Coordenador do Laboratório de Psicotraumatologia Forense (Universidade Tuiuti do Paraná). E-mail: psicoaznar@gmail.com

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA: QUESTÕES INSTITUCIONAIS E SOBRE A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

Lídia Rodrigues dos Santos¹

Weslei Trevizan Amâncio²

Resumo: O presente artigo analisa a atuação do Assistente Social no campo da segurança pública, com enfoque na política de reintegração social desenvolvida no Complexo Social em um município de médio porte do noroeste do Estado do Paraná, vinculado à Polícia Penal desse estado. O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do assistente social, compreendendo as principais demandas apresentadas pelos usuários, as articulações realizadas com a rede intersetorial e os desafios presentes no processo de reintegração social no âmbito da política de segurança pública. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, documental e descritiva, articulada à observação sistemática da prática profissional desenvolvida durante a Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública. Foram analisados documentos institucionais, legislações, produções acadêmicas e dados relacionados à política de execução penal e reintegração social. Os resultados evidenciaram que as demandas apresentadas pelos usuários correspondem às expressões da questão social, constituída pelo desemprego, fragilidade dos vínculos familiares, insegurança alimentar, dependência química, ausência de moradia e dificuldades de acesso às políticas públicas sociais. Observou-se ainda que o trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional do Complexo Social envolve mediação entre a lógica institucional de controle penal e a perspectiva de garantia de direitos sociais. Conclui-se que a reintegração social exige fortalecimento das políticas públicas, atuação intersetorial e superação de práticas estritamente punitivas, visando à construção de estratégias mais humanizadas de acompanhamento aos sujeitos inseridos na execução penal.

Palavras-chave: Segurança Pública; Serviço Social; Reintegração Social; Execução Penal; Direitos Humanos.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: lidiarodrigues316@gmail.com

² Orientador(a) - Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais pela Unioeste - Toledo. Doutorando no Programa de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: wesleitamancio@gmail.com

O SERVIÇO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ

Lislie Tainara de Oliveira Houanye¹
Camila Sopko²

Resumo: O presente artigo apresenta o trabalho do Assistente Social no sistema penitenciário, destacando suas principais demandas, ações e atividades profissionais. O estudo baseou-se na experiência prática obtida durante dois anos de residência técnica em Serviço Social na Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM), vinculada à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). A análise evidencia como o assistente social atua na garantia dos direitos das pessoas privadas de liberdade, no acompanhamento individual e coletivo dos reeducandos e na implementação de ações socioassistenciais. Os resultados apontam para a relevância do profissional na promoção da reintegração social, na garantia dos direitos dos presos e na execução de ações que fortalecem sua cidadania, contribuindo diretamente para o funcionamento e a humanização da unidade prisional.

Palavras-chave: Assistente Social; Sistema Penitenciário; Reintegração Social; Trabalho.

1 Residente - Lislie Tainara de Oliveira Houanye - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: lislie.tgo@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: camila.sopko@gmail.com

A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL COMO EIXO ESTRATÉGICO PREVENTIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Lizandra Valéria Bueno¹
Adriana Accioly Gomes Massa²

Resumo: A pesquisa analisa a relação entre a fragilidade dos vínculos escolares, a violência urbana e o aumento da criminalidade entre crianças e adolescentes. Parte-se da compreensão de que a segurança pública contemporânea não deve se limitar ao aparato repressivo, mas também atuar sobre fatores sociais, educacionais e comunitários que contribuem para trajetórias delitivas. O estudo tem como objetivo discutir a evasão escolar como fator de vulnerabilidade e apresentar a escola em tempo integral como estratégia preventiva de proteção social, capaz de ampliar o tempo de permanência no ambiente escolar e oferecer suporte pedagógico, social e formativo. Trata-se de pesquisa de natureza aplicada, com objetivos descritivos e explicativos, desenvolvida por meio de análise bibliográfica, documental, de dados oficiais e de estudos de caso sobre o tema. Os resultados indicam que a escola em tempo integral, quando implementada em territórios marcados por vulnerabilidade social, pode reduzir a exposição de crianças e adolescentes às ruas e ao recrutamento pelo crime, além de fortalecer vínculos familiares, escolares e comunitários. Verifica-se, ainda, que a ampliação da jornada escolar, associada à formação integral, contribui para a proteção social e para a prevenção da violência urbana no entorno escolar. Conclui-se que o ensino integral representa importante instrumento de prevenção criminal e de redução sustentável da criminalidade, exigindo atenção dos Estados para sua efetiva implantação como política pública articulada à segurança, à educação e à proteção social.

Palavras-chave: Segurança Pública; Ensino Integral; Prevenção Criminal; Proteção Social; Crianças e Adolescentes.

1 Residente - Pós Graduanda em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Polícia penal- DEPPEN/PR - SESP/PR. Graduada em Direito. Especialista em Gestão Pública com ênfase em direitos humanos - Universidade Estadual de Ponta Grossa -UEPG. Atua no Departamento de Polícia Penal desde 2008. E-mail: lizandrabueno@policiapenal.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Graduada em Serviço Social e em Direito. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Doutoranda do Programa de Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adriaccioly@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A EFICIÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA NA SEGURANÇA: UMA ANÁLISE JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

Lucas Olher Ferrari¹
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin²

Resumo: A eficiência da gestão pública em segurança com uma perspectiva legal e administrativa. Começa examinando o papel do Estado na garantia da segurança pública, levando em consideração seus princípios constitucionais na administração dos recursos públicos, focando principalmente no princípio da eficiência. Utilizando um estilo qualitativo, são seguidas técnicas de revisão de literatura e análise documental. Ao longo da discussão, analisamos como os atores de segurança funcionam e quais são as principais barreiras estruturais que impedem o desempenho dessas organizações, enfatizando que políticas públicas melhores e bem executadas são fundamentais. Por fim, observa-se que, apesar das ferramentas legais adequadas, a segurança pública ainda enfrenta algumas circunstâncias particulares. Esses desafios são principalmente o problema da gestão e implementação de propostas de políticas públicas.

Palavras-chave: Gestão Pública; Segurança Pública; Eficiência Administrativa; Políticas Públicas; Administração Estatal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: lucasolherferrari2017@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. Agente de Apoio e Supervisor da Residência Técnica do Complexo Social de Cascavel. E-mail: douglasbrusadin@policiapenal.pr.gov.br

COMPLIANCE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE NO ESTADO DO PARANÁ

Lucas Vinicius Fragona¹
Cleison Ribeiro Ayres²

Resumo: O presente estudo analisa o *compliance* como instrumento de gestão na segurança pública, com ênfase em sua contribuição para o fortalecimento da governança institucional, da gestão de riscos e dos mecanismos de controle interno. Diante do aumento das demandas por integridade, transparência e responsabilização na administração pública, especialmente em setores sensíveis como a segurança pública, torna-se relevante compreender de que forma os programas de integridade podem contribuir para a prevenção de irregularidades e para o aprimoramento da atuação estatal. O objetivo do trabalho consiste em analisar a aplicação do *compliance* no contexto da segurança pública do Estado do Paraná, identificando seus fundamentos, mecanismos de implementação e sua relação com a governança institucional. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com análise de obras doutrinárias, normas jurídicas, documentos institucionais e programas de integridade, com especial atenção ao modelo implementado no Estado do Paraná pela Controladoria-Geral do Estado. Os resultados indicam que o *compliance*, quando estruturado a partir de gestão de riscos, controles internos e definição clara de responsabilidades, apresenta potencial para fortalecer as instituições de segurança pública, promovendo maior integridade, eficiência administrativa e legitimidade institucional.

Palavras-chave: *Compliance*; Segurança Pública; Governança Pública; Gestão de Riscos; Integridade Institucional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação. E-mail: contato@lvfadv.com.br

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação Serviço Social. E-mail: cleison.ayres@gmail.com

SAÚDE MENTAL DE EGRESSOS PRISIONAIS: DESAFIOS NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Lucimara da Silva Dutra¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: A saúde mental dos egressos do sistema prisional brasileiro constitui um dos principais desafios para a efetivação da reintegração social e para a prevenção da reincidência criminal. A experiência do cárcere, frequentemente marcada por violência, superlotação e precariedade das condições de vida, produz impactos significativos na saúde mental dos indivíduos, os quais tendem a ser agravados pela insuficiência de políticas públicas voltadas ao acompanhamento psicológico e ao suporte social após o cumprimento da pena. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a ausência de atenção à saúde mental interfere no processo de ressocialização dos egressos do sistema prisional. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental, fundamentada em produções acadêmicas e normativas relacionadas às dimensões psicossociais, jurídicas e educacionais da execução penal e da reinserção social. Os resultados indicam que o estigma social, a discriminação e as dificuldades de acesso ao trabalho, à saúde e à assistência social ampliam as vulnerabilidades desse público, comprometendo sua reintegração e favorecendo processos de exclusão. Conclui-se que a implementação de ações intersetoriais voltadas à promoção da saúde mental, ao fortalecimento de vínculos sociais e à garantia de direitos fundamentais é indispensável para a construção de trajetórias de inclusão social e redução da reincidência criminal.

Palavras-chave: Saúde Mental; Egressos do Sistema Prisional; Ressocialização; Reintegração Social; Políticas Públicas.

1 Residente - Residente Lucimara da Silva Dutra - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Serviço Social. E-mail: dutra668@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharel em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O IMPACTO DA INACESSIBILIDADE À ATENÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA PENAL

Lukas Rockenbach¹
Isabel Cortes da Silva Ferreira²

Resumo: O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto da inacessibilidade das pessoas privadas de liberdade aos serviços de saúde mental e psicológica, tanto no período de encarceramento quanto no de ressocialização. Observase que a ausência de cuidado psicológico compromete significativamente a saúde mental dos encarcerados, dificultando a ressocialização e potencialmente aumentando a reincidência criminal. A pesquisa analisa os principais obstáculos no acesso à saúde mental no sistema prisional, os resultados da negligência e propõe caminhos para um cuidado mais eficaz e humanizado. Conclui-se que a fragilidade estrutural e a lógica punitivista do sistema prisional atuam como agentes produtores de sofrimento psíquico, evidenciando que o investimento em saúde mental e a articulação intersetorial são fundamentais para garantir a dignidade humana e a efetiva reintegração social dos egressos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Sistema Prisional; Ressocialização.

1 Residente - Lukas Rockenbach - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pela União Dinâmica das Cataratas. E-mail: lukasrock.psi@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora orientadora da Residência Técnica em Segurança Pública da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Direito. E-mail: cortesiaferreira@gmail.com

EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ: ANÁLISE DE INDICADORES EDUCACIONAIS E DO PLANO ESTADUAL 2025–2028

Maria Eduarda Santos¹
Sandra Garcia Neves²

Resumo: A educação no sistema prisional constitui um direito assegurado constitucionalmente e representa elemento fundamental para a promoção da cidadania e da reinserção social das pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os indicadores educacionais do sistema prisional do estado do Paraná e as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional do Paraná (2025–2028). A pesquisa caracteriza-se como qualitativa e documental, fundamentada na análise de legislações, documentos institucionais e dados estatísticos disponibilizados em bases públicas, especialmente nos portais da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e do Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN/PR). Do ponto de vista teórico-metodológico, o estudo está ancorado no materialismo histórico-dialético, que possibilita compreender os fenômenos sociais a partir de suas determinações históricas, dialogando com a perspectiva crítica da educação proposta por Paulo Freire. Os resultados evidenciam crescimento significativo da população privada de liberdade no estado do Paraná, acompanhado por baixos níveis de escolaridade entre essa população, o que revela trajetórias marcadas por processos de exclusão educacional anteriores ao ingresso no sistema prisional. A análise das diretrizes do plano estadual demonstra avanços no reconhecimento da educação como direito das pessoas privadas de liberdade, ao mesmo tempo em que evidencia desafios relacionados à efetivação das políticas educacionais nas unidades prisionais. Conclui-se que a ampliação e o fortalecimento das políticas educacionais no sistema prisional são fundamentais para a garantia do direito à educação e para a promoção de processos de reinserção social.

Palavras-chave: Educação Prisional. Sistema Prisional. Políticas Públicas. Indicadores Educacionais. Reinserção Social.

1 Residente - Maria Eduarda Santos - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia. E-mail: m.santos.eduard@gmail.com

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

TRABALHO FORMAL, EGRESSOS PRISIONAIS E REINCIDÊNCIA: REFLEXÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Maria Eduarda Solano Baptista¹
Roseli Odorizzi²

Resumo: Este trabalho investiga até que ponto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1943, contribui na colocação de egressos do sistema prisional no emprego formal de trabalho e na diminuição da reincidência criminal, considerando a perspectiva do Serviço Social. Parte-se da premissa de que o trabalho constitui instrumento básico de inclusão social, acesso à cidadania e fortalecimento dos processos de reintegração social. A temática advém da experiência profissional desenvolvida no âmbito da Residência Técnica em Serviço Social, realizada no Complexo Social durante o período de 2025 a 2026. Para a metodologia de pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, utilizando-se também dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O referencial teórico se fundamenta em autores como Karl Marx, Michel Foucault, José de Souza Martins, Robert Castel, Marilda Iamamoto e Julita Lemgruber, além da legislação pertinente, especialmente a Constituição Federal de 1988, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e a Consolidação das Leis do Trabalho. Os resultados apontam que baixo nível de escolaridade, baixa qualificação profissional e, sobretudo, o estigma social representam barreiras significativas para a reintegração social de egressos, funcionando como mecanismos de exclusão que prejudicam o acesso ao trabalho formal. Portanto, a CLT é uma ferramenta importante para garantir direitos e promover a dignidade humana — ainda que seu alcance seja restrito, por não estar acompanhada por políticas públicas intersetoriais. Assim, o trabalho formal, quando vinculado a estratégias de acompanhamento e apoio social, é configurado como elemento estruturante da identidade social e como um importante mecanismo de ressocialização que permite reduzir a reincidência criminal, contribuindo tanto para diminuir a captação de sujeitos quanto para promover o exercício da cidadania ao devolver os egressos ao convívio social.

Palavras-chave: Egressos do Sistema Prisional; Reintegração Social; Trabalho Formal; Serviço Social.

1 Residente - Residente na Pós-Graduação em Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: solanobaptistaduda@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais, Especialista em Fundamentos da Prática do Assistente Social, Professora Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Curso de Serviço Social, E-mail: roseliodorizzi2@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A MONITORAÇÃO ELETRÔNICA COMO ALTERNATIVA À PRISÃO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELOS COMPLEXOS SOCIAIS DO ESTADO DO PARANÁ PARA A EFETIVAÇÃO DA MEDIDA

Maria Luiza Tavares Moraes¹
Alan José de Oliveira Teixeira²

Resumo: O trabalho tem por objeto a medida de Monitoração Eletrônica, tanto no cumprimento dos regimes aberto, semiaberto e de prisão domiciliar, quanto como medida cautelar, com foco nos desafios enfrentados pelas equipes multidisciplinares dos Complexos Sociais do Paraná, especialmente o de Campo Mourão/PR, ao desenvolverem o seu papel essencial de apoio, fiscalização e orientação, nos âmbitos jurídico, psicológico, social e pedagógico. O estudo também aborda os benefícios e desafios da medida e a contribuição do acompanhamento individualizado para a reintegração social e redução da reincidência. Para isso, utiliza pesquisa qualitativa, bibliográfica e doutrinária, além de relato de experiência da autora como Residente Técnica do setor jurídico do Complexo Social de Campo Mourão/PR, no âmbito do Núcleo de Atendimento à Pessoa Monitorada NUPEM.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica. Desafios. NUPEM. Complexos Sociais. Efetivação.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito pelo Centro Universitário Integrado de Campo Mourão/PR. Advogada. E-mail: marialuizatavaresmoraes@gmail.com

2 Orientador(a) – Professor da Graduação em Direito da Faneesp/Araucária e professor orientador na Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Mestre em Direito pelo PPGD/Uninter e doutorando em Direito do Estado pela UFPR. Advogado. Assessor Técnico e Compliance Officer na Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná.

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONTRADIÇÕES NO ACESSO A DIREITOS

Maria Paula Gomes de Souza¹
Diana Galone Somer²

Resumo: Este artigo analisa os limites e as contradições da monitoração eletrônica na reinserção social de pessoas em situação de rua, considerando as condições concretas de vida desses sujeitos e as respostas institucionais às expressões da questão social. Parte-se da compreensão de que a monitoração eletrônica, embora apresentada como medida alternativa ao encarceramento e associada ao discurso de desencarceramento, pode assumir função contraditória quando aplicada a populações marcadas pela pobreza, ausência de moradia, desemprego, fragilidade de vínculos, estigma e dificuldade de acesso às políticas públicas. A pesquisa possui natureza qualitativa, caráter teórico e bibliográfico, fundamentando-se no método histórico-dialético, que permite apreender a relação entre a aparência da medida penal, apresentada como estratégia de reinserção, e sua essência concreta, muitas vezes vinculada à ampliação da vigilância e do controle social. A análise evidencia que a reinserção social não depende apenas do cumprimento da medida penal, mas da garantia de direitos básicos, como moradia, documentação civil, trabalho, saúde e assistência social. Os resultados indicam que, quando aplicada de forma desarticulada das políticas públicas, a monitoração eletrônica tende a responsabilizar individualmente sujeitos que vivenciam vulnerabilidades produzidas histórica e socialmente. Conclui-se que essa medida somente poderá contribuir para a reinserção social se estiver integrada a uma rede efetiva de proteção social, orientada pela defesa de direitos e pela superação de práticas moralizantes, seletivas e punitivas, fortalecendo a intervenção crítica do Serviço Social e o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam a população em situação de rua no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; População em Situação de Rua; Reinserção Social; Questão Social; Serviço Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Serviço Social. E-mail: mariapaula_gs@hotmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em Gestão da Segurança Pública, vinculada às atividades de Docência, Coordenação Geral Pedagógica e Coordenação Administrativa da UNESPAR. E-mail: dianassomer@gmail.com

EXCESSO DE EXECUÇÃO DA PENA POR INÉRCIA NA INSTRUÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Mariana Rozanez de Paula¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: A execução penal no Brasil constitui um sistema complexo, orientado pelos mandamentos constitucionais da individualização da pena, da dignidade humana e do objetivo ressocializador inscritos na Lei de Execução Penal. Todavia, a concretização desses princípios é sistematicamente obstaculizada pelo déficit estrutural das instituições e pela inoperância do Estado, resultando em um hiato entre a teoria jurídica e a realidade carcerária. Um desses obstáculos se materializa no atraso na instrução de processo administrativo (PAD). Esse fenômeno causa prejuízo à pessoa privada de liberdade de forma antecipada, configurando constrangimento ilegal: quando entende-se que há um descompasso entre a situação real do apenado e os limites legais da execução da pena. Enquanto a falta não é comprovada, o apenado enfrenta limitações na execução de sua pena, como a suspensão de prazos para benefícios. Essa lentidão administrativa viola princípios fundamentais da Constituição, principalmente o da duração razoável do processo. Logo, é seguro dizer que a falta grave não se exaure na sanção disciplinar, mas projeta efeitos multidimensionais que repercutem drasticamente na execução penal, ultrapassando o campo da mera disciplina interna, gerando prejuízos que desestruturam todo o cronograma da execução penal. Sob esse prisma, a infração disciplinar converte-se em um obstáculo severo ao direito de liberdade, estendendo indevidamente o tempo de cárcere e comprometendo a progressividade da pena, pilar fundamental da Lei de Execução Penal. Portanto, urge a necessidade de expor prejuízo decorrente do excesso de execução causado pela demora administrativa para conclusão de processo disciplinar.

Palavras-chave: Execução Penal; Falta Grave; PAD.

1 Residente - Mariana Rozanez de Paula - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Advogada. E-mail: mariana.rozanez@gmail.com

2 Orientador(a) - Rafael Bruno Cassiano de Moraes - Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Advogado. E-mail: advogadomoraistrafael@gmail.com

CRIMINALIDADE DE SOBREVIVÊNCIA E DESIGUALDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA ANOMIA

Mariana Simões dos Santos de Oliveira¹
Simone Alves Emed²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir a relação entre desigualdade social e criminalidade de sobrevivência no contexto brasileiro, a partir da perspectiva da Teoria da Anomia. O estudo parte do entendimento de que a criminalidade não pode ser analisada apenas como resultado de escolhas individuais, mas também como consequência das estruturas sociais que limitam o acesso de determinados grupos aos meios legítimos de inserção social. Para compreender esse fenômeno, foi realizada uma pesquisa bibliográfica baseada em autores que discutem desigualdade, seletividade penal e perfil da população prisional no Brasil, como Zaffaroni (2001), Adorno (1995) e Beato Filho (2000), além da contribuição teórica de Robert K. Merton (1938). A Teoria da Anomia permite compreender como a tensão entre metas socialmente valorizadas, como o sucesso econômico, e a ausência de meios legítimos para alcançá-las pode gerar formas de adaptação desviantes. Nesse contexto, a criminalidade de sobrevivência aparece como uma resposta às condições de exclusão social, nas quais indivíduos recorrem a práticas ilícitas de baixa complexidade como forma de garantir a própria subsistência.

Palavras-chave: Desigualdade Social; Criminalidade de Sobrevivência; Teoria da Anomia; Seletividade Penal; Sistema Prisional.

1 Residente - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pela Universidade Estadual de Londrina. Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: marianasimoes672@gmail.com

2 Orientador(a) - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

ENTRE O CÁRCERE E A SOCIEDADE: A CARÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS

Mariza da Silva de Souza¹

William Timóteo²

Resumo: A ressocialização do apenado constitui uma das principais finalidades da execução penal brasileira, visando promover a reintegração social do indivíduo após o cumprimento da pena. Entretanto, diversos fatores dificultam a efetivação desse objetivo, destacando-se a superlotação carcerária, a violação da dignidade da pessoa humana e a condição de vulnerabilidade socioeconômica presente em grande parte da população prisional. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios enfrentados pelo sistema penitenciário brasileiro na concretização da função ressocializadora da pena, bem como examinar os impactos dessas dificuldades no processo de reintegração social dos apenados. Para tanto, adotou-se o método de pesquisa bibliográfica, por meio da análise de artigos científicos, legislação e dados oficiais divulgados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Os resultados da pesquisa demonstram que as deficiências estruturais do sistema prisional, associadas à exclusão social e à insuficiência de políticas públicas voltadas à educação, qualificação profissional e assistência ao egresso, comprometem significativamente a ressocialização. Constatouse, ainda, que a superlotação das unidades prisionais e as condições degradantes de encarceramento dificultam a garantia dos direitos fundamentais dos presos e limitam a implementação de medidas efetivamente ressocializadoras. Assim, conclui-se que a efetivação da ressocialização exige a adoção de políticas públicas integradas, capazes de assegurar condições dignas de cumprimento da pena e promover oportunidades concretas de reinserção social.

Palavras-chave: Ressocialização; Dignidade da Pessoa Humana; Superlotação-carcerária; Miserabilidade; Sistema Prisional.

1 Residente - Especializanda e Residente Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), em Direito pelo Centro universitário Unifatecie. E-mail: contatomarizasilvas@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor da Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP). Professor convidado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor Orientador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Pesquisador do Centro de Pesquisas Jurídicas e de Estratégias Públicas e Privadas Antidiscriminação - UFS/ CNPq. Advogado. E-mail: williamtimoteo@hotmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SERVIÇOS SOCIAIS E INSERÇÃO LABORAL DE MONITORADOS NAS ALTERNATIVAS PENAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO CANTEIRO DE TRABALHO EM PONTA GROSSA/PR

Maysa Pinheiro de Ramos Pantaleão¹

Felipe Fontana²

Karoline Dutra Szul³

Resumo: A expansão das alternativas penais no Brasil ocorre em um contexto de crise do sistema prisional, no qual a monitoração eletrônica se apresenta como estratégia que articula permanência em meio aberto e controle social. Nesse cenário, a inserção laboral de pessoas em cumprimento de pena é proeminente nos processos de reintegração social, ao mesmo tempo em que evidencia limites relacionados à precarização do trabalho. Deste modo, este estudo objetiva analisar a atuação do Serviço Social na política de alternativas penais, com foco na inserção e acompanhamento de pessoas monitoradas no *Projeto Canteiro de Trabalho*, em Ponta Grossa/PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritivo-analítica e crítico-reflexiva, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e reflexão da prática profissional, com base em 40 atendimentos realizados entre março de 2025 e março de 2026, analisados por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que o projeto contribui para o acesso ao trabalho, geração de renda e organização da rotina, com taxa de inserção de 57,5% e permanência de 73,9%. Ainda assim, a inserção ocorre em condições informais e sem garantias trabalhistas, revelando limites estruturais. Observam-se desafios relacionados à vulnerabilidade social, estigma e fragilidade das redes de apoio. Conclui-se que o Serviço Social exerce papel central na mediação entre sujeitos e políticas públicas/sociais, contribuindo para o acesso a direitos. O estudo reforça a necessidade de fortalecimento de políticas integradas, orientadas pela garantia de direitos e pela superação das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Reintegração Social; Monitoração Eletrônica; Trabalho Precário; Políticas Públicas; Sistema Penal; Vulnerabilidade Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Especialista em Serviço Social na Saúde (FACULMINAS, 2025); Bacharel em Serviço Social (UNICESUMAR, 2024); Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9020024713562317>. E-mail: maysa.pinheiro.ramos@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cientista Social (DCS-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBAUNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPGPOL/UFSCar, 2017); Pós-Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 00000001-9582-2178; E-mail: felipefontana@unicentro.br; buthjaum@gmail.com

3 Coorientador(a) - Professora Coorientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UEPG), Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professora no Curso de Serviço Social da UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>. ORCID: 0000-0001-7546-7682. E-mail: kdszul@uem.br

ENTRE CUIDADO E ABANDONO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PROLONGAMENTO INDEVIDO DA MEDIDA DE SEGURANÇA

Melissa Arantes Pereira¹

Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo buscou analisar a atuação do Complexo Social de Londrina/PR no âmbito da execução penal, com foco no acompanhamento de pessoas em cumprimento de medida de segurança em regime de liberdade vigiada que possuem diagnóstico psiquiátrico. Investigou-se especificamente impactos decorrentes da ausência de profissionais da psiquiatria no Departamento de Polícia Penal regional, fator que contribui diretamente para a morosidade na realização dos exames de cessação de periculosidade. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa de abordagem mista, qualitativa e quantitativa, que utilizou revisão bibliográfica, análise documental e reflexão crítica fundamentada na experiência da psicóloga pesquisadora na Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública. Os resultados indicam que tal cenário resulta na permanência prolongada dos indivíduos sob controle judicial, não necessariamente pela persistência de risco clínico, mas por limitações estruturais e operacionais do sistema de justiça. Sugere-se que essa morosidade configura um entrave sistêmico na articulação entre o judiciário e a rede de saúde, que dificulta a efetiva desinstitucionalização prevista pela Reforma Psiquiátrica e reforça processos de estigmatização social.

Palavras-chave: Liberdade Vigiada; Medida de Segurança; Política Antimanicomial; Estigmatização Social; Reforma Psiquiátrica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Psicologia. E-mail: melissa0602ar@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

SAÚDE MENTAL NO SISTEMA PENAL E A RESOLUÇÃO Nº 487/2023 DO CNJ

Michelle Barbara dos Santos Gonçalves¹
Adriana Accioly Gomes Massa²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a saúde mental no contexto do sistema penal brasileiro, com especial atenção ao ambiente prisional e às diretrizes estabelecidas pela Resolução no 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. A pesquisa parte de inquietações surgidas no âmbito da especialização em Gestão Pública, na área do Serviço Social, e da aproximação profissional com uma unidade prisional feminina em regime fechado no Estado do Paraná. Adota-se abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, com consulta a livros, artigos científicos, legislações, normativas institucionais e produções acadêmicas pertinentes ao tema. O estudo discute os desafios estruturais do sistema prisional brasileiro, a relação entre encarceramento, sofrimento psíquico, transtornos mentais e uso de substâncias psicoativas, bem como os impactos dessas expressões da questão social na atuação profissional do assistente social. Embora a Resolução no 487/2023 represente avanço normativo ao reafirmar o cuidado em liberdade e a superação da lógica manicomial, sua implementação exige articulação efetiva entre justiça, saúde e assistência social, além do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, tornando sua implementação um grande desafio. Conclui-se que a garantia da saúde mental no sistema penal demanda políticas públicas intersetoriais, atuação profissional crítica e compromisso com a dignidade humana.

Palavras-chave: Saúde Mental; Sistema Prisional; Política Antimanicomial; Serviço Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Serviço Social. E-mail: michellebarbaradossantos.2001@gmail.com

2 Orientador(a) - Adriana Accioly Gomes Massa. Formação Graduada em Serviço Social e em Direito. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Doutoranda do Programa de Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adriaccioly@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E EXPANSÃO DO CONTROLE PENAL NO BRASIL: ENTRE ALTERNATIVA AO CÂRCERE E AMPLIAÇÃO DA REDE PUNITIVA

Nathalia Mazini¹
Lucila Carla Cunha²

Resumo: O presente artigo analisa a aplicação da monitoração eletrônica no sistema penal brasileiro, investigando sua utilização como alternativa ao encarceramento e seus possíveis efeitos de ampliação do controle penal. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental, incluindo legislação, resoluções institucionais e literatura da criminologia crítica. Discute-se o crescimento do encarceramento contemporâneo, o desenvolvimento de políticas de desencarceramento e a expansão de mecanismos tecnológicos de vigilância. Os resultados indicam que, embora a monitoração eletrônica seja apresentada como instrumento de redução da população carcerária, sua aplicação pode, na prática, ampliar a rede de controle estatal e intensificar formas de vigilância social. Conclui-se que sua efetividade depende da existência de políticas públicas de acompanhamento e reinserção social, sob pena de se consolidar apenas como mecanismo de controle penal.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; Controle Penal; Desencarceramento; Vigilância; Criminologia Crítica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito. E-mail: nathalia.mazini@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Direito. E-mail: lucilacunha@policiapenal.pr.gov.br

O TRATAMENTO PENAL DAS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE POR CRIMES SEXUAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Nathália Ronchi¹

Pedro Luciano Evangelista Ferreira²

Resumo: A presente proposta de pesquisa visa analisar o tratamento penal dado às pessoas privadas de liberdade condenadas por crimes sexuais no sistema penitenciário do Paraná. Busca-se compreender a existência ou ausência de políticas públicas, intervenções psicossociais ou normas específicas destinadas a essa categoria de apenados, considerando especialmente o Código Penal Brasileiro e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984). A metodologia utilizada será qualitativa, por meio de revisão bibliográfica e documental. Parte-se da premissa de que o ordenamento jurídico brasileiro estabelece um tratamento genérico aos condenados, sem diretrizes específicas suficientes direcionadas aos autores de crimes sexuais. Espera-se identificar lacunas legais e práticas no processo ressocializador e propor alternativas visando ao aprimoramento das políticas criminais e penitenciárias do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Execução Penal; Crime Sexual; Ressocialização.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Mestranda em Direito - UENP. E-mail: nathaliaronchi@hotmail.com

2 Orientador(a) - Advogado, mestre em Criminologia e Direito Penal pela UCAM/RJ, professor da Escola da Magistratura do Paraná, da Pós-graduação da PUC/PR, da FESP/PR e da Universidade Tuiuti do Paraná, além de professor orientador UNESPAR. Website: www.pedroluciano.com.br. E-mail: contato@pedroluciano.com.br

A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REMIÇÃO DE PENA PELO ESTUDO E TRABALHO NO PARANÁ

Nathiely Beatriz Pereira do Nascimento¹

Patrícia Machado Pereira Giardini²

Resumo: Este artigo busca analisar a efetividade das políticas públicas de remição de pena pelo estudo e pelo trabalho no Estado do Paraná, investigando os óbices estruturais e institucionais que limitam o acesso universal a esses direitos fundamentais. A remição, fundamentada na Lei de Execução Penal (LEP), é um instrumento de ressocialização que vincula a redução da reprimenda ao desenvolvimento educacional e profissional. A metodologia adotada consistiu em pesquisa qualitativa e interpretativa de caráter bibliográfico e documental, fundamentada na análise de 20 estudos acadêmicos selecionados, além de relatórios da SENAPPEN e do Governo do Paraná. Os resultados indicam que, apesar do crescimento quantitativo das vagas e de um arcabouço normativo robusto, a efetividade das políticas é parcial e desigual. Persistem entraves como a resistência institucional, infraestrutura precária, subnotificação em bases de dados e a manutenção de uma lógica punitiva que prioriza o controle disciplinar em detrimento de programas emancipatórios. Por fim, procura saber se a materialização do direito à remição exige a superação do hiato entre a norma legal e a realidade das unidades, através de parcerias institucionais fortalecidas e investimentos em modelos de gestão que reduzam os custos do sistema e a reincidência criminal.

Palavras-chave: Remição de Pena; Políticas Públicas; Ressocialização; Direitos Humanos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Pedagogia. E-mail: nathielybeatriz188@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná; Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná. Formação em Direito. Advogada. E-mail: 250301800012@uepg.br

LITERATURA E LIBERDADE: A LEITURA COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL

Nayara Machulak Palião¹

Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O acesso à literatura, é reconhecido como um direito cultural e um instrumento fundamental para a construção da formação humana, ainda enfrenta barreiras significativas no Brasil, especialmente entre grupos socialmente vulneráveis. Dentre esses, destacam-se as pessoas que cumprem Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), suas trajetórias geralmente envolvem históricos marcados por exclusão educacional e social. Nesse contexto, a leitura literária pode atuar como um meio de que esse indivíduo se reencontre, trazendo estímulo à reflexão crítica e reconstrução de valores, favorecendo o desenvolvimento intelectual e emocional desses sujeitos. O projeto “Literatura e Liberdade”, realizado na Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP), em Maringá (PR), busca inserir a leitura como uma alternativa viável para o cumprimento da PSC, trazendo a democratização do acesso à cultura e ao conhecimento. Essa iniciativa atende a uma demanda do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN/Maringá) e proporciona aos participantes um ambiente de escuta ativa, aprendizado e transformação subjetiva por meio da literatura. Os resultados apontam para efeitos positivos no fortalecimento do pensamento crítico, na capacidade de expressão e na reintegração social dos envolvidos. Assim, conclui-se que a leitura literária representa um importante instrumento de transformação social dentro do contexto penal.

Palavras-chave: Literatura e Liberdade; Remissão pela Leitura; Direito à Literatura; Ressocialização; Execução Penal; Cidadania.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: nayaramachulakpaliao@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES DA INTERVENÇÃO EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Neilane Balcota Pauluch¹

Flávia Lopes de Moraes²

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade refletir acerca dos desafios e potencialidades da Psicologia no sistema prisional, especialmente no que se refere à promoção de direitos, saúde e bem-estar no ambiente carcerário, considerando os diversos desafios enfrentados por esse sistema, tais como a superlotação e falta de recursos adequados, os quais impactam negativamente na saúde física e mental das pessoas privadas de liberdade (PPL). Para a realização deste estudo, será utilizado como metodologia o relato de experiência, que possibilita a articulação entre teoria e prática da vivência no contexto prisional, permitindo uma análise crítica das atividades desenvolvidas e das situações observadas. Os resultados obtidos serão apresentados, analisados e discutidos à luz do referencial teórico adotado, buscando evidenciar as principais dificuldades e possibilidades de atuação da Psicologia nesse contexto. Por fim, pretende-se destacar a importância do trabalho do psicólogo na equipe multidisciplinar, além de problematizar a escassez de profissionais na área e seus impactos no atendimento às demandas da população prisional.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Psicologia; Intervenção Psicológica; Direitos Humanos.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga, em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: neilanepauluch@gmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social, doutoranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: flavialopes.social@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MULHERES PERDIDAS: O ABANDONO DAS MULHERES NO CÁRCERE E O USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA

Nicole Isabelle Watanabe¹

Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: A população carcerária feminina apresenta significativas diferenças em relação ao público masculino. Nesse cenário, é importante compreender como a monitoração eletrônica é aplicada e vivenciada pelas mulheres. Através de um estudo quanti-qualitativo realizado com dados coletados em 2025, durante a prática da psicóloga residente técnica no âmbito da Segurança Pública, a pesquisa buscou, de forma geral, compreender como o sofrimento psíquico apresentado por essa população pode influenciar o processo de reinserção social. Em específico, analisou-se esse processo em articulação com outros determinantes relevantes: desigualdade de gênero, estigma do uso da tornozeleira eletrônica, fragilização dos laços familiares e fenômeno do abandono das mulheres encarceradas.

Palavras-chave: Mulheres; Abandono; Tornozeleira Eletrônica; Violência de Gênero.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: nicoleiswatanabe@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NA FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO EXTERNO EM REGIME FECHADO

Nicolly Felipe Rodrigues da Silveira¹
Willian Vieira Costa Zonatto²

Resumo: O presente artigo analisa a viabilidade jurídica e administrativa da utilização da monitoração eletrônica como instrumento de fiscalização do trabalho externo de pessoas privadas de liberdade que cumprem pena em regime fechado. O estudo parte da previsão do trabalho prisional na Lei de Execução Penal e toma como recorte documental decisões proferidas na Comarca de Foz do Iguaçu/PR, nas quais a autorização de trabalho externo foi condicionada à adoção de tornozeleira eletrônica e a regras específicas de disciplina. A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, com método dedutivo e análise de conteúdo de legislação, atos normativos e decisões judiciais anonimizadas. Os resultados indicam que a medida pode ampliar a efetividade do direito ao trabalho e reduzir entraves administrativos de fiscalização, desde que aplicada com decisão fundamentada, acompanhamento institucional, proteção de dados, preservação da dignidade humana e avaliação individualizada do apenado. Conclui-se que a monitoração eletrônica não substitui integralmente a responsabilidade estatal de vigilância, mas pode funcionar como ferramenta complementar de gestão da execução penal.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; Trabalho Externo; Regime Fechado; Execução Penal; Gestão Pública.

1 Residente - Residente em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Graduada em Direito e Pós-Graduada. E-mail: nicollyfr_2013@hotmail.com

2 Orientador(a) - Willian Vieira Costa Zonatto - Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste, 2020). Bacharel em Direito. Professor na Descomplica UniAmérica Centro Universitário. E-mail: willian.zonatto@descomplica.com.br

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA RESSOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS SUBMETIDAS À MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO BRASIL

Nivers Sene¹
Luiz Demétrio Janz Laibida²

Resumo: A monitoração eletrônica tem se consolidado no Brasil como uma alternativa ao encarceramento, especialmente diante da crise estrutural do sistema prisional, marcada por superlotação, violações de direitos humanos e baixa efetividade ressocializadora. Nesse contexto, destaca-se a atuação do Serviço Social nas equipes multiprofissionais responsáveis pelo acompanhamento dos indivíduos monitorados. O presente trabalho tem como objetivo analisar criticamente a atuação do assistente social no processo de ressocialização de pessoas submetidas à monitoração eletrônica. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica e análise documental, com base em legislações, relatórios institucionais e produções acadêmicas sobre o tema. Os resultados evidenciam que, embora a monitoração eletrônica represente um avanço no campo das políticas penais, sua efetividade depende diretamente da articulação com políticas públicas e da atuação qualificada das equipes técnicas. Identifica-se, contudo, um descompasso entre a previsão normativa e a realidade, caracterizado por precariedade estrutural, insuficiência na rede de proteção social.

Palavras-chave: Serviço Social; Monitoração Eletrônica; Ressocialização; Política Penal; Direitos Humanos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Especialista em gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Anhanguera - UNIDERP.

2 Orientador(a) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2016), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2007), Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2003), Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005) e Especialização em Gestão e Inovação em EaD pela FESP-PR (2014). E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

ENVELHECIMENTO E JUSTIÇA PENAL: PROPOSTAS HUMANIZADAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUNITÁRIO PARA PESSOAS IDOSAS – O PROJETO “TEMPO JUSTO”

Odete Nowakowski Woiciechowski¹
Felipe Fontana²
Karoline Dutra Szul³

Resumo: O envelhecimento populacional constitui um fenômeno crescente e irreversível, impondo desafios significativos às políticas públicas e ao sistema de justiça, principalmente no âmbito da execução penal e das medidas alternativas. A aplicação de sanções tradicionais, como a prestação de serviços à comunidade, frequentemente desconsidera as limitações físicas, emocionais e sociais da pessoa idosa, podendo resultar em situações de sofrimento e violação de direitos. Diante disso, este artigo objetiva apresentar e analisar o Projeto “Tempo Justo”, uma proposta de medida penal alternativa humanizada voltada a pessoas idosas em cumprimento de pena, fundamentada nos princípios da dignidade da pessoa humana, da individualização da pena e da justiça restaurativa. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, baseada em levantamento bibliográfico, análise documental e sistematização de proposta interventiva. Os resultados indicam que a adoção de práticas restaurativas e simbólicas favorece a reintegração social, fortalece o sentimento de pertencimento e promove o respeito às especificidades do envelhecimento, configurando-se como uma alternativa viável, ética e humanizada no âmbito da execução penal.

Palavras-chave: Execução Penal; Justiça Restaurativa; Direitos da Pessoa Idosa; Alternativas à Prisão; Reintegração Social; Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná.

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cientista Social (DCS-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBA-UNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPG-Pol/UFSCar, 2017); Pós-Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178. E-mail: felipefontana@unicentro.br/buthjaum@gmail.com

3 Coorientador(a) - Karoline Dutra Szul. Professora Coorientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UEPG), Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professora no Curso de Serviço Social da UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>. ORCID: 0000-0001-7546-7682. E-mail: kdszul@uem.br

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE E REINCIDÊNCIA CRIMINAL: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DO COMPLEXO SOCIAL DE CASCAVEL

Oscar Antonio Frigotto da Silva¹
Douglas Alexandre Fernandes Brusadin²

Resumo: O presente estudo visa observar a correlação entre dados quantitativos sobre pessoas em cumprimento ou que finalizaram a medida de prestação de serviços à comunidade através do Complexo Social da Polícia Penal de Cascavel e estatísticas institucionais de reincidência criminal, com o objetivo de promover uma relação relevante entre os dois aspectos em estudo para produzir discussões acerca da eficácia da medida alternativa quanto a sua meta reintegrativa. Foi utilizada a análise estatística descritiva como metodologia para analisar os dados da instituição em questão, com a expectativa de observar uma baixa taxa de reincidência criminal após o início do cumprimento da medida. Concluiu-se que a quantidade de registros institucionais de reincidência criminal foi suficiente para aferir efetividade da medida alternativa como meio de reintegração social, ao mesmo tempo em que se tornam perceptíveis os problemas de sistematização de dados institucionais em longo prazo.

Palavras-chave: Prestação de Serviços à Comunidade; Reincidência Criminal; Complexo Social.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Psicologia. E-mail: psi.oscarantonio@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. Agente de Apoio e Supervisor da Residência Técnica do Complexo Social de Cascavel. E-mail: douglasbrusadin@policiapenal.pr.gov.br

MORTE SOB CUSTÓDIA: OMISSÃO ESTATAL E O DIREITO À INDENIZAÇÃO

Pâmela dos Santos Wesolowski¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: O presente estudo busca analisar a responsabilidade civil do Estado em casos de morte de seus custodiados, com foco na omissão estatal e no dever de vigilância e proteção. Historicamente, vigoraram teorias como a da irresponsabilidade estatal, na qual o Estado era isento de responsabilidade, posteriormente substituída pela Teoria Subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa por parte do agente público, estorvando a responsabilização. Em seguida, desenvolveu-se a teoria da culpa do serviço, centrada na falha da prestação estatal, não necessitando de identificação do agente, tratando a Administração como ente indivisível, sendo, todavia, enfraquecida pela necessidade de comprovação da má prestação do serviço, exigindo ônus probatório difícil para o cidadão. Atualmente, rege a responsabilidade objetiva, com base na Teoria do Risco Administrativo, necessitando apenas a comprovação do dano e do nexo causal. Nesse sentido, o trabalho investiga os limites da responsabilização civil do Estado diante da omissão, principalmente, quanto ao dever específico de agir em relação aos custodiados. Com o estudo busca objetivar os parâmetros adotados para condenação civil do Estado e a fixação de indenizações por danos morais e pensões aos dependentes. Destarte, o estudo visa contribuir para o debate acerca da efetivação dos direitos fundamentais, especialmente o direito à vida e a dignidade da pessoa humana, assim como, para o aprimoramento das políticas públicas no sistema prisional.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil do Estado; Sistema Prisional; Omissão Estatal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação 2025-2026. E-mail: advpamelawlk@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharel em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O USO DE TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS NO SISTEMA PENAL BRASILEIRO: DESAFIOS JURÍDICOS E EFETIVIDADE COMO ALTERNATIVA AO ENCARCERAMENTO

Paola Karyellyn Carneiro¹
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli²

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar os desafios jurídicos relacionados à aplicação do monitoramento eletrônico no Brasil, com base na legislação vigente, especialmente a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e suas alterações. A pesquisa é qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada na legislação e em princípios constitucionais. Busca-se compreender os limites legais, as dificuldades práticas e os impactos dessa medida no sistema penal brasileiro. Dentre os principais desafios, destacam-se a proteção aos direitos fundamentais da pessoa monitorada, a efetividade da fiscalização estatal e a ausência de padronização na aplicação da medida entre os estados. Conclui-se que, embora a medida possua potencial relevante, sua efetividade depende de investimentos estruturais e aperfeiçoamentos normativos.

Palavras-chave: Monitoramento Eletrônico; Execução Penal; Tornozeleira Eletrônica; Encarceramento.

1 Residente - Residência Técnica e Pós Graduação em Gestão da Segurança Pública, Universidade Estadual do Paraná. E-mail: carneirokaryellyn@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora orientadora da Universidade Estadual do Paraná. Advogada, doutoranda pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação Direito - PPGD/ UFPR, Mestre pela UTFPR no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE. E-mail: luizasimonelli@gmail.com

TRIPLA JORNADA DE TRABALHO: A QUESTÃO DE GÊNERO NAS PENAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Pedro Henrique Staben¹
Camila Sopko²

Resumo: A mulher, historicamente, é desproporcionalmente punida pelos sistemas judicial e penal, e o estado de crise em que se encontra este, com a superlotação e violação de direitos, repete a história. Para abordar a emergência, tem sido dado mais foco à modalidade de alternativas penais, que ainda carece de estudos que embasem o seu desenvolvimento. Assim, a presente pesquisa objetivou discutir se e como a questão de gênero pode vir à tona também na aplicação da medida alternativa de prestação de serviços à comunidade. Utilizando-se da perspectiva do materialismo histórico-dialético, além do levantamento de referencial teórico que pudesse elucidar o tema, foi realizada revisão sistemática de literatura em 6 plataformas diferentes em busca de artigos que abordassem o tema da mulher em alternativas penais. Somente 1 artigo atendeu aos critérios estabelecidos na pesquisa. Avaliou-se que mesmo a escassez de produções acadêmicas na área representou um dado relevante à discussão, e foi possível, em articulação com autoras feministas e com as contribuições da Teoria da Reprodução Social, debater os impactos que mesmo medidas alternativas cumpridas em liberdade podem impor à vida de pessoas do gênero feminino.

Palavras-chave: Gênero; Prestação de Serviços à Comunidade; Dupla Jornada de Trabalho; Alternativas Penais; Materialismo Histórico-dialético.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo. E-mail: pedro.staben@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: camila.sopko@gmail.com

A (IN)VISIBILIDADE DOS SERVIÇOS DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO NUPEM, NA POLÍCIA PENAL DO PARANÁ

Priscila Siqueira de Araujo¹
Diana Galone Somer²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a visibilidade institucional dos serviços prestados pela equipe multidisciplinar do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Monitoração Eletrônica (NUPEM), vinculado ao Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN/PR), a partir da percepção de profissionais que atuam no DEPPEN/PR. O estudo justificou-se pela relevância das equipes multidisciplinares no acompanhamento psicossocial de pessoas submetidas à monitoração eletrônica e na construção de práticas mais humanizadas no âmbito da execução penal. Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório-descritivo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. A coleta de dados foi realizada com dez profissionais, entre eles, servidores(as) efetivos(as) e residentes técnicos(as), por meio de questionário estruturado com questões abertas e fechadas, aplicado remotamente. As respostas fechadas foram analisadas por estatística descritiva, com frequências e percentuais, e as respostas abertas foram interpretadas por meio da análise de conteúdo. Os resultados indicaram que o NUPEM é reconhecido como um serviço relevante por parte dos participantes, especialmente por sua atuação no acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento psicossocial. Contudo, também foram identificadas fragilidades relacionadas à divulgação institucional, ao conhecimento das atribuições da equipe, à falta de canais de comunicação e fluxos de encaminhamento. Com isso, foi possível verificar a necessidade de ampliação da visibilidade institucional do NUPEM, visando o fortalecimento e a integração intersetorial, qualificação do atendimento às pessoas com monitoração eletrônica, e a consolidação de práticas mais humanizadas e resolutivas, no sistema penal.

Palavras-chave: Sistema Penal; Monitoração Eletrônica; Equipe Multidisciplinar; Visibilidade Institucional, Comunicação Intersetorial.

1 Residente - Pesquisadora - Priscila Siqueira de Araujo - Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: priscila.saraujo1983@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora Diana Galone Somer. E-mail: dianassomer@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

MONITORAMENTO ELETRÔNICO E ESTIGMATIZAÇÃO: DESAFIOS À REINTEGRAÇÃO DO EGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Raissa Gonçalves de Souza¹
Ana Carolina Fontana de Mattos²

Resumo: Este estudo buscou refletir sobre o uso da tornozeleira eletrônica e seus impactos sobre a ressocialização, especialmente voltado ao mercado de trabalho. Embora a tornozeleira tenha ganhado espaço como uma alternativa estratégica ao cárcere, com a promessa de aliviar a superlotação das prisões e humanizar o cumprimento da pena, a prática revela camadas muito mais complexas. Esta pesquisa buscou compreender se essa tecnologia realmente abre portas para a ressocialização ou se, na verdade, acaba erguendo novas barreiras invisíveis para o egresso. Para isso, foi feita revisão bibliográfica, com o objetivo de compreender os impactos do uso da tornozeleira eletrônica na reinserção do egresso no mercado de trabalho. Os resultados indicam que os obstáculos encontrados extrapolam questões de currículo ou competência técnica, fundamentando-se no receio e no preconceito de quem contrata, além das próprias limitações logísticas do sistema de monitoramento penal. Assim, em vez de atuar como meio para a integração, a tornozeleira eletrônica solidifica desafios sociais pré-existentes, perpetuando um ciclo de exclusão do egresso.

Palavras-chave: Tornozeleira Eletrônica; Reinserção; Egresso; Mercado de Trabalho.

1 Residente - Pós-graduanda e Residente técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE). E-mail: gsouzaraissa02@gmail.com

2 Orientadora(a) - Doutoranda e Mestre em Direito pela PUCPR. Pós-graduanda em Direito Processual Civil pela UERJ. Diretora da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/PR. Advogada e sócia do Fontana de Mattos Advogados. Professora da Uniguairacá-Guarapuava. Professora orientanda da Universidade Estadual do Paraná. E-mail: ana@fontanademattos.com.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Renan Guilherme Vieira dos Santos¹
Kamila Cristina da Silva Teixeira²

Resumo: A atuação profissional do assistente social passou por diversas transformações desde a chegada da profissão no Brasil e isso inclui a atuação no campo sóciojurídico. O presente artigo tem como objetivo analisar os desafios e as possibilidades do trabalho deste profissional junto a execução da pena de Prestação de Serviço à Comunidade. Assim foi realizada uma pesquisa qualitativa afim de compreender os significados e percepções, juntamente com o método dialético com o objetivo de entender as contradições, determinações e transformações acerca do tema. Concluímos que o trabalho do assistente social se depara com o desafio das requisições conservadoras do sistema judiciário que contradiz com o Projeto Ético – Político da profissão, mas evidencia as possibilidades de atuação com as articulações teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico operativas, junto as dimensões da atuação profissional, dimensão investigativa e dimensão pedagógica.

Palavras-chave: Serviço Social; Prestação de Serviço à Comunidade; Campo Sóciojurídico.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Serviço Social. E-mail: renangvds@gmail.com

2 Orientador(a) - Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná *campus* Apucarana. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense/Universidade de Coimbra. E-mail: kamila.teixeira@ies.unespar.edu.br

GRUPOS REFLEXIVOS PARA AUTORES VIOLÊNCIA COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Sônia Aparecida de Lima¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: O presente trabalho tem como tema os grupos reflexivos para autores de violência doméstica, analisando seu papel no contexto das Políticas Públicas brasileiras de enfrentamento à violência doméstica nas últimas duas décadas. O objetivo geral consiste em compreender a contribuição desses grupos no processo de responsabilização dos autores de violência, bem como identificar seus principais resultados, limitações e possibilidade de aprimoramento. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por revisão bibliográfica e documental, com base em artigos científicos e legislações. Os resultados apontam que os grupos reflexivos contribuem para a reflexão crítica, favorecendo processos de responsabilização autores de violência e a possível redução da reincidência. Contudo, há evidências que apontam desafios relacionados à resistência dos autores, à ausência de padronização metodológica, à necessidade de capacitação dos facilitadores e às dificuldades de avaliação dos resultados a longo prazo. Conclui-se que, embora os grupos reflexivos representem uma importante ferramenta no combate à violência doméstica, ainda demandam aprimoramentos para ampliar sua efetividade no contexto de políticas públicas.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Grupos Reflexivos; Responsabilização; Políticas Públicas.

1 Residente - Pós graduanda e Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. E-mail: soniaaplima04@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

O ENFOQUE RESTAURATIVO NAS ALTERNATIVAS PENAIIS: UM ESTUDO NO COMPLEXO SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Sonia de Fatima Loures¹
Luiz Demétrio Janz Laibida²

Resumo: O Complexo Social é o órgão responsável pelo acompanhamento de assistidos que cumprem pena em regime aberto e semiaberto, bem como daqueles submetidos à suspensão condicional do processo, livramento condicional, prestação de serviços à comunidade e regime harmonizado com monitoração eletrônica. Esse acompanhamento é realizado por equipe multidisciplinar formada por residentes técnicos das áreas de Direito, Pedagogia, Serviço Social, e Psicologia, além de policiais penais e estagiários. O presente estudo tem como objetivo descrever a importância e os benefícios das penas alternativas no âmbito do Complexo Social. A metodologia adotada baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica, com utilização de fontes secundárias. Os resultados apontam que as penas alternativas se configuram como medidas eficazes e humanitárias, favorecendo a responsabilização do assistido, a redução do encarceramento e a reintegração social. Entretanto, foram identificados desafios relacionados à insuficiência de infraestrutura e recursos, à necessidade de capacitação profissional, à resistência cultural e social, à limitação de parcerias institucionais e às fragilidades nos mecanismos de monitoramento e avaliação. Conclui-se que o enfrentamento desses obstáculos é essencial para ampliar a efetividade das penas alternativas e garantir o cumprimento de sua função social e ressocializadora.

Palavras-chave: Penas Alternativas; Complexo Social; Reintegração Social; Políticas Penais; Ressocialização.

1 Residente - Sonia de Fátima Loures- Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Pedagogia. E-mail: sonialoures0308@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2016), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2007), Graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2003), Graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2005) e Especialização em Gestão e Inovação em EaD pela FESP-PR (2014). E-mail: luizdemetrio10@gmail.com

O IMPACTO DA EDUCAÇÃO PRISIONAL NA RESSOCIALIZAÇÃO E NA REDUÇÃO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL: ANÁLISE CRÍTICA DA EFICÁCIA DOS PROGRAMAS EDUCACIONAIS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Suelen Merighe da Costa¹

Felipe Fontana²

Karoline Dutra Szul³

Resumo: A educação no sistema prisional brasileiro insere-se em um contexto marcado por desigualdades sociais, limitações estruturais e predominância de uma lógica punitiva que historicamente tem se mostrado insuficiente para promover a reintegração social de pessoas privadas de liberdade. Nesse cenário, a educação emerge como uma política pública/social estratégica, capaz de tensionar dinâmicas de exclusão, ampliar oportunidades e contribuir para a reconstrução de trajetórias individuais. Diante disso, essa pesquisa objetiva analisar o impacto da educação prisional na ressocialização e na redução da reincidência criminal no Brasil. Metodologicamente, tratase de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica-documental, fundamentado na análise de produções teóricas, evidências empíricas e documentos normativos, com base em autores das áreas da Educação, Sociologia e Criminologia. Os resultados indicam que a participação em programas educacionais no cárcere está associada à redução das taxas de reincidência e à ampliação das possibilidades de reinserção social, embora tais efeitos não possam ser compreendidos de forma isolada, em razão de limitações metodológicas e condicionantes estruturais. Evidenciou-se, ainda, que a efetividade da educação prisional depende da articulação com políticas públicas e sociais integradas, sobretudo nas áreas de trabalho, renda e assistência social, bem como da continuidade das ações no período pós-privação de liberdade. Como contribuição, o estudo oferece uma análise crítica e integrada da educação prisional no contexto brasileiro, evidenciando suas potencialidades e limites, além de fornecer subsídios para o aprimoramento de políticas públicas no campo da segurança pública e da execução penal.

Palavras-chave: Sistema Penal; Políticas Públicas e Sociais; Inclusão Social; Educação de Jovens e Adultos; Direitos Humanos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: merighesuelen@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cientista Social (DCS-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBA-UNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPG-Pol/UFSCar, 2017); PósDoutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UNICENTRO. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>; ORCID: 0000-0001-9582-2178; E-mail: felipefontana@unicentro.br/buthjaum@gmail.com

3 Coorientador(a) - Karoline Dutra Szul. Professora Coorientadora da Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social (UEPG), Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG). Professora no Curso de Serviço Social da UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8168779420813642>. ORCID: 0000-0001-7546-7682. E-mail: kdszul@uem.br

ENTRE AS GRADES E O SILÊNCIO: O ABANDONO AFETIVO E A EXCLUSÃO SOCIAL DA MULHER ENCARCERADA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Sueli de Andrade¹
Carlos Picanço Wambier²

Resumo: A presente pesquisa concentrará na questão do abandono emocional vivenciado por mulheres do sistema prisional brasileiro. Homens na prisão têm mais probabilidade de manter laços familiares, por outro lado, uma mulher é mais afetada por percepções negativas de um vínculo emocional rompido e pela sensação de abandono por parte do parceiro e da família. Assim, esta pesquisa objetiva instigar as influências do abandono familiar das mulheres encarceradas na reprodução da vulnerabilidade social e na escalada de tensões na Segurança Pública. Neste contexto, este estudo é orientado pela revisão bibliográfica científica, em conjunto com a análise de dados publicados pela Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, bem como as legislações e jurisprudências correlatas. Como hipóteses de pesquisa, compreende-se que o abandono familiar das mulheres encarceradas é um reflexo da violência de gênero, caracterizando como uma segunda punição. Ainda, o cárcere induz à criação de associação e sociabilidades entre as mulheres, tensionando a Segurança Pública.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Gênero; Abandono; Segurança Pública; Ressocialização.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Direito. E-mail: suelicoquinha@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Direito pela UEPG. Especialista em Sociologia Política pela Faculdade Sagrada Família (FASF). E-mail: carlospw95@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A ATUAÇÃO INTERSETORIAL NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E NO ENFRENTAMENTO DA REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Taciane Silva Bueno Andrade¹
Patrícia Machado Pereira Giardini²

Resumo: O presente artigo busca analisar o Complexo Social como instrumento de ressocialização e prevenção da reincidência criminal no âmbito das políticas públicas de segurança. O estudo tem como objetivo compreender de que forma a atuação intersetorial contribui para a inclusão social de indivíduos em conflito com a lei. A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em revisão bibliográfica e análise documental. O referencial teórico fundamenta-se na criminologia crítica, com destaque para autores como Foucault, Wacquant e Baratta. Os resultados pretendidos buscarão indicar que a reincidência criminal está diretamente associada a fatores estruturais, como desigualdade social e ausência de oportunidades. Também buscará a verificar se o Complexo Social, ao promover ações integradas nas áreas de educação, trabalho e fortalecimento de vínculos familiares, contribui para a reintegração social e redução da reincidência, bem como se a atuação intersetorial representa estratégia eficaz para a construção de uma política de segurança pública mais humanizada e alinhada aos princípios constitucionais, sem a pretensão de esgotar o tema.

Palavras-chave: Complexo Social; Políticas Públicas; Ressocialização; Reincidência Criminal; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná, Pedagogia. E-mail: kduandrradefilho@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná; Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná. Formação em Direito. Advogada. E-mail: 250301800012@uepg.br

DO CONTROLE À LIBERDADE: REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA COMO INSTRUMENTO DE (RE)INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO ÂMBITO DO NUPEM

Terezinha do Rosário Cardoso¹

Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O estudo analisa a Remição de Pena pela Leitura - RPL como instrumento de reinclusão social de pessoas em monitoração eletrônica, no contexto do Núcleo de Atendimento à Pessoa Monitorada - NUPEM, no estado do Paraná. Parte-se da compreensão de que o sistema penal contemporâneo opera em tensão entre controle e liberdade, exigindo alternativas que superem a lógica exclusivamente punitiva, diante de seus limites estruturais. Nesse cenário, torna-se necessária a adoção de políticas que articulem garantia de direitos e reintegração social. O objetivo foi examinar em que medida a leitura, enquanto prática educativa, contribui para a efetivação do direito à educação e para a reintegração social desses sujeitos. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com análise de legislações, normativas e produções acadêmicas recentes. Os dados foram interpretados de forma reflexiva, buscando identificar os impactos educacionais e sociais dessa política no âmbito da execução penal. Os resultados indicam que a remição pela leitura possui relevância pedagógica ao promover acesso ao conhecimento, desenvolvimento crítico, ampliação de repertório sociocultural e favorecimento da autonomia. Evidencia-se que seu potencial de reinclusão social se amplia quando articulado a ações multidisciplinares de acompanhamento, especialmente no contexto institucional analisado. Contudo, sua efetividade depende de fatores estruturais, como a continuidade do acompanhamento técnico e a integração entre políticas públicas. Conclui-se que a remição pela leitura é instrumento relevante, porém insuficiente de forma isolada, exigindo articulação com políticas públicas consistentes e contínuas.

Palavras-chave: Educação no Sistema Penal; Remição de Pena pela Leitura; Monitoração Eletrônica; Reinclusão Social.

1 Residente - Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Especialista em Gestão Pública, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: res.terezinhacardoso@policiapenal.pr.gov.br ou tetecardoso@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

O PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA MEDIAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO AO MERCADO DE TRABALHO

Thalita Carolina Amorim de Oliveira¹
Layliene Kawane de Souza Dias²

Resumo: Este trabalho analisa a reinserção de pessoas egressas do sistema penitenciário no mercado de trabalho, com ênfase na empregabilidade como estratégia de intervenção do Serviço Social na redução da reincidência criminal. O estudo tem como objetivos compreender o papel das políticas públicas voltadas à inclusão laboral, identificar a atuação do assistente social em sua operacionalização e analisar as principais barreiras enfrentadas por esses sujeitos no período pós-encarceramento. A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, articulada à experiência prática desenvolvida no Complexo Social de Londrina. Os resultados evidenciam que, embora o trabalho seja elemento central para a reconstrução da autonomia e da cidadania, a reinserção social é marcada por obstáculos estruturais, como o estigma social, a fragilização de vínculos familiares, a ausência ou irregularidade de documentação civil e a resistência do mercado de trabalho. Além disso, observa-se que tais dificuldades são atravessadas por desigualdades sociais e raciais, refletindo a seletividade do sistema penal. Constatou-se ainda que as políticas públicas existentes apresentam limitações e insuficiências, o que compromete sua efetividade. Nesse contexto, destaca-se a importância da atuação do Serviço Social na mediação do acesso a direitos e na articulação com a rede de proteção social. Conclui-se que a reinserção de egressos demanda ações integradas e políticas públicas mais efetivas, capazes de enfrentar as desigualdades estruturais e promover a inclusão social.

Palavras-chave: Serviço Social; Sistema Penitenciário; Egressos; Mercado de Trabalho.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: thalitaolivvv@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra e Doutoranda em Serviço Social. E-mail: laylienedms@gmail.com

ENTRE O AMOR E A VIOLÊNCIA: UMA COMPREENSÃO FENOMENOLÓGICA DA PERMANÊNCIA FEMININA EM RELAÇÕES ABUSIVAS

Thalita Ferrarezi¹
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi²

Resumo: Considerando o constante aumento dos casos de violência contra a mulher, este estudo tem como objetivo analisar a permanência feminina em relações abusivas, abrangendo os múltiplos fatores envolvidos nesse fenômeno. A análise contempla desde aspectos histórico-culturais, como o patriarcado, até fatores relacionados aos vínculos afetivos estabelecidos ao longo da vida e sua influência na construção das relações interpessoais. Tais experiências podem interferir significativamente na forma como os relacionamentos são estabelecidos, favorecendo a reprodução de padrões previamente aprendidos e contribuindo para a ambivalência de sentimentos entre amor e violência. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores que propõem reflexões acerca do tema, além de um olhar sob o viés fenomenológico, enfatizando a singularidade da experiência vivida por cada indivíduo. Compreende-se que a permanência em relações abusivas constitui um fenômeno complexo e multifatorial, não sendo adequado atribuir culpa às mulheres que vivenciam situações de violência, uma vez que a responsabilidade recai sobre o agressor. Conclui-se que a manutenção desses vínculos está relacionada a múltiplos fatores sociais, culturais, emocionais e subjetivos, que podem dificultar o rompimento da relação.

Palavras-chave: Violência Contra a Mulher; Relações Abusivas; Ciclo da Violência; Fenomenologia.

1 Residente - Thalita Ferrarezi - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga formada pela FAE Centro Universitário. E-mail: thalita.ferrarezi@gmail.com

2 Orientador(a) - Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi - Professora da Universidade Paranaense (UNIPAR). Formação e Psicologia. Mestrado em Promoção da Saúde. E-mail: daianylara@prof.unipar.br

A EFICÁCIA DAS ALTERNATIVAS PENAIS NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE SOBRE A REINserÇÃO SOCIAL E A DESCOMPRESSÃO DO SISTEMA PRISIONAL

Thayná Lais Siqueira Grilo¹
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli²

Resumo: O presente artigo analisa a eficácia das alternativas penais no Estado do Paraná, com ênfase em sua contribuição para a reinserção social dos assistidos e para a descompressão do sistema prisional. Parte-se da constatação de que a superlotação carcerária e os limites do encarceramento em massa exigem respostas penais mais proporcionais, humanizadas e compatíveis com os princípios da dignidade da pessoa humana e da intervenção mínima. Nesse contexto, as alternativas penais são compreendidas como instrumentos relevantes de política criminal e de gestão da segurança pública, capazes de promover responsabilização sem romper integralmente os vínculos familiares, comunitários e laborais do indivíduo. O estudo pretende examinar o papel dessas medidas no cenário paranaense, considerando a atuação institucional da Polícia Penal, dos Complexos Sociais e de iniciativas voltadas à reintegração social, além da relevância do enfoque restaurativo e da aplicação de medidas alternativas em observância ao princípio da proporcionalidade. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Espera-se demonstrar que as alternativas penais, quando corretamente aplicadas e acompanhadas por suporte técnico e institucional, não representam impunidade, mas uma estratégia eficaz de racionalização do sistema penal, prevenção da reincidência e fortalecimento da reinserção social.

Palavras-chave: Alternativas Penais. Reinserção Social. Sistema Prisional. Segurança Pública. Execução Penal.

1 Residente - Residente, Pós-graduanda - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), advogada, bacharela em Direito pelo Centro Universitário Campo Real. E-mail: thaynasiqueira_@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora orientadora da Universidade Estadual do Paraná. Advogada, doutoranda pela Universidade Federal do Paraná no Programa de Pós-Graduação Direito - PPGD/ UFPR, Mestre pela UTFPR no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade - PPGTE. E-mail: luizasimonelli@gmail.com

O PAPEL DA FAMÍLIA E DAS REDES DE APOIO NA REINTEGRAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Vitória de Lara¹
Cristiane Sander²

Resumo: A reintegração de egressos do sistema prisional brasileiro constitui tema relevante para a gestão em segurança pública, uma vez que o retorno à vida em sociedade é atravessado por obstáculos relacionados ao estigma, à fragilidade dos vínculos sociais e à limitação de oportunidades de inserção social e produtiva. Nesse contexto, o estudo delimita-se à análise do papel da família e das redes de apoio no processo de reintegração de egressos no Brasil, buscando responder de que maneira esses suportes influenciam a reconstrução das trajetórias sociais após o cumprimento da pena. O objetivo geral foi analisar a influência da família e das redes de apoio social na reintegração de egressos do sistema prisional brasileiro, considerando suas implicações para a gestão em segurança pública. Metodologicamente, trata-se de pesquisa bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa, desenvolvida a partir do levantamento de artigos científicos e documentos institucionais publicados entre 2022 e 2025, localizados em bases acadêmicas e fontes oficiais. Os dados foram coletados por meio de leitura exploratória, seletiva e analítica, sendo posteriormente organizados por eixos temáticos e submetidos à análise interpretativa. Os resultados indicam que a reintegração social depende da articulação entre vínculos familiares, redes institucionais de apoio e políticas públicas voltadas ao acompanhamento pós-penal, ao acesso a direitos e à inclusão produtiva. Conclui-se que o fortalecimento dessas redes constitui dimensão estratégica para a redução de vulnerabilidades e para a construção de uma segurança pública orientada pela prevenção da reincidência e pela inclusão social.

Palavras-chave: Apoio Social; Egressos; Vínculos Familiares; Reincidência Criminal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: vitoria.lara015@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br

EXPECTATIVA E DESAFIOS DA INSERÇÃO DA PESSOA EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA NO MERCADO DE TRABALHO

Viviane Rocha de Souza Schmitt¹
Tayná Ceccon Martins²

Resumo: A monitoração eletrônica tem sido utilizada no Brasil como uma alternativa ao encarceramento, buscando conciliar o controle penal com a preservação de direitos fundamentais e a reintegração social dos indivíduos submetidos à medida. Nesse contexto, o presente artigo teve como objetivo analisar as expectativas e os desafios enfrentados pelas pessoas em monitoração eletrônica na inserção no mercado de trabalho. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental de obras acadêmicas, legislações e documentos institucionais relacionados à monitoração eletrônica, à ressocialização e à empregabilidade. Os resultados evidenciaram que o trabalho é percebido pelos monitorados como um importante instrumento de autonomia financeira, reconstrução da identidade social e redução da reincidência criminal. Contudo, foram identificados diversos obstáculos à inserção laboral, tais como o preconceito, a discriminação, o estigma associado ao uso da tornozeleira eletrônica e as limitações decorrentes das regras de monitoramento. Verificou-se ainda que a efetividade da monitoração eletrônica depende da implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social, a qualificação profissional e o acesso ao mercado de trabalho. Conclui-se que a reinserção laboral das pessoas monitoradas exige ações integradas entre Estado, empresas e sociedade, visando garantir oportunidades reais de inclusão e fortalecer o processo de ressocialização.

Palavras-chave: Monitoração Eletrônica; Mercado de Trabalho; Ressocialização; Inclusão Social; Sistema Penal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social. E-mail: vividestac@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharel em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

ENTRE DISPOSITIVOS DE CONTROLE E GARANTIA DE DIREITOS: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A PRODUÇÃO DE AUTONOMIA DE PESSOAS EM REGIME SEMIABERTO HARMONIZADO

Wesley Oliveira dos Santos¹
Isabel Cortes Da Silva Ferreira²

Resumo: O presente artigo analisa a atuação da psicologia no acompanhamento de pessoas em regime semiaberto harmonizado com monitoramento eletrônico, discutindo as tensões entre dispositivos de controle, garantia de direitos e produção de autonomia. Embora a ressocialização constitua finalidade normativa da pena, a persistência do “Estado de Coisas Inconstitucional”, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal, evidencia a fragilidade das políticas de reinserção social. No Paraná, o monitoramento eletrônico, embora represente alternativa ao encarceramento, configura mais uma reordenação das práticas de controle do que uma ruptura com a lógica punitiva. Com base em abordagem qualitativa, análise documental e diálogo com a literatura, o estudo examina a relação entre vigilância tecnológica, vulnerabilidade social e atuação interdisciplinar. Os resultados indicam que a psicologia pode mediar a articulação entre controle penal e garantia de direitos por meio da identificação de vulnerabilidades, da construção de redes de apoio e da promoção de espaços de escuta qualificada. Conclui-se que a produção de autonomia e a reinserção social dependem da integração entre políticas públicas e práticas interdisciplinares, não se reduzindo à gestão tecnológica da pena.

Palavras-chave: Psicologia; Monitoramento Eletrônico; Reinserção Social; Sistema Penal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bacharel/Licenciado em Psicologia. E-mail: psicologowesleyoliveira@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutoranda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cortesiaferreira@gmail.com

PCP/PR
Polícia Científica do Paraná

BANCO BIOMÉTRICO DE VOZ DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ: ESTUDO DA APLICABILIDADE DE TECNOLOGIA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM EXAMES DE ÁUDIO

Amanda de Castro Matheus¹

Bruna Mayara Bonatto²

Denise de Oliveira Carneiro Berejuk³

Resumo: Este trabalho propõe a estruturação do Laboratório de Fonética Forense da Polícia Científica do Paraná e o desenvolvimento de um projeto piloto para a criação de um Banco de Perfil de Voz de locutores. O objetivo principal é aprimorar as técnicas periciais de comparação forense de locutor, especialmente diante da crescente digitalização das interações e do uso de áudios como prova criminal. A metodologia empregada consistiu em um estudo exploratório e piloto de caráter qualitativo. Foi realizado um levantamento de materiais e cotação para a infraestrutura física e técnica do laboratório, para subsidiar a realização de um protocolo de coleta de voz, na qual coletouse amostras de voz de dez homens, visando ajustar o roteiro de coleta. As considerações finais indicam que a implementação do laboratório permitirá a validação de métodos periciais, a inovação tecnológica e a integração de inteligência artificial, fortalecendo a perícia criminal e complementando as análises humanas aprimorando o trabalho do perito. Os resultados evidenciaram a importância da padronização metodológica, da adequação dos estímulos e das condições de coleta para obtenção de amostras representativas e de qualidade. Além disso, o projeto demonstrou a viabilidade da implementação de um laboratório especializado, integrando um banco biométrico de voz e inteligência artificial como suporte às análises periciais.

Palavras-chave: Voz; Acústica da Fala; Interface para o Reconhecimento da Fala; Comparação Forense de Locutor; Sistema de Reconhecimento Automático de Locutor.

1 Residente - Amanda de Castro Matheus - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Fonoaudióloga. E-mail: amandacmth@gmail.com

2 Orientador(a) - Bruna Mayara Bonatto - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Fonoaudióloga. E-mail: bmbonatto@gmail.com

3 Coorientador(a) - Denise de Oliveira Carneiro Berejuk - Perita Oficial Criminal na Polícia Científica do Estado do Paraná. Fonoaudióloga. E-mail: denise.fonetica@gmail.com

QUANTIFICAÇÃO DE ETANOL EM BEBIDAS ALCOÓLICAS POR ESPECTROSCOPIA DE INFRAVERMELHO POR TRANSFORMADA DE FOURIER (FTIR)

Amanda Lucio de Carvalho¹
Fabia Tomie Tano²
Hellen Cristine Pimentel³

Resumo: A rotina da Seção de Química Forense da Polícia Científica exige métodos analíticos rápidos e eficazes diante da elevada demanda de exames. A espectroscopia no infravermelho com transformada de Fourier com acessório de refletância total atenuada (FTIR-ATR) apresenta-se como alternativa simples e direta para quantificação do teor alcoólico em bebidas destiladas. Assim, este estudo teve como objetivo desenvolver um método espectroscópico para aplicação pericial em bebidas destiladas, visando à constatação de não conformidades. A metodologia baseou-se na obtenção de espectros por FTIR-ATR no equipamento Bruker Alpha II para construção de curva analítica a partir de soluções hidroalcoólicas preparadas gravimetricamente, em faixa compatível com amostras comerciais. A curva foi avaliada quanto à linearidade, seletividade, efeito de matriz, exatidão, precisão, limite de quantificação e estabilidade. O modelo de regressão linear apresentou forte correlação entre concentração e resposta analítica, com homogeneidade das variâncias, embora a análise residual tenha indicado leve tendência sistemática e falta de ajuste estatisticamente significativa. O método apresentou recuperações de 98,41%, 97,72% e 101,23% nos níveis de 25, 40 e 55% (v/v), respectivamente, além de boa precisão. O nível de 15% (v/v) mostrou-se quantificável, com relação sinal/ruído. O efeito de matriz em whisky foi estatisticamente significativo. As checagens de estabilidade indicaram manutenção satisfatória do desempenho analítico ao longo do período de teste. Nos padrões comerciais de bebidas, observou-se boa repetibilidade, porém com diferenças entre os valores experimentais e os teores declarados em rótulo, especialmente em gins, sugerindo influência de matriz. Conclui-se que o FTIR-ATR é uma ferramenta promissora para a rotina pericial.

Palavras-chave: Bebidas Destiladas; FTIR-ATR; Química Forense; Adulteração; Teor Alcoólico.

1 Residente - Amanda Lucio de Carvalho - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Química. E-mail: rt.amanda.carvalho@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Fabia Tomie Tano - Perita Oficial Criminal. Biomédica. E-mail: fabia.tano@policiacientifica.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Hellen Cristine Pimentel - Técnica de Perícia Oficial. Química. E-mail: hellen.pimentel@policiacientifica.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NA COLETA E PRESERVAÇÃO DE VESTÍGIOS EM VIOLÊNCIA SEXUAL: FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO NA REGIÃO DE CURITIBA

Bento Mateus Pedro¹
Vinícius Gamarra Contieri²

Resumo: As Unidades Básicas de Saúde representam a principal porta de entrada para o atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS), neste contexto, a equipe de enfermagem desempenha um papel central no acolhimento de pacientes com diversas demandas, o objetivo geral é analisar as percepções e práticas de enfermagem relacionadas à coleta e preservação de vestígios. Adotou-se um desenho convergente de métodos mistos de uma pesquisa extensiva, no qual componentes quantitativos e qualitativos foram coletados, apresentados em um estudo de pesquisa descritiva-explicativo, a pesquisa se baseou em 16 instituições (Universidades, Faculdade), o universo do estudo foi composto pelo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de cada universidade, com foco nas ementas. A busca das universidades se deu através do acesso à plataforma de cadastro de cursos e instituições de ensino superior do Ministério da Educação do Brasil – Plataforma de cadastro e-MEC, os resultados das análises são apresentados em tabelas de forma extensiva, de seis (6) ementas, das quais teve acesso, a tendência global de crescimento da violência exige profissionais com alta expertise e conhecimentos específicos para acolher, instruir e cuidar das vítimas, Pode-se afirmar que existem lacunas significativas nos conhecimentos técnicos de perícia forense relacionado a coleta de vestígios no Brasil, e há a necessidade da implementação de princípios de perícia forense em currículos nos cursos de enfermagem.

Palavras-chave: Enfermagem; Forense; Formação; Violência.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Enfermeiro. E-mail: bentoello2017@gmail.com

2 Orientador(a) - Especialista em Enfermagem Forense pela Associação Brasileira de Enfermagem Forense (2026). Especialista em Ciências Forenses - Investigação Criminal pelo Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (2019). Licenciado e Bacharel em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2013). Chefe da Traumatologia da Polícia Científica do Paraná. E-mail: vinicius.contieri@policiacientifica.pr.gov.br

ACURÁCIA DO PSA COMO INDICADOR DE CONTATO SEXUAL MASCULINO EM VESTÍGIOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Brenda Georgetti Gasparetto¹
Juliane Carlotto²

Resumo: O Antígeno Prostático Específico (PSA) é um importante marcador bioquímico forense para fluido seminal. Contudo, há escassez na literatura sobre o valor de *cut-off* ideal e sua correlação com a viabilidade de perfis genéticos por STR. **Objetivo:** Avaliar a acurácia do PSA como indicador de contato sexual masculino em vestígios de violência sexual de vítimas femininas, correlacionando-o à obtenção de DNA masculino e ao sucesso da genotipagem. **Métodos:** Foram analisados resultados de quantificação de PSA, DNA masculino e genotipagem por STR de vestígios de vítimas vivas, cadáveres, vestes e objetos, processados na Polícia Científica do Paraná (2023–2024). O padrão-ouro foi a qPCR do cromossomo Y. Calcularam-se sensibilidade, especificidade, VPP e VPN para os *cut-offs* de 0,08, 1,0 e 4,0 ng/mL de PSA. Os valores de PSA foram estratificados em cinco faixas e associados à presença de DNA masculino e ao resultado da genotipagem. **Resultados:** Foram avaliados 311 vestígios: 160 de vítimas vivas, 47 de cadáveres e 104 de vestes/objetos. O *cut-off* ideal divergiu, sugerindo-se 1,0 ng/mL para vítimas vivas e vestes/objetos, e 4,0 ng/mL para cadáveres. Contudo, detectou-se DNA masculino em faixas abaixo do *cut-off*. Na faixa de 0,08 a 0,99 ng/mL de PSA, a presença de DNA masculino foi de 75%, 40% e 80%, gerando perfis STR viáveis em 33,3%, 13,3% e 26,7% dos casos para vítimas vivas, cadáveres e vestes/objetos, respectivamente. **Conclusão:** O presente estudo demonstrou que o desempenho diagnóstico do PSA como marcador de contato sexual masculino é fortemente dependente do tipo de vestígio analisado, bem como que a utilização do PSA para predição de contato masculino deve ser realizada com cautela, pois valores abaixo do *cut-off* podem conter material genético masculino.

Palavras-chave: PSA; Violência Sexual; Genética Forense; DNA Masculino; *Cut-off*.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Biomedicina. E-mail: rt.brenda.gasparetto@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná, lotada na Seção de Genética Molecular Forense. Doutora em Ciências Biológicas pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: juliane.carlotto@policiacientifica.pr.gov.br

A PRESERVAÇÃO DE ACERVOS CRIMINAIS COMO PRÁTICA EDUCATIVA: ESTUDO SOBRE O MUSEU PARANAENSE DE CIÊNCIAS FORENSES

Brenda Santana Gonçalves Mauad¹
Caroline Ivanski Langer²

Resumo: Este trabalho analisa o Museu Paranaense de Ciências Forenses (MPCF), em Curitiba, como um espaço de aprendizado e transformação social que transcende a mera custódia de objetos. A análise foca na apresentação de coleções e remanescentes humanos a profissionais e estudantes da área da saúde, que encontram na instituição um ambiente propício para o estudo e o exercício da bioética. Ao observar as práticas de exposição e mediação educativa, percebe-se que a abordagem responsável de temas sensíveis permite ao museu promover uma reflexão profunda sobre o papel do Estado e o respeito ao indivíduo, indo além da curiosidade pelo impacto visual.

Palavras-chave: Museologia Social; Ciências Forenses; Educação Científica; Bioética; Segurança Pública.

1 Residente - Brenda Santana Gonçalves Mauad Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Museologia. E-mail: brendasgmaud@gmail.com

2 Orientador(a) - Caroline Ivanski Langer - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação Biblioteconomia. E-mail: carolineivanski@hotmail.com

ANÁLISE DA EVOLUÇÃO TEMPORAL DE RESÍDUOS DE INCÊNDIO EM DIFERENTES MATRIZES POR CROMATOGRAFIA GASOSA, UMA ANÁLISE QUALITATIVA

Bruna Cristina de Almeida Spoladori¹
Margarida Neves Souza²
Ronald Silva Szafirski³

Resumo: A investigação forense de incêndios criminosos enfrenta desafios significativos devido à destruição de evidências e à alta volatilidade de acelerantes, como a gasolina. Este estudo avaliou a evolução temporal da integridade de resíduos de gasolina em três matrizes distintas — madeira (*Pinus* sp.), garrafa PET e tecido de almofada — por meio da técnica de Cromatografia Gasosa acoplada à Espectrometria de Massas (CG-EM) em modo Headspace. As amostras, obtidas por queimas controladas com gasolina como acelerante, foram acondicionadas em sacos poliméricos institucionais, mantidas sob congelamento a -10 °C e analisadas nos dias 0, 7, 14 e 21. Os resultados demonstraram que a natureza da matriz e o tempo de armazenamento são variáveis críticas e interdependentes. A madeira, devido à sua porosidade, reteve etanol e hidrocarbonetos até o 21º dia. Na almofada, apenas o etanol foi detectado no dia 0, tornando-se indetectável ao 21º dia. Na matriz PET, somente a fração de hidrocarbonetos foi identificada no dia 0, desaparecendo a partir do 7º dia. A redução progressiva da relação sinal-ruído evidenciou o risco de resultados falso-negativos em análises tardias. Conclui-se que triagem da matriz dos vestígios, a priorização do tempo analítico e a adoção de embalagens herméticas são medidas essenciais para garantir a confiabilidade dos laudos periciais em investigações de incêndios criminosos.

Palavras-chave: Investigação Forense; Incêndios Criminosos; Gasolina; Método *HeadSpace*; Preservação de Vestígios.

1 Residente - Bruna Cristina de Almeida Spoladori - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Farmácia. E-mail: bruna.spoladori@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. E-mail: margarida.souza@policiacientifica.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Perito Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. E-mail: ronald.szafirski@policiacientifica.pr.gov.br

ENTRE O SILÊNCIO E A PERÍCIA: PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E IMPLICAÇÕES FORENSES DA SUSPEITA DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM LONDRINA – PR

Bruna Ilona Queiroz de Faria¹
Alexandre Sanches Lorangeira²

Resumo: A violência sexual constitui grave problema de saúde pública e segurança, com importantes repercussões físicas, psicológicas e sociais para as vítimas. Este estudo teve como objetivo analisar o perfil epidemiológico das vítimas de violência sexual atendidas na Polícia Científica de Londrina – PR e discutir as implicações periciais relacionadas ao tempo de atendimento e à coleta de vestígios biológicos. Trata-se de estudo observacional, descritivo, retrospectivo e quantitativo, realizado a partir da análise de registros institucionais da Polícia Científica do Paraná referentes aos anos de 2023 e 2024. Foram analisados 626 atendimentos periciais. Observou-se predomínio de vítimas do sexo feminino (90,1%), com maior concentração nas faixas etárias de 10 a 13 anos e acima de 18 anos. Verificou-se ainda predominância de ocorrências em ambiente residencial e de agressores conhecidos ou pertencentes ao círculo de convivência da vítima. A maior parte dos atendimentos ocorreu após 72 horas da violência, repercutindo na baixa realização de coleta de vestígios biológicos e comprometendo a produção de prova pericial. Crianças, adolescentes e vítimas de violência intrafamiliar apresentaram maior probabilidade de comparecimento tardio ao atendimento. Conclui-se que a suspeita de violência sexual frequentemente ocorre em contextos de proximidade relacional, impactando diretamente a busca por atendimento especializado e a efetividade da perícia criminal. Os achados reforçam a necessidade de fortalecimento da articulação entre saúde, segurança pública e rede de proteção para favorecer o acolhimento precoce e a preservação de vestígios.

Palavras-chave: Violência Sexual; Perícia Criminal; Perfil Epidemiológico; Polícia Científica; Investigação Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Enfermeira. E-mail: brunailonaqueiroz@gmail.com

2 Orientador(a) - Alexandre Sanches Lorangeira. Doutor em Ciências da Saúde pela UEL.

A INVISIBILIDADE DA MULHER NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES DE GÊNERO A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

Cíntia Terezinha da Silva¹
Patrícia Machado Pereira Giardini²

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a invisibilidade da mulher no sistema prisional brasileiro, a partir de uma revisão de literatura e pesquisa documental. Considerando o crescimento da população carcerária feminina no país e a permanência de estruturas institucionais historicamente pensadas para homens, busca-se compreender como as especificidades de gênero influenciam a experiência do encarceramento feminino. A pesquisa discute aspectos como violência institucional, segregação, maternidade, saúde e acesso a direitos, evidenciando as desigualdades enfrentadas por mulheres privadas de liberdade. Metodologicamente, o estudo fundamenta-se na análise de produções científicas, legislações e documentos oficiais que tratam da temática. Os resultados apontam que persistem lacunas significativas na formulação e execução de políticas públicas voltadas às demandas femininas no cárcere, reforçando processos de invisibilidade social e institucional. Conclui-se que a compreensão crítica dessas especificidades é essencial para a construção de práticas e políticas mais equitativas no sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Sistema Prisional Feminino; Gênero; Invisibilidade; Políticas; Públicas; Encarceramento.

1 Residente - Pós Graduação em Gestão da Segurança Pública, Universidade Estadual do Paraná. E-mail: cintiaramos.direito@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas Pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná; Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-Paraná. Formação em Direito. Advogada. E-mail: 250301800012@uepg.br

DETERIORAÇÃO DE VESTÍGIOS BALÍSTICOS PELA PRESENÇA DE RESÍDUOS DE SANGUE AO LONGO DO TEMPO

Daniele de Freitas Garcia¹
Luiz Henrique da Silva Rotta²
Simone Vasconcelos Santana Rotta³

Resumo: Armas de fogo estão presentes em parcela significativa das mortes violentas registradas no Brasil. Quando apreendidas, essas armas devem ser submetidas à perícia criminal, que inclui exames de funcionalidade e eficiência, além do confronto balístico, por meio do qual os projéteis podem ser associados ao cano que os disparou por meio das estrias e marcas individuais produzidas pela arma. Essas marcas, conhecidas como microestriamentos, podem sofrer alterações conforme as condições em que os vestígios são armazenados após serem coletados no local do crime ou no corpo da vítima. Entre essas possibilidades, projéteis podem ser impregnados por sangue, que, quando não removido adequadamente, favorece processos de deterioração que podem comprometer a preservação do vestígio. Neste estudo, inicialmente, observou-se os raiamentos dos projéteis por microscopia óptica e microscopia eletrônica de varredura, definindo a raia com mais elementos marcados para ser utilizada nas comparações subsequentes, em seguida, simulou-se o contato dos projéteis com sangue humano por meio da incubação em sangue suíno por 24 horas, propondo a limpeza e a análise dos projéteis após períodos de até 24 semanas. As observações em comparador balístico mostraram desgaste nos microestriamentos dos raiamentos e na superfície dos vestígios, agravados ao longo do tempo de armazenamento, porém, observou-se que, apesar de dificultar a análise, as marcas preservadas garantiram a realização eficaz do confronto balístico em todos os projéteis analisados. Com isso, salienta-se as limitações do estudo proposto que avaliou apenas a interação com o sangue, sendo este apenas um dos muitos contaminantes e resíduos que podem causar deterioração nos vestígios e dificultar o exame de confronto balístico.

Palavras-chave: Confrontação Balística; Projéteis; Raiamento.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bioquímica, Mestre em Biociências. E-mail: rt.daniele.garcia@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Perito Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Engenheiro Ambiental, Mestre e Doutor em Ciências Cartográficas, Pós-Doutorado na área de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto. E-mail: luiz.rotta@policiacientifica.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Engenheira Ambiental, Mestre em Edificações e Saneamento. E-mail: simone.santana@policiacientifica.pr.gov.br

DESENVOLVIMENTO DE UMA BIBLIOTECA DE PADRÕES ESPECTRAIS UV/VIS, FTIR E DE CONDUTIVIDADE PARA APOIO À TRIAGEM ANALÍTICA E FORENSE

Douglas Assumpção Guibes¹

Isabella Ferreira Melo²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma biblioteca de padrões espectrais empregando espectroscopia UV/Vis, FTIR-ATR e medidas de condutividade elétrica para aplicação na triagem analítica e forense de bebidas alcoólicas. Foram analisadas 55 amostras de diferentes categorias, incluindo cachaça, gin, vodka, licor, tequila e whisky, fornecidas pela Polícia Científica do Paraná. As análises por UV/Vis foram realizadas na faixa de 200 a 600 nm, enquanto os espectros de FTIR-ATR foram obtidos na região de 4000 a 600 cm^{-1} , além da determinação da condutividade elétrica para amostras selecionadas. Os resultados de UV/Vis evidenciaram bandas características associadas a compostos fenólicos entre 250 e 300 nm, com variações relacionadas ao tipo de bebida, presença de aromatizantes e processos produtivos. Os espectros de FTIR apresentaram elevada similaridade, com bandas típicas de etanol, água e compostos orgânicos, sendo possíveis pequenas diferenciações na região de “fingerprint”. A condutividade elétrica mostrou-se eficiente na distinção entre bebidas mais puras e aquelas com maior teor de compostos iônicos ou aditivos. A integração dessas técnicas permitiu a construção de uma biblioteca espectral robusta, demonstrando potencial para identificação rápida, triagem e detecção de adulterações ou falsificações em bebidas alcoólicas.

Palavras-chave: Bebidas Alcoólicas; Adulteração; Falsificação; Química Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Química. E-mail: rt.douglas.guibes@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Perita Oficial Criminal Polícia Científica do Estado do Paraná. Formação Farmácia. E-mail: isabella.fmelo@policiacientifica.pr.gov.br

ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DOS TIPOS PENAIS ENTRE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE COM COLETA DE DNA NO PARANÁ: UM ESTUDO RETROSPECTIVO (2021–2024)

Douglas Felipe Mendes Correia de Oliveira¹
Luciellen d'Avila Giacomel Kobachuk²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a distribuição dos tipos penais entre pessoas privadas de liberdade (PPL) submetidas à coleta de DNA no estado do Paraná (2021–2024) e avaliar as implicações para a investigação criminal. A metodologia consistiu em uma pesquisa quantitativa e descritiva, utilizando uma amostra de 6.424 registros de PPLs do Paraná, cujos perfis genéticos foram inseridos no Banco Estadual de Perfis Genéticos (BPG-PR). Os registros foram estratificados conforme os tipos penais das condenações, sendo classificados em crimes contra o patrimônio, contra a vida e contra a dignidade sexual, bem como em suas possíveis intersecções. Os resultados demonstram a evolução temporal das coletas para inserção no banco de perfis genéticos e identificam o fenômeno da versatilidade criminal, evidenciando que uma parcela significativa dos indivíduos cadastrados possui registros em múltiplas naturezas delitivas. A análise aponta que há predominância de crimes patrimoniais (33,7%), seguido dos crimes contra dignidade sexual (23,6%) e dos crimes contra a vida (16%). O banco de dados pode funcionar como um mecanismo de prevenção e elucidação de crimes violentos subsequentes. Conclui-se que o BPG do Paraná consolidou-se como um instrumento indispensável para a gestão da segurança pública, promovendo a eficiência na produção da prova pericial através da identificação precisa de perfis criminais recorrentes.

Palavras-chave: Banco de Perfis Genéticos; Genética Forense; CODIS; Coletas Biológicas; Segurança Pública; Paraná.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Residente Técnico junto à Polícia Científica do Paraná. PCI-PR – Seção de Genética Molecular Forense. E-mail: dfmcoliveira@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Criminal da Polícia Científica do Paraná. Doutora em Ciências Biológicas (Genética). E-mail: lgiacomel@policiacientifica.pr.gov.br

A IMPORTÂNCIA DAS ANÁLISES TOXICOLÓGICAS FORENSES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA: ARSÊNIO, ALDICARBE E O ACESSO VIRTUAL

Emanuele Rodrigues de Oliveira¹

Thais Regina Ravazi de Souza²

Resumo: A área de Gestão em Segurança Pública é responsável pelo planejamento, organização, coordenação de políticas e programas com atenção a prevenção à violência, combate a criminalidade e segurança da população, o objetivo é tornar mais eficiente os órgãos de segurança; Polícia Científica do Paraná, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, pois atuam diretamente na investigação, perícia, fiscalização e julgamento de casos envolvendo substâncias tóxicas e envenenamentos criminosos. A escolha deste tema justifica-se pelo aumento do acesso da população à internet e pela expansão do comércio eletrônico, fatores que, além de facilitarem a aquisição de bens e serviços, também podem favorecer a comercialização irregular de substâncias potencialmente tóxicas. Essa realidade representa um desafio para os órgãos de fiscalização e segurança pública, uma vez que o acesso facilitado a produtos como Arsênio e Aldicarbe pode contribuir para ocorrências de intoxicações acidentais e criminosas. O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento de informações em artigos científicos, livros, dissertações, legislações, documentos institucionais e publicações disponíveis em bases de dados acadêmicas e sites oficiais, além da revisão da literatura, foram analisados casos de repercussão nacional envolvendo intoxicações criminosas por Arsênio e Aldicarbe ocorridos no Brasil, com foco na importância da Toxicologia Forense para a investigação criminal e a segurança pública.

Palavras-chave: Toxicologia Forense; Segurança Pública; Comercio Eletrônico; Substâncias Tóxicas; Intoxicação.

1 Residente - Emanuele Rodrigues de Oliveira - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação 2027. E-mail: Emanueleoliveira3112@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutoranda em Práticas Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2022). Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (2020). Possui graduação em Educação Física pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2004), graduação em Letras Português e Inglês pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2013), graduação em Nutrição pelo Centro universitário Unifatecie (2025). Pós-graduação em Gestão Pública (2025), em Ciência da Felicidade e Bem-estar integrativo (2024) e em Educação Especial (2007). E-mail: thaisravazii@gmail.com

INFORMATIZAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS LABORAIS NA PATOLOGIA FORENSE: PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE RASTREABILIDADE NA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Fernanda Vieira¹
Sheila Cristina Mocellin²

Resumo: O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido na Polícia Científica do Paraná – Setor de Patologia Forense no período do curso/residência técnica e analisa a necessidade de informatização dos procedimentos adotados na Patologia Forense, com ênfase na rastreabilidade dos vestígios e na garantia da cadeia de custódia, elementos essenciais à validade jurídica da prova pericial. Parte-se do problema relacionado às fragilidades inerentes aos controles manuais e à ausência de sistemas integrados de gestão, que podem comprometer a segurança das informações, a padronização dos registros e a transparência dos processos. O estudo tem como objetivo geral avaliar como a implementação ou a reestruturação de um sistema informatizado que pode contribuir para o fortalecimento dos mecanismos de controle, confiabilidade e conformidade legal nas atividades periciais. Fundamenta-se na legislação vigente, especialmente nos dispositivos que tratam da cadeia de custódia, nas normas internacionais de gestão da qualidade aplicáveis a laboratórios e na literatura especializada em gestão laboratorial e governança de processos. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, desenvolvida por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Como resultado esperado, aponta-se que a adoção de soluções tecnológicas integradas tende a promover maior segurança jurídica, eficiência administrativa, padronização dos procedimentos e melhoria contínua na gestão da qualidade dos serviços prestados.

Palavras-chave: Patologia Forense; Cadeia de Custódia; Informatização; Gestão da Qualidade; Segurança Jurídica.

1 Residente - Fernanda Vieira - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Biomedicina pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: fernandavieira.trabalho@gmail.com

2 Orientador(a) - Sheila Cristina Mocellin. Formação: Mestre em Políticas Públicas e Avaliação da Ação Docente pelas PUCPR. E-mail: heilamocellin@gmail.com

AUTOMAÇÃO DE ENSAIO DE FORÇA DE PUXADA DE GATILHO: APLICAÇÃO DE MICROCONTROLADOR E MOTOR DE PASSO

Gabriel Pereira Andrade¹
Jefferson dos Santos Vorpapel²

Resumo: Este trabalho apresenta o desenvolvimento de um sistema automatizado para uma bancada de ensaios mecânicos Impac ALX-B-500MM, visando aumentar a precisão na medição da força de puxada de gatilho em exames periciais. A solução integra um microcontrolador ESP32 a um motor de passo NEMA 17, utilizando uma interface móvel desenvolvida em Flutter e comunicação via Bluetooth Low Energy (BLE). A adaptação mecânica foi realizada por meio de engrenagens projetadas em SolidWorks e manufaturadas via impressão 3D. Para validação, realizou-se um estudo comparativo utilizando uma pistola Beretta APX 9mm, contrastando o método de acionamento manual com o sistema automatizado. Os resultados demonstraram que a automação eliminou ruídos biomecânicos e irregularidades na aplicação de força, resultando em uma rampa de carga linear e contínua. A análise estatística confirmou ganho na repetibilidade dos ensaios, com a redução do desvio padrão e maior confiabilidade dos picos de força registrados. Embora limitações de torque tenham restringido a resolução a 1/4 de passo, o projeto consolidou-se como uma ferramenta de alta relação custo-benefício, apta a padronizar procedimentos laboratoriais na área de segurança pública.

Palavras-chave: Automação; Segurança Pública; Microcontroladores; Ensaio Mecânicos; Balística Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Engenharia Eletrônica.
E-mail: gabrizzan.15@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação Análise e desenvolvimento de sistemas.
E-mail: jeffersonvorpapel@hotmail.com

DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO EM LC-MS/MS PARA A DETECÇÃO DE DROGAS FACILITADORAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Gabriella Rocha Coutinho¹

Dayse Fernanda de Souza²

Resumo: A violência sexual facilitada por drogas (Drug-Facilitated Sexual Assault - DFSA) configurase como um crime no qual a vítima é incapacitada por substâncias psicoativas, frequentemente sem seu conhecimento ou consentimento. O presente trabalho tem como objetivo o desenvolvimento de um método analítico por cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massas em tandem (LC-MS/MS) para a detecção de drogas facilitadoras de abuso sexual, com foco em benzodiazepínicos (alprazolam, bromazepam, clonazepam, flunitrazepam, temazepam, diazepam e seu metabólito desmetildiazepam) e anestésicos (cetamina e norcetamina). A otimização das condições de fragmentação e separação cromatográfica foi realizada utilizando colunas dos tipos C18 e bifenil, com fases móveis específicas e gradiente de eluição. O método proposto busca ampliar a capacidade analítica dos laboratórios de toxicologia forense, permitindo a identificação de baixas concentrações dessas substâncias, que são de difícil detecção em métodos de triagem convencionais. A implementação dessa estratégia é essencial para a produção de provas periciais robustas em casos de violência sexual, contribuindo para a responsabilização criminal e a proteção das vítimas.

Palavras-chave: Abuso Sexual Facilitado por Drogas; DFSA; LC-MS/MS; Toxicologia Forense; Polícia Científica do Paraná.

1 Residente - Gabriella Rocha Coutinho - Pós-Graduanda em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Biomédica Toxicologista pelo Centro Universitário UNA (Belo Horizonte, Minas Gerais), pós-graduanda em Criminologia e Perícia Criminal e Judicial pela Gran Cursos. E-mail: gabriellarocha13@gmail.com

2 Orientador(a) - Dayse Fernanda de Souza - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Doutora em Química e Farmacêutica pela UFPR. E-mail: dayse.souza@policiacientifica.pr.gov.br

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA LIMPEZA EM DIFERENTES SETORES PERICIAIS

Gleiciane Aparecida Teodoro Querino¹

Letícia Bravo Lopes Silva²

Resumo: A higienização de superfícies em ambientes periciais é uma medida importante para a manutenção da biossegurança e para a prevenção da contaminação cruzada. Este estudo teve como objetivo avaliar a eficácia dos procedimentos de limpeza realizados em diferentes setores da Polícia Científica, por meio da análise da carga microbiológica presente em superfícies de contato frequente antes e após a higienização. Trata-se de um estudo experimental com abordagem qualitativa, realizado em setores como necrotério, balística e áreas de apoio pericial. Foram realizadas quatro coletas microbiológicas utilizando swab estéril, sendo as amostras submetidas à incubação e posterior contagem de unidades formadoras de colônias (UFC). Os resultados demonstraram diferenças na eficácia dos procedimentos de limpeza entre as equipes avaliadas e entre os métodos empregados. Observou-se que a utilização de desinfetante bactericida promoveu maior redução da carga microbiológica quando comparada aos procedimentos convencionais, destacando-se a associação entre desinfetante bactericida e álcool, que apresentou os melhores resultados. Conclui-se que a adoção de protocolos padronizados de higienização, associada ao uso adequado de produtos desinfetantes, contribui para a redução da carga microbiológica e para a promoção da biossegurança nos ambientes periciais.

Palavras-chave: Biossegurança; Ambientes Periciais; Carga Microbiológica.

1 Residente - Gleiciane Aparecida Teodoro Querino - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Biomedicina. E-mail: dra.gleicianebm@outlook.com

2 Orientador(a) - Letícia Bravo Lopes Silva – Técnica em Perícia. Bacharel em Química. E-mail: le_bravo.lopes@outlook.com

A IMPORTÂNCIA DE UM BANCO DE DADOS DE REGISTRO ODONTOLÓGICO NA ROTINA DA POLÍCIA CIENTÍFICA

Halycia Raposo da Silva Gomes¹
Deiweson de Souza Monteiro²

Resumo: A identificação humana é uma obrigação legal, ética e humanitária. A Odontologia Forense é essencial para confirmar a identidade quando há destruição de tecidos moles, o que impossibilita outras formas de identificação. Hoje, no cenário pericial, o trabalho manual tem sido substituído por tecnologia avançada, como escaneamento 3D e radiologia digital. Essas tecnologias aumentam a precisão da identificação humana para mais de 90%. O objetivo deste estudo foi averiguar como a existência de bancos de dados digitais podem ser usados no dia a dia da Polícia Científica, encontrar novas tecnologias e mostrar como o armazenamento de registros odontológicos das pessoas em vida, pode tornar a identificação humana mais rápida em situações muito complexas. Para isso, foi utilizado a metodologia de revisão integrativa da literatura e realizadas buscas nas bases de dados PubMed, Web of Science e Scielo. De um total de 176 estudos recuperados, 6 foram escolhidos para a análise qualitativa. Os resultados mostram números expressivos de taxa de sucesso na identificação de vítimas a partir de registros odontológicos em vida, especialmente em desastres em massa; o uso de tecnologias como os modelos de Deep Learning que utiliza radiografias panorâmicas *antemorte* chega a 99,69% de acurácia na identificação. Foi concluído que a sistematização de fluxos digitais e a integração de bancos de dados odontológicos são estratégias importantes para fechar as lacunas técnicas na segurança pública brasileira. A sistematização de fluxos digitais e a integração de bancos de dados odontológicos garantem mais rapidez e mais confiança nos laudos periciais.

Palavras-chave: Banco de Dados Odontológico; Vítimas; Identificação Humana; Odontologia Forense; Polícia Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Odontologia. E-mail: halyciasilva@gmail.com

2 Orientador(a) - Deiweson de Souza Monteiro - Cirurgião-dentista pela Universidade Federal do Pará (2023). Mestre em Farmacologia e Bioquímica pela UFPA. Doutorando em Odontologia pela UFPA. E-mail: deiwesonmonteiro@gmail.com

APLICAÇÃO DE GC-MS E UV-VIS NA AVALIAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE PRODUTOS DE PERFUMARIA COMERCIAIS

Irene Duck¹
Margarida Neves Souza²

Resumo: Produtos de perfumaria são formulações complexas de compostos voláteis e não voláteis, responsáveis por suas características olfativas. Devido ao elevado valor comercial e à ampla presença no mercado consumidor, observa-se o aumento da circulação de produtos falsificados e adulterados. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar a autenticidade de amostras de desodorante colônia por meio de técnicas cromatográficas e espectrofotométricas, visando estabelecer um procedimento analítico para diferenciação entre amostras originais e suspeitas de falsificação. Foram analisadas sete amostras suspeitas e sete amostras de referência, utilizando cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS), nas modalidades de injeção líquida e headspace, além de espectrofotometria UV-Vis. Os resultados indicaram diferenças nos perfis cromatográficos, com variações na presença e intensidade de compostos entre amostras originais e suspeitas. Na análise por UVVis, também foram observadas diferenças espectrais e variações de concentração. De forma geral, os métodos empregados mostraram-se complementares e eficientes na distinção entre amostras originais e falsificadas, sendo aplicáveis à análise forense de produtos de perfumaria.

Palavras-chave: Produtos de Perfumaria; Falsificação; Cromatografia Gasosa; UV-Vis; Química Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Química. E-mail: iduck212@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Oficial. E-mail: margarida.souza@policiacientifica.pr.gov.br

BANCO NACIONAL DE PERFIS BALÍSTICOS: UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA COMPARADA COM MODELOS INTERNACIONAIS

Isadora Werneck de Carvalho¹

Rodrigo de Jesus Camargo²

Resumo: O Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB) tem se consolidado como instrumento relevante para a investigação criminal no Brasil, ao possibilitar a centralização e a comparação de vestígios balísticos. Isto é, informações antes dispersas entre diferentes unidades periciais passam a ser organizadas em um sistema nacional integrado, com potencial para ampliar a elucidação de crimes envolvendo armas de fogo. Nesse enfoque, a estruturação do banco envolve elementos como a cadeia de custódia, a padronização dos procedimentos técnicos, a infraestrutura tecnológica e a integração com o Sistema Nacional de Armas (SINARM) os quais influenciam diretamente sua efetividade. O estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com análise de literatura especializada, normas jurídicas e modelos internacionais. Como resultado, verificou-se que fragilidades estruturais e operacionais, especialmente relacionadas à padronização, à integração e à infraestrutura, limitam o desempenho do sistema em comparação com práticas internacionais.

Palavras-chave: Banco Nacional de Perfis Balísticos; Balística Forense; Identificação Balística; Padronização Técnica; Integração de Sistemas; Comparação Internacional.

1 Residente - Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Direito Pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA). E-mail: isadorawerneck@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia (UNISECAL). E-mail: camargorodrigoadv@gmail.com

POLÍCIA CIENTÍFICA: A IMPORTÂNCIA DA CRIMINALÍSTICA NO COMBATE À CRIMINALIDADE

Jasson Alexandre do Carmo¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: A Polícia Científica constitui elemento essencial no sistema de justiça criminal, ao atuar na interface entre ciência e direito por meio da aplicação de métodos técnicos e científicos na investigação de crimes. O presente estudo tem como objetivo analisar a relevância da criminalística e da atuação pericial no contexto brasileiro, destacando sua contribuição para a produção de provas e para a efetividade da persecução penal. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão bibliográfica e análise de dados institucionais, com enfoque na estrutura e nos resultados da Polícia Científica, especialmente no Estado do Paraná. Os resultados demonstram que a atuação pericial é fundamental para a elucidação de crimes, evidenciada por índices expressivos de resolução de homicídios e avanços em áreas como balística forense e análise digital. Observa-se, ainda, a modernização estrutural e o incremento de recursos humanos, embora persistam desafios como a alta demanda e a necessidade contínua de atualização tecnológica. No âmbito jurídico, destaca-se a integração entre Polícia Científica, polícia judiciária e Ministério Público, cuja atuação conjunta fortalece a produção probatória e a formação da *opinio delicti*. Conclui-se que a criminalística desempenha papel estratégico na garantia de decisões judiciais mais justas e fundamentadas, ao fornecer evidências objetivas e confiáveis. Apesar dos avanços, o fortalecimento institucional, com investimentos em tecnologia e capacitação profissional, é indispensável para assegurar maior eficiência investigativa e proteção dos direitos fundamentais.

Palavras-chave: Criminalidade; Investigação; Ministério Público; Polícia Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciado em Ciências Biológicas. E-mail: jacboy@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

IMPLANTAÇÃO DE UM LABORATÓRIO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS E DNA NO INSTITUTO MÉDICO LEGAL DE FOZ DO IGUAÇU

Jessyca Mancebo Furtado¹
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva²

Resumo: A centralização das análises periciais em unidades distantes do local de coleta gera um acúmulo de amostras que compromete diretamente a celeridade das investigações criminais e a eficiência do sistema de justiça. No Instituto Médico Legal de Foz do Iguaçu, esse obstáculo logístico é acentuado pela complexidade da região, onde o atraso na emissão de laudos de toxicologia e DNA revela a necessidade de uma estrutura laboratorial local. Diante disso, busca-se demonstrar como a implantação de uma unidade própria pode otimizar os procedimentos periciais e reduzir significativamente os prazos de resposta da Polícia Científica. A pesquisa utilizou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, utilizando levantamento bibliográfico, análise documental e a observação da rotina pericial na unidade. Os resultados confirmam que as limitações logísticas no transporte de amostras e a elevada demanda local impactam negativamente a qualidade técnico-científica dos exames. Portanto, a estruturação de um laboratório regionalizado em Foz do Iguaçu configura-se como uma medida estratégica fundamental para garantir a integridade das provas, fortalecer o valor probatório no âmbito judicial e assegurar a efetividade das respostas às demandas criminais da fronteira.

Palavras-chave: Perícia Criminal; Toxicologia Forense; DNA Forense; Polícia Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Enfermagem. E-mail: jessycafurtado7777@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Professora efetiva da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Nutricionista; Mestre em Nutrição e Saúde; Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. E-mail: nara.silva@uftm.edu.br

APLICAÇÃO DA FLUORESCÊNCIA DE RAIOS X PORTÁTIL E TÉCNICAS QUIMIOMÉTRICAS NA IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES EM FARELO DE SOJA

Julia Rosario Andrade¹
Sophia Wieczorek Lobo²
Amanda Cristina de Jesus Cunha³

Resumo: O Brasil, atualmente, é um importante exportador de produtos do complexo de soja, o que exige controle rigoroso nos portos objetivando a prevenção de práticas fraudulentas nos produtos destinados à exportação. Este estudo aborda a necessidade de modernizar a perícia de local por meio da inserção de novas tecnologias que auxiliem na fiscalização desses produtos exportados e mitiguem tentativas fraudulentas de adulteração com materiais de baixo valor econômico no farelo de soja. Os métodos analíticos tradicionais, comumente utilizados como a Gravimetria, apresentam limitações como, complexidade das análises, tempo elevado, além de serem, destrutivos. Os espectros foram coletados com espectrômetros de bancada e Portátil espectroscopia no infravermelho por Transformada de Fourier com refletância Total Atenuada - FTIR-ATR, e fluorescência de raios X portátil pXRF e analisadas por Análise de Componentes Principais (PCA), para classificar as amostras de farelo de soja como adulterada e autênticas. Os resultados das análises via pXRF identificaram aumento expressivo de Silício (Si) e Ferro (Fe), ao mesmo tempo que houve a redução de Potássio (K) nas amostras questionadas, indicando adição de fração inorgânica. Já o FTIR-ATR constatação da alteração foi reforçada, ao identificar a diminuição das bandas moleculares de proteínas e carboidratos da soja, sobrepostas por possíveis vibrações da ligação Si-O-Si. Estes resultados demonstraram que tanto as FTIR-ATR quanto as pXRF podem ser usadas como métodos alternativos aos métodos tradicionais e demonstraram grande potencial para fiscalização e triagem em tempo real na detecção de adulteração do farelo. Em suma, a aplicação integrada da fluorescência de raios X portátil e da quimiometria demonstra ser uma estratégia promissora e eficiente para a modernização da fiscalização portuária, capaz de modernizar a perícia em campo e otimizar possibilitando a redução do tempo de emissão de laudos, diminuição de passivos laboratoriais, além de otimizar a triagem portuária.

Palavras-chave: Espectroscopia; Fluorescência de Raios X; Quimiometria; Química Forense; Farelo de Soja.

1 Residente - Julia Rosario Andrade - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. - Bacharel em Química. E-mail: juliaarosario67@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Criminal da Polícia Científica do Estado de Goiás. Mestre e Doutoranda em Química. E-mail: sophia.wieczorek@gmail.com

3 Coorientador(a) - Mestranda em Química Aplicada pela Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO. Bacharela em Química pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: amanda.cristinac@policiacientifica.pr.gov.br

DESENVOLVIMENTO E VALIDAÇÃO DE MÉTODO ANALÍTICO POR LC-MS/MS PARA QUANTIFICAÇÃO DE 3,4METILENODIOXIANFETAMINA (MDA) EM COMPRIMIDOS DE ECSTASY

Kathleen Caroline do Amaral Andrion¹
Clarice Dias Britto do Amaral²
Marina Gomes Sobral Stroski³

Resumo: O consumo de drogas sintéticas representa um desafio para a saúde pública e a ciência forense, especialmente devido à variabilidade da composição química dos comprimidos comercializados como ecstasy. Entre as substâncias encontradas nesses comprimidos destaca-se a 3,4-metilenodioxianfetamina (MDA), composto com propriedades estimulantes e alucinógenas cuja identificação e quantificação são relevantes no contexto pericial. Este trabalho teve como objetivo desenvolver, validar e aplicar uma metodologia analítica baseada em cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massas em tandem (LC-MS/MS) para a quantificação de MDA em comprimidos de ecstasy apreendidos e analisados na Seção de Química Forense da Polícia Científica do Paraná. A validação foi conduzida conforme as diretrizes do INMETRO e do FDA, avaliando seletividade, linearidade, precisão, exatidão, limite de detecção e limite de quantificação. O método apresentou linearidade na faixa de 20 a 80 $\mu\text{g.L}^{-1}$, com coeficiente de determinação (r^2) de 0,9996, além de adequada seletividade, precisão e exatidão. Os limites de detecção e quantificação foram de 2,34 $\mu\text{g.L}^{-1}$ e 7,09 $\mu\text{g.L}^{-1}$, respectivamente. A metodologia foi aplicada à análise de 60 comprimidos apreendidos entre 2024 e 2026, sendo observadas massas médias de MDA de $122,51 \pm 2,76$ mg, $169,60 \pm 3,22$ mg e $175,33 \pm 3,71$ mg por comprimido, respectivamente. Análises por cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS) permitiram a identificação de substâncias associadas, incluindo cafeína, pseudoefedrina, MDMA, MDPPA e dimetil sulfona. Os resultados demonstram a aplicabilidade da metodologia em análises forenses e contribuem para a caracterização química de drogas sintéticas apreendidas.

Palavras-chave: Drogas Sintéticas; MDA; Validação Analítica; Química Forense; LC-MS/MS.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Química. caroline. E-mail: andrion@outlook.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Federal do Paraná. Formação Química. E-mail: clariceamaral@ufpr.br

3 Coorientador(a) - Perita Oficial da Seção de Química Forense da Polícia Científica do Paraná. E-mail: marina.stroski@policiacientifica.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PROGRAMA DE NECESSIDADES PARA OS ACESSOS ÀS UNIDADES DE EXECUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Leandro Zultanski Fontoura Alves Ferreira¹

Paulo Francisco Nginga Gaspar²

Resumo: A ausência de padronização arquitetônica nas Unidades de Execução Técnico Científica (UETC) da Polícia Científica do Paraná (PCIPR) compromete a integração das atividades periciais e o atendimento especializado aos distintos fluxos de usuários. A elaboração de um Programa de Necessidades (PN), que estabeleça os requisitos mínimos para novas unidades, permite a adequação espacial e a operacionalização dos objetivos institucionais, garantindo a eficiência técnica e funcional por meio da análise criteriosa de acessos e circulações. Este trabalho objetiva estabelecer um Programa de Necessidades voltado especificamente para a concepção dos acessos em edificações da instituição. A partir da análise técnica de três projetos de unidades de referência do estado de São Paulo, identificou-se a necessidade de segregação em cinco acessos distintos: público, policial, localística, funerário e serviços. A implementação desta hierarquização de fluxos visa assegurar a privacidade das funções, a segurança dos atores envolvidos, a preservação da cadeia de custódia, a acessibilidade universal e a humanização do atendimento prestado à população.

Palavras-chave: Polícia Científica; Programa de Necessidades; Layout de Acessos; Fluxogramas; Arquitetura.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Engenharia Civil. E-mail: leandrozfaf@gmail.com

2 Orientador(a) - Orientador no Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) E-mail: paulogasparsinga2018@gmail.com

ANÁLISE DO PERFIL QUÍMICO DE AMOSTRAS DE CRACK: APREENDIDO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

Lilian Gissela Guillén Almeida¹
Adriéli Mazurek Cieslak²
Vanessa Appel da Rocha³
Renilson Sérvulo da Silva Júnior⁴
Talita Odriane Custodio Leite⁵

Resumo: O presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil químico de amostras de crack apreendidas na região Oeste do Paraná, utilizando técnicas espectroscópicas e cromatográficas aplicadas à química forense. Foram analisadas 138 amostras provenientes dos municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Santa Helena e Assis Chateaubriand, coletadas entre janeiro e dezembro de 2025. Inicialmente, todas as amostras foram submetidas ao teste colorimétrico de Scott, apresentando resultado positivo para cocaína. Posteriormente, realizaram-se análises por espectroscopia Raman, espectroscopia no infravermelho por transformada de Fourier (FTIR) e cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (CG-MS). Os espectros Raman e FTIR evidenciaram elevada similaridade entre as amostras, confirmando a presença predominante de cocaína na forma base e indicando relativa homogeneidade estrutural. Entretanto, as análises por CG-MS revelaram diferenças na composição dos adulterantes, demonstrando variabilidade regional nos perfis de adulteração. A fenacetina foi o adulterante mais frequentemente identificado, seguida pela aminopirina. Lidocaína, benzocaína e cafeína foram detectadas exclusivamente em amostras provenientes de Foz do Iguaçu. A amostra um de Foz do Iguaçu destacou-se por apresentar a maior diversidade de adulterantes, contendo simultaneamente cocaína, cafeína, benzocaína, fenacetina, aminopirina e lidocaína. Os resultados evidenciam que, embora as amostras apresentem composição química predominante compatível com cocaína base, existem diferenças significativas relacionadas às substâncias utilizadas como agentes de corte. A utilização combinada das técnicas Raman, FTIR e GC-MS mostrou-se eficiente para a caracterização química das amostras, fornecendo informações relevantes para a perícia criminal, inteligência forense e monitoramento do tráfico de drogas na região Oeste do Paraná.

Palavras-chave: Cocaína; Crack; Espectroscopia Raman; FTIR; CG-MS; Química Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Química Licenciatura. E-mail: guillenlmeidal@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora Adriéli Mazurek Cieslak da Universidade Estadual do Paraná. Graduação: Química - UNESPAR; Pós Graduação em Biologia e Química - UNESPAR; Mestrado em Educação Matemática - UNESPAR e Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG. E-mail: adrielimazurek@escola.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Vanessa Appel da Rocha - Farmacêutica (ULBRA), Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. E-mail: vanessa.rocha@policiacientifica.pr.gov.br

4 Coorientador(a) - Renilson Sérvulo da Silva Júnior - Farmacêutico (Centro Universitário Newton Paiva), Perito Oficial Criminal. E-mail: renilsoncmd11@gmail.com

5 Coorientador(a) - Talita Odriane Custodio Leite - Doutora (UFF), Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. E-mail: talita.leite@policiacientifica.pr.gov.br

DESENVOLVIMENTO DE MODELO TÉCNICO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DAS PERÍCIAS EM ENTORPECENTES DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Louise Assahida Leite¹
Carolina Batista Ariza Tamarozzi²

Resumo: O presente trabalho teve como objetivo sistematizar os requisitos técnicos e os fluxos operacionais necessários para a implantação de unidades laboratoriais de Química Forense destinadas à análise de maconha, cocaína e crack, com foco na descentralização das atividades periciais no estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e caráter descritivo, realizada a partir da observação da rotina analítica e da análise documental durante cinco meses em uma unidade de referência. A coleta de dados baseou-se no levantamento do consumo de insumos por amostra analisada, contemplando as etapas do fluxo pericial, desde o recebimento até o descarte. Os dados foram organizados em categorias, convertidos em quantitativos compatíveis com a realidade de aquisição e projetados para um cenário de laboratório de pequeno porte. Como resultado, foi possível estruturar uma lista padronizada de insumos, definir parâmetros mínimos de funcionamento e propor um modelo aplicável à implantação de novas unidades laboratoriais. Verificou-se que a descentralização das análises contribui para a redução da sobrecarga da unidade central e para a melhoria da eficiência operacional. Conclui-se que o modelo proposto apresenta viabilidade técnica e aplicabilidade institucional, podendo subsidiar o planejamento e a tomada de decisão na área pericial.

Palavras-chave: Química Forense; Descentralização; Laboratório; Análise de Drogas; Gestão Laboratorial.

1 Residente - Louise Assahida Leite - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Biomédica. E-mail: louiseassahida@hotmail.com

2 Orientador(a) - Biomédica Formada pela Universidade Estadual de Londrina (2004), com Mestrado (2007) e Doutorado (2011) em Biologia Molecular pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: carolina.ariza@unifil.br

IMPLEMENTAÇÃO DA AUTOMATIZAÇÃO POR MEIO DO SISTEMA LIMS COMO ESTRATÉGIA DE MELHORIA NA CADEIA DE CUSTÓDIA NA SEÇÃO DE GENÉTICA MOLECULAR FORENSE DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Luana Rafaela Vieira¹
Jaqueline Andressa Machado Trentin Luz²
Pedro Henrique Canezin³

Resumo: A cadeia de custódia é o setor responsável por garantir a rastreabilidade, autenticidade e integridade dos vestígios coletados, sendo esses termos essenciais para a validade jurídica da prova coletada. Nesse cenário da Polícia Científica do Paraná, o Setor de Genética Molecular Forense atua de forma direta com amostras biológicas sensíveis, cujo qualquer tipo inadequado de manipulação pode acarretar o comprometimento da perícia e originar nulidades processuais. Este trabalho tem como intenção propor melhorias feitas através da automatização e integração dos sistemas LIMS (Laboratory Information Management System) e GDL (Gestor de Documentos e Laudos), tendo em vista a otimização do controle da cadeia de custódia. Essa pesquisa é aplicada e qualitativa, fundamentada na legislação vigente (Lei nº 13.964/2019 e Portaria SENASP nº 82/2021) e na doutrina de Guilherme de Souza Nucci, que destaca a importância da rastreabilidade para a validade da prova penal. A integração dos sistemas LIMS e GDL, como citado, permite o registro eletrônico de das etapas do fluxo laboratorial, do início do recebimento até a liberação do laudo diminuindo falhas humanas, ampliando a transparência e garantindo a confiabilidade jurídica do material probatório estando alinhados aos requisitos da ISO/IEC 17025 e a CPP nos artigos 158-A a 158-F. Como resultado se espera o aprimoramento dos processos internos, a padronização do setor e o fortalecimento da segurança institucional.

Palavras-chave: Cadeia de Custódia; LIMS; GDL; Nulidades Processuais; Rastreabilidade; Genética Forense; Automação Laboratorial.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Biomedicina. E-mail: luanarvieirabiomedica@gmail.com

2 Orientador(a) - Perito(a) Oficial da Polícia Científica do Paraná. Mestre em Microbiologia, Parasitologia e Patologia. E-mail: jamtluz@policiacientifica.pr.gov.br³

Coorientador(a) - Perito(a) Oficial da Polícia Científica do Paraná. Mestre em Ciências da Saúde. E-mail: pedro.canezin@policiacientifica.pr.gov.br

CIGARRO ELETRÔNICO: O QUE REALMENTE ESTÁ EM SUA COMPOSIÇÃO

Lucas de Carvalho Gouveia¹

Margarida Neves Souza²

Resumo: Os dispositivos eletrônicos para fumar, conhecidos como cigarros eletrônicos ou vapes, ou e-cigarretes, representam um desafio crescente para a saúde pública e para a rotina pericial, especialmente diante da diversidade de formulações, marcas e origens desses produtos. No Brasil, sua comercialização, importação e propaganda foram proibidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) por meio da RDC nº 46, de 28 de agosto de 2009, proibição posteriormente atualizada e ampliada pela RDC nº 855, de 23 de abril de 2024. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a composição química de amostras de cigarros eletrônicos apreendidas no estado do Paraná e enviados para perícia à Polícia Científica do Paraná, utilizando a cromatografia gasosa acoplada à espectrometria de massas (GC-MS) como técnica analítica principal. As análises foram conduzidas por injeção líquida e por headspace, permitindo a investigação tanto de compostos presentes na fração líquida quanto de substâncias voláteis e semivoláteis. Além da análise instrumental, será realizada uma análise documental, buscando traçar paralelos entre os componentes identificados, as marcas dos dispositivos e os locais de apreensão. Dessa forma, o estudo pretende contribuir para a caracterização química desses produtos no contexto forense, subsidiando a avaliação de riscos toxicológicos e o aprimoramento de metodologias aplicadas à análise de cigarros eletrônicos apreendidos.

Palavras-chave: Cigarros Eletrônicos; Vapes; GC-MS; Headspace; Injeção Líquida; Química Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Químico. E-mail: Lucasgouveia.nan@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Formação Biomedicina. E-mail: margarida.souza@policiacientifica.pr.gov.br

INTELIGÊNCIA PERICIAL NA ABORDAGEM DE *GHOST GUNS*: OLHAR PROSPECTIVO DE AMEAÇAS À SEGURANÇA PÚBLICA

Lucas Nicolas Assad¹
Sophia Wieczorek Lobo²
Rodrigo Londe Moura³

Resumo: O presente documento analisa a problemática das armas de fogo impressas em 3D, conhecidas como *Ghost Guns*, sob a ótica da inteligência pericial e da Segurança Pública. O objetivo geral é descrever como a inteligência pericial pode auxiliar na abordagem destas novas ameaças, atuando de forma prospectiva na prevenção e no impulsionamento de políticas de controle. A metodologia adota uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e exploratória, utilizando o método de raciocínio indutivo estruturado em duas etapas: revisão integrativa da literatura e pesquisa documental no Sistema Nacional de Análise Balística (SINAB) do biênio 2024-2025. A democratização da manufatura aditiva facilitou a fabricação caseira de armamentos letais sem numeração de série, desafiando o Estado. Cruzando as apreensões de armas artesanais no Brasil com a facilidade emergente da impressão 3D, evidencia-se um cenário de proliferação acelerada uma vez que a balística tradicional falha e se torna ineficiente devido à deformação térmica dos termoplásticos pelo estresse do disparo, o enfrentamento eficiente dessa ameaça exige a adoção de metodologias prospectivas. Portanto é urgente a estruturação da inteligência na análise de polímeros seja em química forense (ATR-FTIR), análise de *Toolmarks* 3D e rastreamento cibernético, fundamentadas na integração de parcerias tecnológicas entre o Estado e a indústria para mitigar riscos.

Palavras-chave: Polícia Científica; Balística Forense; Gestão em Segurança Pública; Armas Impressas em 3D.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Licenciado em Física - UFPR. E-mail: lucasnassad@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora Mestra da Universidade Estadual do Paraná. Doutoranda, Mestre e Bacharel em Química. Perita Criminal da Polícia Científica de Goiás. E-mail: sophia.wieczorek@gmail.com

3 Coorientador(a) - Bacharel em Biomedicina pela Universidade Federal de Goiás, Especialista em Biociências Forenses pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás. Especialista em Altos Estudos de Segurança Pública pela Universidade Estadual de Goiás. Perito Criminal da Polícia Científica de Goiás. E-mail: rodrigo.londe@gmail.com

COCAÍNA “PRETA” (BLACK COCAINE): ESTRATÉGIAS DE OCULTAÇÃO E DESAFIOS ANALÍTICOS NA QUÍMICA FORENSE

Mailon Diego da Silva Andriollo¹
Rodrigo Yukio Shiroma Dias²

Resumo: A denominada “cocaína preta” (*black cocaine*) consiste em uma forma adulterada e quimicamente modificada da cocaína, desenvolvida com o objetivo de dificultar sua detecção por métodos convencionais de identificação forense. Estudos indicam que essa substância é composta por cocaína associada a matrizes complexas, incluindo carvão ativado, grafite e compostos metálicos, os quais interferem diretamente em testes químicos e espectroscópicos. Tais modificações promovem alterações nas propriedades físico-químicas da substância, dificultando sua identificação e aumentando a probabilidade de resultados inconclusivos. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar, à luz da literatura científica, a composição química da “cocaína preta” e os desafios analíticos associados à sua identificação, contribuindo para o aprimoramento das práticas em química forense frente às novas estratégias de ocultação utilizadas no tráfico de drogas.

Palavras-chave: Cocaína Preta; Química Forense; Adulteração de Drogas; Análise Química.

1 Residente - Mailon Diego da Silva Andriollo - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Biomédico. E-mail: mailonandriollo@gmail.com

2 Orientador(a) - Rodrigo Yukio Shiroma Dias - Perito Oficial Polícia Científica do Paraná. E-mail: rodrigo.yukio@policiacientifica.pr.gov.br

OS DESAFIOS E OPORTUNIDADES DA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE UMA SEÇÃO DE ENFERMAGEM FORENSE EM UMA INSTITUIÇÃO PERICIAL

Miriam Barbosa do Nascimento¹
Vinicius Gamarra Contieri²

Resumo: A Enfermagem Forense insere-se no campo de interseção entre as ciências da saúde e justiça, desempenhando papel técnico-científico relevante na assistência, na preservação de vestígios e no suporte à atividade pericial. O presente projeto tem como objetivo propor a implantação de uma Seção de Enfermagem Forense e de uma Unidade Móvel Pericial integrada na estrutura da Polícia Científica do Paraná. A problemática central do projeto está relacionada à subutilização dos profissionais de enfermagem, cujas atividades, embora essenciais ao funcionamento pericial, são frequentemente desempenhadas de forma informal e sem respaldo institucional adequado. A metodologia Pesquisa-ação compreende a transformação do serviço para estruturação administrativa visando a formalização de atribuições baseadas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2235-85), com desenvolvimento de protocolos de capacitação técnica e a operacionalização de atendimentos móveis para coleta de vestígios. Os resultados esperados incluem a otimização da cadeia de custódia, conforme o Art. 158-A do Código de Processo Penal, a garantia da cadeia de frios e a consolidação de um atendimento humanizado que reduza a revitimização em casos de violência sexual e desastres de massa (DVI). Nesse contexto, as referências utilizadas reforçam a viabilidade da proposta. Além disso, diretrizes internacionais e estudos nacionais apontam que a atuação integrada da enfermagem reforça a qualidade das provas e fortalece o processo judicial. Assim, a proposta contribui para o respeito aos direitos das vítimas, a qualificação dos serviços periciais, promovendo assim, maior segurança jurídica.

Palavras-chave: Enfermagem Forense; Polícia Científica; Cadeia de Custódia; Humanização; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. E-mail: miriambarbosa2497@gmail.com

2 Orientador(a) - Especialista em Enfermagem Forense pela Associação Brasileira de Enfermagem Forense (2026). Especialista em Ciências Forenses - Investigação Criminal pelo Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (2019). Licenciado e Bacharel em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2013). Chefe da Traumatologia da Polícia Científica do Paraná. E-mail: vinicius.contieri@policiacientifica.pr.gov.br

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PROVENIENTES DA ANÁLISE FORENSE DE SUBSTÂNCIAS ILÍCITAS APREENDIDAS PELO PODER PÚBLICO

Natalia Carolina de Castro¹

Sophia Wieczorek Lobo²

Resumo: Temas relacionados a drogas ilícitas quase sempre se apresentam de forma problemática, especialmente ao poder público. O volume de substâncias apreendidas, as suas especificidades, os custos e os riscos à segurança são apenas alguns exemplos. Além desses, pode-se mencionar as questões ambientais relacionadas, principalmente no que se refere ao destino dessas substâncias após análise forense. Dessa forma, torna-se relevante a busca por métodos alternativos de descarte que estejam alinhados a práticas de sustentabilidade. Este trabalho, portanto, objetiva revisar a legislação vigente e o método atualmente empregado, analisando medidas alternativas e propondo técnicas mais ecológicas para aplicação na Polícia Científica, principal órgão detentor desses tóxicos. A proposta estudada envolve métodos de degradação química, pautando-se nas políticas de Gerenciamento de Resíduos, com foco em sustentabilidade e eficiência para ganhos sociais e acadêmicos, visto que o tema é pouco abordado nesta esfera. O estudo utiliza-se de procedimentos técnicos de revisão bibliográfica e documental na área de gerenciamento de resíduos da República Federativa do Brasil, tratando-se de uma pesquisa aplicada, a qual se apoia no método de raciocínio dedutivo, de abordagem qualitativa, com foco descritivo e comparativo. Os resultados incluem a identificação de mecanismos viáveis, a avaliação de seus impactos ambientais e operacionais, e a proposição de aprofundamento para uma implementação adaptada à realidade da Polícia Científica do Paraná.

Palavras-chave: Descarte de Drogas; Degradação Química; Sustentabilidade; Polícia Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Engenharia E-mail: química.nati.carol@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Criminal da Polícia Científica do Estado de Goiás. Mestre e Doutoranda em Química. E-mail: sophia.wieczorek@gmail.com

VALORAÇÃO ECONÔMICA DE DANOS AMBIENTAIS EM PERÍCIAS CRIMINAIS: PROPOSTAS PARA O ESTADO DO PARANÁ

Natalia Wistuba¹

Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva²

Resumo: O artigo 19 da Lei nº 9.605/1998 estabelece que a perícia ambiental deve, sempre que possível, estimar o valor do prejuízo causado para subsidiar a fixação de multas e indenizações. Entretanto, os laudos periciais criminais ambientais frequentemente se restringem à constatação do dano, sem incluir a estimativa monetária do impacto ambiental. Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é avaliar a viabilidade e os benefícios da incorporação da valoração econômica como subsídio às decisões judiciais no Paraná. A pesquisa foi conduzida por meio do estudo de caso de três ocorrências reais de supressão vegetal atendidas pela Seção de Perícias Ambientais da Polícia Científica do Paraná, no qual realizou-se a estimativa econômica dos prejuízos ambientais, pela aplicação de três métodos: Custo de Reposição Adaptado, Valor de Compensação Ambiental e Custos Ambientais Totais Esperados. Os resultados obtidos demonstraram diferença significativa entre os métodos aplicados ($p=0,0498$), mantendo consistentemente a relação Custos Totais Esperados > Valor de Compensação Ambiental > Valor do Dano Ambiental. Foi observada uma discrepância expressiva entre os valores estimados e as sanções definidas judicialmente, que representaram menos de 0,5% do valor calculado pelo Valor de Compensação Ambiental. Conclui-se que a incorporação da valoração econômica em laudos periciais pode ampliar o suporte técnico ao Poder Judiciário, reduzir subestimação indenizatória e fortalecer a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Palavras-chave: Avaliação de Impacto; Mata Atlântica; Responsabilização Ambiental.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Engenheira Florestal. E-mail: nataliawistuba@ufpr.br

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Nutricionista, Mestre em Nutrição e Saúde, Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: nara.silva@uftm.edu.br

A RELEVÂNCIA DA PERÍCIA DIGITAL NA ELUCIDAÇÃO DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 218-C DO CÓDIGO PENAL

Renata Ribas de Brito Vieira¹
Simone Maria Klok²

Resumo: O avanço das tecnologias digitais modificou significativamente as formas de comunicação e interação social, possibilitando a disseminação rápida de informações e conteúdos no ambiente virtual. Entretanto, esse mesmo contexto também contribuiu para o surgimento de novas modalidades de criminalidade, especialmente aquelas relacionadas à violação da intimidade e da dignidade das pessoas por meio da divulgação não autorizada de conteúdo íntimo. Nesse cenário, destaca-se o crime previsto no art. 218-C do Código Penal, introduzido pela Lei n. 13.718/2018, que criminaliza a divulgação não consensual de cena de sexo, nudez ou pornografia. Diante da natureza digital desses delitos, a investigação criminal depende, em grande medida, da análise técnica de vestígios informáticos. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a relevância da perícia digital na elucidação dos crimes previstos no art. 218-C do Código Penal, destacando o papel da prova pericial na comprovação da materialidade e na identificação da autoria delitiva. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica com base em doutrina jurídica, legislação vigente e estudos relacionados à investigação de crimes digitais. Conclui-se que a perícia digital constitui instrumento fundamental para a efetividade da persecução penal, contribuindo para a produção de provas confiáveis e para o fortalecimento da segurança pública no enfrentamento dos crimes praticados no ambiente virtual.

Palavras-chave: Perícia Digital; Prova Pericial; Pornografia de Vingança; Cadeia de Custódia.

1 Residente - Renata Ribas de Brito Vieira - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação 2026. E-mail: ribasrenata@yahoo.com.br

2 Orientador(a) - Simone Maria Klok - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Química, Engenharia e Ciência dos Materiais. E-mail: simonemariaklok@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E TECNOLOGIA APLICADO À POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Rodrigo de Oliveira Bianchini¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: Este trabalho apresenta o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão administrativa e tecnológica com visualização de indicadores, destinado ao apoio à gestão da Polícia Científica do Paraná (PCI/PR). O objetivo do estudo é consolidar e disponibilizar informações relacionadas aos processos de licitação, gestão de contratos, controle patrimonial e planejamento anual de contratações, possibilitando o acompanhamento sistemático de indicadores administrativos da instituição. A metodologia adotada consiste no desenvolvimento de uma ferramenta computacional voltada à integração, processamento e visualização de dados administrativos. Para isso, foi utilizada a linguagem de programação Python no ambiente PyCharm Community Edition 2025.3.1, com posterior geração de um aplicativo integrado, ampliando o acesso às informações gerenciais. As informações são organizadas em painéis interativos que permitem a visualização de indicadores relacionados aos processos administrativos da instituição, favorecendo análises dinâmicas e o monitoramento das atividades de gestão. Como resultado, a solução contribui para a melhoria da organização e do acompanhamento das informações administrativas, apoiando a tomada de decisões baseada em dados. Conclui-se que a ferramenta desenvolvida pode auxiliar no aprimoramento da gestão administrativa da Polícia Científica do Paraná, promovendo maior eficiência, transparência e suporte ao planejamento das contratações e à gestão de recursos institucionais.

Palavras-chave: Gestão Pública; Indicadores Administrativos; Tecnologia da Informação; Tomada de Decisão; Segurança Pública.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: em Ciências Contábeis e pós-graduado em Ciências Forenses. E-mail: rodrigo.bianchini1995@gmail.com

² Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

AUSÊNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA DO ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: UMA ANÁLISE JURÍDICA E INSTITUCIONAL À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

Rodrigo Jorge de Andrade¹
Joice Malakoski²

Resumo: O presente trabalho analisa a necessidade de inclusão da Polícia Científica no rol taxativo do caput do Artigo 144 da República Federativa do Brasil de 1988, como condição essencial para a segurança jurídica e a integridade do sistema de justiça criminal. Partindo da premissa de que a autonomia técnica é indissociável da estabilidade institucional, a pesquisa investiga como a invisibilidade constitucional da perícia oficial gera uma fragilidade jurídica que compromete a paridade de armas e o devido processo legal. A metodologia adotada pautou-se em uma abordagem qualitativa, com análise da doutrina constitucionalista e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca do Princípio da Simetria e da taxatividade dos órgãos de segurança pública. O estudo demonstra que o atual modelo de subordinação administrativa e a ausência de status de órgão de cúpula impedem que a prova pericial goze de plena imunidade contra interferências externas. Conclui-se que a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 76/2019 não representa apenas uma demanda corporativa, mas uma medida imperativa para garantir a celeridade processual e a integridade da cadeia de custódia, elevando a perícia ao status de órgão de Estado imprescindível à prestação jurisdicional.

Palavras-chave: Polícia Científica; Artigo 144; Segurança Jurídica; Rol Taxativo; Autonomia Institucional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito. E-mail: rodrigodeandrade@yahoo.com

2 Orientador(a) - Corregedora da Polícia Científica do Paraná. Perito Oficial Criminal. Engenheira Civil. E-mail: joice.malakoski@policiacientifica.pr.gov.br

MATRIZ DE RISCO NA GESTÃO DA QUALIDADE EM LABORATÓRIO DE GENÉTICA FORENSE DO PARANÁ

Samara Medeiros Dias¹
Claudia Marina Schellin Becker²
Marcelo Malaghini³

Resumo: A Resolução n.º 12/2019-CG/RIBPG normatiza a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), estabelecendo critérios de gestão da qualidade aos laboratórios integrantes. A Seção de Genética Molecular Forense da Polícia Científica do Paraná (SGMF/PCIPR) registrou 112 desvios entre 2022 e 2025: Não Conformidades (NC), de natureza gerencial (G) e/ou técnica (T), e, ainda, em Trabalhos Não Conformes (TNC), como aqueles que impactam diretamente a validade dos ensaios. A causa-raiz constitui a origem fundamental do desvio, cuja eliminação evitará recorrências. Os desvios foram classificados em nove agrupamentos de causa-raiz. Os resultados indicaram predominância de TNC-T (39,6%) e o fator Pessoal como principal causa-raiz (53,7%), com forte impacto em NCs e TNCs. A partir desses dados, foi proposta uma Matriz de Risco qualitativa baseada em probabilidade e gravidade, alinhada à ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 e à Resolução n.º 12/2019. A ferramenta confirmou a maior criticidade em eventos de falha humana, direcionando ações corretivas ao controle do fator Pessoal. Dentre eventos de alto risco destacaram-se ainda a contaminação de amostras, falhas em equipamentos críticos, planilhas operacionais, documentos normativos e rastreabilidade documental e, como risco moderado, inconsistências em sistemas informatizados, fragilidades na cadeia de custódia de itens de ensaio e na manutenção preventiva de equipamentos de segurança laboratorial. Embora a efetividade da matriz de risco demande etapas subsequentes, os resultados sustentam a indicação de seu uso como ferramenta viável de apoio à priorização e tomada de decisão no Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da SGMF/PCIPR.

Palavras-chave: Matriz de Risco; Gestão da Qualidade; Não Conformidade; Genética Forense; ISO/IEC 17025:2017.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Ciências Biológicas. E-mail: samaramedeirosdias@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Doutora em Genética. Gerente da Qualidade da Seção de Genética Molecular Forense da Polícia Científica do Paraná. E-mail: claudia.becker@policiacientifica.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Perito Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Doutor em Genética. E-mail: marcelo.malaghini@policiacientifica.pr.gov.br

ESQUIZOFRENIA E COMPORTAMENTO CRIMINAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Sebastião Sacalui Paulo Alves¹
Vinicius Gamarra Contieri²
Fábio Brasil³

Resumo: Introdução: A relação entre esquizofrenia e comportamento criminal é complexa e frequentemente permeada por estigmas sociais. Objetivo: analisar a produção científica acerca da relação entre a esquizofrenia e o comportamento criminal. Método: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde foram consultadas as bases MEDLINE, PubMed, Web of Science e LILACS. Resultados: Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, seis artigos compuseram a amostra final. A maioria dos estudos consistiu em revisões sistemáticas e meta-análises. Os principais achados indicam que, embora o risco de violência seja aumentado em indivíduos com esquizofrenia, especialmente em presença de comorbidades como abuso de substâncias, trauma na infância e traços de personalidade antissocial, a esquizofrenia isolada não é o principal determinante de criminalidade. Fatores como consumo de drogas, adversidades precoces e baixo funcionamento social mostraram-se relevantes. Conclusão: a prevenção da violência requer abordagens integradas, com ênfase no tratamento precoce, adesão terapêutica e redução de estigmas, contribuindo para uma prática mais qualificada na psiquiatria forense.

Palavras-chave: Esquizofrenia; Crime; Comportamento Criminal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Enfermeiro E-mail: sebastialves01@gmail.com

2 Orientador(a) - Especialista em Enfermagem Forense pela Associação Brasileira de Enfermagem Forense (2026). Especialista em Ciências Forenses - Investigação Criminal pelo Instituto Paulista de Estudos Bioéticos e Jurídicos (2019). Licenciado e Bacharel em Enfermagem pela Universidade de São Paulo (2013). Chefe da Traumatologia da Polícia Científica do Paraná. E-mail: vinicius.contieri@policiacientifica.pr.gov.br

3 Coorientador(a) - Doutor em Ciências Farmacêuticas. E-mail: fabio.brasil@policiacientifica.pr.gov.br

A UTILIZAÇÃO DA CIÊNCIA FORENSE COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO PERÍCIA MIRIM

Tamires Maria Ferreira¹
Poliana Barbosa da Riva²

Resumo: Este estudo analisa a utilização da ciência forense como ferramenta de educação ambiental a partir do relato de experiência do projeto “Perícia Mirim”. Parte-se do entendimento de que a Polícia Científica desempenha papel relevante na investigação de crimes ambientais, produzindo provas técnicas que subsidiam a responsabilização de infratores, embora esse conhecimento ainda seja pouco difundido junto à sociedade. O objetivo foi analisar a contribuição da ciência forense associada a práticas pedagógicas lúdicas no processo de ensino-aprendizagem em educação ambiental. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e relato de experiência. O projeto foi realizado pelo Museu Paranaense de Ciências Forenses, em parceria com o Novo Arranjo de Pesquisa e Inovação (NAPI) Paraná Faz Ciência, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A atividade foi aplicada em agosto de 2025 em dez escolas dos municípios de Curitiba, São José dos Pinhais e Colombo, envolvendo aproximadamente 1.140 estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental. Por meio da simulação de cenários de crimes ambientais, os participantes atuaram como “peritos mirins”, realizando coleta e análise de vestígios. Os resultados evidenciaram elevado engajamento dos estudantes, além do desenvolvimento do raciocínio lógico, pensamento crítico, tomada de decisão e maior compreensão acerca da preservação ambiental. Conclui-se que a integração entre ciência forense e educação ambiental constitui uma estratégia pedagógica inovadora e eficaz para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Palavras-chave: Polícia Científica; Crime Ambiental; Ludicidade; Divulgação Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bióloga. E-mail: tmf.mirinha@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Educação para a Ciência e a Matemática (PCM/UEM). Graduação em Ciências Biológicas. Docente da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: poliana.riva87@gmail.com

LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DE DADOS DE REQUISIÇÕES RECEBIDAS PELA SEÇÃO DE TOXICOLOGIA FORENSE (PCI-PR): PERÍODO DE 24 MESES

Tamiris Coelho¹
Dayse Fernanda de Souza²

Resumo: O presente trabalho visa a realização de análises estatísticas dos dados contidos em requisições de exames periciais (REP) encaminhadas à Seção de Toxicologia Forense da Polícia Científica do Paraná (PCI-PR). A realização de um levantamento de dados como: natureza da ocorrência, tipo de análises toxicológicas solicitadas, tipo e quantidade de amostras biológicas recebidas, origem da requisição e classificação entre cadáveres e vivos, permitirá estabelecer um panorama geral de demandas recebidas pela Toxicologia Forense, o que possibilita identificar a ocorrência de erros comumente presentes nas requisições, possíveis padrões de ocorrência, solicitação de análises decorrentes do local de origem da requisição e a sazonalidade da natureza das ocorrências. Fundamentado nesses dados, será possível estabelecer uma melhor gestão de processos e recursos humanos para que as demandas da Seção de Toxicologia Forense sejam atendidas de maneira mais célere e eficiente.

Palavras-chave: Toxicologia Forense; PCI-PR; Requisição de Exames Periciais; Ocorrências; Requisições; Análises.

1 Residente - Tamiris Coelho - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Biomédica. E-mail: rt.tamiris.coelho@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Dayse Fernanda de Souza - Perita Oficial Criminal. Doutora em Química pela UFPR. E-mail: dayse.souza@policiacientifica.pr.gov.br

ANÁLISE GENÉTICA EM AMOSTRAS *POST MORTEM* POSITIVAS PARA SÊMEN DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Thaís Michelle Dias Oliveira¹
Juliane Carlotto²

Resumo: A identificação do Antígeno Prostático Específico (PSA) é essencial na triagem forense de fluido seminal em casos de violência sexual. Contudo, resultados falso-positivos em amostras *post mortem*, decorrentes da autólise de tecidos extraprostáticos, reduzem o valor probatório do marcador, sendo a literatura escassa sobre essa frequência na população menor que 18 anos. Este trabalho objetivou caracterizar o perfil de amostras íntimas de cadáveres menores de 18 anos submetidas à determinação de fluido seminal, bem como avaliar os achados genéticos por PCR em tempo real (qPCR) e genotipagem por marcadores STR (Short Tandem Repeat) nos vestígios positivos, analisados pela Polícia Científica do Paraná (2021/2025). As amostras incluíram *swabs* vaginais, anais, vulvares e orais. As amostras positivas para PSA foram submetidas à quantificação de DNA masculino por qPCR e genotipagem de marcadores STR autossômicos e do cromossomo Y por eletroforese capilar. Foram incluídos 125 *swabs* de 63 cadáveres, revelando taxa de positividade para PSA de 16,8% nos vestígios. Nos casos masculinos (n=5), obteve-se perfil genético viável em apenas uma amostra. Nos casos femininos (n=16), o DNA masculino foi detectado em 62,5% das amostras, contudo, apenas 18,8% geraram perfis viáveis por STR. Embora os dados indiquem a possibilidade de falso-positivos na população menor de 18 anos, a divergência observada também pode ser atribuída a limitações intrínsecas de matrizes *post mortem*. Fazem-se necessários estudos adicionais em cadáveres sem suspeita de violência sexual e com maior tamanho amostral para a efetiva validação de resultados falso-positivos nessa população.

Palavras-chave: Antígeno Prostático Específico; Falso-positivo; Forense *Post Mortem*; Violência Sexual; Genética Forense.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Biomedicina. E-mail: tmichelledias@gmail.com

2 Orientador(a) - Perita Oficial Toxicologista da Polícia Científica do Paraná. Doutora em Ciências-Bioquímica pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: juliane.carlotto@policiacientifica.pr.gov.br

DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO EM LC-MS/MS PARA DETECÇÃO DE NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

Vanessa dos Anjos Ribeiro¹

Dayse Fernanda de Souza²

Resumo: As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) representam um desafio crescente para a toxicologia forense devido à sua diversidade estrutural, rápida disseminação e dificuldade de detecção por métodos analíticos convencionais. Técnicas como a cromatografia líquida com detector de arranjo de diodos (LC-DAD), embora amplamente utilizadas, apresentam limitações quanto à seletividade e à identificação de compostos estruturalmente semelhantes. Assim, o presente estudo tem como objetivo desenvolver um método analítico por cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massas em tandem (LC-MS/MS) para a detecção de NSP e para isso foram selecionados como analitos os compostos 2C-B, 3,4-MDPV, α -PVP, etizolam e flualprazolam. O desenvolvimento do método incluiu: 1) otimização das condições de fragmentação em modo de Monitoramento de Reações Múltiplas (MRM); 2) avaliação de soluções individuais dos analitos e de uma mistura contendo todos os compostos (MIX), visando verificar possíveis alterações nos tempos de retenção e na resposta analítica; e 3) avaliação de diferentes condições cromatográficas utilizando colunas C18 e bifenil, ambas em eluição por gradiente. Os resultados demonstraram que os tempos de retenção permaneceram estáveis entre as análises individuais e em MIX, indicando adequada seletividade cromatográfica. Além disso, a coluna bifenil apresentou maiores respostas cromatográficas para a maioria dos analitos avaliados quando comparada à coluna C18, evidenciando maior sensibilidade analítica. Dessa forma, o método desenvolvido mostrou-se promissor para a detecção simultânea de múltiplas NSPs, contribuindo para o aprimoramento das análises em toxicologia forense.

Palavras-chave: Novas Substâncias Psicoativas; Toxicologia Forense; Espectrometria de Massas; LC-MS/MS.

1 Residente - Vanessa dos Anjos Ribeiro - Pós-graduanda em Gestão de Segurança Pública (Unespar). Mestra em Fisiologia (UFPR). Bacharel em Biomedicina (UFPR). E-mail: rt.vanessa.ribeiro@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Dayse Fernanda de Souza - Perita Oficial Criminal Polícia Científica do Paraná. Doutora em Química (UFPR). Farmacêutica (UFPR). E-mail: dayse.souza@policiacientifica.pr.gov.br

LESÕES PATOLÓGICAS COMO IMPORTANTES INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO PERFIL ESTIMADO EM ANTROPOLOGIA FORENSE: RELATO DE CASO

Vanessa Ketlenn Zavadzki Santos¹
Thaís Xavier²

Resumo: Na Antropologia Forense, a estimativa do perfil biológico tem grande contribuição para a identificação humana. Além disso, considerando-se que indivíduos distintos podem apresentar características semelhantes, a análise de lesões ósseas patológicas fornece dados complementares relevantes. Dessa forma, o presente relato de caso tem como objetivo apresentar e descrever os aspectos macroscópicos e radiográficos dos padrões osteolíticos observados em remanescentes ósseos não identificados periciados na Polícia Científica do Paraná, com foco em possíveis lesões de neoplasia. Visa, também, comparar as características observadas com as descritas na literatura, ampliando o conhecimento sobre características de lesões ósseas potencialmente observadas na Antropologia Forense, de forma a colaborar com os estudos comparativos na área.

Palavras-chave: Antropologia Forense; Neoplasias Ósseas; Mieloma Múltiplo; Metástase Neoplásica; Diagnóstico Diferencial.

1 Residente - Vanessa Ketlenn Zavadzki Santos - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Odontologia. E-mail: vanessazavadzki@gmail.com

2 Orientador(a) - Thaís Xavier – Perita Oficial Criminal, PCIPR. Mestre e Doutora em Ciências, Especialista em Antropologia Forense. E-mail: thaís.xavier@policiacientifica.pr.gov.br

PCPR

Polícia Civil do Estado do Paraná

VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: O LIMIAR ENTRE O DANO EMOCIONAL E A CRIMINALIZAÇÃO

Amanda Caroline Pering¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: A presente pesquisa visa analisar o fenômeno da violência psicológica, buscando compreender e apontar o limiar entre o dano emocional subjetivo e sua criminalização, a partir de uma visão integrada entre Psicologia e Direito. Para tanto, utilizou-se como metodologia a revisão de literatura a fim de realizar uma análise crítica acerca das publicações obtidas dos últimos cinco anos. A partir do estudo, observou-se que as limitações existentes para caracterizar a violência psicológica e o dano emocional influenciam de modo significativo a tomada de decisão nas esferas policial e judiciária. Mais do que isso, são preponderantes para a descaracterização da denúncia da vítima, contribuindo para a sua revitimização. A doutrina jurídica diverge sobre a caracterização da violência psicológica alegando, em parte, que para sua consumação e consequente tipificação, bastaria o dolo do agente, sem necessariamente haver dano emocional para a vítima. Além disso, relativo ao dano emocional, estudos multidisciplinares referem que o entendimento acerca desse fenômeno precisa ser deveras ampliado, uma vez que para ser considerado, o dano não precisa estar associado a uma psicopatologia ou diagnóstico, pode se apresentar de maneiras mais sutis. Assim, entende-se que para caracterizar o crime de violência psicológica, deve ser suficiente o relato da vítima durante a denúncia, não substituindo a avaliação posterior da vítima, com a finalidade de mensurar o dano emocional causado, que auxiliará o procedimento policial e judiciário e poderá promover o cuidado integral da mulher vítima de violência.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Dano Psíquico; Tipificação Penal; Revitimização.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga. E-mail: psiamandapering@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharel em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

VIOLÊNCIA VICÁRIA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DOS FILHOS: IMPACTOS NO VÍNCULO AFETIVO E NA SAÚDE MENTAL DA MULHER

Amanda Cristina Rochinski¹

Jacqueline Mari Machado²

Resumo: A violência vicária define o comportamento de utilizar-se de terceiros para ferir psicologicamente a vítima da violência doméstica. O presente estudo visa identificar os principais impactos na saúde mental da mulher e no vínculo afetivo entre mãe e filhos, que são consequências da violência vicária cometida pelo agressor, que por meio do sofrimento dos filhos consegue atingir a vítima. Diante disso, o artigo busca identificar, através de pesquisa e revisão bibliográfica, as táticas de manipulação do agressor, bem como descrever o sofrimento psíquico da mulher e as marcas permanentes que esse tipo de violência dispõe. Estima-se compilar informações importantes sobre o assunto, a fim de prevenção e conscientização desse fenômeno que, cada vez mais, tem se manifestado de maneira reiterada.

Palavras-chave: Violência Vicária; Violência Psicológica; Dano Emocional; Violência Doméstica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário UniDomBosco. E-mail: psi.amandarochinski@gmail.com

2 Orientador(a) - Agente de Polícia Judiciária, Formada em Pedagogia e Psicologia, Mestre e Doutoranda em Educação. E-mail: jqline2@hotmail.com

DA REVELAÇÃO À PROVA: OS DIFERENTES MOMENTOS DA FALA DA CRIANÇA EM CONTEXTO DE SUSPEITA DE VIOLÊNCIA

Ana Paula Correa¹
Luiz Fernando Stachechen²

Resumo: A violência contra crianças e adolescentes impõe ao sistema de justiça o desafio de obter a fala da vítima sem ampliar seu sofrimento, o que torna relevante distinguir os momentos em que essa fala é produzida. Diante disso, o presente estudo tem por objetivo analisar os diferentes momentos de obtenção da fala da criança em contextos de suspeita de violência: revelação espontânea, escuta especializada, depoimento especial e perícia psicológica, examinando suas funções, limites e implicações para a produção de prova e para a proteção integral. A partir disso, adotou-se pesquisa qualitativa, com delineamento de revisão bibliográfica narrativa, fundamentada em produções científicas nacionais e internacionais e nas normativas que regulamentam a escuta de crianças, em especial a Lei nº 13.431/2017; os achados foram organizados por análise de conteúdo temática. Nesse sentido, observou-se que tais momentos não se configuram como etapas isoladas, mas como dispositivos interdependentes, com finalidades e limites próprios: a revelação demanda acolhimento sem indução; a escuta especializada volta-se à proteção, sem caráter probatório; o depoimento especial destina-se à colheita do testemunho; e a perícia psicológica produz conhecimento técnico apto a subsidiar a decisão judicial. Nesse viés, conclui-se que a distinção entre as modalidades constitui exigência ética e técnica, e que a perícia psicológica, por sua fundamentação metodológica e análise contextualizada, oferece a contribuição mais consistente à compreensão da fala infantil, sem substituir os demais dispositivos da rede de proteção.

Palavras-chave: Escuta de Crianças; Depoimento Especial; Perícia Psicológica; Psicologia Jurídica; Violência Contra Crianças.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Psicologia pela UGV; Esp. TCC pela CBI of Miami e Celso Lisboa; Esp. em Avaliação Psicologia com Ênfase no Contexto Forense pela PUC-PR; Formação em Justiça Restaurativa. Experiência como psicóloga jurídica, perita no TJPR e TJSC e assistente técnica. E-mail: anapcorreea@outlook.com

2 Orientador(a) - Professor Orientador da Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo e Mestre em Sociologia UFPR; Psicólogo Judiciário TJPR - Comarca de União da Vitória. E-mail: lfst@tjpr.jus.br

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO HUMANIZADO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DA MULHER

Barbara Bruna Fernandes Bertoli¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: A violência contra a mulher continua a constituir um grave problema social e de saúde pública, seus impactos manifestam-se tanto nos danos físicos quanto nos danos psicológicos vivenciados por mulheres em diferentes contextos sociais. Nesse contexto, as Delegacias da Mulher desempenham um papel fundamental na segurança pública em prol da proteção da população feminina dentro da sociedade. Este artigo pretendeu discutir, a partir de uma revisão bibliográfica, a importância do acolhimento oferecido nestas instituições e da atuação do psicólogo para o empoderamento feminino e a quebra do ciclo da violência. Apresentou como objetivo central compreender a importância do acolhimento humanizado no atendimento às vítimas realizado nas Delegacias Especializadas da Mulher entendendo que tal acolhimento não se restringe à escuta sensível da vítima, mas envolve também a oferta de informações, orientações e encaminhamentos que favoreçam o fortalecimento da autonomia das mulheres atendidas. Nesse sentido, também visou explicar como a interdisciplinaridade do atendimento e o contato com a rede de apoio que, envolve diversos setores do serviço público, também se tornam fundamentais nesse processo.

Palavras-chave: Violência; Mulher; Acolhimento; Psicologia; Empoderamento.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Pósgraduada em Psicologia e Bacharel em História. E-mail: psicobahfernandes@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharel em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PARA ALÉM DA INVESTIGAÇÃO: O PAPEL EDUCATIVO DO NÚCLEO DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE VÍTIMAS DE CRIMES (NUCRIA/PCPR) NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM PARANAGUÁ-PR

Bhranda Patricia dos Santos¹

Flavio Adriano Balan²

Resumo: Este estudo investigou o papel educativo do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA/PCPR) no enfrentamento ao bullying escolar na rede municipal de ensino de Paranaguá-PR através do projeto “Nucria nas Escolas”. O objetivo foi analisar como a atuação do NUCRIA, para além da esfera investigativa, contribui para a conscientização e prevenção do bullying. A metodologia adotou uma abordagem qualitativa, com delineamento de estudo de caso, e coletou dados por meio de formulários eletrônicos. A amostra incluiu 18 participantes, entre policiais civis, profissionais da educação e da rede de proteção. A análise de conteúdo, fundamentada em Bardin (2011), Goffman (1988), Foucault (1987) e Bourdieu (1975), revelou que o bullying é um fenômeno complexo, influenciado por tensões estruturais e violência simbólica. As considerações finais indicam que a atuação educativa do NUCRIA promove a desconstrução do estigma, a ressignificação do habitus e o fortalecimento da vigilância pedagógica, transformando a percepção do bullying de “brincadeira” para uma conduta grave. Embora as ações do NUCRIA demonstrem impacto positivo na dinâmica escolar, a pesquisa aponta a necessidade de continuidade institucional, formação permanente e maior engajamento familiar para a sustentabilidade das mudanças e a superação de desafios logísticos e estruturais. O estudo valida a hipótese de que a atuação educativa do NUCRIA fortalece o controle social dialógico e a cultura de proteção no ambiente escolar.

Palavras-chave: Bullying Escolar; NUCRIA; Segurança Pública; Educação; Paranaguá.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Cientista Social pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). E-mail: bhrandadossantos@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia. E-mail: inv.flaviobalan@pc.pr.gov.br

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O FORTALECIMENTO DA ESCUTA ESPECIALIZADA EM CONTEXTOS POLICIAIS

Bruna Hainosz Ruchinski¹
Luiz Fernando Stachechen²

Resumo: A escuta especializada de crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência é um procedimento delicado que deve, preferencialmente, ser aplicada por profissionais capacitados. Quando executado de forma inadequada, o procedimento de oitiva pode gerar revitimização, o que principalmente para o público infantojuvenil, pode vir a causar danos emocionais duradouros. A Psicologia, considerando todo o conhecimento derivado da área, principalmente no que diz respeito sobre estudos do desenvolvimento humano, pode contribuir de forma significativa nesse processo. Desta forma, o presente trabalho busca apresentar reflexões acerca do procedimento de escuta especializada e da possível contribuição da Psicologia em sua aplicação, buscando também relacionar a relevância dessa integração com a segurança pública, apontando caminhos para a atuação do psicólogo dentro de delegacias de polícia. Utilizando o método de pesquisa bibliográfica, o estudo foi guiado por cinco trabalhos publicados entre os anos de 2020 e 2023, sendo estes os únicos que se encaixam nos critérios de inclusão definidos.

Palavras-chave: Oitiva; Crianças e Adolescentes; Delegacias; Psicologia.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharela em Psicologia pelo Centro Universitário Ugv. E-mail: psibrunaruchinski@gmail.com

2 Orientador(a) - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Psicólogo Judiciário, Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. E-mail: lfst@tjpr.jus.br.

A OUTRA FACE DA RESIDÊNCIA TÉCNICA NO PARANÁ: PRECARIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS RECÉM-FORMADOS

Evelin Emanuele Cordeiro¹
Layliene Kawane de Souza Dias²

Resumo: Este estudo tem como objeto a precarização que atravessa a Residência Técnica (RESTEC) do Paraná e afeta profissionais recém formados. O objetivo é abordar este fenômeno, visando compreender seus impactos para os residentes técnicos. Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa de caráter exploratório e descritivo, os instrumentos de coleta de dados utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Como técnica de análise, optou-se pela análise de conteúdo. A partir dos resultados foi possível identificar que a operacionalização da RESTEC ocorre em uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo que contribui para o processo de formação continuada e para o currículo de profissionais recém formados ao proporcionar experiência prática e título de especialização, também os insere no mercado de trabalho de forma precarizada. Essa transição da academia para o mercado de trabalho acaba sendo marcada por instabilidade financeira e profissional, além de tornar o ambiente de trabalho dos residentes mais suscetível a relações profissionais abusivas. Como consequência os profissionais recém formados acabam ficando mais expostos a situações de assédio moral nos locais de atuação. A instabilidade financeira e profissional, aliada a situações de trabalho abusivas acaba desencadeando o adoecimento psíquico de residentes técnicos, dessa forma se faz necessário pensar em alternativas de enfrentamento a essa situação, como a organização coletiva dos estudantes na luta por garantias de seus direitos e melhores condições de trabalho.

Palavras-chave: Precarização; Residência Técnica; Assédio Moral; Residentes Técnicos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: evelinemanueli@gmail.com

2 Orientador(a) - Orientadora na Universidade Estadual do Paraná. Assistente Social, Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: laylienedms@gmail.com

A TRANSGERACIONALIDADE DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO MANIFESTAÇÃO NECROPOLÍTICA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Gabriele Zaiatz Araujo¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: A presente pesquisa buscou compreender se a transgeracionalidade da violência conjugal de gênero em contextos de vulnerabilidade social pode ser considerada uma manifestação necropolítica. Partiu-se da hipótese de que a violência contra a mulher não é apenas um fenômeno individual ou familiar, mas um processo estruturado historicamente por meio de relações de poder, desigualdade e exclusão social, que podem se perpetuar entre gerações. O escopo eleito para a metodologia foi qualitativo, baseado na revisão bibliográfica de artigos científicos recentes e posterior análise teórica. Nesse âmbito, articulou-se referenciais da psicanálise, da teoria social crítica e dos estudos feministas, com destaque às contribuições de Achille Mbembe e Montserrat Sagot. Os resultados indicaram que a violência conjugal é reproduzida por meio de mecanismos psíquicos, sociais e estruturais, especialmente em contextos marcados pelo racismo estrutural, desigualdade e precarização das condições de vida. Concluiu-se que a transgeracionalidade da violência pode ser compreendida como uma manifestação necropolítica, na medida em que certos corpos, sobretudo femininos, negros e periféricos, são historicamente expostos à morte simbólica e material.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Transgeracionalidade; Necropolítica; Vulnerabilidade Social; Saúde Mental.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Psicologia (Uniguairacá). E-mail: gabizaiatz18@hotmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

A NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA UM OLHAR SOBRE OS MECANISMOS PSICOLÓGICOS E SOCIAIS QUE CONTRIBUEM PARA A PERMANÊNCIA EM RELAÇÕES ABUSIVAS

Jacqueline de Assis Ramos¹

Sandra Garcia Neves²

Resumo: O presente estudo analisa o fenômeno da dificuldade de reconhecimento da violência doméstica por mulheres em situação de violência, com foco na atuação da segurança pública, especialmente nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher. Fundamenta-se na Lei nº 14.188/2021, que tipifica a violência psicológica, e no método materialista histórico-dialético, conforme interpretação de Giannotti (2013). Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, articulada à observação empírica do contexto institucional da Delegacia da Mulher de Campo Mourão. Os resultados evidenciam que a dificuldade de reconhecimento da violência não se restringe a fatores individuais, mas decorre de processos históricos e sociais que estruturam relações desiguais de gênero. Conclui-se que o enfrentamento da violência doméstica exige não apenas instrumentos legais, mas intervenções interdisciplinares que promovam autonomia, consciência crítica e fortalecimento subjetivo das mulheres.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Violência Psicológica; Lei nº 14.188; Delegacia da Mulher; Segurança Pública.

1 Residente - Residente Jacqueline de Assis Ramos Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: jacquelineassis@hotmail.com

2 Orientador(a) - Sandra Garcia Neves - Professora na Universidade Estadual do Paraná - *campus* de Campo Mourão. Doutora em Educação. Formação em Psicologia. E-mail: sandra.neves@unespar.edu.br

SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS CIVIS: A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Jeniffer Leite Lima Duarte¹

Camila Sopko²

Resumo: Este estudo analisa como a sistematização de dados e documentos institucionais sobre a saúde mental de policiais civis pode subsidiar diretrizes de gestão voltadas à promoção da saúde psicossocial. O objetivo geral consiste em compreender de que forma a organização e análise desses registros podem apoiar decisões institucionais mais qualificadas e humanizadas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental com análise qualitativa, de cunho exploratório e descritivo. Foram considerados aspectos relacionados ao trabalho policial, aos registros institucionais e às políticas públicas de saúde voltadas à categoria. Os resultados apontam a presença de fatores de risco associados ao adoecimento psíquico, como sobrecarga de trabalho, exposição contínua à violência e fragilidades nos mecanismos institucionais de cuidado. Evidencia-se, ainda, a importância da atuação do profissional de psicologia em espaços de proximidade com os policiais civis, contribuindo para ações preventivas e de redução de danos. Conclui-se que a sistematização qualificada de indicadores de saúde mental, em consonância com a Lei nº 14.531/2023, pode fortalecer modelos de gestão mais integrados e multidimensionais.

Palavras-chave: Saúde Mental; Gestão Pública; Polícia Civil; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicologia. E-mail: psijenifferleite@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: camila.sopko@gmail.com

INSTITUIÇÃO DE APOIO A MULHER: NORMAS CULTURAIS E A INFLUÊNCIA NA ASSISTÊNCIA OFERECIDA

Jhony Minueza Tavares¹
Tayna Ceccon Martins²
Rafael Yukio Nozima³

Resumo: O presente artigo analisa a influência das normas culturais e dos estereótipos de gênero na dinâmica das instituições de apoio à mulher, considerando seus impactos sobre a escuta, o acolhimento e a qualidade da assistência prestada. A pesquisa caracteriza-se como revisão integrativa da literatura, com levantamento de estudos publicados entre 2018 e 2026, especialmente nas áreas da Psicologia, Saúde Coletiva e Ciências Sociais. Como referencial interpretativo, utiliza-se a Psicologia Analítica, com destaque para os conceitos de inconsciente coletivo, arquétipos e individuação. Os resultados evidenciam que as instituições de apoio não atuam de forma neutra, pois estão inseridas em uma cultura marcada por desigualdades de gênero, moralização da vítima e naturalização de preconceitos. Verificou-se que tais fatores podem produzir revitimização, descrédito do relato feminino e práticas assistenciais atravessadas por julgamentos implícitos. O estudo também aponta a necessidade de transformação institucional por meio de formação continuada, supervisão crítica, qualificação da escuta e revisão dos protocolos de atendimento. Conclui-se que o suporte à mulher deve ultrapassar a aplicação formal de normas legais, incorporando práticas humanizadas, éticas e sensíveis à singularidade das experiências femininas.

Palavras-chave: Normas Culturais; Gênero; Psicologia Analítica; Instituições; Violência Contra a Mulher.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo - Universidade Paranaense/Unipar. E-mail: jhonytavares1993@hotmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

3 Coorientador(a) - Psicólogo - Universidade Paranaense/Unipar. E-mail: psi.rafaelnozima@gmail.com

PROCEDIMENTO OPERACIONAL PADRÃO (POP) COMO FERRAMENTA DE SEGURANÇA ORGÂNICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NUCRIA-FOZ DO IGUAÇU

Joyce Aparecida da Luz Colaço¹

Cristiane Sander²

Viviani Schemmer Tolpho³

Resumo: Este artigo relata a experiência de elaboração e implementação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para assistentes administrativos terceirizados do Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) de Foz do Iguaçu no âmbito da Polícia Civil do Paraná (PCPR). A pesquisa, de abordagem qualitativa na modalidade relato de experiência, foi desenvolvida entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, utilizando observação participante, levantamento documental e mapeamento de fluxos. O problema identificado foi a rotatividade de terceirizados, que gerava lacunas de treinamento, falhas na segurança orgânica e descontinuidade no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. O POP desenvolvido incluiu um diferencial inovador – a seção de Caracterização Institucional – que contempla histórico, base legal, recursos humanos, físicos, materiais e organograma da unidade, promovendo a aculturação imediata do novo colaborador. O documento foi validado pela chefia e equipe de gestão e passou a ser utilizado como ferramenta de padronização e treinamento. Os resultados indicam que o POP atua como barreira de proteção à segurança orgânica, mitiga o erro humano por falta de instrução e garante a preservação da memória administrativa independentemente da substituição de terceirizados. Conclui-se que, mesmo diante das críticas à terceirização no serviço público, é possível desenvolver instrumentos de gestão que assegurem a continuidade e a qualidade do atendimento prestado às vítimas, alinhados aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente e à missão institucional da Polícia Civil do Paraná.

Palavras-chave: Terceirização; Segurança Orgânica; Procedimento Operacional Padrão; Gestão por Processos; NUCRIA.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. E-mail: joyce.colaco@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Doutora em Serviço Social pela Universidade de Kassel (Alemanha). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br

3Coorientador(a) - Agente de Polícia Judiciária lotada ao Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA) - Delegacia Especializada da Polícia Civil do Paraná. Formação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e em Direito pela Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu. E-mail: inv.schemmer@pv.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

ASPECTOS LEGAIS E ÉTICOS DA ATUAÇÃO DE CÃES NAS OPERAÇÕES POLÍCIAIS

Jullyana Ventura de Oliveira¹
Laura Cecília Fagundes dos Santos Braz²

Resumo: O presente artigo analisa os aspectos legais, éticos e de bem-estar animal relacionados à atuação de cães de trabalho nas forças de segurança pública e na polícia científica. Com base nos fundamentos do Direito Animal e da Gestão Pública Ética, discute-se a evolução da proteção jurídica dos animais e a importância do reconhecimento da sciência na utilização de cães em atividades operacionais. O estudo aborda o arcabouço constitucional e infraconstitucional aplicável à cinotecnia policial, bem como os reflexos processuais decorrentes da utilização do faro canino como elemento indicativo de fundada suspeita para ingresso domiciliar. Também são analisados os principais fatores que influenciam o bem-estar desses animais, considerando o modelo dos Cinco Domínios, além do papel do médico-veterinário na promoção da saúde, na prevenção de maus-tratos e no acompanhamento técnico dos cães empregados pelas instituições de segurança. Trata-se de uma pesquisa teórica, qualitativa e documental, que evidencia a necessidade de conciliar a eficiência das atividades policiais com a garantia de condições adequadas de bem-estar, proteção e aposentadoria aos cães de trabalho.

Palavras-chave: Bem-Estar Animal; Cães de Trabalho; Cinotecnia; Operações Policiais com Cães; Segurança Pública.

1 Residente - Residente Jullyana Ventura de Oliveira- Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Medicina Veterinária. E-mail: ohjullyana@gmail.com

2 Orientador(a): Profa. Dra. Laura Cecília Fagundes dos Santos Braz. Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestra em Direito pela Universidade Tiradentes (UNIT), Especialista em Direito Público pela UNIASSELVI e Licenciada em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Mentora de Pesquisa e Escrita Científica. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4655620742116009>.

VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO A PARTIR DOS REGISTROS DE ESCUTA ESPECIALIZADA NO NUCRIA DE LONDRINA (2023–2025)

Jussarah Rodrigues da Fonseca¹
Camila Sopko²
Cristina Fukumori Watarai³

Resumo: A violência contra crianças e adolescentes constitui um grave problema social e de saúde pública, demandando ações articuladas entre os órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos. Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo analisar, de forma quantitativa e descritiva, os perfis dos casos atendidos em escuta especializada no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes (NUCRIA), entre os anos de 2023 a 2025. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e de natureza quantitativa, baseado na análise de dados secundários provenientes de indicadores institucionais. Além disso, foram realizadas análises comparativas para identificar variações ao longo dos três anos. Os dados foram obtidos das planilhas institucionais do setor de escuta especializada, considerando as variáveis: sexo, faixa etária, tipificação da violência e autoria. Os resultados evidenciaram crescimento expressivo dos registros ao longo do triênio, predominância de vítimas do sexo feminino, especialmente adolescentes de 12 a 17 anos, aumento progressivo dos registros envolvendo vítimas do sexo masculino e elevada incidência de violência sexual em todas as faixas etárias analisadas. Verificou-se ainda que a maior parte das ocorrências foi praticada por pessoas com vínculo familiar ou de convivência próxima com a vítima, destacando-se pais, mães, padrastos e conhecidos. Conclui-se que a violência contra crianças e adolescentes apresenta forte caráter intrafamiliar e relacional, reforçando a importância da atuação integrada da rede de proteção, da identificação precoce dos casos e do fortalecimento das políticas públicas de prevenção e enfrentamento.

Palavras-chave: Violência Contra Crianças e Adolescentes; Escuta Especializada; NUCRIA; Segurança Pública; Rede de Proteção.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela UEL – Universidade Estadual de Londrina. E-mail: jussarahfonseca@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: camila.sopko@gmail.com

3 Coorientador(a) - Mestra em Psicologia e Sociedade pela Unesp Assis e Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela UEL. E-mail: cristinawatarai@gmail.com

A RETIRADA DA MEDIDA PROTETIVA NO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA/PR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Luana Portela¹
Cleison Ribeiro Ayres²
Kelvin Nogueira Gomes³

Resumo: A violência doméstica contra a mulher constitui uma das principais expressões das desigualdades de gênero estruturadas historicamente na sociedade brasileira. Nesse contexto, a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, representa um marco jurídico no enfrentamento à violência doméstica, instituindo, entre outros mecanismos, as medidas protetivas de urgência como instrumento de proteção às mulheres em situação de violência. Contudo, observa-se a recorrente retirada dessas medidas pelas próprias vítimas, fenômeno que suscita questionamentos acerca dos fatores sociais que influenciam tal decisão. O objetivo deste estudo foi analisar os elementos sociais, econômicos e familiares identificados na pesquisa como motivo para retirada da medida protetiva, a partir da atuação do Serviço Social na Delegacia da Mulher no município de Araucária, localizado no Estado do Paraná. A atuação ocorreu no período de realização do Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública (RESTEC/GESP), vinculado à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritivo-analítica, fundamentada em análise documental dos registros institucionais de mulheres que solicitaram a medida protetiva e, posteriormente, requereram sua revogação no período de 05 de janeiro de 2026 a 15 de março de 2026. Para sistematização dos dados, foi elaborada tabela contendo variáveis como motivo declarado para retirada, existência de filhos em comum, retomada do vínculo conjugal e inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; Revogação de Medida Protetiva; Serviço Social; Violência Doméstica Contra Mulheres;

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: luanaportela7@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: cleison_ayres@gmail.com

3 Coorientador(a) - Formação em Direito. E-mail: kngce92@gmail.com

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E SEGURANÇA PÚBLICA: ATUAÇÃO INTERDISCIPLINAR NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS BRASILEIRAS NOS ÚLTIMOS 6 ANOS (2020-2026)

Maira Kerolyn de Oliveira Cardoso¹

Nathália Caroline Faria Tago²

Resumo: O presente estudo analisa a violência de gênero no contexto da segurança pública brasileira, com ênfase na atuação interdisciplinar nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) no período de 2020 a 2026. A pesquisa destaca a relevância estratégica do atendimento psicológico como componente essencial para o fortalecimento da rede de proteção e para a qualificação da atuação investigativa. Por meio de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, fundamentada em publicações recentes, investiga-se como a violência de gênero, enquanto fenômeno estrutural e multifacetado, demanda respostas estatais integradas que ultrapassem o modelo exclusivamente repressivo. Nesse sentido, a atuação conjunta de profissionais das áreas jurídica, policial e psicossocial revela-se fundamental para garantir um atendimento mais eficaz e humanizado às vítimas. Os resultados indicam que a ausência de equipes multidisciplinares e de protocolos de acolhimento qualificado contribui para a revitimização institucional e pode comprometer a qualidade das provas testemunhais obtidas no momento da denúncia. Por outro lado, evidências apontam que a inserção de profissionais da psicologia nas DEAMs favorece a estabilização emocional da vítima, melhora a comunicação durante a oitiva e fortalece a continuidade do processo judicial. Conclui-se que a institucionalização da atuação interdisciplinar, com destaque para o atendimento psicológico no interior das unidades policiais, constitui um elemento estratégico para o aprimoramento das políticas de segurança pública voltadas ao enfrentamento da violência de gênero, além de contribuir para a efetividade das diretrizes previstas na Lei Maria da Penha.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher; Segurança Pública; Atuação Interdisciplinar; Atendimento Psicológico.

1 Residente - Maira Kerolyn de Oliveira Cardoso - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga. E-mail: mairakerolyn@gmail.com

2 Orientador(a) - Dra. Nathália Caroline Faria Tago - Economista com formação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2014), mestra em Economia Regional na Universidade Estadual de Londrina - UEL (2017), doutora em Economia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2021). E-mail: nathaliacarolinefaria@hotmail.com

DISTOPIA E PODER: A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM THE HANDMAID'S TALE E SEUS PARALELOS NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Jaqueline de Lima Gevigier¹
Camila Sopko²

Resumo: O artigo analisa as convergências entre a violência de gênero na série *The Handmaid's Tale* e a realidade brasileira (2020-2026). Fundamentado na teoria do patriarcado de Engels e Saffioti, o estudo utiliza abordagem qualitativa e documental para examinar dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública e casos reais de feminicídio e violência vicária. Os resultados indicam que, apesar dos avanços da Lei Maria da Penha, o ambiente doméstico permanece como o núcleo da violência letal, agravado por desvantagens estruturais de raça e falhas na efetividade das Medidas Protetivas de Urgência (MPU).

Palavras-chave: Violência de Gênero. *The Handmaid's Tale*. Feminicídio.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Serviço Social. E-mail: jaquelinelimamarques0@gmail.com

2 Orientador(a) - Mestre e Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) E-mail: camila.sopko@gmail.com

A FALTA DE ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Maria Josiane Sousa de Oliveira¹

Jacqueline Mari Machado²

Resumo: A violência doméstica contra a mulher constitui uma grave violação de direitos humanos e um problema estrutural que persiste na sociedade brasileira. Este artigo tem como objetivo analisar a falta de acesso efetivo às políticas públicas destinadas à proteção e ao acolhimento de mulheres em situação de violência doméstica, evidenciando os principais obstáculos que dificultam sua implementação e utilização. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, com base na análise de legislações, além de estudos acadêmicos e dados oficiais recentes. Os resultados indicam que fatores como a insuficiência de equipamentos públicos, a desigualdade regional, a falta de informação, o despreparo de profissionais e barreiras socioculturais contribuem significativamente para a subutilização dessas políticas. Este artigo também aborda e analisa suas causas, consequências e os desafios para seu enfrentamento. Temas como o conceito e a origem do termo, a relação entre desigualdade de gênero, cultura machista e a da compreensão do gênero como construção social são abordados onde o estudo e análise do papel das políticas públicas e da legislação, com destaque para a Lei Maria da Penha e os princípios da Constituição Federal de 1988, que visam garantir a proteção das mulheres e a promoção da igualdade de direitos se faz necessário. Embora existam instrumentos legais e programas de apoio, a efetividade das políticas públicas ainda é limitada, exigindo maior investimento estatal, integração entre os serviços e estratégias de conscientização para garantir o acesso pleno e a proteção das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Feminicídio; Igualdade de Gênero; Políticas Públicas; Violência.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: josianesousa00@gmail.com

² Orientador(a) -

DOS LIMITES DO RELATO À LEITURA DO SOFRIMENTO: A ESCUTA ESPECIALIZADA DE BEBÊS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

Mariana Monteiro Veiga¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Discute-se o procedimento de Escuta Especializada no âmbito da Segurança Pública, especificamente no Nucia de Maringá, com foco nas suas possibilidades e limitações quanto à inclusão de bebês no procedimento. Constatou-se que o método empregado atualmente exclui sua realização com bebês, em vista da incapacidade para a produção de relato verbal nessa faixa etária. Buscou-se analisar como se dá a leitura do sofrimento na primeiríssima infância a partir do referencial teórico psicanalítico. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-reflexivo, por meio da articulação entre os marcos normativos da proteção infantojuvenil e as contribuições teóricas da psicanálise. Os resultados apontam que a exclusão de bebês fundamenta-se em um equívoco conceitual e metodológico, pois limita-se a fala ao relato verbal. Evidencia-se, a partir do arcabouço analítico, que a fala na primeiríssima infância se manifesta por meio do olhar, da voz, da organização corporal e do brincar. Conclui-se delineando a urgência de ampliar essas discussões no contexto institucional e aponta-se o Instrumento IRDI como uma possibilidade viável para nortear a atuação na proteção integral desse público.

Palavras-chave: Escuta Especializada; Psicanálise; Primeiríssima Infância; Sofrimento Psíquico.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: marianaveigapsi@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO EM CONTEXTOS TRANSFRONTEIRIÇOS: UMA ANÁLISE DO ACORDO DO MERCOSUL

Mayara Cristina Colombo¹
Adriana Accioly Gomes Massa²

Resumo: O presente estudo analisa o acordo denominado Ordem Mercosul de Proteção (OMP), elaborado no âmbito do Mercosul, que prevê o reconhecimento mútuo de medidas de proteção destinadas às mulheres em situação de violência de gênero. A pesquisa parte da problemática da efetividade desses mecanismos jurídicos em regiões de fronteira, com recorte na tríplice fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, marcada por intensa circulação populacional e crescente fluxo migratório regional. O objetivo consiste em verificar se a denominada Ordem Mercosul de Proteção (OMP) representa instrumento eficiente de garantia de direitos ou se enfrenta entraves institucionais e operacionais. Trata-se de pesquisa documental e bibliográfica, de natureza qualitativa e quantitativa, com abordagem descritiva e exploratória. Foram utilizadas legislações nacionais e internacionais, relatórios institucionais contendo dados estatísticos oficiais da Delegacia da Mulher de Foz do Iguaçu fornecidos pelo Centro de Análise, Planejamento e Estatística (Cape), artigos científicos e matérias jornalísticas. A observação participante, decorrente da experiência na Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública junto à Delegacia da Mulher, complementa a análise prática. Os dados indicam demanda contínua de atendimento a mulheres estrangeiras no município, evidenciando a relevância da cooperação regional. Conclui-se que, embora o instrumento represente um avanço normativo no combate à violência de gênero, persistem obstáculos relacionados à burocracia, à ausência de integração entre instituições, às barreiras linguísticas e ao desconhecimento dos mecanismos internacionais de proteção, fatores que comprometem sua plena efetividade em contextos transfronteiriços.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Mercosul; Fronteira; Cooperação Internacional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. E-mail: mayacristinac@gmail.com

2 Orientador(a) - Adriana Accioly Gomes Massa. Formação Graduada em Serviço Social e em Direito. Mestre em Organizações e Desenvolvimento. Doutoranda do Programa de Integração Contemporânea da América Latina (ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: adriaccioly@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

AS REPETIÇÕES NOS RELACIONAMENTOS E SUAS INFLUÊNCIAS NA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Patrícia Naomi Nozawa¹

Flávio Adriano Balan²

Resumo: A violência de gênero constitui um fenômeno complexo que envolve fatores sociais, culturais, históricos e subjetivos, demandando análises que ultrapassem explicações centradas exclusivamente na individualidade. Este estudo teve como objetivo compreender os fatores envolvidos na repetição de vínculos afetivos violentos em mulheres atendidas na Delegacia da Mulher da Polícia Civil do Paraná (PCPR), no município de Cascavel-PR, a partir da perspectiva psicanalítica. Além disso, investigou o conhecimento das participantes acerca da Lei Maria da Penha, dos tipos de violência, do ciclo da violência e dos mecanismos de proteção disponíveis. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada com sete mulheres maiores de 18 anos, por meio de questionários semiestruturados aplicados via Google Forms. Os dados foram analisados conforme os pressupostos da Análise de Conteúdo de Bardin, articulados ao referencial psicanalítico e aos estudos sobre violência de gênero. Os resultados evidenciaram a presença de experiências de violência na infância e adolescência, recorrência de situações violentas no contexto familiar, permanência em relacionamentos abusivos após os primeiros episódios de agressão e repetição de vínculos marcados pela violência. Também foi identificado conhecimento parcial sobre os tipos de violência previstos na Lei Maria da Penha e sobre o ciclo da violência. Conclui-se que experiências precoces podem influenciar a constituição dos vínculos afetivos e contribuir para processos de repetição, ressaltando a importância das redes de apoio, do acesso à informação e do acompanhamento multiprofissional no enfrentamento da violência contra a mulher.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Psicanálise; Repetição; Relações Afetivas.

¹ Residente - Patrícia Naomi Nozawa - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: psipatricianaomi@gmail.com

² Orientador(a) - Flávio Adriano Balan - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: inv.flaviobalan@pc.pr.gov.br

DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO POR LC-MS/MS PARA A DETECÇÃO DE DROGAS RELACIONADAS A ACIDENTES DE TRÂNSITO

Paula Maria Costa¹
Dayse Fernanda de Souza²

Resumo: Os acidentes de trânsito representam importante causa de morbidade e mortalidade no Brasil, sendo o consumo de substâncias psicoativas um dos principais fatores associados à sua ocorrência. Nesse contexto, a toxicologia forense desempenha papel fundamental na identificação dessas substâncias, contribuindo para investigações e ações no âmbito da segurança pública. O presente estudo teve como objetivo desenvolver e otimizar um método analítico utilizando cromatografia líquida acoplada à espectrometria de massas em tandem (LC-MS/MS) para a detecção de estimulantes do sistema nervoso central e metabólitos da cocaína associados a acidentes de trânsito. Foram investigados os seguintes analitos: MDA, MDMA, metanfetamina, anfetamina, cocaína, cocaetileno, benzoilecgonina, ecgonina metil éster e anidroecgonina metil éster. As análises foram realizadas em sistema LC-MS/MS operando em modo de monitoramento de reações múltiplas (MRM), com avaliação de diferentes condições cromatográficas utilizando colunas de fase reversa C18 e bifenil. Foram conduzidas etapas de otimização das condições de fragmentação, determinação dos tempos de retenção e avaliação do comportamento cromatográfico dos analitos em soluções individuais e em mistura. Os resultados demonstram variações na resposta analítica dos compostos quando analisados em mix, com ocorrência de aumento e redução das áreas cromatográficas, sugerindo fenômenos de realce e supressão iônica durante o processo de ionização. Além disso, a coluna Bifenil apresentou melhor resposta analítica para a maioria dos compostos avaliados quando comparada à coluna C18. Dessa forma, o estudo evidenciou a importância da fase estacionária e da avaliação do comportamento dos analitos em soluções multicomponentes.

Palavras-chave: Drogas Psicoativas; Espectrometria de Massas em Tandem; Toxicologia Forense.

1 Residente - Paula Maria Costa - Pós-Graduação em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Biomedicina/UFPR. E-mail: paulam.costa@policiacientifica.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Dayse Fernanda de Souza - Perita Oficial Criminal da Polícia Científica do Paraná. Doutora em Química/UFPR. Farmácia/UFPR. E-mail: dayse.souza@policiacientifica.pr.gov.br

AVALIAÇÃO DE RISCO E PROTEÇÃO DE MULHERES: ANÁLISE DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO FONAR

Raquel Gonçalves Domingos¹
Isabel Cortes da Silva Ferreira²

Resumo: O presente trabalho aborda a avaliação de risco e a proteção de mulheres em situação de violência doméstica, com foco na análise dos indicadores de vulnerabilidade presentes no Formulário Nacional de Avaliação de Risco (FONAR). A persistência da violência doméstica como problema social e de saúde pública evidencia a necessidade de instrumentos capazes de identificar situações de risco e orientar respostas institucionais adequadas. O estudo teve como objetivo analisar os indicadores de vulnerabilidade presentes no FONAR e discutir sua contribuição para a avaliação do risco e para a concessão de medidas protetivas de urgência. A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, com análise de legislações, artigos científicos, estudos institucionais e documentos oficiais relacionados à violência doméstica e à avaliação de risco. Os resultados indicam que fatores como histórico de agressões, ameaças, posse de armas, dependência econômica, isolamento social, comportamento controlador do agressor e presença de filhos podem auxiliar na avaliação do risco. Foi observado que o FONAR pode contribuir para tornar mais objetiva a tomada de decisão e fortalecer a atuação da rede de proteção. O instrumento pode ser compreendido como um avanço no apoio à prevenção da reincidência da violência, embora possa ser aprimorado com a inclusão de indicadores relacionados à violência psicológica, digital e à reavaliação periódica dos casos.

Palavras-chave: Violência Doméstica; FONAR; Avaliação de Risco; Mulheres; Vulnerabilidade.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia no Centro Universitário Filadélfia - UniFil. E-mail: raquelgdomingoss@gmail.com

² Orientador(a)- Mestre e Doutoranda em Direito no Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cortesiaferreira@gmail.com

DO SILÊNCIO À DENÚNCIA: VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM FOZ DO IGUAÇU

Romina Romero Nuñez¹

Cristiane Sander²

Resumo: Este estudo analisa o perfil das notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Foz do Iguaçu (PR), no período de 2020 a 2025, com foco no tipo específico de crime contra a dignidade sexual estupro de vulnerável. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo e transversal, baseada em dados secundários do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), acessados por meio da plataforma DATASUS/TabNet. Foram considerados recortes por faixa etária, sexo, raça/cor, ciclo de vida do autor e vínculo com a vítima, permitindo a identificação de padrões e tendências ao longo do período analisado. Os resultados evidenciam maior concentração de casos na faixa etária de 10 a 14 anos, com predominância expressiva de vítimas do sexo feminino. Observa-se que a maioria dos autores é composta por pessoas adultas, frequentemente inseridas no convívio da vítima, especialmente no ambiente familiar, o que reforça a centralidade das relações de proximidade na ocorrência da violência. Também se identificam indícios de subnotificação, principalmente nas idades mais precoces e em grupos com menor acesso aos serviços. A análise permite compreender padrões de ocorrência da violência e aponta desafios para a atuação institucional, especialmente no fortalecimento das estratégias de identificação, notificação e proteção, bem como na articulação da rede de atendimento voltada à garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Violência Sexual; Estupro de Vulnerável; Crianças e Adolescentes; SINAN; Foz do Iguaçu.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Integração Latino Americana. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Integração Latino Americana. E-mail: roronu1419@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutora em Serviço Social pela Universidade de Kassel/Alemanha. Professora do Curso de Serviço Social (Graduação) e professora do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) do Instituto Latino-Americano Economia, Sociedade e Política (ILAESP) - Universidade Federal da Integração Latino - Americana (UNILA). E-mail: cristiane.sander@unila.edu.br

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: IMPORTÂNCIA DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Tainara Kessia Mainardes¹

Thais Cristina dos Santos²

Resumo: O presente artigo, tem como objetivo geral discutir sobre a importância da rede socioassistencial no enfrentamento à violência contra a mulher. Como objetivos específicos busca-se investigar os tipos de violência caracterizado pela literatura; identificar as principais redes de serviços de atendimento à mulher vítima de violência; categorizar os desafios e potencialidades da rede socioassistencial de acordo com a literatura no Brasil. Como procedimentos metodológicos, pelo caráter qualitativo descritivo, este artigo utilizará da pesquisa bibliográfica a partir do levantamento sistemático de literatura baseado em Pádua (2015) nas bases de dados da CAPES, bem como da análise de conteúdo pela perspectiva crítica dialética. Pretende-se apontar como resultados as perspectivas relacionadas ao atendimento da rede socioassistencial para potencialização dos serviços ofertados pelo serviço social na proteção da mulher e prevenção das violências. Considera-se desta forma, que a importância desta discussão se dá ao fato de que o serviço social tem na violência contra a mulher uma das expressões da questão social a qual deve ser combativa para a materialização do objetivo da defesa intransigente dos direitos humanos e da proteção da vida.

Palavras-chave: Violência; Mulher; Rede Socioassistencial; Proteção.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: tainakessia12@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação Serviço Social. E-mail: thais.pluskota@gmail.com

UMA ANÁLISE JURÍDICO-INSTITUCIONAL DO PAPEL DO PSICÓLOGO NAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS

Talita Silva Garcia¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui um fenômeno de extrema complexidade, pois perpassa fatores sociais, políticos, econômicos e históricos, e resulta em severos danos à saúde física e mental das vítimas. O presente estudo teve como objetivo central compreender a atuação dos profissionais de Psicologia no contexto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), com enfoque especial na etapa do acolhimento inicial e na garantia dos direitos institucionais das mulheres. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa qualitativa baseada em revisão bibliográfica não exaustiva, análise documental e no relato de experiência da pesquisadora como residente técnica na DEAM de Paranavaí. No âmbito jurídico, a fundamentação ancorouse na Constituição Federal e nas diretrizes da Lei Maria da Penha. Verificou-se que a presença do psicólogo pode auxiliar na humanização do ambiente policial, transformando um espaço de repressão criminal em um local de resgate da cidadania. A inserção do psicólogo nas delegacias especializadas pode atuar como um divisor de águas na redução da revitimização secundária, com escuta qualificada e suporte técnico-ético à organização subjetiva necessária para o rompimento do ciclo de abuso. A análise destacou que a atuação interdisciplinar é essencial para que o sistema de justiça não apenas puna o agressor, mas proteja efetivamente a integridade psíquica da mulher. Constatou-se que a integração entre o saber jurídico-policial e o saber psicológico são pilares indispensáveis para a efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero e para a preservação da dignidade das mulheres.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Escuta Qualificada; Violência Doméstica; Lei Maria da Penha; Direitos Humanos das Mulheres.

1 Residente - Talita Silva Garcia - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Psicologia. E-mail: talitagarcia371@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

PERFIL DE AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA LITERATURA PSICOLÓGICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Valdemir Mendes da Silva¹
Luiz Fernando Stachechen²

Resumo: A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma grave violação dos direitos humanos e um relevante problema de saúde pública, demandando análises que contemplem também os autores da violência. Este estudo teve como objetivo analisar como as produções científicas da Psicologia publicadas entre 2020 e 2025 caracterizam o perfil dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica sistematizada. A busca foi realizada nas bases SciELO e PePSIC, utilizando descritores relacionados à violência sexual, crianças, adolescentes e autores da violência. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados cinco artigos para compor o corpus analítico. Os dados foram examinados por meio da análise de conteúdo temática, resultando em quatro categorias: trajetórias de vida, vulnerabilidades e fatores de risco; características psicológicas, crenças e mecanismos de racionalização da violência; perfil sociodemográfico e relação agressor-vítima; e responsabilização, intervenção e prevenção da reincidência. Os resultados evidenciaram a predominância de autores do sexo masculino, geralmente inseridos em contextos de proximidade com as vítimas, além da influência de fatores psicológicos, familiares e sociais na dinâmica da violência. Também foi identificada uma produção científica ainda limitada sobre os autores da violência sexual, em comparação aos estudos voltados às vítimas. Conclui-se que a compreensão desse perfil pode contribuir para o aprimoramento das práticas profissionais da Psicologia e para o fortalecimento de estratégias de prevenção, intervenção e responsabilização.

Palavras-chave: Violência Sexual; Crianças e Adolescentes; Autores de Violência Sexual; Perfil Psicológico; Revisão Bibliográfica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pela FAAR – Faculdades Associadas de Ariqueemes, RO. E-mail: valdemirpsi@hotmail.com

2 Orientador(a) - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); Psicólogo Judiciário, Servidor do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR). E-mail: lfst@tjpr.jus.br

ACOLHIMENTO COMO PRÁTICA POTENCIALIZADORA NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Vinicius Chaves de Andrade¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: O presente estudo aborda o papel do acolhimento no atendimento às mulheres em situação de violência no âmbito da Segurança Pública, considerando a violência de gênero como um problema social e de saúde pública que exige respostas institucionais qualificadas e intersetoriais. O objetivo da pesquisa foi analisar de que forma o acolhimento, entendido como prática ética, técnica e humanizada, contribui para a garantia de direitos e para a redução da revitimização institucional. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, com caráter bibliográfico, fundamentada na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais selecionados conforme critérios de relevância, atualidade e pertinência temática. A análise da literatura indicou que o acolhimento, quando baseado na escuta qualificada, no respeito à singularidade das vítimas e na articulação com a rede de proteção, favorece o fortalecimento do vínculo entre usuárias e instituições, amplia o acesso aos serviços e contribui para a continuidade da busca por apoio. Por outro lado, evidenciaram-se desafios relacionados à capacitação dos profissionais, à padronização dos fluxos de atendimento e à integração intersetorial, que podem comprometer a efetividade do atendimento e a garantia de direitos. Conclui-se que o acolhimento deve ser compreendido como eixo estruturante das práticas institucionais, sendo essencial para a promoção de um atendimento humanizado e para o enfrentamento qualificado da violência contra a mulher no contexto brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Acolhimento; Segurança Pública; Violência; Mulher.

1 Residente - Vinicius Chaves de Andrade - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicólogo - Universidade Paranaense *campus* Francisco Beltrão. E-mail: vinicius.andradectba@hotmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A TEORIA DO ELO NA SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO SOCIAL E DA ATUAÇÃO POLICIAL FRENTE AOS MAUS-TRATOS ANIMAIS NO PARANÁ

Yasmin de Freitas Lopes¹
Emanoel Oliveira dos Santos²

Resumo: Este documento apresenta a análise da percepção social sobre crimes de maus-tratos a animais no Paraná e o papel estratégico da Segurança Pública. O objetivo é avaliar como a atuação policial pode servir como ferramenta de conscientização ambiental e prevenção da violência interpessoal, fundamentada na Teoria do Elo (*Link Theory*). A metodologia consiste em pesquisa bibliográfica, documental e análise de dados estatísticos da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP-PR). Espera-se demonstrar que a repressão aos maus-tratos qualifica a gestão pública e antecipa a identificação de ambientes violentos, promovendo a saúde única e a segurança comunitária.

Palavras-chave: Criminologia Ambiental; Violência Interpessoal; Gestão Estratégica de Segurança; Bem-estar Animal.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Médica Veterinária. E-mail: yasminfreitasl@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professor da UNICENTRO/UEPA/SEDUC-PA. Doutor em Genética/UFPR, Mestre em Biologia Celular/UFPA. E-mail: emanoelprof@gmail.com

PMPR

Polícia Militar do Paraná

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO HOSPITALAR EM UM HOSPITAL DA POLÍCIA MILITAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Juliana Ortiz Kay¹
Jacqueline Mari Machado²

Resumo: A atuação do psicólogo hospitalar constitui-se no encontro entre demandas da hospitalização, dinâmicas institucionais e relações multiprofissionais. O presente estudo teve como objetivo relatar criticamente a experiência da residência técnica no contexto de internamento de um Hospital da Polícia Militar, a partir da atuação do psicólogo hospitalar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva e retrospectiva, no formato de relato de experiência, fundamentada em relatórios elaborados entre fevereiro de 2025 e março de 2026, articulados à literatura da psicologia hospitalar e organizados em eixos temáticos. Os resultados evidenciaram a singularidade do contexto institucional, a diversidade das demandas psicológicas relacionadas ao adoecimento e internamento hospitalar, a necessidade de organização do processo de trabalho e a relevância da atuação multiprofissional. Destacaram-se, ainda, as especificidades do contexto militar e as repercussões emocionais do trabalho no ambiente hospitalar. Considera-se que a atuação do psicólogo hospitalar, embora legítima e necessária, configura-se como um campo em constante construção, sustentado pela articulação entre prática, formação e implicação profissional.

Palavras-chave: Psicologia Hospitalar; Hospitalização; Internato e Residência; Equipe de Assistência ao Paciente; Hospital Militar.

1 Residente - Juliana Ortiz Kay - Psicóloga formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Residente Técnica pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: j.ortizkay@gmail.com

2 Orientador(a) - Jacqueline Mari Machado - Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Psicóloga. E-mail: jqline2@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR NA GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE REALEZA-PR

Amanda Thomé de Lima Souza¹

Rodrigo dos Santos Teixeira²

Resumo: Este artigo analisa o papel do Estudo Técnico Preliminar (ETP) como instrumento fundamental na fase preparatória de obras públicas, sob a égide da Lei nº 14.133/2021. O estudo foca na problemática da “inflação de urgências” nas demandas de infraestrutura da Polícia Militar do Paraná (PMPR), onde a pressão operacional muitas vezes sobrepõe-se à maturidade técnica necessária para a execução. Utiliza-se como estudo de caso o processo de construção da nova sede do 3º Pelotão em Realeza-PR (e-protocolo nº 22.617.028-6), uma demanda de alta complexidade devido a danos estruturais climáticos e prazos contratuais exíguos. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, baseia-se em dados do Relatório Técnico da Comissão (2025) e na análise da Matriz GUT. Os resultados demonstram que a eficácia da Diretoria de Projetos depende da transição de um modelo reativo para um fluxo de priorização baseado em critérios objetivos de viabilidade técnica e fundiária. Conclui-se que o rigor no ETP é o principal mecanismo para garantir a economicidade e a segurança jurídica nas obras de arquitetura institucional.

Palavras-chave: Estudo Técnico Preliminar; Obras Públicas; Lei nº 14.133/2021; Matriz de Priorização; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: thomesouza@hotmail.com

2 Orientador(a) - Supervisor da Residência Técnica. Formação Arquitetura e Urbanismo. E-mail: teixeira_rodrigoss@hotmail.com

SAÚDE MENTAL NA FORMAÇÃO INICIAL DE POLICIAIS MILITARES: IMPACTOS DO ESTRESSE OCUPACIONAL

Ana Beatriz Nunes de Oliveira¹
Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva²

Resumo: Este estudo analisa a saúde mental na formação inicial de policiais militares no estado do Paraná, com foco nos impactos do estresse ocupacional nesse contexto. A formação policial é caracterizada por exigências físicas, emocionais e psicológicas intensas, que podem influenciar o bem-estar dos indivíduos desde o ingresso na carreira. O objetivo geral consiste em analisar os impactos do estresse ocupacional na saúde mental durante a formação inicial, tendo como objetivos específicos identificar fatores estressores, compreender suas consequências psicológicas, examinar a influência da estrutura formativa no bem-estar psíquico e discutir estratégias institucionais de promoção da saúde mental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica em bases acadêmicas. Os resultados indicam que a formação policial apresenta fatores estressores como rigidez disciplinar, pressão por desempenho e elevada carga de treinamentos, podendo desencadear sintomas como ansiedade, irritabilidade e esgotamento emocional. Conclui-se que a adoção de estratégias institucionais, como acompanhamento psicológico e ações preventivas, é fundamental para a promoção do bem-estar psicológico e para a formação de profissionais mais preparados e resilientes.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico; Segurança Pública; Cultura Organizacional; Saúde do Trabalhador; Fatores de Risco Psicossocial.

1 Residente - Residente Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná, Psicóloga. E-mail: nbia1602@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Professora efetiva da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Nutricionista, Mestre em Nutrição e Saúde, Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. E-mail: nara.silva@uftm.edu.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: ESTUDO APLICADO À CONSTRUÇÃO DA SEDE DA 2ª COMPANHIA DO 16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR EM PINHÃO/PR

Andressa dos Santos Viana¹

Yasmin Soraia das Neves²

Resumo: A Lei nº 14.133/2021 reforçou a importância do planejamento nas contratações públicas, destacando o Estudo Técnico Preliminar (ETP) como instrumento essencial para subsidiar decisões administrativas. O presente trabalho tem como objetivo elaborar um ETP para a construção da sede da 2ª Companhia do 16º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, no município de Pinhão-PR. A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso, com abordagem qualitativa e natureza aplicada, fundamentada em análise documental e legislação vigente. Como resultados, apresentam-se o diagnóstico da infraestrutura atual, a comparação de alternativas e a definição da solução mais adequada, apoiada por indicadores e visualização de dados. Conclui-se que o ETP contribui para maior eficiência, racionalidade e transparência na gestão de obras públicas voltadas à segurança pública.

Palavras-chave: Licitações Públicas; Planejamento; Segurança Pública; Obras Públicas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bacharel em Engenharia Civil. E-mail: andressa.dviana@gmail.com

2 Orientador(a) - Policial Militar do Estado do Paraná. Formação Bacharel em Engenharia Civil. E-mail: yasmin.neves@pm.pr.gov.br

A INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2026 E A COMPETÊNCIA INVESTIGATIVA EM CONFRONTOS POLICIAIS COM RESULTADO MORTE OU LESÃO NO PARANÁ

Bilal Mohamed Rahal¹
Rodrigo de Jesus Camargo²

Resumo: Este artigo analisa a Instrução Normativa Conjunta nº 001/2026 como instrumento de harmonização institucional na apuração de ocorrências com resultado morte ou lesão corporal decorrentes de intervenção policial no Estado do Paraná. O estudo tem como objetivo compreender de que forma a normativa contribui para a definição da competência investigativa, para a preservação da prova e para a segurança jurídica dos órgãos envolvidos. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com caráter descritivo-exploratório, desenvolvida por meio de análise bibliográfica, documental e normativa. Constatou-se que a atuação integrada entre Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Ministério Público pode reduzir conflitos de atribuição, fortalecer a cadeia de custódia e qualificar a resposta estatal em casos de elevada complexidade. Conclui-se que a normativa representa avanço relevante para a gestão da segurança pública, ao estabelecer fluxos mínimos de atuação, reforçar o controle institucional e contribuir para maior transparência nas investigações.

Palavras-chave: Segurança Pública; Competência Investigativa; Polícia Militar; Letalidade Policial; Harmonização Institucional.

1 Residente - Pós graduando e Residente técnico em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel em Direito pela Universidade Metropolitana de São Paulo (UNISMESP). E-mail: billrahal@hotmail.com

2 Orientador(a) - Orientador no Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Santa Amélia (Unisecal). E-mail: camargorodrigoadv@gmail.com.br

A SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DO ESTRESSE OCUPACIONAL NA GESTÃO DE EQUIPES E PROPOSTAS DE PROGRAMAS DE APOIO PSICOLÓGICO ENTRE 2020 E 2026

Bruno Henrique Costa¹
Nathália Caroline Faria Tago²

Resumo: Este trabalho aborda a saúde mental dos profissionais de segurança pública no Brasil, com foco no impacto do estresse ocupacional na gestão de equipes no período de 2020 a 2026. O tema é relevante diante das condições adversas enfrentadas por esses profissionais, como exposição à violência, pressão psicológica e elevada responsabilidade social, fatores que contribuem para o adoecimento mental e comprometem o desempenho organizacional. O objetivo do estudo foi analisar como o estresse ocupacional influencia a saúde mental desses trabalhadores e de que forma esse processo impacta a dinâmica de gestão nas instituições de segurança pública. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica de literatura, com base em livros, artigos científicos, dissertações e documentos oficiais, selecionados em bases de dados acadêmicas, considerando publicações dos últimos anos. Os resultados evidenciam que o sofrimento psíquico desses profissionais está associado a fatores organizacionais e culturais, incluindo a ausência de políticas estruturadas de apoio psicológico e o estigma em relação à saúde mental. Conclui-se que é fundamental a implementação de estratégias institucionais que promovam o bem-estar psicológico, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos profissionais e para a eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Palavras-chave: Saúde Mental; Segurança Pública; Estresse Ocupacional; Gestão de Equipes; Políticas Públicas.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: brunohcosta2205@gmail.com

² Orientador(a) - Dra. Nathália Caroline Faria Tago - Economista com formação pela Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP (2014), mestra em Economia Regional na Universidade Estadual de Londrina - UEL (2017), doutora em Economia pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2021). E-mail: nathaliacarolinefaria@hotmail.com

A CONTRIBUIÇÃO DO CIRURGIÃO – DENTISTA NA DETECÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Caroline Moura Schmockel¹
Deiweson de Souza Monteiro²

Resumo: A violência contra a mulher representa um grave problema de saúde pública global, com repercussões físicas e psicossociais severas. O objetivo desta revisão de escopo foi elucidar a importância e o papel do cirurgião-dentista na identificação de lesões decorrentes de agressão física em mulheres, destacando sua atuação no cuidado integral e suporte multidisciplinar. A metodologia seguiu o Guideline Prisma, com buscas nas bases PubMed, SciELO e Web of Science, resultando em uma amostra final de nove artigos para análise detalhada. Os resultados evidenciaram que as regiões de cabeça, face e pescoço são as mais atingidas, com alta prevalência de traumas bucomaxilofaciais, fraturas dentárias e lacerações em tecidos moles. Além dos danos físicos, observaram-se impactos significativos na saúde mental das vítimas, como depressão e limitações sociais. Conclui-se que o cirurgião-dentista possui uma posição estratégica na detecção precoce da violência devido à sua área de atuação profissional. Entretanto, a literatura aponta a necessidade de maior preparo técnico e a implementação de protocolos específicos para que esses profissionais superem barreiras como o receio e a falta de confiança na abordagem dos casos. A atuação integrada e o acolhimento humanizado são fundamentais para o fortalecimento da rede de proteção e garantia do bem-estar das pacientes.

Palavras-chave: Cirurgião-dentista; Violência Contra a Mulher; Traumatismo Bucomaxilofacial; Saúde Pública.

1 Residente - Caroline Moura Schmockel- Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Odontologia. E-mail: schmockel070@gmail.com

2 Orientador(a) - Deiweson de Souza Monteiro - Cirurgião-dentista pela Universidade Federal do Pará (2023). Mestre em Farmacologia e Bioquímica pela UFPA. Doutorando em Odontologia pela UFPA. E-mail: deiwesonmonteiro@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

IMPACTO E ATUAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR NO PROGRAMA MULHER SEGURA NA REGIÃO DO 30º BPM

Celeste Laverde Severino da Silva¹
Marcelo Bordin²

Resumo: O presente estudo analisa a evolução normativa da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e seus impactos sociais, com enfoque na implementação de políticas públicas no Estado do Paraná, especialmente por meio do Programa Mulher Segura. A pesquisa aborda marcos internacionais de proteção às mulheres, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e a Convenção de Belém do Pará, bem como a responsabilização internacional do Brasil no caso Maria da Penha. Examina-se, ainda, a atuação da Polícia Militar, os instrumentos legais de proteção, os dados empíricos relacionados às medidas protetivas de urgência e os reflexos na redução dos índices de feminicídio. Utiliza-se metodologia qualitativa, com base em análise legislativa, dados institucionais e estudos aplicados na área do 30º Batalhão da Polícia Militar de Londrina. Conclui-se que a integração entre os órgãos de segurança pública e o sistema de justiça tem contribuído significativamente para o enfrentamento da violência doméstica, embora persistam desafios estruturais e operacionais. Para isso, o programa se estende a todos os órgãos de segurança pública do estado, porém o enfoque é da atuação da Polícia Militar e seu impacto no programa em uma área delimitada ao 30º BPM.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Políticas Públicas; Segurança Pública; Polícia Militar; Lei Maria da Penha.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Direito. E-mail: laverdeceleste@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Bolsista da UNESPAR. Geógrafo, Cientista Político, Mestre em Geografia e Doutor em Sociologia. E-mail: marcelobordin05@gmail.com

ENTRE A DISCIPLINA E A AUTONOMIA: PERCEPÇÕES DOCENTE SOBRE A GESTÃO MILITARIZADA NO 5º COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DE FOZ DO IGUAÇU/PR

Daiane Couto Vieira Valim¹
Simone Alves Emed²

Resumo: Este estudo analisa as percepções dos professores do 5º Colégio da Polícia Militar de Foz do Iguaçu (CPM-FI/PR) acerca da influência da gestão militarizada sobre a autonomia pedagógica e o desenvolvimento das práticas educativas. A pesquisa adotou abordagem quanti-qualitativa, caracterizando-se como estudo de caso, com utilização de análise documental e aplicação de questionário a 30 docentes da instituição. Os dados quantitativos foram analisados por meio de estatística descritiva, enquanto as respostas discursivas foram submetidas à categorização temática. Os resultados indicam que a estrutura militar é percebida predominantemente como elemento organizador do ambiente escolar, contribuindo para a disciplina, a segurança, a redução de conflitos e o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Os participantes não identificam a gestão militarizada como fator limitador da autonomia docente, embora apontem a necessidade de aperfeiçoar aspectos relacionados à comunicação institucional, ao diálogo entre os setores pedagógico e militar e à participação nos processos decisórios. Conclui-se que a gestão militarizada é avaliada de forma majoritariamente positiva pelos participantes, evidenciando a possibilidade de coexistência entre disciplina institucional e autonomia pedagógica, desde que sejam fortalecidos mecanismos de diálogo, participação e cooperação institucional.

Palavras-chave: Militarização da Educação; Gestão Escolar; Autonomia Docente; Prática Pedagógica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar (2024). E-mail: dayanecvvalim@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos LatinoAmericanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

COMUNICAÇÃO INTERNA ENTRE SEÇÕES DO CPE/PMPR: DESAFIOS E IMPACTOS OPERACIONAIS

Esperança Francisco André¹
Simone Alves Emed²

Resumo: A comunicação interna desempenha papel estratégico nas instituições de segurança pública, especialmente em unidades que dependem da integração entre diferentes setores para o planejamento, coordenação e execução de suas atividades. Nesse contexto, o presente estudo analisou os desafios da comunicação interna entre as seções do Comando de Policiamento Especializado (CPE) da Polícia Militar do Paraná, buscando compreender seus impactos na gestão, no planejamento e na execução operacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa predominante, caráter descritivo e exploratório. Participaram do estudo 24 policiais militares que atuam em diferentes seções do CPE. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado aplicado na plataforma Google Forms, contendo questões abertas e fechadas sobre os fluxos de comunicação, dificuldades encontradas e possibilidades de aprimoramento dos processos comunicacionais. Os resultados indicaram que, embora os participantes avaliem positivamente os canais de comunicação utilizados, persistem desafios relacionados à padronização dos fluxos informacionais, à definição de responsabilidades e à integração entre as seções. As análises evidenciaram que falhas comunicacionais, ainda que não frequentes, podem gerar impactos na coordenação das atividades e demandar ajustes operacionais. Conclui-se que a comunicação interna exerce papel fundamental na integração organizacional do CPE, sendo recomendados investimentos em protocolos de comunicação, fortalecimento da cooperação entre setores e aprimoramento dos mecanismos de compartilhamento de informações, visando maior eficiência institucional e operacional.

Palavras-chave: Comunicação Interna. Polícia Militar do Paraná. Gestão da Segurança Pública. Comunicação Organizacional. Integração Institucional.

1 Residente - Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e Graduada em Administração Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: esperancafrancisco34@gmail.com

2 Orientador(a) - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO ÉTICA E LEGAL NA ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR

Gabriel dos Santos Amaral¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: A atuação da Polícia Militar do Paraná está diretamente ligada à proteção da ordem pública e dos direitos fundamentais do cidadão. Nesse sentido, a formação do militar estadual constitui-se como base fundamental para garantir uma atuação profissional alinhada aos princípios constitucionais e direitos humanos. O presente artigo aborda a atuação da Polícia Militar do Paraná, diretamente ligada à proteção da ordem pública e dos direitos fundamentais do cidadão. Nesse contexto, a formação do militar estadual constitui-se como base fundamental para garantir uma atuação profissional alinhada aos princípios constitucionais e aos direitos humanos. O objetivo deste estudo é analisar a relevância da educação continuada, dos cursos de formação e dos regulamentos internos, verificando como contribuem para uma atuação legítima, proporcional e respeitosa da segurança pública na prestação de seus serviços. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e documental sobre legislações e regulamentos, além da análise de artigos acadêmicos e dados relacionados a desvios de conduta e suas possíveis causas. Espera-se, ao final, demonstrar que a formação ética e legal reduz significativamente a ocorrência de abusos, fortalecendo a imagem da instituição e promovendo uma cultura de respeito mútuo entre a polícia e a sociedade. O estudo busca ainda sugerir caminhos para o aprimoramento da formação continuada dos militares estaduais.

Palavras-chave: Polícia Militar; Formação Ética; Direitos Humanos; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formado em Direito pela faculdade UniDomBosco e pós graduado em Direito Digital e Lei Geral de Proteção de Dados pelo Gran Centro Universitário. Policial Militar do Estado do Paraná. E-mail: gabrielamaralcontato973@gmail

2 Orientador(a) - Rafael Bruno Cassiano de Moraes - Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, onde também se graduou em Direito. Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Advogado. E-mail: advogadomoraistrafael@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS MILITARES: IMPACTOS DA JORNADA E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Gabriel Vinicius da Silva¹
Ademar Vieira Neto²

Resumo: O presente estudo analisa os impactos da jornada de trabalho na saúde mental de policiais militares, com ênfase nas escalas de serviço e nas condições organizacionais da atividade policial. A problemática central parte da relação entre sobrecarga laboral, exposição constante ao risco e o desenvolvimento de sofrimento psíquico. O objetivo consiste em compreender como a organização do trabalho influencia o adoecimento mental desses profissionais, considerando aspectos como jornada prolongada, atividade operacional e cultura institucional. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em produções científicas da área da Psicologia do Trabalho, Saúde do Trabalhador e Segurança Pública, além da análise de documentos institucionais e material jornalístico. Os resultados indicam que a jornada de trabalho extensa, associada à atividade operacional intensa e à rigidez hierárquica, constitui um fator central na produção de estresse ocupacional, favorecendo o desenvolvimento de transtornos como ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Constatou-se ainda que a sobrecarga laboral compromete o descanso, as relações sociais e a qualidade de vida dos policiais, ampliando o desgaste físico e emocional. Conclui-se que o adoecimento psíquico nessa categoria deve ser compreendido como um fenômeno multifatorial e estrutural, exigindo mudanças institucionais que priorizem a humanização do trabalho, a redução da carga horária e a implementação de políticas de promoção da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde Mental; Polícia Militar; Jornada de Trabalho; Estresse Ocupacional; Burnout.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia. E-mail: gabrielvinciussilva.psi@gmail.com

2 Orientador(a) - Oficial discente do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Policiais Militares (CAO) - Turma 2024. Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia Policial Militar do Guatupê. Bacharel e Pós-Graduado em Direito. E-mail: ademarnv@pm.pr.gov.br

ESTEREOTIPIAS COMPORTAMENTAIS EM EQUINOS DE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Gabrielly Aparecida Lopes da Silva¹
Matheus Henrique Berno²

Resumo: As estereotipias em equinos caracterizam-se por comportamentos repetitivos, invariáveis e desprovidos de função aparente, frequentemente associados a estados de estresse resultantes de manejo inadequado, restrições ambientais e limitação da expressão do comportamento espécie-específico. Desse modo, foi realizado uma pesquisa quantitativa voltada para o contexto de estereotipias comportamentais em equinos de trabalho, pertencentes à cavalaria militar RPMon - Regimento da Polícia Montada do Paraná, onde desempenham papel fundamental no patrulhamento montado, sendo amplamente utilizados em atividades como policiamento urbano, controle de distúrbios civis e ações de proximidade com a comunidade, o que evidencia sua importância de estrutura estratégica e social. Entretanto, as exigências da rotina operacional de patrulhamento e instrução podem favorecer o desenvolvimento dessas alterações comportamentais, impactando diretamente o bem-estar e o desempenho funcional dos animais. Diante desse contexto, o presente estudo tem por objetivo realizar uma revisão de literatura acerca das principais estereotipias comportamentais observadas em equinos de cavalaria militar, abordando suas causas, manifestações clínicas e implicações no trabalho de policiamento montado no contexto da segurança pública.

Palavras-chave: Equinos; Estereotipias; Cavalaria; Manejo; Bem-estar Animal.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: gabrielly.lopes27@yahoo.com

² Orientador(a) - Médico Veterinário do Centro Veterinário da Polícia Militar do Paraná - CVPM. Bacharel em Medicina Veterinária. E-mail: matheus_hberno@hotmail.com

A RELEVÂNCIA DA PREVENÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA ODONTOLÓGICA: UMA ANÁLISE DA LITERATURA CIENTÍFICA

Gislaine Facco¹
Thais Regina Ravazi de Souza²

Resumo: A saúde bucal é um componente integral da saúde geral, e sua negligência pode levar a uma série de problemas, tanto orais quanto sistêmicos. As doenças bucais, como a cárie e a doença periodontal, são altamente prevalentes, impactando a qualidade de vida e gerando altos custos para os sistemas de saúde. Neste contexto, a atenção primária odontológica surge como uma estratégia fundamental, focando em ações de prevenção e promoção da saúde. O presente artigo tem como objetivo central analisar, através de fontes bibliográficas a relevância da atenção primária odontológica, destacando seu impacto na redução de morbidades, na melhoria do acesso aos serviços e na otimização de recursos. justificando a escolha do tema pelo fato desta ser crucial por atender na prevenção, promoção e tratamento básico da saúde bucal, sendo a porta de entrada na busca da solução dos problemas de saúde bucal. Para tanto, a metodologia de pesquisa adotada foi a pesquisa bibliográfica, com o desejo de concluir que investir em programas preventivos na atenção primária é essencial para a construção de um sistema de saúde mais equitativo e eficaz, visto que quanto mais se investe na prevenção, será menos oneroso não só para o Estado, mas também para os usuários, além de promover uma melhor qualidade de vida para os envolvidos, trazendo-lhes de volta a dignidade humana e fortalecendo a sua autoestima e interação social.

Palavras-chave: Odontologia. Atenção Primária. Prevenção. Saúde Coletiva.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada em Odontologia CESCAGE Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (2017-2021). Especialista em Prótese Dentária (2022-2024). Especialista em Implantodontia (2022-2024). E-mail: faccogis@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutoranda em Práticas Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2022). Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (2020). Possui graduação em Educação Física pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2004), graduação em Letras Português e Inglês pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2013), graduação em Nutrição pelo Centro universitário Unifatecie (2025). Pós-graduação em Gestão Pública (2025), em Ciência da Felicidade e Bem-estar integrativo (2024) e em Educação Especial (2007). E-mail: thaisravazii@gmail.com

TRANSTORNOS TEMPOROMANDIBULARES EM POLICIAIS SOB ESTRESSE CRÔNICO

Helena Machado Carlos¹
Deiweson de Souza Monteiro²

Resumo: A atividade policial é uma profissão marcada por agentes estressores na rotina do trabalho. Considerando o caráter multifatorial da etiologia dos transtornos temporomandibulares, o presente estudo tem como objetivo identificar e analisar a produção científica sobre os transtornos temporomandibulares em policiais sob estresse crônico. Dessa forma, foi realizada uma revisão de escopo a fim de mapear aspectos importantes sobre o tema. As buscas foram feitas nas bases PubMed/Medline, Web of Science e na base Scielo. Foram identificadas 8 publicações após aplicação dos critérios de elegibilidade e exclusão de duplicatas. Dentre os principais achados, o bruxismo e a disfunção temporomandibular foram as condições clínicas mais investigadas. Além disso, os dados revelaram uma associação entre a qualidade de vida, a ansiedade, e o estresse com os sintomas da disfunção temporomandibular. Os resultados apontam para a necessidade de uma abordagem multiprofissional e estratégica, dada a natureza psicossocial dessas condições. Conclui-se que o diagnóstico precoce e o acompanhamento odontológico devem ser integrados aos protocolos de saúde ocupacional das instituições. Tais medidas são fundamentais para mitigar os impactos do estresse crônico, visando a preservação da capacidade ocupacional e a promoção do bem-estar dos servidores da segurança pública.

Palavras-chave: Disfunção Temporomandibular; Bruxismo; Polícia Militar; Estresse Crônico; Estresse Ocupacional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Cirurgiã-dentista. E-mail: hellolena3@gmail.com

2 Orientador(a) - Deiweson de Souza Monteiro - Cirurgião-dentista pela Universidade Federal do Pará (2023). Mestre em Farmacologia e Bioquímica pela UFPA. Doutorando em Odontologia pela UFPA. E-mail: deiwesonmonteiro@gmail.com

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA ENTRE JOVENS: O PAPEL DO PEDAGOGO NA FORMAÇÃO CIDADÃ E NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Karen Claudino da Silva¹
Vanessa Elisabete Raue Rodrigues²

Resumo: A violência entre jovens constitui um desafio social que também se expressa no cotidiano escolar, especialmente no ensino médio da rede pública estadual, onde diferentes formas de conflito atravessam as relações entre estudantes, professores e equipe pedagógica. Nesse contexto, a escola assume uma função que ultrapassa a transmissão de conteúdos, passando a atuar também na formação cidadã, na promoção do diálogo e na construção de práticas voltadas à convivência respeitosa. Este artigo tem como objetivo analisar a influência da escola na prevenção da violência entre jovens, com ênfase no papel do pedagogo na mediação de conflitos e no fortalecimento de ações educativas voltadas à cidadania. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em produções que discutem juventude, violência, escola, mediação e prática pedagógica. A análise indica que a atuação do pedagogo é relevante na organização de estratégias preventivas, no acompanhamento das relações escolares e na promoção de ações formativas que favoreçam a escuta, o respeito mútuo e a resolução pacífica de conflitos. Conclui-se que a escola, quando comprometida com uma perspectiva formativa e humanizadora, pode contribuir de forma significativa para a prevenção da violência entre jovens e para a construção de um ambiente escolar mais democrático e acolhedor.

Palavras-chave: Violência Escolar; Juventude; Pedagogo; Formação Cidadã; Mediação de Conflitos.

1 Residente - Karen Claudino da Silva- Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Pedagogia. E-mail: karenclaudinodasilva@gmail.com

2 Orientador(a) - Vanessa Elisabete Raue Rodrigues- Professora da Universidade do Centro Oeste- UnicentroGuarapuava- Paraná. Formação Pedagogia. E-mail: vanessarodrigues@unicentro.br

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO COLÉGIO MILITAR

Karen Daline Faquinete Pereira¹

Tayná Ceccon Martins²

Resumo: O presente estudo analisa a atuação do psicólogo escolar em Colégios Militares, com foco na promoção da saúde mental no contexto educacional. Diante do aumento das demandas emocionais entre adolescentes, como ansiedade, depressão e conflitos interpessoais, a escola passa a ser compreendida como espaço estratégico de cuidado e desenvolvimento integral. O objetivo da pesquisa foi compreender a atuação do psicólogo escolar nesses contextos, verificar a contribuição do ambiente escolar para a saúde mental, analisar a atuação da Psicologia Escolar no Brasil e identificar potencialidades e fragilidades nos Colégios Militares. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e analítico, desenvolvida por meio de revisão de literatura em artigos científicos, documentos legais e produções teóricas da área. Os resultados indicam que a escola desempenha papel fundamental na promoção da saúde mental, especialmente por meio de ações preventivas, acolhimento e fortalecimento de vínculos. No Brasil, a Psicologia Escolar evoluiu de uma perspectiva individualizante para uma atuação crítica e institucional. Nos Colégios Militares, destacam-se potencialidades relacionadas à organização, disciplina e desempenho acadêmico, mas também fragilidades associadas às demandas subjetivas dos estudantes, intensificadas por contextos de maior controle institucional. Conclui-se que a atuação do psicólogo escolar é essencial para mediar essas dimensões, promovendo práticas mais humanizadas, fortalecendo a escuta institucional e contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Saúde Mental; Psicologia Escolar; Colégio Militar; Educação; Adolescência.

1 Residente - Karen Daline Faquinete Pereira - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Psicologia. E-mail: psi.karendaline@gmail.com

2 Orientador(a) - Tayná Ceccon Martins - Mestra em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina/Uel, Psicóloga e Bacharela em Direito. E-mail: ceccontayna@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PSICOLOGIA DAS MASSAS E SEGURANÇA PÚBLICA: UM ESTUDO PSICANALÍTICO

Lara Beatriz Mantovani da Costa¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender o conceito de massa a partir do texto “Psicologia das massas e análise do Eu”, de Sigmund Freud (1921), e analisar em que medida a estrutura organizacional da Polícia Militar pode ser compreendida como uma massa. A partir das atividades desenvolvidas no Programa de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública, realizadas no 2º Comando Regional da Polícia Militar do Paraná, busca-se entender aspectos estruturais e subjetivos da instituição. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, baseada em revisão bibliográfica dos textos sociais freudianos. Inicialmente, apresenta-se o conceito de massa, destacando suas características fundamentais: a relação entre os membros da instituição, marcada pela identificação, e a presença de uma liderança estruturante. Em seguida, discute-se a possível articulação dessas noções com elementos institucionais da Polícia Militar, como o uso da farda, a hierarquia e o exercício da autoridade. Espera-se que o referencial freudiano ofereça contribuições relevantes para a compreensão da instituição.

Palavras-chave: Psicanálise; Massa; Polícia; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. E-mail: larabeatrizmantovanicosta@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DO USO DE TECNOLOGIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

Luan Mickael da Rocha¹
Rosangela Teresinha da Silva da Rocha²

Resumo: A inteligência artificial (IA) tem se consolidado como uma tecnologia central na reconfiguração das políticas públicas, especialmente na segurança pública, por meio de aplicações como reconhecimento facial, vigilância inteligente e análise preditiva. Embora prometa ganhos de eficiência, otimização de recursos e maior capacidade de resposta estatal, sua adoção suscita riscos relevantes à proteção de direitos fundamentais, à transparência decisória e à reprodução de desigualdades estruturais. Este artigo tem como objetivo analisar criticamente a produção acadêmica brasileira recente (2020–2025) sobre o uso da IA na segurança pública, com ênfase em implicações éticas e de direitos humanos. Trata-se de pesquisa qualitativa, exploratória e documental, baseada em revisão de literatura nas bases SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES, com critérios de inclusão e exclusão definidos. Os resultados indicam três eixos: eficiência operacional, riscos de discriminação algorítmica e déficit regulatório. Evidencia-se que sistemas podem reproduzir vieses, afetando desproporcionalmente grupos vulneráveis, além de ampliar práticas de vigilância e reduzir a explicabilidade das decisões. Conclui-se que a implementação da IA requer governança robusta, com transparência, accountability, avaliação de impacto e participação social, de modo a compatibilizar inovação tecnológica e proteção de direitos humanos no contexto da segurança pública. Ademais, recomenda-se o desenvolvimento de marcos normativos nacionais e protocolos técnicos para uso responsável, bem como capacitação institucional e mecanismos de controle social. A pesquisa contribui ao sintetizar evidências e apontar caminhos para políticas públicas mais justas, seguras e compatíveis com a ordem constitucional brasileira e os compromissos internacionais de direitos humanos vigentes.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Segurança Pública; Direitos Humanos.

1 Residente - Luan Mickael da Rocha - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Técnico em Jogos Digitais. E-mail: luanmrocha22@gmail.com

2 Orientador(a) - Rosangela Teresinha da Silva da Rocha - Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica e Materiais da UTFPR. Formação: Enfermeira. E-mail: darocha.rosangela@gmail.com

LESÕES CERVICAIS NÃO CARIOSAS: IMPACTOS DO ESTRESSE, BRUXISMO E ANSIEDADE OCUPACIONAL

Lucas Collodel¹
Thais Regina Ravazi de Souza²

Resumo: As lesões cervicais não cariosas (LCNCs) são caracterizadas pela perda de estrutura dentária na região cervical sem envolvimento bacteriano, apresentando etiologia multifatorial (Grippe *et al.*, 2012; Teixeira *et al.*, 2020). O bruxismo destaca-se como fator importante, frequentemente associado ao estresse e à ansiedade (Lobbezoo *et al.*, 2018; Manfredini *et al.*, 2017). Profissionais da segurança pública apresentam elevados níveis de estresse ocupacional (Souza *et al.*, 2022), favorecendo hábitos parafuncionais. Este estudo analisa a relação entre estresse ocupacional, bruxismo e LCNCs por meio de revisão de literatura (2015-2025). Os estudos indicam associação significativa entre essas variáveis (Salgado *et al.*, 2021).

Palavras-chave: Lesões Cervicais Não Cariadas; Bruxismo; Estresse Ocupacional; Policiais.

1 Residente - Lucas Collodel - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação odontologia. E-mail: dr.lucascollodel@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutoranda em Práticas Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2022). Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (2020). Possui graduação em Educação Física pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2004), graduação em Letras Português e Inglês pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí (2013), graduação em Nutrição pelo Centro universitário UniFatecie (2025). Pós-graduação em Gestão Pública (2025), em Ciência da Felicidade e Bem-estar integrativo (2024) e em Educação Especial (2007). E-mail: thaisravazii@gmail.com

ENTRE FARDA E SUJEITO: UMA LEITURA PSICANALÍTICA DO SOFRIMENTO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Maria Eduarda Rovani Cattusso¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Este estudo propõe uma reflexão sobre o sofrimento psíquico no âmbito da Polícia Militar do Paraná, com base em uma perspectiva psicanalítica. A farda, além de sua função operacional, pode ser vista como um componente simbólico, que contribui para a formação da identidade profissional e da organização subjetiva do policial militar. Relaciona-se a experiência institucional à castração simbólica, como um agente que estabelece limites, regula desejos e direciona a inserção do sujeito na sociedade. O objetivo da pesquisa foi entender como as demandas institucionais afetam a subjetividade, particularmente os processos que podem promover sofrimento mental. O estudo teve caráter teórico-reflexivo, com enfoque qualitativo, baseado em referenciais psicanalíticos e em trabalhos contemporâneos que abordam a saúde mental no âmbito da segurança pública. Concluiu-se que, ao simbolizar a lei institucional, a farda pode atuar como mediadora em processos de contenção subjetiva, que podem, por sua vez, dificultar a expressão e a compreensão do sofrimento pelo próprio sujeito. Essa dinâmica se agrava em situações caracterizadas por alta exigência, risco e rigidez normativa. A compreensão do sofrimento psíquico na Polícia Militar exige considerar a dimensão subjetiva e aponta a necessidade de estratégias institucionais que acolham o policial para além de sua função laboral.

Palavras-chave: Psicanálise; Polícia Militar; Sofrimento Psíquico; Saúde Mental.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga pelo Centro Universitário de Pato Branco e Pós-graduada em Psicanálise Clínica (ESPE). E-mail: eduardacattusso@gmail.com

² Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

PREVENÇÃO DE LESÕES CUTÂNEAS EM EQUINOS UTILIZADOS NO POLICIAMENTO MONTADO

Mariana Monteiro Caleffi¹
Matheus Henrique Berno²

Resumo: O policiamento montado constitui uma importante estratégia de atuação das Polícias Militares no Brasil, especialmente no contexto da segurança pública ostensiva. Nesse cenário, os equinos desempenham papel fundamental como agentes auxiliares, exigindo adequado manejo, treinamento e cuidados veterinários. O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores relacionados à ocorrência de lesões cutâneas em equinos utilizados no policiamento montado, classificando-as em leves, moderadas e graves, bem como propor medidas preventivas voltadas à melhoria do bem-estar animal e à eficiência operacional das unidades de cavalaria. A metodologia adotada consiste em revisão bibliográfica de caráter qualitativo, associada à coleta de dados por meio de formulário estruturado (Google Forms), com base em informações do Centro Veterinário da Cavalaria da Polícia Militar do Paraná (CVPM). Os resultados indicam, tanto na literatura quanto nos dados coletados, que as lesões cutâneas estão diretamente associadas ao manejo inadequado, uso de equipamentos, condições ambientais e fatores operacionais. Conclui-se que a adoção de protocolos preventivos contribui significativamente para a redução dessas lesões, promovendo maior longevidade funcional dos equinos.

Palavras-chave: Policiamento Montado; Equinos; Lesões Cutâneas; Prevenção; Bem-estar Animal.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Medicina Veterinária. E-mail: mariana.m.caleffi@gmail.com

² Orientador(a) - Médico Veterinário do Centro Veterinário da Polícia Militar do Paraná - CVPM. Bacharel em Medicina Veterinária. E-mail: matheus_hberno@hotmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL DA PMPR SOB A LENTE DA TEORIA DAS JANELAS QUEBRADAS

Matheus Lucio Lizardo¹

William Timóteo²

Resumo: A segurança pública apresenta-se como uma das principais demandas sociais contemporâneas, exigindo atenção e uma atuação eficaz das instituições responsáveis. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicação da Teoria das Janelas Quebradas no âmbito da Polícia Militar do Paraná (PMPR), investigando os impactos na segurança pública e na imagem da instituição perante a população. Busca-se, com isso, compreender de que forma as práticas de policiamento voltadas à manutenção da ordem contribuem não apenas para a redução da criminalidade, mas também para o fortalecimento da sensação de segurança social. Ademais, examina-se ainda o papel da comunicação institucional da PMPR, tanto no âmbito interno quanto externo, com ênfase na relação com a mídia e com a sociedade. A pesquisa adota como metodologia a revisão bibliográfica, a partir da análise de obras e publicações acadêmicas que abordam a Teoria das Janelas Quebradas e os efeitos da comunicação institucional na construção de ambientes socialmente seguros. Como resultado, pretende-se estabelecer um paralelo entre os fundamentos teóricos e as práticas de comunicação e policiamento adotadas pela Polícia Militar do Paraná, evidenciando suas contribuições para a ordem e a segurança pública.

Palavras-chave: Segurança Pública; Polícia Militar; Teoria das Janelas Quebradas; Comunicação Institucional; Ordem Social.

1 Residente - Especializando e Residente Técnico em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Graduado em Jornalismo pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). E-mail: matheuslizardo@outlook.com

2 Orientador(a) - Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor da Faculdade Unida de São Paulo (FAUSP). Professor convidado da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Professor Orientador da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Pesquisador do Centro de Pesquisas Jurídicas e de Estratégias Públicas e Privadas Antidiscriminação - UFS/ CNPq. Advogado. E-mail: williamtimoteo@hotmail.com

A PATRULHA MARIA DA PENHA DO PARANÁ COMO ATOR DA REDE DE ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Natalia Tiepolo Kochinski¹

Caroline Ivanski Langer²

Resumo: O presente trabalho propõe tratar no tocante a atuação da Patrulha Maria da Penha (PMP) sob a lente da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, situando a Patrulha como ator de extrema importância da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Destrincha-se sobre a Rede de Enfrentamento, seus eixos estruturantes e atores envolvidos, sua diferença da rede de atendimento, para então descrever sobre o que é a Patrulha Maria da Penha e como sua atuação se encaixa nessa rede. O estudo foi feito por meio de pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, usando como base documentos normativos, legislações e diretrizes, além de outros artigos científicos. Conclui-se que, mesmo entre lacunas encontradas na atuação da PMP, esta se compreende como um ator de enfrentamento a violência contra a mulher não apenas no combate, mas igualmente na prevenção desta violência, reforçando a necessidade de ampliar a atuação deste ator, para alcançar, de maneira plena, todo o estado do Paraná.

Palavras-chave: Patrulha Maria da Penha; Rede de Enfrentamento; Violência Doméstica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social pela PUCPR. Pós graduação em Gestão Pública pela UEPG. E-mail: nataliatiepolo@hotmail.com

2 Orientador(a) - Mestra em História (UFPR). Especialista em Pedagogia: Gestão e Docência (PUCPR). Licenciada em História (PUCPR). Bacharela em Biblioteconomia (Uniassevi). E-mail: caroline.langer@hotmail.com

INDICADORES ODONTOLÓGICOS NO DIAGNÓSTICO DO ABUSO INFANTIL

Nemily Goerck¹
Deiweson de Souza Monteiro²

Resumo: O abuso infantil constitui uma grave problemática social e de saúde pública, caracterizado por negligência, violência física, psicológica e sexual contra crianças e adolescentes. A identificação precoce desses casos ainda representa um desafio, especialmente devido à subnotificação e à dificuldade de reconhecimento dos sinais clínicos. Nesse contexto, o cirurgião-dentista desempenha papel fundamental, uma vez que grande parte das lesões decorrentes de maus-tratos acomete a região maxilofacial, frequentemente examinada na prática clínica odontológica. O presente estudo teve como objetivo reunir e sumarizar os principais indicadores odontológicos no diagnóstico do abuso infantil, visando ampliar a capacidade dos profissionais na identificação de possíveis vítimas. Trata-se de uma revisão de escopo da literatura, conduzida conforme as diretrizes do guideline internacional PRISMA. Os resultados evidenciaram que as manifestações clínicas mais frequentemente associadas ao abuso infantil incluem fraturas ósseas e dentárias, hematomas, lacerações, queimaduras e marcas de mordida. Essas lesões acometem principalmente lábios, pescoço, dentes e tecidos moles orais. Observou-se ainda que, na maioria dos casos, os agressores são familiares ou pessoas próximas da vítima. Além disso, verificou-se que muitos cirurgiões-dentistas ainda se encontram despreparados para reconhecer e conduzir adequadamente esses casos, o que contribui para a subnotificação. Dessa forma, destaca-se a importância da capacitação profissional para identificação de sinais e sintomas de abuso infantil, garantindo a adoção de condutas éticas e legais adequadas e contribuindo para a proteção das vítimas.

Palavras-chave: Abuso Infantil; Indicadores Odontológicos; Crianças.

1 Residente - Nemily Goerck - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Odontologia. E-mail: nemily_go@hotmail.com

2 Orientador(a) - Deiweson de Souza Monteiro - Cirurgião-dentista pela Universidade Federal do Pará (2023). Mestre em Farmacologia e Bioquímica pela UFPA. Doutorando em Odontologia pela UFPA. E-mail: deiwesonmonteiro@gmail.com

A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO NO COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR: CONHECIMENTO, DISCIPLINA E VALORES

Patricia Adriano¹
Adriana Tessaro Will²

Resumo: O presente artigo analisa a formação integral nos Colégios da Polícia Militar (CPMs) do Paraná, focando na tríade: conhecimento, disciplina e valores. Através de pesquisa qualitativa e documental fundamentada no Projeto Político Pedagógico (PPP), o estudo investiga como o modelo cívico-militar articula o ensino acadêmico com atividades extracurriculares e suporte preparatório para o ensino superior. Os resultados indicam que a integração entre rigor disciplinar, incentivo ao esporte, cultura e ciência resulta em elevados índices de aprovação em vestibulares concorridos. Conclui-se que o sucesso do modelo reside na oferta de uma formação multidimensional que prepara o jovem para os desafios da cidadania e da vida acadêmica profissional.

Palavras-chave: Formação Integral; Educação Militar; Desempenho Acadêmico; Valores Éticos; Atividades Extracurriculares.

1 Residente - Patricia Adriano - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Pedagogia.

2 Orientador(a) - Adriana Tessaro Will - Pedagoga do Colégio da Polícia Militar do Paraná. Formação Pedagogia, com Mestrado em Educação.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM ESCOLAS MILITARIZADAS: CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR, DAS PRÁTICAS RESTAURATIVAS E DA EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL

Tatiane Ribeiro Alves¹

Simone Alves Emed²

Resumo: A convivência escolar tem sido marcada por desafios relacionados à gestão de conflitos, à indisciplina e à prevenção da violência no ambiente educacional. No contexto das escolas militarizadas, esses desafios apresentam características específicas, uma vez que tais instituições se fundamentam em princípios como disciplina, hierarquia e respeito à autoridade. Nesse cenário, torna-se relevante compreender como estratégias pedagógicas voltadas à mediação de conflitos podem contribuir para a construção de ambientes escolares mais democráticos e humanizados. Este estudo tem como objetivo analisar a mediação de conflitos no ambiente escolar militar como instrumento de gestão escolar, prevenção na área da segurança pública e promoção de práticas restaurativas e da educação socioemocional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, método que possibilita reunir, analisar e sintetizar produções acadêmicas sobre o tema. Foram selecionados estudos publicados em bases científicas e obras de referência nas áreas de educação, mediação de conflitos e justiça restaurativa, com ênfase na gestão de conflitos no contexto escolar. Os resultados evidenciam que abordagens baseadas exclusivamente em práticas punitivas apresentam limitações no enfrentamento dos conflitos escolares. Em contrapartida, estratégias fundamentadas na mediação, nas práticas restaurativas e na educação socioemocional favorecem o fortalecimento da cultura de paz e o desenvolvimento de competências relacionadas ao diálogo, à empatia e à responsabilidade social. Conclui-se que a mediação de conflitos, articulada à gestão escolar e às práticas educativas voltadas à formação integral dos estudantes, constitui importante instrumento para a construção de ambientes escolares mais participativos, respeitosos e comprometidos com a convivência democrática.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos; Gestão Escolar; Escolas Militarizadas; Práticas Restaurativas; Educação Socioemocional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduada Pedagogia Licenciatura plena pela Universidade Estadual do Paraná. Professora da Educação Infantil no Município de Porto União -SC. E-mail: tati.ribeiro.a@hotmail.com

2 Orientador(a) - Graduada em Pedagogia - Licenciatura plena pelo Centro Universitário Dinâmica das Cataratas (2011). Especialista *Lato Sensu* em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental pelo Centro Universitário Cesumar (2017). Especialista *Lato Sensu* em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Dinâmica Cataratas (2020). Especialista *Lato Sensu* em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Mestra em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. (2025). Professora da Educação Infantil no Município de Foz do Iguaçu - PR. E-mail: professorasimoneemed@gmail.com

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA: ANÁLISE DO PROCESSO LICITATÓRIO EM UM ÓRGÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ APÓS A LEI Nº 14.133/2021

Taylon Brutus Barros Steffens¹

Denise Pineli Chaveiro²

Resumo: A gestão eficiente das contratações públicas constitui elemento fundamental para o funcionamento das instituições de segurança pública, uma vez que a aquisição adequada de bens e serviços influencia diretamente sua capacidade operacional. Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021 promoveu mudanças significativas no sistema de contratações públicas brasileiro, reforçando princípios como planejamento, governança, transparência e eficiência. O presente estudo teve como objetivo analisar o processo licitatório em um órgão de segurança pública do estado do Paraná após a promulgação da Lei nº 14.133/2021, identificando fatores que influenciam a eficiência administrativa das contratações públicas. A pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de estudo de caso. A coleta de dados foi realizada por meio de análise documental e observação, abrangendo processos administrativos de contratação e documentos da fase de planejamento, como o Documento de Formalização de Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR) e editais de licitação. Os resultados evidenciaram que a qualidade da fase de planejamento influencia diretamente a celeridade dos processos, sendo o retrabalho processual um dos principais fatores associados ao aumento do tempo de tramitação. Também foram identificadas dificuldades relacionadas à atualização documental de fornecedores no Sistema Gestão de Materiais e Serviços (GMS), gerando interrupções e sucessivos ciclos de regularização. Conclui-se que a eficiência das contratações públicas depende não apenas do cumprimento das exigências legais, mas também da capacidade institucional dos órgãos públicos em promover planejamento adequado, capacitação técnica e utilização eficiente de ferramentas tecnológicas.

Palavras-chave: Contratações Públicas; Eficiência Administrativa; Segurança Pública; Licitações; Gestão Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: taylonbrutus@hotmail.com

2 Orientador(a) - Denise Pineli Chaveiro - Mestra em Direito Constitucional Econômico pelo Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Especialista em Direito Processual e Docência Universitária. Formada em Direito. Professora nos cursos de graduação e pós de graduação na área jurídica. Assessora no TJGO. E-mail: denisepineli@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

PSICOLOGIA NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Thaís Andrade Brito¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar a atuação da Psicologia no sistema prisional brasileiro, com ênfase nos principais desafios e nas possibilidades de intervenção profissional nesse contexto. Tratou-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em revisão não sistemática da literatura, que contemplou produções científicas acerca do sistema prisional, saúde mental e psicologia jurídica. O sistema penitenciário brasileiro apresenta condições marcadas por superlotação, precariedade estrutural e violações de direitos, fatores que impactam diretamente a saúde mental das pessoas privadas de liberdade. Nesse cenário, a atuação do psicólogo mostra-se atravessada por limitações institucionais, demandas burocráticas e escassez de recursos, ao mesmo tempo em que se configura como um espaço potencial de promoção de saúde, escuta qualificada e construção de estratégias de ressocialização. Assim, o estudo discutiu de que forma o profissional da Psicologia pode atuar de maneira ética e crítica, única forma verdadeiramente possível de contribuir para a humanização das práticas no sistema prisional e para minimizar os efeitos danosos do encarceramento sobre a subjetividade dos indivíduos.

Palavras-chave: Psicologia Jurídica; Sistema Prisional; Saúde Mental; Ressocialização; Atuação Profissional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: thaisandradebrito@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

O TRABALHO NO REGIME SEMIABERTO COMO FONTE DE RESSOCIALIZAÇÃO

Wellington Atalipio Ibiapino Borges¹

Willian Vieira Costa Zonatto²

Resumo: O sistema carcerário brasileiro registrou um crescimento de aproximadamente 900% desde 1990, alcançando, em 2024, a marca de 900 mil pessoas privadas de liberdade. Diante deste cenário, o problema de pesquisa concentra-se nos elevados índices de reincidência criminal e na fragilidade das políticas públicas voltadas à transição do indivíduo do ambiente prisional para o convívio social. O objetivo geral deste estudo é demonstrar como o trabalho, durante o cumprimento da pena, atua como pilar indispensável no processo de ressocialização, mitigando os impactos da estigmatização e da falta de qualificação profissional. A metodologia fundamenta-se em uma pesquisa qualitativa e exploratória, com base em levantamento bibliográfico e análise documental da Lei de Execução Penal (LEP). Os resultados e contribuições esperadas indicam que a atividade laboral, além de viabilizar a remição da pena, promove a dignidade da pessoa humana, reduz a ociosidade intra-muros e prepara o apenado para as demandas do mercado de trabalho contemporâneo. Ademais, evidencia-se que a colaboração entre a gestão pública e o setor privado pode reduzir custos operacionais e gastos estatais com o sistema penitenciário. Conclui-se que o trabalho prisional é uma ferramenta estratégica de segurança pública e inclusão, essencial para a reconstrução de trajetórias individuais e para a redução da criminalidade em âmbito coletivo.

Palavras-chave: Trabalho Penitenciário; Ressocialização; Lei de Execução Penal; Gestão Pública; Regime Semiaberto.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito. E-mail: borges.wb86@gmail.com

2 Orientador(a) - Willian Vieira Costa Zonatto - Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Unioeste, 2020). Bacharel em Direito. Professor na Descomplica UniAmérica Centro Universitário. E-mail: willian.zonatto@descomplica.com.br

CLIMA ORGANIZACIONAL E CONFIANÇA INSTITUCIONAL NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ: MOTIVAÇÃO E ENGAJAMENTO COMO MEIO DE EVITAR UMA CRISE DE LEGITIMIDADE

William Bach¹

Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento Silva²

Resumo: O objetivo do estudo é apresentar uma análise do clima organizacional da Polícia Militar do Estado do Paraná, especialmente quanto à postura da instituição em relação à motivação e ao engajamento dos servidores, a fim de evitar uma crise de legitimidade. Para tanto, o estudo pauta-se em pesquisa bibliográfica, trazendo à tona as reflexões das doutrinas da área, complementada por pesquisa de campo realizada por meio de questionário aplicado de forma anônima e digital aos policiais militares. Analisa-se, no decorrer do estudo, as condições de trabalho, liderança, remuneração, satisfação pessoal, relacionamento com os colegas organização do trabalho, valorização e percepção pela sociedade. Os resultados demonstram que, apesar de parte dos entrevistados sentirem orgulho da profissão e motivados no trabalho, há também níveis de insatisfação sobre outros aspectos muito importantes relacionados a gestão de pessoas, reconhecimento do profissional e liderança. O estudo pode contribuir, não apenas, para ampliar o campo de conhecimento em relação aos constructos motivação e engajamento, como também para despertar o interesse em estudos que envolvam formas de melhorar o serviço público brasileiro.

Palavras-chave: Gestão de Pessoas; Justiça Procedimental; Desempenho Policial; Reconhecimento Profissional; Legitimidade Institucional.

1 Residente - Acadêmico de Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Gestão da Tecnologia da Informação pela Universidade de Franca, Graduando em Direito, Policial Militar do Paraná. E-mail: williambach26@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Professora efetiva da Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM, Nutricionista, Mestre em Nutrição e Saúde, Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos. E-mail: nara.silva@uftm.edu.br

SESP

Secretaria de Estado da Segurança Pública

RECONHECIMENTO FACIAL EM PROVAS PERICIAIS: ESTUDO COMPARATIVO NA SESP/PR E POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ

Adilson Leonardo Morgado Cabaça¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: A administração de bancos biométricos na segurança pública enfrenta desafios críticos relacionados à poluição visual, gerada por cadastros duplicados e imagens com oclusões severas, o que compromete a eficácia da identificação criminal e eleva o risco de falsos positivos. Aliado a isso, cresce a preocupação com o tratamento ético de dados sensíveis. Para mitigar estes gargalos operacionais e jurídicos, este trabalho propõe o desenvolvimento de um microsserviço de auditoria e triagem algorítmica para a SESP/PR, estruturado sob a arquitetura modular C4. A solução atua como uma barreira preventiva em dispositivos de borda, operando via CPU. O fluxo de trabalho integra deduplicação por hashing, classificação semântica de oclusões via rede neural YOLOv8-n, vetorização de marcos fiduciais com ArcFace e agrupamento espacial não supervisionado utilizando DBSCAN. Os resultados empíricos demonstraram que o modelo YOLOv8-n alcançou 100% de acurácia no conjunto de validação, alocando apenas 3,10 MB de memória RAM e entregando uma latência de 86,36 ms por quadro. A etapa de clusterização geométrica mapeou 1.875 assinaturas biométricas, isolando 32 outliers e consolidando 1.843 identidades únicas. Conclui-se que o sistema viabiliza uma triagem eficaz, unindo alto desempenho computacional e respeito à privacidade, descartando anomalias na origem antes da indexação definitiva.

Palavras-chave: Visão Computacional; Biometria Facial; Segurança Pública; YOLOv8; *Edge Computing*.

1 Residente - Graduado em Engenharia da Computação pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Pós-graduando em Gestão de Segurança Pública (Unespar). Pós-graduação em Ciência de Dados e Inteligência Artificial pelo Senai e especialista em Ciência de Dados pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrando pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná em Informática Aplicada com foco em IA. E-mail: engenheiroadilsoncabaca64@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

VIOÊNCIA PSICOLÓGICA CONTRA A MULHER: IMPLICAÇÕES DA DEFINIÇÃO LEGAL NA PRÁTICA AVALIATIVA PERICIAL NO CONTEXTO POLICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

Ana Vitória Vidal Baron¹

Fabiane Fortes²

Resumo: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, abrangendo investigação empírica institucional policial e análise teórico-bibliográfica a respeito do tema da violência contra a mulher no Estado do Paraná. Verificou-se que, após a tipificação da violência psicológica como crime no Código Penal Brasileiro (art. 7º, inciso II da Lei Maria da Penha), não fora criado, no âmbito da Segurança Pública do Estado, um protocolo operacional público específico para avaliação e investigação da sintomatologia em supostas vítimas do crime. O estudo tem como objetivo expor a relevância da realização da perícia psicológica ainda em fase pré-processual, em inquérito policial, além de discutir uma possibilidade concreta de atuação do psicólogo em cargo de Perito Oficial na Polícia Científica do Paraná, envolvendo a realização de perícias psicológicas em crimes deste tipo.

Palavras-chave: Violência Psicológica; Lei Maria da Penha; Dano Emocional; Perícia Psicológica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Psicologia. E-mail: anavitoriabaron@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação: Ciências Biológicas. Mestrado: Bioquímica e Doutorado em Ciências Médicas. E-mail: fabiane.fortes@unespar.edu.br

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DECORRENTE DE FALSAS DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: O EQUILÍBRIO ENTRE A PROTEÇÃO DA VÍTIMA E A GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

André Luís Seniski¹
Alan José De Oliveira Teixeira²

Resumo: O presente artigo analisa a responsabilidade civil do Estado nos casos em que medidas protetivas de urgência ou prisões cautelares são aplicadas com base em denúncias comprovadamente falsas de violência doméstica. Utilizando-se de revisão bibliográfica e análise da legislação vigente, discute-se o conflito entre o dever de proteção imediata à mulher e o direito à integridade moral do indivíduo. Conclui-se que, embora o Estado deva agir preventivamente, a negligência na verificação de provas ou a manutenção de restrições após a comprovação do dolo da denunciante pode gerar o dever de indenizar sob a égide da responsabilidade objetiva.

Palavras-chave: Violência Doméstica; Medida Protetiva de Urgência; Responsabilidade Civil do Estado.

1 Residente - Major do Quadro de Oficiais do Estado Maior da Polícia Militar do Paraná. Especialista em Segurança Pública com Ênfase em Políticas Públicas pela IFPR e Mestrado Profissional pela Academia Policial Militar do Guatupê (APMG). E-mail: seniski@pm.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Professor da graduação em Direito da Faneesp/Araucária e professor orientador na Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Mestre em Direito pelo PPGD/Uninter e doutorando em Direito do Estado pela UFPR. Advogado. Assessor técnico e Compliance Officer na Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. E-mail: alanjose2011@live.com

MILITARISMO E SAÚDE MENTAL: REFLEXÕES PSICANALÍTICAS A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

André Luiz Moleta¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: Este estudo aborda a saúde mental dos Policiais Militares do Estado do Paraná, a partir da investigação da relação entre a estrutura do militarismo e o adoecimento psíquico desses profissionais. O problema de pesquisa concentra-se em como a organização militar, pautada pela hierarquia e disciplina rígidas, pode impactar o bem-estar subjetivo dos policiais. O objetivo geral é compreender os impactos do militarismo na saúde mental dos policiais, buscando identificar de que maneira a lógica da repressão institucional opera e se converte em quadros de sofrimento. A metodologia empregada é o relato de experiência, sob uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-reflexivo. A coleta de dados ocorreu no âmbito do programa de Residência Técnica, utilizou a manutenção de um diário de campo e a escuta analítica dos relatos colhidos no local de atuação do residente. Para o tratamento das informações, utilizou-se a teoria psicanalítica freudiana como referencial na análise de dados, pois permite uma interpretação dos processos inconscientes e das defesas psíquicas mobilizadas pela estrutura institucional. Espera-se que a pesquisa evidencie como a repressão inerente ao militarismo silencia o sujeito do inconsciente e contribui para o desenvolvimento de psicopatologias e, com isso, forneça subsídios para ampliar as discussões sobre políticas de cuidado e suporte psicológico dentro da corporação.

Palavras-chave: Saúde Mental; Militarismo; Psicanálise; Relato de Experiência.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: andre.moleta@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

MONITORAMENTO ELETRÔNICO SIMULTÂNEO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE PROTEÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: ANÁLISE DO PROJETO-PILOTO MES NO ÂMBITO DO PROGRAMA MULHER SEGURA NO ESTADO DO PARANÁ

Ariane Fernanda Neves dos Santos¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: A violência doméstica e familiar contra a mulher permanece como uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil. Em 2024 foram registrados 1.492 feminicídios, o maior número desde a tipificação do crime em 2015. Tal número escalou para 1.568 casos em 2025, fato que evidencia o agravamento alarmante do fenômeno. Paralelamente, em 2024, mais de 101.656 medidas protetivas de urgência foram descumpridas, o que demonstra a insuficiência dos mecanismos tradicionais de proteção. Nesse contexto, o Estado do Paraná instituiu o Projeto-Piloto de Monitoração Eletrônica Simultânea (MES), no âmbito do Programa Mulher Segura, o projeto prevê quatro componentes tecnológicos integrados: dispositivo de monitoração eletrônica do agressor, dispositivo eletrônico de proteção à mulher, software de monitoramento e infraestrutura de datacenter. Inicialmente implementado nas cidades de Curitiba e Foz do Iguaçu, o MES representa uma inovação concreta na fiscalização das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. O presente artigo analisa a estrutura normativa, os componentes tecnológicos, os fluxos operacionais e os impactos esperados do Projeto-Piloto MES e investiga sua eficácia como instrumento de proteção às mulheres em situação de violência doméstica. A metodologia adotada é qualitativa e documental. Os resultados apontam que a monitoração eletrônica simultânea representa um avanço significativo na política pública de segurança ao permitir alertas em tempo real e fomentar a atuação coordenada entre as instituições do sistema de justiça.

Palavras-chave: Medidas Protetivas; Monitoração Eletrônica; Política Pública; Proteção à Mulher; Violência Doméstica.

1 Residente - Ariane Fernanda Neves dos Santos - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Administração. E-mail: arianefnsantos@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

CONSEGs E A SEGURANÇA PÚBLICA NO PARANÁ: UMA ABORDAGEM DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Bianca Thassiane de Lima¹
Rafael Bruno Cassiano de Moraes²

Resumo: Este artigo analisa a relevância e o reconhecimento institucional dos Conselhos Comunitários de Segurança (CONSEGs) no Estado do Paraná, destacando seu papel como ferramenta auxiliar para a consolidação do policiamento comunitário. Através de uma abordagem qualitativa e pesquisa documental, o estudo investiga como a sociedade civil organizada, atuando de forma voluntária e apartidária, colabora com as forças de segurança estaduais na formulação de políticas públicas preventivas. A pesquisa destaca a atuação do Centro Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG) como órgão coordenador e facilitador dessa integração. Como resultados, são apresentados projetos práticos de sucesso, como o “Projeto Câmera Panorâmica”, o “Projeto Acolher” e a ação “Mulheres em Ação”, que evidenciam a eficácia da coparticipação cidadã na redução da criminalidade e na promoção da paz social. Conclui-se que o fortalecimento dos CONSEGs é indispensável para a transição de um modelo de segurança puramente ostensivo para um modelo preventivo, cidadão e integrado.

Palavras-chave: Conselhos Comunitários de Segurança; Policiamento Comunitário; Participação Cidadã; Políticas Públicas Preventivas; Segurança Pública.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Direito e pós graduada em direito digital, LGPD e Cibersegurança pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: bianca.thassiane@outlook.com

² Orientador(a) - Professor orientador da Universidade Estadual do Paraná. Doutorando e Mestre em Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Professor de Direito Penal. Advogado criminalista. E-mail: advogadomoraibrafael@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: AS DROGAS COMO OBJETO DE ESTUDO E AÇÃO

Caetano Burgos Deflon¹
Daiany Lara Massias Lopes Sgrinholi²

Resumo: Este artigo contém uma breve revisão das medidas que as gestões estaduais do Paraná tomaram frente às diferentes abordagens sobre políticas de drogas no Brasil a partir da divulgação da Constituição Federal de 1988, com enfoque em apresentar e contextualizar conceitos e visões da saúde pública em relação aos programas e legislação adotados através das Secretarias, bem como observar em que ponto diferentes órgãos da administração pública trabalham juntos, por fim, oferece, sugestões de como este método de análise pode ser seguido, seja dentro do Paraná ou ainda em outros estados.

Palavras-chave: Administração; Leis; Normativas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia. E-mail: caetanobd@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestre em Promoção da Saúde. E-mail: daianysgrinholi@gmail.com

APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA RFID NO CONTROLE DE VESTÍGIOS ARMAZENADOS EM ACERVOS DA POLÍCIA CIENTÍFICA: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA UM ESTUDO DE CASO

Cesar Augusto Januario¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: A gestão de vestígios em centrais de custódia da Polícia Científica exige integridade probatória, rastreabilidade, eficiência e auditoria. A identificação por radiofrequência (RFID) surge como alternativa tecnológica para automatizar o inventário, reduzir erros e registrar movimentações em tempo quase real. Este artigo analisa a adequação do RFID ao controle de vestígios periciais, focando na cadeia de custódia, interferência de objetos metálicos/eletroeletrônicos e seleção de *tags*/embalagens compatíveis. A metodologia empregou revisão bibliográfica de artigos científicos, relatórios técnicos e normas sobre RFID e gestão de evidências. Os resultados indicam que o RFID é viável e vantajoso para centrais de custódia, especialmente quando combinado com leitores portáteis, portais fixos, *middleware* e integração a sistemas de registro. Contudo, sua adoção é limitada por reflexão/atenuação de sinal em superfícies metálicas, heterogeneidade dos acondicionamentos, falta de padronização de embalagens e necessidade de testes de campo. Conclui-se que a implementação deve ser híbrida e gradual, utilizando predominantemente *tags* passivas UHF para inventário e localização, *tags* especiais *on-metal* para armas e objetos metálicos, e *tags* ativas/semiativas apenas para itens de alto valor ou risco. Desta maneira, o sucesso da solução depende mais da padronização da cadeia de custódia e da engenharia do ambiente do que da simples aquisição de equipamentos.

Palavras-chave: RFID; Cadeia de Custódia; Vestígios Forenses; Centrais de Custódia; Rastreabilidade; *Tags* Inteligentes.

1 Residente - Cesar Augusto Januario - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar). Tecnologia da Informação - Análise e Desenvolvimento de Sistemas de Informação. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). E-mail: cesar.januario@policiacientifica.gov.pr.br.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL, SISTEMA PENAL E GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI Nº 10.216/2001 E DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 487/2023 À LUZ DO PARADIGMA DA SEGURANÇA HUMANA

Clayton Agostinho Auwerter¹

Sandra Marcia Duarte²

Resumo: O presente artigo examina a interface entre política de saúde mental e gestão da segurança pública no Brasil, à luz da Lei nº 10.216/2001, da Resolução CNJ nº 487/2023 e do conceito de segurança humana consagrado pela Resolução 66/290 da Assembleia Geral da ONU. A pesquisa parte da crítica ao modelo custodial historicamente aplicado às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, cuja racionalidade se aproxima do que Foucault (Foucault, 2014, p. 195), descreve como dispositivos disciplinares de controle social. A Reforma Psiquiátrica brasileira, influenciada pelo pensamento de Basaglia (Basaglia, 1985, p. 27), propôs a superação do paradigma manicomial e a centralidade do cuidado em liberdade, incorporada normativamente pela Lei nº 10.216/2001 (Brasil, 2001). Contudo, no campo das medidas de segurança, persistem tensões estruturais decorrentes da lógica da periculosidade e da indeterminação temporal, criticadas por Ferrajoli e Zaffaroni sob a perspectiva do garantismo penal e da contenção do poder punitivo (Ferrajoli, 2014, p. 35); (Zaffaroni, 2001, p. 89). A Resolução CNJ nº 487/2023 busca alinhar o Poder Judiciário às diretrizes da política antimanicomial, determinando a superação do modelo hospitalocêntrico (CNJ, 2023). Entretanto, sua efetividade depende de articulação federativa, financiamento adequado e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial. À luz do paradigma da segurança humana (UNITED NATIONS, 2012), conclui-se que a política de saúde mental no sistema penal constitui dimensão estratégica da segurança pública, exigindo integração intersetorial e compromisso institucional para evitar processos de desinstitucionalização precários e novas formas de exclusão.

Palavras-chave: Saúde Mental; Segurança Pública; Medidas de Segurança; Garantismo Penal; Segurança Humana.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Gestão Pública/IFPR. Pós Graduado em Gestão Pública com Ênfase em Direitos humanos/UEPG. E-mail: claytonauwerter@policiapenal.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

A PERMANÊNCIA DE CRIANÇAS EM CONTEXTO PRISIONAL NO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Eliza Beatriz de Abreu¹
Cleison Ribeiro Ayres²

Resumo: Este trabalho analisa em que medida a permanência de crianças no sistema prisional do Estado do Paraná está alinhada às garantias de proteção integral. A partir de uma análise documental apresenta-se um panorama normativo complexo e a crescente necessidade de atenção à temática. Os resultados indicam que, apesar dos avanços jurídicos, persistem lacunas na efetivação dessas garantias. No contexto paranaense, a Portaria nº 068/2025 organiza fluxos, mas evidencia fragilidades no acompanhamento gestacional e restrições ambientais ao desenvolvimento infantil. Contudo, experiências práticas locais, como ações multidisciplinares e adequações lúdicas de espaço, sinalizam caminhos viáveis para a mitigação de impactos na custódia. A presença de lactentes no ambiente prisional revela uma tensão entre o direito formal e as condições concretas de sua realização. Esta investigação contribui para um olhar aprofundado sobre a realidade jurídica e social enfrentada por mães e crianças no sistema prisional paranaense, oferecendo subsídios para futuras discussões e aprimoramento das políticas públicas.

Palavras-chave: Direitos da Criança; Maternidade no Cárcere; Políticas Públicas; Primeira Infância; Sistema Prisional.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Pedagogia. E-mail: eliza.abreu97@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: cleison.ayres@gmail.com

A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA ORIENTAÇÃO PARA PARENTALIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO PROGRAMA PRUMOS

Francieli Lourenço de Souza¹
Jacqueline Mari Machado²
Isaac Guidão Toscano³

Resumo: Este artigo tem o objetivo refletir sobre a contribuição técnica do Serviço Social nas ações socioeducativas em grupos de orientação para parentalidade desenvolvidas no âmbito do Programa de Saúde Mental da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, denominado PRUMOS, assim como compreender sua relevância para o fortalecimento das relações familiares e para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade social. A partir dessa proposta buscou-se discutir os fundamentos da parentalidade, identificando as estratégias de intervenção utilizadas e refletindo sobre os impactos dessas ações na realidade das famílias atendidas. Para atender à proposta delineada, adotou-se como método de pesquisa o materialismo histórico-dialético, com abordagem qualitativa e natureza exploratória. Ressalta-se que a pesquisa foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico, com utilização da análise de conteúdo voltada à temática proposta. Assim, concluiu-se que o trabalho possibilitou a ampliação dos atendimentos, o fortalecimento das competências parentais, a redução da demanda por atendimentos individuais e a qualificação das intervenções desenvolvidas pela equipe multiprofissional. Além disso, identificou-se a existência de lacunas no que se refere ao acesso a orientações sistematizadas sobre o exercício da parentalidade, especialmente em contextos marcados por sobrecarga laboral e fragilização dos vínculos familiares. Por fim, a articulação entre o Serviço Social, Psicologia e Pedagogia mostrou-se relevante no processo interventivo, o compartilhamento de informações e o alinhamento das estratégias contribuíram para uma atuação mais integrada e eficaz, potencializando os resultados obtidos tanto nos grupos de responsáveis quanto nos atendimentos das crianças.

Palavras-chave: Serviço Social; Orientação Para a Parentalidade; Grupo de Pais; Servidores; Fortalecimento de Vínculos.

1 Residente - Francieli Lourenço de Souza - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná - Serviço Social, 2014. E-mail: francielilsouza@gmail.com

2 Orientador(a) - Dra. Jacqueline Mari Machado - Orientadora - Psicóloga e Pedagoga. E-mail: psico.jacquelinemachado@gmail.com

3 Coorientador(a) - Me. Isaac Guidão Toscano - Coorientador- Assistente Social da Secretaria de Segurança Pública/PRUMOS. E-mail: toscano_isaac92@outlook.com

O DOMÍNIO DA FORÇA: TECNOLOGIAS MENOS LETAIS COMO ALTERNATIVA NO GERENCIAMENTO DE CRISES PRISIONAIS

Higor Henrique Lima Louzada¹
Pedro Paulo Porto de Sampaio²

Resumo: O sistema penitenciário brasileiro enfrenta crises estruturais crônicas, caracterizadas pela superlotação das unidades, ações de facções criminosas e o risco constante de rebeliões. Diante desse cenário complexo, a manutenção da ordem carcerária exige respostas institucionais que superem a dicotomia entre a persuasão verbal e o uso da força letal. O objetivo deste estudo é analisar a aplicação e os desafios das Tecnologias Menos Letais - TML no contexto da segurança pública e do gerenciamento de crises prisionais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa fundamentada em revisão documental, doutrinária e normativa. Inicialmente, debate-se a transição terminológica do conceito de “armas não letais” para “tecnologias menos letais” ou “instrumentos de menor potencial ofensivo”, evidenciando o reconhecimento do risco residual inerente a esses equipamentos. Em seguida, examina-se o marco legal brasileiro atualizado, com destaque para a Lei nº 13.060/2014, o Decreto Federal nº 12.341/2024 e as portarias federais de 2025, responsáveis por criar o Comitê Nacional de Monitoramento do Uso da Força. A análise baseia-se na tríade operacional que integra as dimensões do homem, do equipamento e do treinamento. Constatou-se que o emprego técnico e escalonado dessas tecnologias atua diretamente na redução da letalidade e na mitigação de lesões graves em custodiados e policiais penais, além de resguardar juridicamente os servidores públicos e mitigar passivos judiciais do Estado por violações de direitos humanos. Conclui-se que a adoção das TMLs é indispensável para transformar a gestão de crises penitenciárias em uma atividade estritamente técnica, alinhada aos parâmetros de legalidade e preservação da vida.

Palavras-chave: Segurança Pública; Sistema Penitenciário; Tecnologias Menos Letais; Uso da Força; Gestão de Crises.

1 Residente - Higor Henrique Lima Louzada - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Direito. Especialista em Direito e Processo Penal. E-mail: higorhllouzada@gmail.com

2 Orientador(a) - Coronel Pedro Paulo Porto de Sampaio - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação Doutor e Mestre em Políticas Públicas.

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS, TECNOLOGIAS NA QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO

Isabel Macena Pagnoncelli¹

Luiz Rodrigo Grochocki²

Resumo: Este estudo analisa como a valorização dos profissionais de segurança pública é contemplada nos Planos Estaduais de Segurança Pública e Defesa Social, bem como de que forma a incorporação de tecnologias é apresentada como instrumento de qualificação do trabalho e fortalecimento institucional, com enfoque na atuação da Polícia Científica. A pesquisa possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, baseada em análise documental dos planos estaduais dos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin, com categorias previamente definidas: saúde e bem-estar, capacitação profissional, condições de trabalho, tecnologia e inovação, e reconhecimento e gestão institucional. Os resultados evidenciam variações na forma de estruturação das políticas de valorização profissional entre os estados analisados, apresentando maior nível de estruturação em São Paulo, nível intermediário no Paraná e em Santa Catarina e menor densidade de ações nos planos do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul. Observa-se que a incorporação de tecnologias, especialmente no âmbito da Polícia Científica, contribui para a qualificação do trabalho, modernização institucional e fortalecimento do reconhecimento técnico dos profissionais. Conclui-se que a valorização profissional constitui elemento estratégico para a segurança pública, embora apresente heterogeneidade na sua incorporação nos instrumentos de planejamento estaduais.

Palavras-chave: Segurança Pública; Valorização Profissional; Políticas Públicas; Tecnologia; Polícia Científica.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Direito PUCPR. E-mail: tuttoisa@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Formação Mestre Direito PUCPR. E-mail: luiz.grochocki@gmail.com

O DANO PÓS-CRIME E A VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL NO CASO MARIANA FERRER: A MÁ GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E A NECESSIDADE DE UMA RESPOSTA RESTAURATIVA

Jéssica Bruna Costa Zanardi¹
Camilin Marcie de Poli²

Resumo: A presente pesquisa analisa o Caso Mariana Ferrer, a fim de investigar a vitimização secundária em crimes contra a dignidade sexual. O estudo se concentra em analisar as falhas institucionais e a má gestão da segurança pública durante a persecução penal, a qual acabou por potencializar a violência contra a vítima do crime, que muitas vezes foi tratada como objeto e não como uma das figuras centrais do processo penal. Diante disso, o trabalho demonstra como a culpabilização da vítima atenta contra a dignidade da pessoa humana, evidenciando a necessidade urgente de migração para um modelo de Justiça Restaurativa. Por fim, conclui que o Estado deve adotar políticas que assegurem o tratamento digno e o amparo integral às vítimas de crimes, corrigindo os abusos institucionais e a má gestão da segurança pública durante o desenvolvimento da persecução penal.

Palavras-chave: Vitimização Secundária; Crimes Sexuais; Dignidade da Pessoa Humana.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Direito. E-mail: jebruna8@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Doutora em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: camilindepoli@gmail.com

SEGURANÇA PÚBLICA E COMUNIDADES INDÍGENAS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE DIAMANTE D'OESTE, TERRA ROXA E GUAÍRA

João Marcos Petry Leonardo¹
Marcelo Bordin²

Resumo: O trabalho examina a presença dos povos Guarani no Oeste do Paraná, especialmente em Guaíra e Terra Roxa, destacando o histórico de expropriação territorial e seus impactos sociais, culturais e na segurança pública. A perda de terras tradicionais, intensificada pela colonização, pela expansão do agronegócio e pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, contribuiu para a marginalização dessas comunidades, ampliando vulnerabilidades socioeconômicas e favorecendo a influência de organizações criminosas transnacionais em regiões de fronteira, e fundamenta-se na análise de boletins de ocorrência, relatórios institucionais e literatura acadêmica, buscando compreender a relação entre comunidades indígenas e forças de segurança pública. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam a proteção territorial indígena, chegando à conclusão de que os processos de retomadas devem pautar-se no respeito aos Direitos Humanos calcados na garantia de proteção das comunidades, o que pode ser alcançado por meio da habitação de áreas estruturadas e fora do escopo de interesse de organizações criminosas, a exemplo do que se observa em Itamarã e Añetete (Diamante D'Oeste).

Palavras-chave: Fronteiras; Segurança Pública; Guarani; Direitos Humanos.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Segurança Pública e Cidadania. E-mail: jmpl1805@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor Bolsista da UNESPAR. Geógrafo, Cientista Político, Mestre em Geografia e Doutor em Sociologia. E-mail: marcelobordin05@gmail.com

SISTEMA AUTOMATIZADO PARA CONFERÊNCIA DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS DE OBRAS NA SEGURANÇA PÚBLICA

João Paulo Alves¹
Matheus Justino Cândido²

Resumo: A elaboração e a análise de planilhas orçamentárias representam etapas fundamentais na viabilização de obras públicas, servindo de base para os processos licitatórios conforme a Lei nº 14.133/2021. No âmbito da administração pública estadual, estes documentos seguem os padrões da Secretaria de Estado das Cidades do Paraná (SECID) e utilizam os custos de referência do SINAPI. Entretanto, observa-se que as planilhas elaboradas pelas unidades de engenharia frequentemente chegam aos setores de conferência com inconsistências de preenchimento e cálculo que comprometem a integridade orçamentária. Atualmente, a auditoria destes documentos é realizada de forma manual, o que resulta em lentidão no fluxo processual e maior vulnerabilidade a erros não detectados. Este artigo apresenta a modelagem e validação de um sistema automatizado para a conferência de planilhas orçamentárias, com escopo delimitado às abas de Planilha Sintética e Composições Complementares. A metodologia aplicada utiliza a linguagem Python e manipulação estruturada em bibliotecas como openpyxl para executar seis eixos de verificação: preenchimento, aritmética, tipagem, fórmulas fixas, somatórios e integridade de composições. Adicionalmente, implementou-se um algoritmo de anonimização direta em XML para conformidade com a LGPD, preservando o cache matemático dos arquivos. Como resultados obtidos pela Prova de Conceito (PoC), o sistema apresentou 100% de recall (taxa de acerto) na identificação de erros injetados metodologicamente, além de gerar relatórios segregados entre inconsistências acionáveis e alertas informativos, comprovando sua eficácia na redução do tempo de análise técnica e no asseguramento da integridade dos orçamentos destinados à infraestrutura de segurança pública.

Palavras-chave: Orçamento de Obras Públicas; Automação; Auditoria Matemática; SINAPI.

1 Residente - Soldado da Polícia Militar do Paraná (PMPR). Engenheiro Civil, Bacharel pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), especialista em Gestão em Orçamento, Planejamento e Controle na Construção Civil pela Faculdade Líbano. E-mail: joaopauloalves@pm.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Capitão QOBM do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná (CBMPR). Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Bacharel em Ciências Econômicas pela UEPG. E-mail: matheuscandido@sesp.pr.gov.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

LEVANTAMENTO E PADRONIZAÇÃO DE BAIRROS OFICIAIS PARA QUALIFICAÇÃO DE BASES TERRITORIAIS APLICADAS À SEGURANÇA

Leandro Degani¹
Cássio Aparecido Borges Fernandes²

Resumo: A gestão estratégica da segurança pública contemporânea fundamenta-se na precisão dos dados espaciais como alicerce para o planejamento preventivo e o despacho operacional. Este estudo detalha o levantamento, a validação e a padronização da base de bairros dos 399 municípios do Estado do Paraná, motivado por inconsistências nos sistemas SADE (Sistema de Atendimento e Despacho de Emergências) e BOU (Boletim de Ocorrência Unificado) da Polícia Militar. A metodologia consistiu em uma busca ativa e documental em fontes oficiais municipais — como Planos Diretores e sistemas WebGIS — seguida de um tratamento no software QGIS, utilizando técnicas de snapping e subtração de áreas para a criação da categoria “Área Indefinida”. Os resultados evidenciam uma desigualdade na infraestrutura de dados cartográficos entre os municípios paranaenses, onde a carência de bases oficiais digitais compromete a análise criminal. A padronização proposta substitui nomenclaturas informais por registros juridicamente válidos, assegurando a integridade das estatísticas e a otimização, consolidando a inteligência territorial como vetor do princípio constitucional da eficiência administrativa.

Palavras-chave: Segurança Pública; Geoprocessamento; Bairros Oficiais; Levantamento;

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Geógrafo. E-mail: heydegani@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorado em Administração na linha de pesquisa Gestão, Estratégias Globais e Finanças Corporativas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui graduação em Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: cassioborgesf@gmail.com

AUTOMAÇÃO ASSISTIDA NA ANÁLISE DE CONTRATOS PÚBLICOS: PROVA DE CONCEITO NO CENTRO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA SESP/PR

Ledson José Vanini¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: O presente artigo descreve o desenvolvimento de uma prova de conceito voltada à automação assistida da análise de contratos administrativos no Centro de Contratos e Convênios da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. O problema investigado concentra-se na dificuldade de reconstrução manual da linha do tempo contratual — composta pelo contrato-base, termos aditivos e apostilamentos — em processos que podem ultrapassar seis mil páginas no sistema Protocolo. A solução adota a filosofia PDF-first, na qual o arquivo PDF assinado constitui a única fonte de verdade jurídica do sistema. A arquitetura organiza-se em duas camadas complementares: a Camada Determinística, responsável pela extração e classificação de dados por meio de heurísticas, expressões regulares e reconhecimento óptico de caracteres; e a Camada Generativa, que utiliza modelos de linguagem local quantizados para gerar resumos e insights analíticos sobre os dados já estruturados. A operação integralmente local, em ambiente Docker controlado e sem dependência de serviços externos em nuvem, garante soberania sobre dados sensíveis da instituição. O artigo descreve a arquitetura implementada, os resultados esperados da ferramenta e os pontos de fragilidade reconhecidos. Como próxima etapa, propõe-se um plano de avaliação comparativa a ser conduzido com analistas do setor.

Palavras-chave: Gestão Pública; Automação Contratual; PDF-First; OCR; Segurança Pública; RAG.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Pós-graduado em Segurança da Informação pelo Gran Centro Universitário. Formação em Engenharia de Software. E-mail: ledsonvanini@gmail.com

² Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

QUALIDADE DO SONO E REPERCUSSÕES PARA A SAÚDE DE POLICIAIS MILITARES: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Luana de Barros Teixeira¹
Rosevani Chiapetti²

Resumo: A qualidade do sono constitui um importante indicador de saúde e bem-estar, especialmente em categorias profissionais expostas a elevadas demandas ocupacionais, como os policiais militares. Este estudo teve como objetivo analisar a produção científica nacional sobre o sono em policiais militares brasileiros. Trata-se de uma revisão integrativa realizada por meio de buscas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e MEDLINE, além do Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Virtual em Saúde e Google Scholar. Foram incluídos artigos publicados entre 2015 e 2026, disponíveis na íntegra e relacionados à temática. O processo de seleção seguiu as recomendações do PRISMA, resultando na inclusão de 18 estudos. Os resultados evidenciaram elevada prevalência de má qualidade e curta duração do sono, sonolência diurna excessiva, insônia, apneia e bruxismo entre policiais militares brasileiros. As alterações do sono estiveram associadas principalmente à organização do trabalho policial, caracterizada por jornadas extensas, trabalho em turnos, escalas irregulares e privação de sono, além de indicadores de sofrimento psíquico, como estresse ocupacional, ansiedade, depressão e síndrome de burnout. Também foram identificadas correlações físicas e ocupacionais relevantes, incluindo excesso de peso, risco cardiovascular, fadiga, déficit de atenção e redução da qualidade de vida. Conclui-se que o sono constitui um importante componente da saúde dos policiais militares, sendo influenciado por múltiplos fatores ocupacionais e psicossociais. Os achados reforçam a necessidade de políticas e estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde, prevenção do adoecimento ocupacional e cuidado relacionado ao sono nessa população.

Palavras-chave: Sono; Saúde Mental; Polícia Militar.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Terapeuta Ocupacional. E-mail: debarrosluana@gmail.com

2 Orientador(a) - Psicóloga Clínica. E-mail: rosevanichiapetti@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

LICITAÇÕES E SUAS TECNOLOGIAS

Lucas José Caldas Rezende¹
Ana Carolina Fontana de Mattos²

Resumo: O presente artigo analisa as licitações públicas e suas tecnologias, considerando a evolução normativa, a incorporação de plataformas digitais e os efeitos da transformação digital sobre eficiência, transparência, governança e controle. A pesquisa se caracteriza como revisão bibliográfica, com abordagem qualitativa e análise interpretativa de produções científicas publicadas a partir de 2015, priorizando obras em português, autores brasileiros e estudos com DOI pesquisável. Os resultados indicam que a modernização das licitações não depende apenas da substituição de procedimentos presenciais por ferramentas eletrônicas, mas também da qualificação da fase preparatória, da integração de dados, da governança institucional e do alinhamento entre inovação tecnológica e segurança jurídica. Conclui-se que tecnologias como pregão eletrônico, portais digitais, inteligência artificial, blockchain, smart contracts e sistemas de governo digital podem ampliar a competitividade e a rastreabilidade das contratações, desde que associadas a planejamento, capacitação e controle público.

Palavras-chave: Licitações Públicas; Tecnologia; Pregão Eletrônico; Transformação Digital; Administração Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estácio de Sá (2024).

2 Orientador(a) - Doutoranda e Mestre em Direito pela PUCPR. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela UERJ. Diretora da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/PR. Advogada e sócia do Fontana de Mattos Advogados. Professora de Direito da Uniguairacá-Guarapuava. E-mail: ana@fontanademattos.com.br

A UTILIZAÇÃO DA BIOIMPEDÂNCIA NO MONITORAMENTO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL EM PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Manoel Alves de Lima¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: Este estudo revisou a utilização da bioimpedância elétrica no acompanhamento da composição corporal em praticantes de musculação, com ênfase em sua aplicabilidade prática no contexto da academia e no suporte à prescrição do treinamento. A literatura analisada indica que a bioimpedância é um método não invasivo, rápido e útil para estimar massa magra, massa gorda e água corporal, desde que aplicada conforme protocolos adequados e interpretada com cautela. Também foi evidenciado que o treinamento resistido promove adaptações favoráveis na composição corporal, na funcionalidade e na saúde osteomioarticular, reforçando a importância do monitoramento corporal na prática da musculação. No contexto da academia da SESP Sede, a bioimpedância foi compreendida como recurso de apoio ao acompanhamento dos alunos e à observação das mudanças corporais ao longo do treinamento. Conclui-se que a bioimpedância elétrica pode contribuir para uma atuação profissional mais individualizada, desde que utilizada como ferramenta complementar e com atenção às suas limitações metodológicas.

Palavras-chave: Bioimpedância; Musculação; Composição Corporal; Saúde; Hipertrofia.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Especialista em Educação Física Escolar UEPG. E-mail: manoel.lima@unespar.edu.br

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

TRANSPARÊNCIA ATIVA CIDADÃ NA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE À LUZ DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

Manuel André Francisco Camenga¹
José Manuel Mussunda da Silva²

Resumo: A transparência pública constitui um dos principais elementos de fortalecimento da democracia, da *accountability* e da participação cidadã na gestão pública. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo compreender as iniciativas de transparência ativa da Secretaria de Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), e a sua contribuição para o fortalecimento da participação cidadã e da segurança humana, à luz da Lei de Acesso à informação e do Decreto Estadual n.º 10.285/2014. Especificamente, busca mapear e descrever as informações disponibilizadas pela SESP/PR, verificar sua acessibilidade e utilidade para o cidadão comum, analisar suas contribuições para a confiança institucional e para a percepção de segurança, bem como propor estratégias de aprimoramento da transparência voltadas à ampliação do controle social. Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e descritiva, fundamentada na análise da legislação pertinente, da literatura especializada sobre transparência, governança pública e participação cidadã, além da observação das informações disponibilizadas no Portal da Transparência da SESP/PR. Os resultados indicam que a instituição atende, em grande medida, às exigências legais relacionadas à transparência ativa, disponibilizando informações sobre estrutura organizacional, orçamento, despesas, contratos e recursos humanos. Contudo, identificam-se alguns desafios relacionados à acessibilidade, inteligibilidade e utilização efetiva dessas informações pela população. Todavia, conclui-se, que a transparência ativa representa importante mecanismo de fortalecimento da participação cidadã e da confiança institucional, embora sua efetividade dependa da adoção de estratégias que ampliem a compreensão e o uso social das informações públicas.

Palavras-chave: Transparência Ativa; Participação Cidadã; Segurança Pública; Lei de Acesso à Informação; SESP/PR.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Bacharelado em Administração Pública. E-mail: camengamanuel@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL/RS). Possui Licenciatura Plena em Sociologia e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: mussundmiranda@gmail.com

CENTRO INTEGRADO DE TREINAMENTO DE CÃES DE BUSCA DE PESSOAS: ANÁLISE DE VIABILIDADE TÉCNICA DE CRIAÇÃO E OPERAÇÃO

Marcos Aurélio Simplício¹

Sophia Wieczorek Lobo²

Resumo: Este trabalho analisa a viabilidade de implementação de um Centro Integrado de Treinamento de Cães de Busca de Pessoas no estado do Paraná. Partindo da constatação de que a atividade de busca e resgate com o uso de cães ainda é fragmentada entre as instituições de segurança pública e defesa civil, e da ausência de estruturas especializadas para formação de equipes de busca (cão-condutor). O estudo propõe uma unidade coordenada pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, alinhada aos princípios da Nova Gestão Pública. A pesquisa, de caráter aplicada, adota abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental e bibliográfica, e análise comparativa de centros internacionais como o National Training Center, da Search Dog Foundation, e o Penn Vet Working Dog Center, da Universidade da Pensilvânia. A análise identificou requisitos essenciais de infraestrutura (canis, áreas simuladas de desastre, ambulatório veterinário, alojamentos), organização operacional, programas de capacitação e governança interinstitucional. Os resultados indicam que, a viabilidade técnica é sustentada pela possibilidade de reprodução adaptada das estruturas essenciais, utilizando recursos (cães, efetivo e estruturas) já pertencentes às corporações, permitindo a concepção de um modelo funcional com custos reduzidos. A proposta contempla um modelo de governança baseado em coordenação centralizada e execução descentralizada, viabilizando treinamentos periódicos, promovendo padronização de procedimentos, eficiência operacional e integração. Conclui-se que o Centro reúne as condições técnicas, operacionais, econômicas e institucionais para sua implantação, configurando-se como estratégia eficiente de fortalecimento da segurança pública e defesa civil.

Palavras-chave: Busca e Salvamento; Capacitação; Padronização de Procedimentos; Nova Gestão Pública; Cooperação Interinstitucional.

1 Residente - Marcos Aurélio Simplício - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formado em Gestão Pública. E-mail: marksimp78@live.com.br

2 Orientador(a) - Perita Criminal da Polícia Científica do Estado de Goiás. Mestre e Doutoranda em Química. E-mail: sophia.wieczorek@gmail.com

“EU SOU POLICIAL”: TRABALHO E SUBJETIVIDADE NA CLÍNICA PSICANALÍTICA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL

Mayssun Omari Osman¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: O presente estudo analisa a relação entre trabalho e subjetividade na clínica psicanalítica em contexto institucional de atendimento com servidores da segurança pública. Estudos na área indicam que estes trabalhadores estão expostos a situações constantes de risco, violência e altos níveis de estresse, o que impacta diretamente sua saúde mental e suas formas de constituição subjetiva. Deste modo, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar de que maneira o trabalho policial, marcado pelo *ethos* policial, participa da constituição da subjetividade e quais são seus efeitos na clínica psicanalítica em contexto institucional. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter clínico-reflexivo, desenvolvida a partir de relato de experiência no contexto de um serviço institucional de atenção à saúde mental no estado do Paraná, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Como procedimento metodológico, foram utilizados registros clínicos organizados sob a forma de vinhetas e fragmentos recorrentes da prática, analisados à luz do referencial psicanalítico, com destaque para as contribuições da psicodinâmica do trabalho. Foi possível observar que o trabalho policial frequentemente ocupa posição central na constituição identitária, operando como eixo organizador da subjetividade. Ao mesmo tempo, a fragilização dessa identificação, especialmente diante da falta de reconhecimento institucional, pode produzir sofrimento psíquico e efeitos clínicos relevantes. A escuta psicanalítica, mesmo em contexto institucional, apresenta-se como possibilidade de elaboração dessas experiências.

Palavras-chave: Subjetividade; Trabalho; Psicanálise; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: mayssun.osman@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

ENTRE A QUEIXA E A IDENTIFICAÇÃO: O RESENTIMENTO NA IDENTIDADE PROFISSIONAL MILITAR

Mylena Branco Zielinski¹
Stephanie Abrão Gorte²

Resumo: A presente pesquisa visa compreender de que forma o ressentimento, enquanto afeto humano, pode se relacionar com a manutenção do vínculo e da identificação profissional, no que tange a Polícia Militar. Essa instituição se organiza a partir de uma lógica hierárquica e rígida, sustentada por princípios de disciplina e ordem, que se somam a condições de trabalho marcadas por exposição constante ao risco, elevado grau de exigência institucional e constante estado de hipervigilância, conjunto que pode levar ao sofrimento psíquico. A partir da observação de discursos de sofrimento de policiais militares, percebe-se a recorrência de queixas relacionadas a sentimentos de injustiça, frustração e desvalorização em relação à corporação. Nesse contexto, o afeto do ressentimento surge como conceito pertinente para a compreensão da dinâmica estabelecida entre sujeito e instituição. Sob a perspectiva psicanalítica, analisa-se a correlação desse afeto na sustentação do vínculo e da identidade profissional do policial militar. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da psicanálise, com destaque para Sigmund Freud e Maria Rita Kehl. Conclui-se que o ressentimento, para além de constituir expressão do sofrimento psíquico, pode contribuir para a preservação do vínculo do sujeito com a instituição militar, revelando sua ambivalência no campo da saúde mental relacionada ao trabalho.

Palavras-chave: Sofrimento Psíquico; Militarismo; Psicanálise.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Psicóloga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: mylenabzielinski@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Bacharel e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: stephanie.gorte@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

O SERVIÇO SOCIAL NA SEGURANÇA PÚBLICA: REFLEXÕES A PARTIR DA RESIDÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA DO PARANÁ NO PROGRAMA PRUMOS

Paola Ohrem Brischiliari¹
Cássio Aparecido Borges Fernandes²

Resumo: O presente estudo analisa a atuação do Serviço Social na política de segurança pública do Estado do Paraná, tendo como foco a experiência da Residência Técnica em Gestão Pública (RESTEC) no âmbito do Programa de Atenção Psicossocial (PRUMOS). O objetivo geral é evidenciar as contribuições técnicas do assistente social e os entraves decorrentes da estrutura institucional e da sobrecarga de trabalho. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo relato de experiência, com suporte em pesquisa bibliográfica e análise documental, incluindo o Decreto nº 6.297/2020 e a Norma Regulamentadora nº 01 (NR 01). A inclusão da NR 01 fundamenta a análise ao destacar que as atualizações normativas reforçam a necessidade de um olhar multidisciplinar sobre a saúde mental e a obrigatoriedade do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) no serviço público. Os resultados apontam que o Serviço Social opera como mediador estratégico entre as necessidades dos servidores e a garantia de direitos, utilizando o acolhimento biopsicossocial e o sigilo ético-profissional como ferramentas de humanização. Contudo, identificou-se que a precarização dos vínculos laborais e a alta rotatividade de profissionais temporários geram uma sobrecarga que tensiona o projeto ético-político da profissão. Conclui-se que o ingresso de profissionais concursados a partir de 2025 representa um marco para a estabilidade do atendimento, o cumprimento integral das normas de saúde ocupacional e o fortalecimento da autonomia técnica, permitindo que a Residência Técnica retome seu papel pedagógico de formação crítica frente às contradições da gestão pública.

Palavras-chave: Serviço Social; Segurança Pública; Programa PRUMOS; Residência Técnica; Saúde Mental do Servidor.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação em Serviço Social. E-mail: paohrem@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorando em Administração na linha de pesquisa Gestão, Estratégias Globais e Finanças Corporativas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui graduação em Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: cassioborgesf@gmail.com

DIREITOS POLÍTICOS E PRIVAÇÃO DE LIBERDADE: ANÁLISE DA EFETIVIDADE DO ALISTAMENTO ELEITORAL E O LIMITE CONSTITUCIONAL DA LEI 15.358/2026

Pollyanna Ribas de Britto¹
Ana Maria Nievas²

Resumo: Este artigo analisa a efetividade do direito ao voto das pessoas privadas de liberdade no Brasil à luz da Constituição Federal de 1988, que instituiu o Estado Democrático de Direito fundamentado na cidadania e na dignidade da pessoa humana. Parte-se da premissa de que apenas a condenação criminal transitada em julgado pode suspender direitos políticos, assegurando, portanto, o voto aos presos provisórios e aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Apesar dessa garantia constitucional, o estudo evidencia que a concretização desse direito é limitada por entraves operacionais, como a exigência mínima de eleitores por seção, dificuldades logísticas e ausência de políticas públicas efetivas. Dados recentes apontam que o número de pessoas privadas de liberdade aptas e efetivamente votantes é ínfimo, revelando um cenário de exclusão política. O recorte do estado do Paraná ilustra essa realidade, destacando avanços pontuais nas eleições de 2024, mas ainda insuficientes diante da população carcerária existente. A publicação também aborda iniciativas institucionais, como o programa “Registre-se!” e o Plano Pena Justa, que buscam ampliar o acesso à documentação civil e, consequentemente, aos direitos políticos. Ademais, analisa-se criticamente a Lei nº 15.358/2026, que restringe o alistamento eleitoral e determina o cancelamento do título de eleitor dos presos provisórios no país, apontando sua possível inconstitucionalidade por violar princípios como a presunção de inocência. Conclui-se que o principal desafio não está na previsão legal, mas na efetivação prática do direito ao voto, sendo sua garantia essencial para o fortalecimento da democracia e da inclusão social.

Palavras-chave: Constituição; Preso; Voto; Lei Antifacção; Eleição.

1 Residente - Pollyanna Ribas de Britto - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação Direito e Comunicação Social com Bacharelado em Jornalismo. E-mail: pollyannaribasadv@gmail.com

2 Orientador(a) - Ana Maria Nievas - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Formação Doutorado em Ciências. E-mail: ana.nievas@unespar.edu.br

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

DESIGN URBANO E SEGURANÇA PÚBLICA: COMO O CPTED NO PLANEJAMENTO DE ESPAÇOS PÚBLICOS PODE AJUDAR NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

Priscila Drieli Ferreira Branco¹
Libia Patrícia Peralta Agudelo²

Resumo: O presente estudo analisa a relação entre o design urbano e a segurança pública, evidenciando o *Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED)* como potencial ferramenta estratégica na redução e na prevenção da criminalidade em espaços públicos urbanos. Tem como objetivo compreender de que forma alguns elementos do ambiente construído são capazes de influenciar o comportamento humano e a percepção do medo. A metodologia consiste em uma pesquisa qualitativa, na qual se realiza um estudo bibliográfico fundamentado na criminologia ambiental, com foco nos princípios que associam a desordem física ao aumento da criminalidade. Tem, ainda, como objetivo demonstrar que a ausência de diretrizes no planejamento urbano favorece crimes de oportunidade e intensifica a sensação de insegurança, mas que, em contrapartida, a adoção de medidas como a qualificação da iluminação, a ampliação dos campos de visão e a organização espacial contribuem para ambientes mais seguros e mais bem apropriados pela população. Nesse sentido, destaca-se que a aplicação de princípios preventivos no desenho urbano, especialmente aqueles relacionados à vigilância natural, ao controle de acessos e ao reforço territorial, possibilita não apenas a redução de ocorrências delitivas, mas também o fortalecimento do senso de pertencimento e da convivência social. O planejamento urbano, quando orientado por diretrizes de segurança ambiental, desempenha papel fundamental na construção de cidades mais seguras, inclusivas e socialmente ativas, e a incorporação dos princípios do *CPTED* configura-se como estratégia eficaz na prevenção da criminalidade, ao incentivar o uso dos espaços e fortalecer a dinâmica social urbana.

Palavras-chave: Criminalidade; Planejamento Urbano; Prevenção de Crimes; Design Urbano; Design Ambiental; Delitos.

1 Residente - Priscila Drieli Ferreira Branco - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Arquiteta e Urbanista. E-mail: pri.drieli_branco@hotmail.com

2 Orientador(a) - Professora na Universidade Tecnológica Estadual do Paraná (UTFPR). Phd em Ecologia da Paisagem pela University of Nottingham, Reino Unido. E-mail: pperalta.design@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

A INSERÇÃO FEMININA NA SEGURANÇA PÚBLICA: DESAFIOS LABORAIS E REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL

Rafaella Graziani Müller Fernandes¹

Isabel Cortes da Silva Ferreira²

Resumo: Este trabalho discute a inserção feminina na segurança pública e suas possíveis repercussões para a saúde mental, considerando as condições de trabalho, as relações institucionais e as questões de gênero presentes nesse campo profissional. A pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental. A análise indica que o trabalho na segurança pública pode envolver fatores estressores relevantes, como exposição a situações de risco, pressão institucional, jornadas extensas, medo de vitimização, sobrecarga emocional e impactos na vida pessoal, familiar e social. No caso das mulheres, esses elementos se articulam a desafios relacionados à permanência, ao reconhecimento profissional, à ascensão na carreira e à atuação em instituições historicamente marcadas por referenciais masculinizados. O estudo também aborda iniciativas institucionais do Paraná voltadas ao cuidado em saúde mental, como o Programa PRUMOS, idealizado para o acolhimento e o acompanhamento psicossocial dos profissionais da segurança pública. Ao final, compreende-se que a saúde mental das mulheres nesse campo precisa ser analisada a partir da relação entre trabalho, gênero e condições institucionais, o que reforça a importância de espaços de escuta, prevenção e cuidado atentos às especificidades da experiência feminina.

Palavras-chave: Segurança Pública; Saúde Mental; Mulheres; Gênero; Trabalho.

¹ Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Psicologia no Centro Universitário Filadélfia - UniFil. E-mail: rafamullerpos@gmail.com

² Orientador(a) - Mestre e Doutoranda em Direito no Programa de Pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: cortesiaferreira@gmail.com

A VIRTUALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS NO SISTEMA PRISIONAL: EFICIÊNCIA, DADOS SENSÍVEIS E CONTROLE ALGORÍTMICO

Ricardo Luiz Barboza¹
Sandra Marcia Duarte²

Resumo: Este documento apresenta a análise sobre os impactos, desafios e riscos da virtualização de prontuários das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) no sistema prisional brasileiro. O objetivo do estudo é investigar a tensão existente entre a busca por eficiência na gestão pública (despapelização), a necessidade de proteção de dados sensíveis e os riscos inerentes à implementação de controle algorítmico e inteligência artificial na execução penal. A metodologia utilizada consiste em pesquisa de natureza qualitativa, amparada em revisão bibliográfica e documental. O referencial teórico mobiliza o aparente conflito normativo entre a Lei de Acesso à Informação (LAI) e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), cruzando-os com a filosofia de Michel Foucault e a sociologia da desfiliação de Robert Castel. As considerações finais apontam que, embora a digitalização reduza custos e otimize o acesso à informação para fins de políticas públicas, ela amplifica o campo documental de vigilância do Estado. Consta-se que a governança desses dados exige protocolos éticos rigorosos, visto que o vazamento de informações ou o uso de algoritmos preditivos pode agravar a vulnerabilidade social dos egressos e perpetuar vieses discriminatórios históricos.

Palavras-chave: Prontuários Digitais; Administração Pública; Dados Sensíveis; Vieses Algorítmicos; Desfiliação Social; Pessoas Privadas de Liberdade; Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: peloziricardo@gmail.com

2 Orientador(a) - Professora da Universidade Estadual do Paraná. Mestra em Educação, com foco em Políticas Públicas, pela UFPR. Especialista em Pedagogia Social, pela USP. Especialista em Gestão Penitenciária, Gestão Pública e Formação de Professores, pela UFPR. Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0970111715518640>. E-mail: smduarte.sd@gmail.com

A ATUAÇÃO PEDAGÓGICA NA SEGURANÇA PÚBLICA: EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES NO CONTEXTO DO PROGRAMA PRUMOS

Ricardo Pelozo Cardoso¹
Cassio Aparecido Borges Fernandes²

Resumo: O presente artigo analisa a atuação pedagógica no contexto da segurança pública, com foco no Programa PRUMOS, desenvolvido no estado do Paraná. Trata-se de um relato de experiência de natureza qualitativa, descritiva e analítica, realizado a partir da atuação do autor como residente técnico em pedagogia no Centro de Atendimento Psicossocial (CAP) São Francisco. A metodologia foi estruturada em dois eixos: a análise territorial da rede de atendimento psicossocial, por meio de técnicas de geoprocessamento com uso do software ArcMap 10.8.2, e a análise das práticas pedagógicas desenvolvidas com adolescentes em situação de vulnerabilidade emocional. Os dados foram produzidos a partir de registros institucionais, observações sistemáticas e relatos dos adolescentes e responsáveis. As intervenções pedagógicas fundamentaram-se na pedagogia clínica e no uso de metodologias ativas, organizadas em atendimentos individualizados e práticas coletivas. Os resultados indicam que a descentralização da rede contribui para ampliação do acesso aos serviços de saúde mental, enquanto as intervenções pedagógicas favoreceram acolhimento, desenvolvimento socioemocional e fortalecimento de vínculos. Conclui-se que a atuação pedagógica constitui componente relevante no cuidado psicossocial ofertado pelo Programa PRUMOS, contribuindo para o fortalecimento das ações multiprofissionais na segurança pública paranaense.

Palavras-chave: Segurança Pública; Programa PRUMOS; Atuação Pedagógica; Saúde Mental; Geoprocessamento; Metodologias Ativas.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Formação: Pedagogo. E-mail: peloziricardo@gmail.com

2 Orientador(a) - Doutorando em Administração na linha de pesquisa Gestão, Estratégias Globais e Finanças Corporativas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), com período de Doutorado Sanduíche na Universidade de Coimbra (UC). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras (UFLA). Possui graduação em Administração Pública, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: cassioborgesf@gmail.com

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA DE TIC: RECOMENDAÇÕES PARA APRIMORAMENTO DO PDTIC DA SESP/PR (2024–2026)

Roberson Jacques¹
Alexandre Gori de Castilho²

Resumo: O artigo analisa as práticas de governança e gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no Plano Diretor de TIC (PDTIC) da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR) para 2024-2026. Busca compreender o modelo de governança adotado, identificar o alinhamento entre as estratégias institucionais e necessidades de TIC, bem como identificar potenciais lacunas e propor aprimoramentos no ciclo de vida do PDTIC. A pesquisa configura-se como estudo de caso exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa, sustentado em análise documental e referencial teórico sobre boas práticas de governança e gestão de TIC na administração pública, com ênfase no Guia de Governança de TIC do SISP e em frameworks consolidados. Os procedimentos metodológicos incluíram levantamento e análise crítica de documentos e mecanismos institucionais vinculados ao PDTIC para mapear características, potencialidades e limitações. Os resultados ressaltaram a importância do engajamento da alta administração e atuação dos comitês de TIC. Identificaram-se oportunidades de melhorias no alinhamento entre planejamento estratégico institucional e plano de ações de TIC. Constatou-se que a execução efetiva da gestão estratégica depende da definição e integração de objetivos, programas, projetos, ações, indicadores de desempenho e metas de TIC, sob pena do PDTIC alcançar impacto reduzido sobre as estratégias institucionais. As recomendações formuladas visam robustecer os mecanismos de alinhamento estratégico, governança e gestão de TIC. O PDTIC revela-se um instrumento tático que, ao convergir com o alinhamento estratégico institucional, demanda aprimoramento contínuo para a entrega de recursos tecnológicos modernos e condizentes com as necessidades organizacionais e sociais.

Palavras-chave: Governança e Gestão de TIC; Plano Diretor de TIC (PDTIC); Planejamento Estratégico; Boas Práticas em TIC; Segurança Pública.

1 Residente - Residência Técnica em Gestão da Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas. E-mail: robersonjacques19@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Graduado em Tecnologia em Processamento de Dados pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP, 2012). Mestre em Bioinformática pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2020). Perito Oficial do Estado do Paraná, Coordenador-Geral de Gestão e Governança de TIC no CTIC/SESP. E-mail: gcalexandre.castilho@gmail.com

PROGRAMA MULHER SEGURA (PR) E MOVIMENTO SP POR TODAS (SP): ARQUITETURAS INSTITUCIONAIS E IMPLEMENTAÇÃO

Romualdo da Costa Agostinho¹
Daniela Alejandra Osorio Dominguez²

Resumo: O presente artigo analisa as arquiteturas institucionais e os processos de implementação de programas de segurança para mulheres no Paraná e em São Paulo. O objetivo do estudo é investigar, de forma comparada, como a coordenação institucional e o desenho de ferramentas tecnológicas influenciam a operacionalização da política pública. A metodologia adotada caracteriza-se como uma revisão bibliográfica e documental crítica, de natureza qualitativa e abordagem exploratório-descritiva. A pesquisa fundamenta-se na análise de dados secundários extraídos de marcos regulatórios, relatórios oficiais e pesquisas acadêmicas produzidas entre 2003 e 2025. A delimitação temporal foca no ano de 2025, utilizando o período anterior como lastro para a discussão teórica e situacional sobre a evolução da proteção estatal. Os resultados apontam para uma persistente lacuna de implementação entre as normas formuladas e a realidade operacional vivida pelas vítimas. Identificou-se que o monitoramento tecnológico possui caráter complementar e apresenta limites na mitigação da violência quando dissociado de um acompanhamento humano capacitado. A investigação demonstra que a eficácia da proteção é moldada pela discricionariedade da burocracia de nível de rua no cotidiano dos atendimentos. Considera-se que barreiras institucionais e falhas na governança intersetorial dificultam a materialização das diretrizes estaduais nos territórios. Conclui-se que o enfrentamento à violência doméstica exige a harmonização entre a inovação digital e o fortalecimento das redes humanas de proteção. O estudo destaca que a preservação da vida depende de um desenho institucional capaz de integrar tecnologia, gestão e atuação humana para interromper o ciclo da letalidade de gênero de forma equitativa.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Arquitetura Institucional; Implementação de Políticas Públicas.

1 Residente - Residência Técnica e Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Mestre em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Administração Pública e Bacharel em Humanidades pela Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). E-mail: romualdoagostinho@outlook.com

2 Orientador(a) - Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bacharel em Ciências Econômicas - Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Engenheira Industrial pela Universidad Católica de Colombia. E-mail: daosoriiod32@gmail.com

II SEMINÁRIO DE GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

AVALIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO SUSTENTÁVEL DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS NA SEGURANÇA PÚBLICA COM BASE NA CERTIFICAÇÃO AQUA-HQE

Thais Fernandes Pereira¹
Libia Patricia Peralta Agudelo²

Resumo: O presente trabalho propõe a análise crítica de um projeto arquitetônico previamente desenvolvido, com o objetivo de avaliar sua adequação às demandas contemporâneas da gestão de segurança pública, especialmente no que tange à sustentabilidade e eficiência ambiental. Inicialmente, foi realizada uma revisão técnica do projeto original, evidenciando aspectos críticos sob a ótica de desempenho ambiental, conforto e uso racional de recursos. Na sequência, o estudo adotou como referência os indicadores da certificação AQUA-HQE, utilizando seus critérios para avaliar o desempenho do projeto em diferentes categorias, como construção, gestão, conforto e saúde. A partir desse diagnóstico, foram propostas estratégias de requalificação arquitetônica alinhadas a princípios de sustentabilidade e boas práticas projetuais, visando a melhoria do desempenho global da edificação. Dessa forma, o estudo buscou não apenas demonstrar a defasagem de modelos projetuais ainda utilizados na administração pública, mas também oferecer diretrizes aplicáveis para sua atualização, contribuindo para edificações mais eficientes, sustentáveis e adequadas às demandas atuais da segurança pública.

Palavras-chave: Arquitetura; Segurança Pública; Certificação Ambiental.

¹ Residente - Thais Fernandes Pereira - Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). E-mail: thaisfernandes098@gmail.com

² Orientador(a) - Professora na Universidade Tecnológica Estadual do Paraná (UTFPR). Phd em Ecologia da Paisagem pela University of Nottingham, Reino Unido. E-mail: pperalta.design@gmail.com

AGENTES AUTÔNOMOS NA GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: UMA ANÁLISE DA APLICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ

Vericson Silva de Almeida¹
Alan José de Oliveira Teixeira²

Resumo: O artigo tem a intenção de apresentar como a aplicação de agentes autônomos baseados em inteligência artificial na gestão de contratos administrativos no âmbito da Secretaria da Segurança Pública do Paraná. A pesquisa parte da hipótese de que tais tecnologias podem ampliar a eficiência, a transparência, controle da atividade administrativa e desburocratizar o processo de contratação, porém apresentam riscos jurídicos relevantes, relacionados à proteção de dados pessoais, à opacidade algorítmica e à delegação indevida de decisões administrativas. A pesquisa delimita-se em que o centro de contratos aderindo à inteligência artificial, poderá modernizar-se, proporcionando redução em todos os seus processos, como análise, elaboração e revisão documental, deixando-os mais céleres e eficazes, possibilitando assim uma redução nos possíveis erros. Para maior embasamento ao estudo, utiliza-se a abordagem dedutiva, revisão bibliográfica documental e análise normativa, em que o procedimento é descritivo explicativo na busca de responder a problemática do estudo. Como a inteligência artificial irá revolucionar o centro de contratos? Conclui-se que a implementação é juridicamente possível, desde que condicionada à adoção de mecanismos robustos de governança algorítmica, supervisão humana e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 13.709/2018.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Contratos Administrativos; Governança Algorítmica; Administração Pública; Segurança Pública.

1 Residente - Pós-graduando em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), bacharel em Direito pelo Centro Educacional de Ensino Superior do Amazonas - CIESA. E-mail: restec.vericson@sesp.pr.gov.br

2 Orientador(a) - Professor da graduação em Direito da Faneesp/Araucária e professor orientador na Residência Técnica e Especialização em Gestão da Segurança Pública da UNESPAR. Mestre em Direito pelo PPGD/Uninter e doutorando em Direito do Estado pela UFPR. Advogado. Assessor técnico e Compliance Officer na Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná. E-mail: alanjose2011@live.com

INTEGRAÇÃO DA METODOLOGIA BIM NO DIMENSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EM EDIFICAÇÕES PÚBLICAS ESTUDO DE CASO DE UMA UNIDADE POLICIAL EM GUARAPUAVA/PR

Victal Baptista Mambo Biziami¹

Paulo Francisco Nginga Gaspar²

Resumo: A metodologia Building Information Modeling (BIM) consolidou-se como ferramenta estratégica no desenvolvimento de projetos de instalações elétricas, ao possibilitar modelagem paramétrica, extração automatizada de quantitativos, análise de desempenho e maior compatibilização entre disciplinas. Em edificações públicas, sua aplicação favorece o controle técnico do dimensionamento, a rastreabilidade das informações e a redução de inconsistências entre projeto e execução, promovendo eficiência, segurança e confiabilidade ao longo do ciclo de vida da edificação. O estudo avaliou a aplicação do BIM no dimensionamento de instalações elétricas de baixa tensão em uma unidade policial localizada em Guarapuava/PR. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem quali-quantitativa e delineamento baseado em estudo de caso. A metodologia contemplou a modelagem dos circuitos, parametrização das cargas (iluminação, tomadas de uso geral e tomadas de uso específico), extração de tabelas de resumo e análise da potência instalada, demanda elétrica e balanceamento de fases. O sistema apresentou potência total instalada aproximada de 38 kVA, com predominância das cargas de uso específico, especialmente chuveiros elétricos. Verificou-se a coordenação entre corrente de projeto, dispositivos de proteção e capacidade de condução dos condutores, em conformidade com os critérios técnicos aplicáveis às instalações de baixa tensão. Os resultados demonstram que o uso do BIM aumenta a precisão das análises, qualifica a tomada de decisão e eleva o padrão técnico dos projetos elétricos em edificações públicas.

Palavras-chave: BIM. Instalações Elétricas. Baixa Tensão. Dimensionamento Elétrico.

1 Residente - Victal Baptista Mambo Biziami. Residência Técnica em Gestão de Segurança Pública pela Universidade Estadual do Paraná. E-mail: mambobiziami1994@gmail.com

2 Orientador(a) - Professor da Universidade Estadual do Paraná. Engenheiro de Energias formado pela UNILAB. Mestre em Engenharia Elétrica pela UFSC. E-mail: paulogasparsinga2018@gmail.com

